Monitor Mercantil

EDIÇÃO NACIONAL ● R$ 3,00
Sábado, domingo e segunda-feira,
27, 28 e 29 de abril de 2024
Ano CVII ● Número 29.598
ISSN 1980-9123

Siga: twitter.com/sigaomonitor
Acesse: monitormercantil.com.br



O CREPÚSCULO DA EUROPA

Macron defende 'humanismo europeu' e apresenta armas para guerra.
Por Edoardo Pacelli, **página 2**



DIA DA PROPRIEDADE INTELECTUAL 2024

Celebre o papel crucial da PI na inovação, inclusão e sustentabilidade.
Por Pedro Tinoco, **página 2**



VINHO E RELIGIÃO

A ancestralidade da bebida teve como grande aliado as doutrinas religiosas.
Por Míriam Aguiar, **página 4**

China traça linha vermelha na relação com EUA

O ministro das Relações Exteriores da China, Wang Yi, manteve conversações com o secretário de Estado dos EUA, Antony Blinken, em Beijing, nesta sexta-feira. Wang, também membro do Birô Político do Comitê Central do Partido Comunista, disse que atualmente as relações se estabilizaram, evitando uma maior deterioração, mas os fatores negativos continuam a se acumular.

O chanceler chinês disse que, na atual situação internacional turbulenta, os dois países deveriam primeiro responder a uma questão fundamental sobre o seu relacionamento: a China e os Estados Unidos deveriam ser parceiros ou rivais. Acrescentou que é como o primeiro botão de uma camisa que deve ser abotoado para o desenvolvimento estável das relações bilaterais.

"Se os Estados Unidos consideram constantemente a China como o seu principal rival, a relação China–EUA continuará repleta de dificuldades e problemas", acentuou Wang.

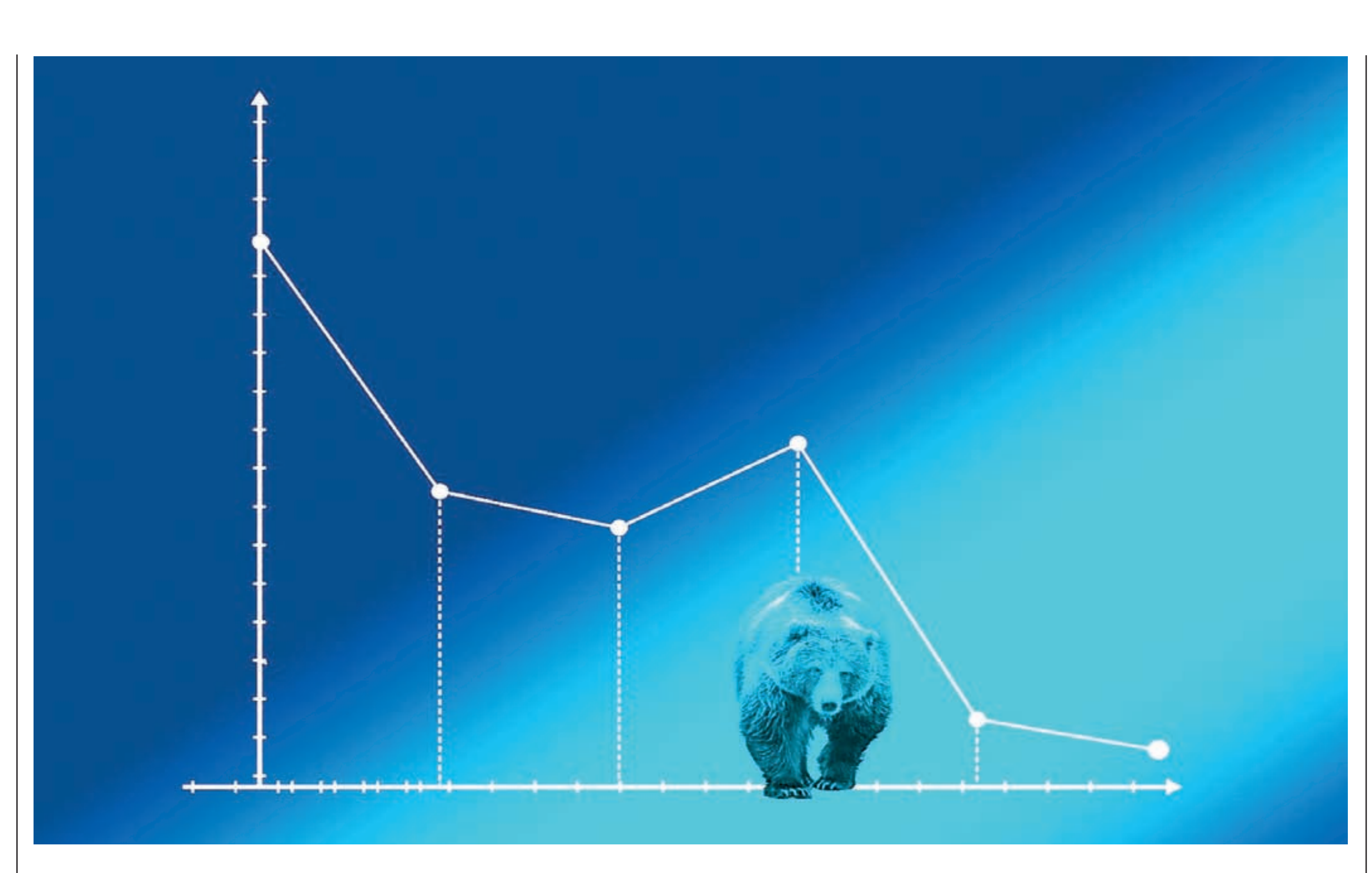
Observando que a questão de Taiwan é a "primeira linha vermelha" que não deve ser cruzada na relação entre os dois países, Wang disse que a China exige que os EUA cumpram fielmente o princípio de Uma Só China. Os chineses também exigem que os EUA parem de armar Taiwan e apoiem a reunificação pacífica da China.

Wang disse que o direito do povo chinês ao desenvolvimento é inalienável. Segundo ele, os Estados Unidos tomaram inúmeras medidas para suprimir a economia, o comércio, bem como a ciência e a tecnologia da China, observando que "isto não é concorrência leal, mas sim contenção, não redução de riscos, mas criação de riscos".

Por sua vez, Blinken disse que a relação EUA–China é a relação bilateral mais importante do mundo e é responsabilidade partilhada de ambos os países geri-la de forma responsável.

Ele garantiu, segundo a imprensa chinesa, que os Estados Unidos continuam a respeitar a política de Uma Só China e não apoiam a "independência de Taiwan".

Após a reunião com Wang, Blinken teve encontro com o presidente chinês, Xi Jinping, que manifestou a importância de prosseguir com o diálogo estabelecido em novembro de 2023, quando Xi visitou o presidente Joe Biden, em São Francisco.



Indefinição sobre taxas de juros derruba mercado de IPOs

Lançamento de ações dá lugar a debêntures

Por Gilmara Santos,
especial para o Monitor

Depois de dois anos sem nenhuma oferta pública inicial de ações (IPO, na sigla em inglês) na Bolsa de Valores brasileira, a B3, a perspectiva é que neste ano haja um retorno deste mercado. "A expectativa para 2024 iniciou-se bem no Brasil, com muitas empresas se preparando para IPOs, na expectativa de crescimento econômico interessante, a exemplo de 2023, desinflação, taxa de juros e câmbio convergindo para níveis adequados juntamente com medidas fiscais para um ambiente promissor comparando-se a outros mercados emergentes", avalia Ricardo Martins, conselheiro do Corecon-SP (Conselho Regional de Economia de São Paulo) e economista-chefe da Planner Investimentos.

"Contudo", prossegue Martins, "o que vem sendo observado são reversões de expectativas, principalmente na manutenção do ciclo de cortes das taxas de juros no Brasil e postergação do início do ciclo de cortes nos Estados Unidos. Agregue-se a isso as mudanças propostas recentemente nos resultados primários do governo, em nítida deterioração e reflexos acelerados na dívida pública. Nessa situação, as intenções de IPOs foram repensadas e postergadas para um melhor momento."

Para o conselheiro do Corecon-SP, neste cenário, pouquíssimos empresários arriscarão IPOs. "A precificação será baixa diante do risco e custo de oportunidade que o investidor vai ter. Além disso, dada a volatilidade imposta aos mercados, muitos IPOs apresentaram performance negativa na B3. Dependendo da necessidade da empresa, ela estará mais propensa a emissão de debêntures, de maior aceite pelo investidor", comenta Martins.

O economista-chefe Planner lembra que no ano passado, assim como em 2022, o lançamento de IPOs no Brasil foi muito frustrante, ou seja, nenhum. "O que se viu foram ofertas subsequentes de empresas já abertas, conhecidas como follow-ons, em torno de R$ 80 bilhões, viabilizadas pela necessidade das empresas, em condições mais 'baratas', e um trabalho dos coordenadores e líderes de oportunidade e aceite por parte dos investidores da empresa", diz.

"A ascensão da taxa de juros após janeiro de 2021 (2%) até agosto de 2022 (13,75%) e sua manutenção até junho de 2023, incluindo-se aí reflexos da pandemia, marcou um período inviável às ofertas. Diferentemente desse período, a partir de julho de 2015 (14,25%), quando a partir de então a taxa de juros foi mantida e passou a cair até os 2%, o que se assistiu foi um período muito bom para os IPOs de 2019 a 2021, com muita migração do investidor de renda fixa para ações", complementa.

IPO neste momento desvaloriza ações

Gustavo Arbach, sócio de M&A e societário do escritório Arbach e Farhat Advogados, comenta que, em que pese o ciclo de baixa dos juros no Brasil, vê claramente entre os seus clientes que, enquanto não houver maior definição dos juros nos Estados Unidos, o mercado de IPOs no Brasil seguirá sem movimentações.

"Os juros no Brasil caem, mas não suficientemente para aquecer este mercado. E, com a indefinição do ritmo de queda dos juros nos Estados, e até mesmo se de eles cairão, o fluxo de recursos ao Brasil segue baixo, e um IPO ainda não é uma boa alternativa para injeção de recursos nas empresas", afirma Arbach.

"Realizar um IPO neste momento pode significar uma precificação da companhia muito abaixo do real valor e, consequentemente, uma diluição superior dos acionistas, levando investidores a terem prejuízos consideráveis. Com uma Bolsa de Valores sem ganhos substanciais, este cenário se mostra ainda mais desafiador para as ofertas públicas", explica Arbach, ao afirmar que nos últimos meses diversas companhias estão estudando a realização de IPOs, todavia tais estudos concluem o cenário apontado acima e inviabilizam a realização de oferta neste momento.

Simplicidade da Reforma Tributária só em 2033

Durante o longo período de transição para as novas regras previstas na regulamentação da Reforma Tributária, haverá uma maior complexidade no sistema de impostos brasileiro, avalia o advogado tributarista Lucas Ribeiro, CEO da ROIT. O projeto de lei (PLP 68/2024) enviado pelo governo, em tramitação na Câmara, tem mais de 500 artigos.

A entrega do PLP, na última quarta-feira, foi revestida de um clima de euforia sobre a simplificação a ser proporcionada pelas novas regras. Entretanto, "a situação não é bem assim", alerta Ribeiro, que participoudas discussões e do processo de elaboração da Reforma Tributária desde 2019. Para o especialista, está sendo propagada uma "simplicidade" que, na prática, se mostra impossível de ser concretizada antes de 2033, quando se encerra o período de transição.

"O secretário extraordinário da Reforma Tributária, do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, disse à imprensa que o novo sistema não vai exigir nada mais do que apenas a 'simples emissão de nota fiscal'. Ora, essa simplificação, mesmo que fosse dessa forma, só começará a valer em 1º de janeiro de 2033. Mas, se fosse simples desse jeito, por que ao menos três projetos de lei para regulamentar, com centenas de páginas e centenas de artigos?", questiona o advogado.

A reforma tributária vai exigir pelo menos três leis complementares para regulamentar todos os novos temas.

COTAÇÕES

Dólar Comercial	R$ 5,1183
Dólar Turismo	R$ 5,3220
Euro	R$ 5,4740
Iuan	R$ 0,7060
Ouro (gr)	R$ 387,06

ÍNDICES

IGP-M	-0,47% (março)
	-0,52% (fevereiro)
IPCA-E	
RJ (junho)	1,15%
SP (junho)	1,20%
Selic	13,25%
Hot Money	0,63% a.m.

O crepúsculo da Europa

Por Edoardo Pacelli

"A nossa Europa, hoje, é mortal. Ela pode morrer, e isso depende unicamente das nossas escolhas!" No seu discurso na Universidade Sorbonne, em Paris, nesta quinta-feira (25), Macron disse que o exército francês está pronto para se colocar na linha de frente pela defesa europeia e apelou à construção de uma iniciativa de defesa comum aos 27 países da UE.

Inicialmente, Emmanuel Macron fez um balanço das conquistas europeias. "Houve sucessos, nomeadamente em termos de unidade e soberania, que não eram tidos como garantidos", sublinhou o chefe de Estado francês, citando, em particular, a pandemia de Covid-19 e a resposta à agressão russa contra a Ucrânia, mas admitindo, ainda assim, que a Europa "não teve sucesso em tudo".

O presidente francês, de fato, continua destemido na sua tentativa de se posicionar como guia militar da União Europeia. No seu discurso sobre a Europa, na Sorbonne, Macron declarou que o exército francês está pronto para construir o sistema de defesa do velho continente, graças às suas armas atômicas. "A França tem armas nucleares, portanto tem a possibilidade de agir para dissuadir", explicou Macron. "As armas nucleares são um elemento essencial da defesa europeia, para construir as garantias de segurança que os nossos parceiros na Europa esperam."

O líder parisiense acrescentou que a UE "está cercada e não está suficientemente armada", face aos desafios colocados por potências regionais "sem escrúpulos", como a China e a Rússia. Segundo o presidente francês, a era em que a Europa delegava a sua proteção aos Estados Unidos terminou, e existe um risco real de que, nos próximos dez anos, a União enfraqueça, progressivamente, devido às rápidas transformações do cenário internacional.

"Devemos nos conscientizar de que a nossa Europa pode fenecer, e isso depende unicamente das nossas escolhas, que devem ser feitas agora, porque é hoje que está em causa a nossa capacidade de garantir a segurança e porque os grandes desafios e transições colocados pela inteligência artificial, nesta nova era, digital, pela transição e pelo meio ambiente estão em jogo neste momento", disse Macron. "O ataque contra as democracias liberais e os nossos valores, e contra aquele que é o próprio substrato da civilização europeia, está sendo travado agora".

Em termos de economia, o presidente francês quer ver a União Europeia tornar-se "líder mundial", até 2030, com "estratégias de financiamento a ela dedicadas", em cinco "setores estratégicos do amanhã": inteligência artificial, computação quântica, espaço, biotecnologias e "novas energias" (hidrogênio, reatores modulares e fusão nuclear).

> Macron defende 'humanismo europeu' e apresenta armas para guerra

Macron insiste em tropas da Otan na Ucrânia. "Temos necessidade de operações no terreno." Em particular, o líder francês atacou a Rússia, chamando-a de "vizinho desinibido que se tornou agressivo", e sublinhou o quão fundamental seja, para a segurança da União, que Moscou não vença a sua guerra contra Kiev.

Macron apelou, igualmente, a um conceito estratégico e a uma iniciativa de defesa credível, comum aos 27 países europeus. A pedra angular desta evolução poderá ser a construção de um escudo antimísseis, combinado com "uma capacidade europeia de cibersegurança e ciberdefesa" e uma "preferência europeia na compra de equipamento militar". Este esforço, segundo o presidente francês, deveria ser financiado com um empréstimo a nível comunitário.

Emmanuel Macron também apelou à Europa para "recuperar total e inteiramente o controle das suas fronteiras e assumi-lo". No seu discurso, o inquilino do Eliseu referiu-se, ainda, à questão dos migrantes, esperando que a coordenação e uma "verdadeira política", comum a todos os países da União, sejam implementadas, graças a uma consolidação das relações com os estados de origem e de trânsito, e a luta contra a rede de traficantes de seres humanos.

Por último, o chefe de Estado francês defendeu o "humanismo europeu". "Ser europeu não é simplesmente viver numa terra que vai do Báltico, do Mediterrâneo ou do Atlântico ao Mar Negro; e sim, defender uma certa ideia de homem que coloca o indivíduo como livre, racional e esclarecido acima de tudo", afirmou.

Edoardo Pacelli é jornalista, ex-diretor de pesquisa do CNR (Itália), editor da revista Italiamiga e vice-presidente do Ideus.

Dia da Propriedade Intelectual 2024

Por Pedro Tinoco

Celebrado anualmente no dia 26 de abril, data em que foi estabelecida a Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI), o Dia da Propriedade Intelectual é a ocasião ideal para exaltar os inventores, autores e titulares que impulsionam a economia com suas criações e ativos intelectuais, bem como nos permite refletir sobre como o ecossistema da propriedade intelectual é um instrumento de progresso econômico e social.

Neste ano, a OMPI elegeu como tema para esse dia a intersecção entre a propriedade intelectual e as metas de desenvolvimento sustentável elencadas pelas Nações Unidas, sendo evidenciado que:

a) Desempenha papel central na promoção da inovação e estímulo ao desenvolvimento sustentável, garantindo o acesso da sociedade a medicamentos essenciais e cuidados de saúde de qualidade, ao mesmo tempo que assegura às empresas exclusividade na exploração de seus produtos para recuperar investimentos em pesquisa e desenvolvimento;

b) Contribui para o crescimento econômico inclusivo, promovendo um ambiente propício para inovação e empreendedorismo, gerando oportunidades de trabalho e estimulando setores-chave da economia;

c) Exerce papel crucial na preservação da diversidade cultural e na promoção da inclusão social ao reconhecer, salvaguardar e valorizar as expressões culturais e os conhecimentos dos povos originários, contribuindo para o fortalecimento de suas identidades e o enriquecimento da sociedade como um todo; e

d) Está intimamente ligada aos esforços globais para combater as mudanças climáticas e proteger o meio ambiente, promovendo tecnologias verdes e incentivando a transição para uma economia mais sustentável, sendo que tais práticas já são observadas com o matchmaking de tecnologias verdes e capacitação na região amazônica.

Assim, é possível concluir que o Dia Mundial da Propriedade Intelectual neste ano serve não apenas como um momento para destacar a importância desta área do direito na economia global, mas também para ressaltar o papel multifacetado que este ecossistema desempenha na promoção da inovação, inclusão social, preservação cultural e sustentabilidade.

Ao reconhecer e valorizar a amplitude do impacto da propriedade intelectual em diversos aspectos da sociedade, reafirmamos nosso compromisso com um futuro mais equitativo, próspero e sustentável para todos.

Pedro Tinoco é sócio especialista em Propriedade Intelectual do escritório Almeida Advogados.

De mãe solo e desempregada a diretora: jornada de empreendedorismo

Por Cláudia Brito

Em um mundo onde "é tudo sobre negócios", minha história se destaca como um farol de esperança e inspiração para todos, e principalmente, para as mulheres brasileiras. Isso porque, em 1998, me vi diante de um dos meus maiores obstáculos até hoje: ser mãe solo de duas filhas pequenas, desempregada e com um futuro incerto pela frente.

O desespero bateu à porta, confesso, mas como toda mãe que tende a se tornar uma leoa para cuidar de suas crias, me agarrei a uma força que nem eu sabia que existia dentro de mim e segui em frente. Felizmente, esse período durou apenas quatro meses – assumo ter sido uma grande escola. Aprendi a valorizar cada conquista, cada passo dado, cada porta aberta; descobri uma força interior que me permitia superar qualquer obstáculo, desenvolvi novas habilidades e me tornei uma mulher forte e com mais paciência.

Minha jornada pessoal e profissional foi marcada por diversas experiências que contribuíram significativamente para meu crescimento e desenvolvimento. Atualmente, como Sócia Diretora Comercial e de Marketing de uma das maiores empresas de seguro viagem do Brasil, muitos desconhecem os desafios que enfrentei para chegar até aqui.

Durante a pandemia, junto a outros cinco sócios, decidi adquirir a empresa e mais uma vez, sem medo, agarrei a oportunidade e acreditei no meu potencial. Essa experiência me ensinou a liderar em tempos desafiadores, tomar decisões estratégicas sob pressão e trabalhar em equipe para alcançar objetivos comuns.

Ao refletir sobre tudo isso, percebo que os momentos difíceis foram essenciais para moldar a mulher empreendedora que sou hoje. Os desafios do dia a dia já não me intimidam, eu até gosto. Minha jornada não é apenas uma história de superação pessoal, mas também uma fonte de inspiração para outras mulheres que enfrentam desafios semelhantes.

Cláudia Brito é diretora Comercial e de Marketing da Coris.



Monitor Mercantil S/A
Rua Marcílio Dias, 26 - Centro - CEP 20221-280
Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3849-6444

Monitor Editora e Gráfica Ltda.
Av. São Gabriel, 149/902 - Itaim - CEP 01435-001
São Paulo - SP - Brasil
Tel.: + 55 11 3165-6192

Diretor Responsável
Marcos Costa de Oliveira

Conselho Editorial
Adhemar Mineiro
José Carlos de Assis
Maurício Dias David
Ranulfo Vidigal Ribeiro

Filiado à


Serviços noticiosos:
Agência Brasil, Agência Xinhua

Empresa jornalística fundada em 1912
monitormercantil.com.br
twitter.com/sigaomonitor
redacao@monitormercantil.com.br
publicidade@monitor.inf.br
monitorsp@monitor.inf.br

Assinatura
Mensal: R$ 180,00
Plano anual: 12 x R$ 40,00
Carga tributária aproximada de 14%

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a opinião deste jornal.

Acesse nossas edições impressas




FATOS & COMENTÁRIOS

Marcos de Oliveira
Redação do MM
fatos@monitormercantil.com.br

Hidrogênio: contraste entre discurso e realidade

A expansão do uso de hidrogênio como fonte de energia enfrenta obstáculos significativos. O principal deles, o custo. Gerar energia a partir do petróleo, ou mesmo do carvão, ainda é substancialmente mais barato.

Na Alemanha, para ficar num exemplo de país em que mais se fala em tecnologia verde, há uma lacuna substancial entre os projetos e as decisões finais de investimento, de acordo com a E.ON, a principal empresa de energia alemã.

Nesta semana (24), a companhia alertou que as metas nacionais para a expansão do hidrogênio estão apenas no campo teórico. Embora a capacidade planejada para a produção até 2030 tenha ultrapassado os 10 gigawatts (GW), sugerindo que a Alemanha poderia cumprir as suas metas de expansão até ao final da década, as decisões finais de investimento foram tomadas para apenas 16 dos 88 projetos disponíveis em fevereiro de 2024.

Uma análise E.ON a partir de dados do Instituto de Economia Energética da Universidade de Colônia concluiu que estes projetos tinham uma capacidade total de geração de hidrogênio de 0,3 GW – ou 3% do projetado.

A União Europeia deve acelerar significativamente a sua expansão para atingir as metas estabelecidas para o hidrogênio. De acordo com um estudo publicado pela Strategy& na PwC na segunda-feira (22), o bloco precisaria adicionar 120 GW até 2030, um aumento de 20 vezes em relação ao ritmo atual.

O estudo afirma que a China está "à frente do jogo" na implementação da expansão do hidrogênio, com planos para aumentar a capacidade em 3,3 GW só em 2024, equivalente a todo o volume em construção ou financiado na Europa no ano passado.

Cadê o Ministério do Chico?

Sem querer ser pessimista, mas o cashback de imposto previsto na regulamentação da Reforma Tributária vai abrir as portas para fraudes milionárias. Faltou ouvir o Ministério de Vai Dar M...

Rápidas

A Inovação Tecnológica no Sistema Financeiro Nacional será o tema do evento promovido pelo IAB nesta terça-feira, às 16h, com o economista e chefe da Divisão de Regulação do Banco Central, Nagel Paulino. Haverá transmissão pelo canal TVIAB no YouTube *** Nesta terça, a Preâmbulo Tech estará no Paiol Digital, evento inspirado no modelo TEDx para engajar pessoas no empreendedorismo *** Também nesta terça, acontecerá o lançamento da 3ª edição do Festival Delícias do Vale do Café no restaurante Otto Grill, no Centro do Rio *** O seminário "Desjudicialização da Saúde Suplementar", coordenado pelo ministro Paulo Dias de Moura Ribeiro, do STJ, e promovido pela Revista Justiça & Cidadania, acontecerá de forma presencial em 9 de maio, na Escola Paulista da Magistratura. Inscrição: institutojc.com.br/eventos/i-seminario-desjudicializacao-da-saude *** O Grupo Soares Pereira (GSP) é o responsável pela expansão da marca Power Look de aluguel de vestidos, das sócias Flávia Sampaio e Roberta Fuser. A expectativa é inaugurar 10 franquias até fim deste ano *** Por ampla maioria, a Assembleia Legislativa do Rio (Alerj) aprovou a isenção de ICMS para arroz e feijão. O benefício foi uma conquista articulada pela Associação de Supermercados (Asserj).

Desoneração: 17 setores alertam para insegurança jurídica

Salário médio: 12,7% superior aos não atendidos

A ação impetrada pelo governo no Supremo Tribunal Federal (STF), em 24 de abril de 2024, para questionar a prorrogação da desoneração da folha de pagamentos até 2027, coloca em risco os impactos socioeconômicos positivos da medida e cria uma situação clara de insegurança jurídica. O alerta consta da nota conjunta dos 17 setores sujeitos à tributação substitutiva da folha, assinada por 23 instituições e entidades.

"Essa política pública da tributação substitutiva da folha por percentuais da receita bruta promoveu, no período de janeiro de 2011 a fevereiro de 2024, um crescimento de 9,7% no número de empregos gerados pelos 17 setores abrangidos por essa sistemática tributária, voltada à promoção do emprego formal."

Segundo a nota, em uma análise mais recente, entre janeiro de 2019 e fevereiro de 2024, esse crescimento nos empregos formais nos mesmos setores foi ainda mais expressivo, atingindo 19,6%, superando em 5,3 pontos percentuais o desempenho dos demais setores econômicos. Estes 17 setores atualmente empregam 9,3 milhões de profissionais, e apenas nos dois primeiros meses de 2024 foram criados 151 mil novos empregos.

"Além disso, o salário médio nestes setores é 12,7% superior aos setores que não contam com essa desoneração tributária. Esses dados robustos corroboram a eficácia dessa política na geração de novos empregos e na elevação dos salários, indicando seus impactos positivos no mercado de trabalho. O modelo foi prorrogado por diversas vezes, após a redução do seu alcance em 2018."

Chama atenção ao fato de que as renovações ocorreram em momentos políticos diversos, com diferentes composições de governo e no Congresso Nacional, evidenciando a relevância social e econômica comprovada dessa política pública. Recentemente, o Projeto de Lei 334/2023, de autoria do senador Efraim Filho, que altera a Lei 12.546/2011, de conversão que positiva a prorrogação da desoneração da folha, teve longo e completo trâmite no Congresso Nacional, com debates e atuação de todo o espectro político, inclusive de integrantes da base do atual governo e do partido do presidente da República.

Segundo os signatários da nota, "o uso de medida extrema da ação de controle concentrado coloca em risco todos os efeitos concretos da política pública, à medida que promove imprevisibilidade tributária grave, inclusive com relação a investimentos e contratações de trabalhadores realizadas com a confiança na legislação aprovada e em vigor, com apoio em temas já superados e debatidos em todo o processo legislativo."

Também lembra que "partindo das informações e teses apresentadas pela AGU o Ministro Relator Cristiano Zanin concedeu liminar para afastar os dispositivos legais que prorrogaram a a tributação substitutiva da folha, por conta de alegada falta de realização de análise de impacto orçamentário, exigida pela Constituição. O Ministro relator teve o cuidado de decidir que a liminar seria mantida até eventual demonstração da realização da referida análise. Ocorre que tal análise de impacto foi realizada no decorrer do processo legislativo, como será demonstrado nos autos do processo."

Assinam a carta: Abert, Abes, Abicalçados, Abit, ABPA, Abranet, Abratel, ABT, Aner, ANJ, Assespro, Brasscom, CICB. Contlic, Fabus, Fenainfro, Feninfra, Geoc, SNTC, OCB, P&D, Sinditêstil e Zetta.

Queda de 0,15 p.p do IPCA é favorável para corte de juros

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15), prévia da inflação oficial do Brasil, fechou em abril em 0,21%, queda de 0,15 ponto percentual em relação a março, quando o índice registrou alta de 0,36%. O resultado foi divulgado nesta sexta-feira, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A desaceleração foi influenciada pelo grupo de Alimentação e Bebidas, com alta de 0,61% e impacto de 0,13 p.p. no índice geral.

Ana Paula Carvalho, planejadora financeira CFP® e sócia da AVG Capital, comentou que o esperado pelo consenso de mercado era variação de 0,29% e o índice foi 0,21%, apresentando assim um número abaixo do esperado pela maioria dos economistas. Segundo ela, o dado é favorável para o cenário de corte de juros.

"Na próxima reunião do Copom (Comitê de Política Monetária, do Banco Central), pode ser que tenhamos uma certa pressão no dólar dado que o diferencial de juros entre o Brasil e os EUA irão diminuir caso o BC continue o ritmo de 0,50% de queda da taxa Selic", prevê a planejadora financeira. Nos últimos 12 meses, o IPCA acumula alta de 3,77%, abaixo dos 4,14% observados nos 12 meses acumulado até abril. No ano, a inflação está em 1,67%. Em março de 2023, o indicador teve alta de 0,57%.

Para Ana Paula Carvalho, os dados de fora e a situação fiscal no Brasil neste momento têm uma influência mais relevante para o dólar. "Dos setores que contribuíram para essa desaceleração, apenas um teve variação negativa, que foi o setor de transportes com -0,49", citou.

Ela observa que o grupo alimentação e bebidas veio abaixo se comparado ao mês anterior, 0,61% versus 0,91% de março, porém alimentação em domicílio subiu 0,74%. Já a alimentação fora de casa desacelerou em relação a março, caindo de 0,59% para 0,25%. "Os gastos com saúde e cuidados pessoais subiram, impulsionado pelos reajustes dos produtos farmacêuticos", comparou.

"Acredito que o BC continue o ritmo de queda em 0,50% para a próxima reunião que será nos dias 07 e 08 de maio", prevê a planejadora financeira.

Ibre: confiança da indústria segue avançando

O Índice de Confiança da Indústria (ICI), medido pelo Instituto Brasileiro de Economia (Ibre), da Fundação Getúlio Vargas (FGV) subiu 0,3 ponto em abril, para 96,8 pontos. Em médias móveis trimestrais, o índice recuou 0,2 ponto, para 96,9 pontos.

"Após um primeiro trimestre positivo, a confiança da indústria segue avançando, mas com sinais distintos entre indicadores de situação atual e sobre o futuro dos negócios. Apesar da melhora gradual da demanda presente, os empresários observam o nível de estoques aumentar novamente. Há uma perspectiva positiva relacionada ao ambiente de negócios no segundo semestre e também sobre contratações nos próximos meses, embora as expectativas sejam de receio quanto à produção.

Além do cenário macroeconômico de queda na taxa de juros, controle da inflação e melhora nos indicadores de trabalho e renda, o avanço da nova política industrial e da reforma tributária podem ser fatores chaves para confirmar esse otimismo para os próximos meses entre os segmentos", comenta Stéfano Pacini, economista do Ibre.

Em abril, houve alta da confiança em oito dos 19 segmentos industriais pesquisados pela sondagem. O resultado reflete piora nas avaliações sobre a situação atual e melhora nas expectativas em relação aos próximos meses. O Índice Situação Atual (ISA) caiu 0,6 ponto, para 96,0 pontos. O Índice de Expectativas (IE) avançou 1,4 ponto, para 97,8 pontos, maior patamar desde setembro de 2022 (97,9 pontos).

Entre os quesitos integrantes do ISA, o que mais influenciou a queda no mês foi o que mede o nível de estoques, ao piorar 3,0 pontos no mês, para 105,3 pontos. Quando este indicador está acima de 100 pontos, sinaliza que a indústria está operando com estoques excessivos (ou acima do desejável). No mesmo sentido, o indicador que mede a situação atual dos negócios caiu 0,7 ponto, para 97,8 pontos. No sentido contrário, o nível de demanda avançou 1,8 ponto, para 95,7 pontos, melhor resultado desde outubro de 2022 (96,9 pontos).



VINHO ETC.

Míriam Aguiar
Professora e somelier
miriam.aguiar@gmail.com

Vinho e religião – Parte I

"Para encontrar a vinícola mais antiga do mundo, deixe a capital da Armênia, Yerevan, para trás, à sombra do iminente Monte Ararat, e dirija rápido por duas horas para sudoeste (…) depois de um tempo, após uma área quase desértica, um pequeno oásis verde se abrirá à sua frente: um aglomerado de pomares, vinhedos e colmeias, todos animados por um rio estreito e agitado que parece brotar do nada. No centro deste posto agrícola solitário fica a aldeia de Areni (…) embora a aldeia em si seja tão obscura quanto minúscula, o seu nome não o é."

Esses são alguns trechos do livro *A Natural History of Wine* (Ian Tattersall, Rob Desalle), que fala de uma visita a uma das rotas mais antigas do vinho, na Armênia. O Monte Ararat é aquele presente nos relatos bíblicos, onde a Barca de Noé teria atracado após o grande dilúvio, trazendo consigo um pé de videira que inauguraria uma nova era. A aldeia de Areni produz até hoje um vinho armeno muito tradicional e considerado dentre os melhores nacionais, feito de uma uva que ganhou o mesmo nome.

A história do vinho é muito antiga e não cessa de mostrar indícios de que pode ser muito mais longeva, à medida que seja possível reunir provas incontestáveis de sua existência, o que não é tão simples, pois deve envolver dados arqueológicos contundentes, cruzados com outras evidências culturais.

Hoje, o registro científico mais antigo de produção de vinhos data de 8 mil anos atrás, na atual Geórgia, região do Grande Cáucaso. Mas a uva que, por si só, poderia dar origem a um vinho acidentalmente – uma vez que é portadora de um suco diretamente fermentável pela ação de leveduras naturais – já habitaria a terra muito tempo antes. As vinhas selvagens surgiram muito antes da humanidade e ainda são representadas na Europa pela *Vitis vinifera* subespécie *sylvestris*, particularmente nas florestas inundadas do Reno.

A viticultura domesticada, entretanto, só foi possível a partir de 10.000 a.C., ou seja, há cerca de 12 mil anos, no período Neolítico, quando várias transformações climáticas criaram condições favoráveis para a prática da agricultura e criação de animais. E a produção de vinhos em si demandou o desenvolvimento de técnicas e artefatos para a sua elaboração, armazenamento e guarda. Demandou também condições culturais e ideológicas que favorecessem a sua permanência e expansão. Quanto mais antigas as referências, anteriores ao desenvolvimento da ciência em seu arcabouço racional, mais a humanidade fundamentou as suas práticas por outros sistemas de ideias, como a moral e sua íntima conexão com as doutrinas religiosas.

Em se tratando, então, de uma bebida alcoólica, com efeitos fisiológicos que podem alterar o comportamento, a sua aceitação social sempre passou por questionamentos e limitações na liberalidade, tendo sido interditada em alguns lugares e momentos, junto com os demais álcoois. O seu pertencimento a rituais culturais e a prescrição para um consumo moderado são elementos que legitimaram essa liberalidade ao longo do tempo, por muito tempo fundidos com o discurso religioso.

Dentre as bebidas alcoólicas, o vinho foi a que mais criou uma aliança com a religiosidade – uma aliança cultural e espiritual. Nas tradições grega e romana, o consumo de quantidades fartas de vinho foi associado aos cultos de Dionísio (nome grego) e Baco (nome romano), deuses de perfil bem hedonista.

O deus do vinho era uma espécie de semideus, uma vez que filho de Zeus com uma mortal, Semele. De certo modo, essa condição "quase-espiritual" do deus era metaforizada pelo efeito do consumo da bebida que representa. Se ingerida com moderação, era um bom estimulante intelectual, inspirando, por exemplo, os Symposia na Grécia antiga (encontros festivos após banquetes, regados a vinho com dança, música, recitais e debates). Se ingerido de forma abusiva, poderia provocar descontrole, violência, como sugerem os atos dionisíacos encenados na tragédia do dramaturgo grego Eurípides, *As Bacantes*. A trama fala de uma vingança de Dionísio, jamais reconhecido pela família como um deus autêntico, por meio de um ritual de êxtase, envolvendo suas ninfas seguidoras, chamadas de bacantes ou mênades.

Junto à comunidade judaica, o vinho era considerado uma bênção dada por Deus, quando consumido com moderação, tanto que o primeiro ato de Noé, ao desembarcar da arca, foi plantar uma vinha. Seguimos, no próximo artigo, falando das demais conexões entre vinho e religião.

Visite a página de Míriam Aguiar no Instagram e se inscreva em cursos e aulas de vinhos presenciais e online.
Instagram: @miriamaguiar.vinhos.
Blog: miriamaguiar.com.br/blog

Salário em bares e restaurantes sobe o triplo

Bares e restaurantes apresentaram o maior aumento no rendimento médio mensal entre todos os setores (4,7%), segundo os dados da edição especial da PNAD Rendimento de Todas as Fontes, divulgada sexta-feira pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com dados de 2023.

Segundo a pesquisa, o índice geral, que inclui todos os setores foi de 1,2%, em 2023, com destaques positivos para o setor de Alojamento e Alimentação (4,7%) e Outros Serviços (3,5%), enquanto o setor de Serviços Domésticos apresentou o menor aumento (0,9%).

A renda média mensal chegou aos R$2.025, em 2023, superando pela primeira vez a marca dos R$ 2 mil no setor de Alojamento e Alimentação (no qual a alimentação fora do lar representa cerca de 85% do volume de empregos, segundo a Abrasel).

Apesar do aumento, o salário é um dos mais baixos, principalmente pelo fato do setor empregar mais pessoas sem qualificação: segundo pesquisa da Abrasel realizada no ano passado, 93% dos estabelecimentos de alimentação fora do lar contratam pessoas sem experiência.

"O aumento do rendimento médio é muito importante para mostrar como o setor tem se recuperado da pandemia. Os bares e restaurantes têm encontrado dificuldades para contratar, por isso precisaram reajustar salários acima da média, como forma de atrair e reter talentos. O problema é ainda maior quando falamos de profissionais especializados", comenta Paulo Solmucci, presidente-executivo da Abrasel.

Apesar do aumento do rendimento médio mensal, o setor ainda enfrenta desafios na contratação de mão de obra qualificada. A capacitação e retenção de talentos continuam sendo um desafio, os cargos de gerência e especializados (sushiman, churrasqueiro, pizzaiolo) são os cargos com maior dificuldade de contratação de profissionais, com 4,4 e 4,35 respectivamente, em uma escala de 0 a 5, apontou pesquisa da Abrasel.

Governo taxa pneu importado e preocupa setor de transporte

Na última terça-feira, o Grupo Executivo de Integração da Política de Comércio Exterior (Gecex) anunciou a imposição de medidas antidumping sobre pneus de carga montados em rodas de aros 20", 22" e 22,5", utilizados em caminhões e ônibus. A decisão tem gerado reações de descontentamento do setor, especialmente dos caminhoneiros, dos fabricantes de caminhões e carretas e dos produtores de implementos agrícolas.

"Recebi com muita tristeza a notícia de que o governo brasileiro ampliou as medidas antidumping sobre os pneus importados. Isso aumenta muito o custo dos caminhoneiros e de todo o setor de transporte, já que impacta também os fabricantes de caminhões e implementos rodoviários", declarou Janderson Maçanero, o Patrola, uma das principais lideranças dos transportadores autônomos, durante a primeira Reunião das Frentes Parlamentares do Caminhoneiro Autônomo e das Cooperativas de Transporte Rodoviário de Cargas. O encontro também ocorreu na terça-feira, na Câmara dos Deputados.

Patrola expressou preocupação com relação à capacidade dos fabricantes instalados no Brasil em fornecer pneus ao mercado nacional. "As fábricas locais não têm capacidade de infraestrutura para suprir todas as necessidades do mercado. Neste caso, os pneus importados são grandes aliados, pois hoje rodamos com segurança e eficiência com produtos de qualidade, testados e aprovados pelo Inmetro", acrescentou.

A imposição dessas medidas antidumping pode resultar em um aumento substancial no custo dos transportes, prejudicando diversos setores da economia que dependem do serviço. Outra preocupação levantada por Patrola é o impacto direto no bolso dos caminhoneiros e na economia doméstica. "Se o pneu que hoje pagamos entre R$ 1,2 mil e R$ 1,6 mil passar a custar R$ 3 mil, lá na nossa casa, o bife vai ser menor ou então nem vai ter", alertou.

Diante desse cenário, o líder da categoria considera imprescindível que o governo leve em consideração as preocupações e argumentos apresentados pelos caminhoneiros e outros setores afetados. "É fundamental buscar soluções que garantam a competitividade do mercado, sem comprometer a sustentabilidade econômica e a segurança dos trabalhadores", disse.

OLX: iPhone, geladeira e TV, os mais vendidos no 1º tri de 2024

Os iPhones foram os itens mais vendidos nos três primeiros meses do ano. É o que revela o estudo da OLX, maior marketplace de classificados de produtos usados, autos e imóveis do Brasil, que avaliou o desempenho de bens de consumo na plataforma no primeiro trimestre. Segundo o levantamento, os celulares da Apple corresponderam a 17% do share de vendas via OLX.

"Os dados revelam uma tendência de consumo acompanhada de perto pela OLX, que é o fato de as pessoas estarem prolongando a vida útil dos objetos enquanto fazem uma renda extra. A plataforma, enquanto principal referência em economia circular do país, promove conexões e permite que esses negócios sejam realizados. Um iPhone usado garante, em média, 49% de economia pela plataforma; uma geladeira pode custar 68% a menos quando comparado com o item novo. Ou seja, é possível desapegar e fazer bons negócios usando nossa plataforma", afirma Regina Botter, Diretora Geral da OLX.

Na sequência dos usados mais vendidos no 1º tri estão artigos para casa, como geladeira, com 10,3% TV, com 8,6% e cadeira com 7%.

O smartphone da Apple também lidera dentre os mais 20 produtos mais procurados nos três primeiros meses de 2024 na plataforma, junto com a geladeira na segunda colocação e a televisão, em terceiro. O ar-condicionado vem em quarto lugar, em um trimestre no qual o Brasil vivenciou uma onda de calor em março.

O iPhone é o item mais anunciado do período, enquanto a TV ocupa a segunda posição; a cadeira vem na terceira colocação.

De acordo com o estudo da OLX, o PC gamer foi o produto que mais registrou crescimento em vendas na plataforma no 1º trimestre de 2024, com 24,7% de alta em relação ao mesmo período do ano passado.

Contudo, os itens da Apple dominam este recorte do levantamento, já que, ocupam o segundo e o terceiro lugar o Apple Watch com 18,9%, e o Macbook com 18,4% de alta, respectivamente.

Na sequência do top 5 aparecem os capacetes, com crescimento de 10,8% - o único fora do universo dos eletrônicos no top 5 -, e os iPhones, que tiveram 5,1% de alta nas vendas nos primeiros três meses do ano.

Dos itens usados que mais geram economia em relação aos novos, a geladeira é a líder, pois chega a custar 68% a menos na plataforma. A máquina de lavar, a TV, o ar- condicionado e o microondas usados também podem ser encontrados na OLX por menos da metade do valor de um exemplar novo.

NXGOLD

NX GOLD S.A.

CNPJ/MF: 18.501.410/0001-81

Relatório da administração

No ano de 2023, a Companhia alcançou uma produção recorde de ouro totalizando 59.222 onças. Isso foi resultado do sucesso da iniciativa NX60 implementada nas operações da Companhia, onde a produção proveniente da mina Matinha desempenhou um papel fundamental nesse feito, contribuindo para que a Companhia apresentasse um aumento dos teores e da produção de ouro processados de 98,8% e 38,8%, respectivamente, em comparação com o ano de 2022, impulsionando ainda mais os resultados positivos. Para consolidar esses feitos, também em 2023, a Companhia recebeu as certificações ISO 9001, ISO 14001 e ISO 45001. Em função de reflexos sentidos ainda pelo período de pandemia em sua cadeia de suprimentos, de forma a assegurar seus estoques de itens críticos e a manutenção de suas atividades, a Companhia permaneceu com sua política de manter em nível mais elevado o estoque de alguns produtos intermediários de maior consumo. Felizmente, apesar das dificuldades enfrentadas, a Companhia pode manter suas operações normais, sem interrupções, atingindo ao final do ano a produção de 1.842 kg de ouro (equivalentes a 59.222 oz), superando seu planejamento realizado ao final de 2022 que era de 1.664 kg (equivalentes a 53.490 oz). O ambiente de incertezas trazidas pela pandemia, bem como pelos conflitos internacionais entre algumas regiões, fez com que as cotações do ouro se mantivessem em níveis elevados como observados em 2022. O preço médio do ouro em 2023 foi de 1.942,74 dólares por onça comparado aos 1.800,80 dólares por onça em 2022. O contrato assinado com a Umicore em janeiro de 2020 teve continuidade e 100% da produção da Companhia foi destinada a esse cliente, representando vendas de 1.818 kg (58.448 oz). Ao longo do ano, como demonstrado acima, os preços do ouro no mercado internacional mantiveram cotações significativamente elevadas. Apesar das dificuldades operacionais e logísticas trazidas pela pandemia, que de alguma forma ainda foram sentidas em 2023, o preço do ouro, juntamente com as cotações do dólar, permitiu que a Companhia superasse suas previsões iniciais em termos de faturamento e geração de caixa, alcançando resultados expressivos. Ainda em 2021, através de sua controladora Ero Gold foi realizada uma operação de "streaming" através do acordo firmado entre a controladora Ero Gold e a Royal Gold, de 25% do volume de suas reservas de ouro, conforme volumes certificados em seu relatório de recursos e reservas referentes ao ano de 2021. Através dessa operação, a controladora da Companhia recebeu adiantamento no valor total de USD 110 milhões, que serão pagos através da entrega do volume total de 93.000 onças, equivalentes a 25% das reservas certificadas. Os recursos obtidos nessa operação serão utilizados para expansão da capacidade de investimento do grupo Ero, na companhia e em outros ativos considerados estratégicos. Em 2023 expandimos a nossa parceria com a Royal Gold no "Projeto Esperança", que se destina a apoiar jovens em risco (entre os 7 e os 17 anos) das comunidades que rodeiam as operações da Companhia. No ano de 2023, trabalhamos em torno das minas Santo Antônio, Brás e Matinha, no requerimento da empresa parceira AX Mineração de Metais Preciosos e nas áreas de exploração da companhia que totalizam aproximadamente 134 mil hectares. Na sondagem de superfície foram executados 39 furos nos alvos EDEM (AX Mineração), Rocinha, Estreitão, Palmeira e Cristal totalizando 8.932 metros perfurados, com investimento de BRL 9,04 milhões. Na sondagem de subsolo foram executados 22 furos nas minas Santo Antônio, Matinha e no projeto Honey Spoon no Alvo Brás, totalizando 7.657 metros perfurados, com investimento de BRL 8.33 milhões. A Companhia continua atenta as demandas adicionais trazidas pelas variantes da pandemia, cujos efeitos infelizmente se estendem por períodos maiores do que os inicialmente imaginados pelo governo e sociedade em geral. Nossas ações atualmente são pautadas por 4 pontos: segurança dos nossos funcionários e prestadores de serviços; continuidade normal de nossas operações; produção com baixo custo de produção e ações para aumento dos volumes de recursos e reservas. E continuamos seguindo nosso planejamento com a execução de ações de mitigação dos riscos, o que tem nos permitido crescer nossas operações mesmo em um cenário bastante adverso. Agradecemos o apoio dos nossos acionistas, a dedicação e comprometimento de nossos funcionários, e a parceria de nossos fornecedores e de nosso cliente. Com certeza essas ações combinadas nos ajudaram a passar com sucesso por mais um ano atípico e desafiador.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Valores expressos em milhares de Reais)*

Ativo	Nota	2023	2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	17.471	174.369
Contas a receber de clientes	8	16.976	2.196
Estoques	9	41.297	39.085
Impostos a recuperar	10	9.032	9.585
Imposto de renda e contribuição social		466	459
Outros créditos e despesas antecipadas		5.748	7.504
Total do ativo circulante		90.990	233.198
Não circulante			
Contas a receber com partes relacionadas	11	335.680	-
Depósitos judiciais		383	452
Ativo fiscal diferido	28.c	7.212	4.654
Total do realizável a longo prazo		343.275	5.106
Investimentos		11	11
Imobilizado	12	558.585	501.242
Intangível	13	12.364	6.861
Total do ativo não circulante		914.235	513.220
Total do ativo		1.005.225	746.418

Passivo	Nota	2023	2022
Circulante			
Fornecedores	14	17.699	26.619
Salários, encargos e contribuições sociais	17	8.720	6.972
Obrigações tributárias	18	4.635	4.377
Imposto de renda a pagar	18	4.100	122
Contribuição social a pagar	18	8.138	3.311
Participação nos resultados	19	7.993	4.128
Dividendos e juros sobre o capital próprio	22.d	97.164	48.137
Outras contas a pagar		2.605	197
Passivos de arrendamentos	15	28.133	22.872
Total do passivo circulante		179.187	116.735
Não circulante			
Participação nos resultados	19	1.502	1.882
Provisão para recuperação ambiental e desmobilização de ativos	20	19.124	18.719
Outras contas a pagar		625	-
Provisão para perdas com processos judiciais	21.a	1.041	1.949
Passivos de arrendamentos	15	10.504	17.821
Total do passivo não circulante		32.796	40.371
Patrimônio líquido			
Capital social	21.a	171.062	171.062
Reservas de lucros		622.180	418.250
Total do patrimônio líquido		793.242	589.312
Total do passivo e patrimônio líquido		1.005.225	746.418

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto pelo resultado por ação)

	Nota	2023	2022
Receita	23	561.240	389.372
Custo das vendas	24	(233.480)	(193.963)
Lucro bruto		327.760	195.409
Despesas com vendas	24	(4.161)	(2.895)
Despesas gerais e administrativas	24	(33.477)	(23.677)
Outras receitas	25	6.645	4.779
Outras despesas	25	(5.262)	(5.836)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras e impostos		291.505	167.780
Receitas financeiras		3.301	8.693
Despesas financeiras		(6.973)	(4.329)
Receitas (Despesas) financeiras líquidas	26	(3.672)	4.364
Resultado antes dos impostos		287.833	172.144
Imposto de renda e contribuição social Corrente	28.a	(30.257)	(12.463)
Imposto de renda e contribuição social Diferido	28.a	2.557	349
Lucro líquido do exercício		260.133	160.030
Resultado por ação			
Resultado por ação - básico e diluído (em R$)	29	0,130	0,080

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de Reais)

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	260.133	160.030
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	260.133	160.030

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		260.133	160.030
Ajustes para:			
Depreciação, amortização e exaustão	24	100.597	64.633
Reversão de perdas em processos judiciais	21	(908)	(450)
Provisão para perdas em estoques		1.684	268
Imposto de renda e contribuição social diferido		(2.557)	(349)
Imposto de renda e contribuição social corrente		30.257	12.463
Provisão para recuperação ambiental e desmobilização de ativos	20	2.191	2.226
Provisão para participação nos resultados		15.341	11.110
Juros sobre arrendamentos	15	3.740	1.782
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidas		578	(927)
		411.056	250.786
Variações em:			
Contas a receber de clientes		(14.780)	17.777
Estoques		(1.864)	(175)
Impostos a recuperar		553	(598)
Imposto de renda e contribuição social		(16.618)	(16.279)
Outros créditos e despesas antecipadas		1.756	(2.964)
Depósitos judiciais		69	(2)
Fornecedores		(2.117)	4.175
Salários, encargos e contribuições sociais		1.748	25
Obrigações tributárias		(7.918)	(3.689)
Participação nos resultados		(11.856)	(9.298)
Outras contas a pagar		2.408	33
Gastos com recuperação ambiental e desmobilização de ativos		295	(2.800)
Caixa gerado pelas operações		362.733	236.991
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(4.564)	-
Juros pagos		-	(1.183)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		358.169	235.808
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Contas a receber com partes relacionadas		(335.055)	-
Adições ao imobilizado		(143.239)	(155.797)
Adições ao intangível		(1.419)	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(479.714)	(155.797)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Amortização de Arrendamentos	15	(35.167)	(20.397)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(186)	(5.159)
Liquidação de Derivativos		-	(5.095)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		(35.353)	(30.651)
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		(156.898)	49.360
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		174.369	125.009
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		17.471	174.369

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reservas de Lucros: Legal	Expansão	Reserva de Lucros	Incentivos fiscais	(Prejuízos)/Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	22.a	171.062	16.695	154.804	23.275	98.946	-	464.782
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	160.030	160.030
Reserva legal	22.b	-	8.001	-	-	-	(8.001)	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio	22.d	-	-	-	-	-	(35.499)	(35.499)
Reserva de Lucro		-	-	-	85.648	-	(85.648)	-
Reserva para Investimentos	22.c	-	-	(8.439)	8.439	-	-	-
Constituição de reserva de incentivo fiscal - SUDAM		-	-	-	-	30.880	(30.880)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	22.a	171.062	24.696	146.365	117.362	129.826	-	589.312
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	260.133	260.133
Reserva legal	22.b	-	9.516	-	-	-	(9.516)	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio	22.d	-	-	-	-	-	(56.203)	(56.203)
Reserva de Lucro		-	-	-	140.647	-	(140.647)	-
Constituição de reserva de incentivo fiscal - SUDAM		-	-	-	-	53.767	(53.767)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	22.a	171.062	34.212	146.365	258.009	183.593	-	793.242

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1 Contexto operacional: A NX Gold S.A ("Companhia" ou "NX") é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na Rua Surubim, nº 577, conjunto 63, Cidade Monções, São Paulo. A Companhia possui uma filial na cidade de Nova Xavantina, Mato Grosso, onde está localizada a mina subterrânea. Sua atividade predominante é a exploração e comercialização de ouro e prata (subproduto). A NX possui uma propriedade de aproximadamente 133.788 ha em direitos minerários, localizada aproximadamente a 18 quilômetros a oeste da cidade de Nova Xavantina, sudeste do estado do Mato Grosso, consistindo em uma única concessão de lavra, cobrindo uma área de 613,72 ha, onde toda mineração e processamento de ouro ocorrem. **1.1 Situação patrimonial e financeira:** Conforme apresentado nas demonstrações financeiras, a Companhia registrou um capital circulante líquido (CCL) negativo de R$ 88.197 em 2023. A Companhia entende que o saldo de capital circulante líquido negativo se deve principalmente aos dividendos a pagar à controladora, no valor de R$ 97.164 reconhecidos pela Companhia. O plano da Administração prevê a liquidação de seus passivos de curto prazo por meio da geração de fluxo de caixa operacional. Em caso de necessidade de caixa para a liquidação desses passivos de curto prazo, a controladora não exigirá a liquidação dos dividendos mencionados acima. Dessa forma, a administração entende que a decisão da controladora resultará na equalização do fluxo financeiro de curto e médio prazo da companhia. **2 Base de preparação: Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), e estão apresentadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 12" de abril de 2024. Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia, estão apresentadas na nota explicativa 5. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **3 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os valores foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **4 Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos na data base das demonstrações financeiras. Essas estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relações às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. Caso haja uma mudança significativa nos fatos e circunstâncias sobre os quais estão baseadas as premissas e estimativas, poderá ocorrer um impacto material sobre os resultados e a situação financeira da Companhia. As principais estimativas e premissas contábeis significativas estão mencionadas a seguir. **4.1 Julgamentos:** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Nota explicativa 5 (a)** – reconhecimento de receita: o momento de reconhecimento de receita. **4.2 Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2023 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota 20 - reconhecimento e mensuração de provisões para recuperação ambiental e desmobilização de ativos: premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e • Nota 21 - reconhecimento e mensuração de provisão para perdas com processos judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude de uma saída de recursos; e • Nota 28 - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados; **5 Políticas contábeis materiais:** A Companhia aplicou consistentemente as seguintes políticas contábeis a todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras, exceto quando de outra forma explicado. **a. Receita:** A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente, conforme determina as normas contábeis. A Companhia reconhece a receita em um momento específico do tempo. A receita é reconhecida quando o controle do bem é transferido para o cliente. Como as vendas da Companhia são baseadas no Incoterm de Custo, Seguro e Frete ("CIF"), pelos quais a Companhia é responsável pela entrega do bem, a receita é reconhecida no instante em que o Companhia completa sua obrigação de desempenho. Em alguns casos, o preço de venda é determinado provisoriamente na data da venda, sendo os ajustes subsequentes baseados nos movimentos dos preços cotados de mercado até à data da fixação do preço final. A receita é reconhecida pelo valor justo estimado da contraprestação total a receber. Desta forma, o valor justo do ajuste final do preço de venda é reavaliado continuamente e as variações no valor justo são reconhecidas como receita de venda na demonstração do resultado. **Subvenções governamentais:** Os incentivos fiscais são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício e confrontados com a despesa que se pretende compensar, desde que atendidas as condições descritas nas normas contábeis. ***(i) Incentivo da SUDAM - Lucro da exploração:*** Em 09 de agosto de 2023 a Companhia obteve da SUDAM a prorrogação da redução de 75% para a alíquota do imposto de renda para os exercícios de 2023 a 2032, para a produção de ouro e prata, reconhecido na rubrica de Imposto de renda na demonstração do resultado. ***(ii) Lei do Bem:*** A Lei do Bem concede benefícios fiscais a empresas que realizem aporte em projetos de Inovação Tecnológica, facultando às empresas o benefício da redução na alíquota de Imposto de Renda e na Contribuição Social sobre o Lucro Líquido a recolher sobre o Lucro Real. Segundo a Lei nº 11.196/05 Inovação Tecnológica é a concepção de novo produto ou processo de fabricação, e/ou agregação de novas funcionalidades ou características ao produto ou processo. O mecanismo do incentivo fiscal à inovação tecnológica representa significativo avanço pelo fato de sua aplicação ser automática, ou seja, não depende de aprovação prévia por uma agência governamental (autoaplicabilidade pelos contribuintes). **Receitas e despesas financeiras:** As receitas e despesas financeiras incluem: ganhos com derivativos; ganhos com aplicações financeiras; variação cambial sobre importações e outras receitas e despesas. As receitas e despesas de juros são reconhecidas na demonstração do resultado, através do método da taxa de juros efetiva. **Moeda estrangeira:** As transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moeda estrangeira na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado. **Benefícios a empregados:** Os benefícios a empregados são reconhecidos como despesa à medida que o respectivo serviço é prestado. É reconhecido um passivo pelo valor que se espera que seja pago se a Companhia tiver uma obrigação presente, legal ou construtiva, de pagar esse valor em resultado do serviço passado prestado pelo empregado e se a obrigação puder ser estimada com confiabilidade. **Impostos sobre o lucro:** O imposto de renda e a contribuição social dos exercícios social corrente e diferido são calculados com base em alíquotas de 15% mais o adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240 de imposto de renda e 9% do lucro tributável da contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. Conforme explicado na nota 5.b.i, a Companhia tem incentivo sobre o Imposto de renda. ***(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente:*** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a recuperar estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a recuperar é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recuperados que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas alíquotas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. ***(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido:*** Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para: • diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil; e • diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimento sob controle conjunto, na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível. Para um arrendamento específico, as diferenças temporárias de um ativo de direito de uso e de um passivo de arrendamento são consideradas pela base líquida (o arrendamento) para fins de reconhecimento do imposto diferido. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, incluindo possíveis benefícios fiscais sobre o imposto de renda, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio de aquisição ou produção e inclui os custos incorridos na aquisição de insumos, custos de produção e processamento e outros custos incorridos para colocar os estoques em seu local e condição existentes. No caso de estoques de produção e de trabalhos em curso, o custo inclui uma parte apropriada dos gastos gerais de produção com base na capacidade operacional normal. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela administração. **Imobilizado:** ***(i) Reconhecimento e mensuração:*** Os ativos imobilizados são mensurados pelo custo, o que inclui custos de empréstimos capitalizados, deduzidos da depreciação e exaustão acumuladas e eventuais perdas acumuladas do valor recuperável. O custo inclui gastos diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e implementar as condições necessárias para operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão instalados e os custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. ***(ii) Custos subsequentes:*** Os gastos subsequentes são capitalizados somente se for provável que benefícios econômicos futuros associados aos gastos fluirão para a Companhia. ***(iii) Desenvolvimento e construção em andamento:*** Quando reservas minerais economicamente viáveis foram identificadas e a decisão de prosseguir com o desenvolvimento foi aprovado, os ativos de exploração e avaliação são inicialmente avaliados se existe alguma perda de valor (impairment), e então reclassificado para construções em andamento ou propriedades minerais. Os gastos relacionados ao desenvolvimento estão capitalizados como obras em andamento e estão incluídos nas propriedades minerais, instalações e equipamentos. Custos associados ao comissionamento de novos ativos incorridos antes que eles operem da maneira pretendida pela administração, incluindo os custos diretamente atribuíveis dos testes, são capitalizados. Construções em andamento incluem o preço de compra e quaisquer custos diretamente atribuíveis para trazer o ativo para o local e condição necessária para o uso pretendido, incluindo avanços em itens de longa duração. Construção em progresso não é depreciado. Quando o ativo está operando da maneira pretendida pela administração, os custos de construção em andamento são reclassificados para propriedades minerais ou instalações e equipamentos. Custos de desenvolvimento da mina, os custos de remoção de estéreis e outros resíduos minerários – custos de remoção – são capitalizados como parte do custo depreciável de instalação, desenvolvimento e construção da mina. ***(iv) Custo de remoção de estéril:*** Onde as atividades de remoção de estéril na etapa de produção ou de desenvolvimento subterrâneo não resultam em estoque produzido, mas fornece melhor acesso ao corpo de minério, os custos são classificados como propriedades minerais quando essas atividades atendem a todos os seguintes critérios: (1) é provável que o benefício econômico futuro associado à atividade fluirá para a Companhia; (2) a Companhia pode estimar a reserva mineral do corpo de minério para o qual o acesso foi melhorado; e (3) os custos relacionados com a atividade associada a essa reserva mineral pode ser medida de forma confiável. Para minas subterrâneas, os custos incorridos para acessar uma reserva mineral do corpo do minério são capitalizados para jazidas. Esses custos são exauridos com base em unidades de produção durante a vida útil da reserva mineral para a qual o acesso foi construído. ***(v) Recuperação ambiental e custos de descomissionamento:*** Os custos esperados de recuperação ambiental da mina e os custos de desativação são capitalizados, com base no valor presente das saídas de caixa esperadas. ***(vi) Propriedades minerais:*** Os custos de exploração e avaliação são transferidos do Intangível para o Imobilizado quando a exploração e avaliação de um bem mineral é considerada técnica e comercialmente viável, os benefícios econômicos futuros são prováveis e a Companhia tem a intenção e recursos suficientes para completar o desenvolvimento e uso ou vender o ativo. Uma vez em produção, as propriedades minerais são amortizadas com base na unidade de produção em relação ao componente do corpo de minério a que estão relacionadas. ***(vii) Depreciação e exaustão:*** Itens do ativo imobilizado mineral são depreciados pelo método linear no resultado com base na vida útil econômica estimada de cada componente, exceto os custos de recuperação ambiental e de desativação e propriedades minerais. Os terrenos não são depreciados. Os custos de recuperação ambiental e desativação de propriedades minerais são amortizados pela vida útil da mina. **Ativos intangíveis:** ***(i) Ativos de exploração e avaliação:*** Os custos de exploração e avaliação referem-se à pesquisa inicial de um depósito mineral, o custo de aquisição de direito de exploração mineral e subsequente avaliação para determinar o potencial do depósito mineral. A etapa de exploração e avaliação começa quando a Companhia obtém o direito legal ou a licença para iniciar a exploração, subsequentemente as despesas de exploração e avaliação são capitalizadas como ativos de exploração e avaliação. As despesas de exploração e avaliação são capitalizadas ao custo de aquisição de acordo com a ICPC 18 e IFRS 6. Quando a exploração e avaliação de propriedade mineral for considerada técnica e comercialmente viável, os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e a Companhia tiver a intenção e recursos suficientes para completar o desenvolvimento e uso ou vender o ativo, os custos relacionados são transferidos do ativo intangível para o ativo imobilizado como propriedades minerais. Os ativos de exploração e avaliação são submetidos periodicamente a teste de redução ao valor recuperável. ***(ii) Gastos Subsequentes:*** Os Gastos Subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específicos aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos. ***(iii) Amortização:*** A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. ***(iv) Outros ativos intangíveis:*** Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e têm vidas úteis finitas são mensurados ao custo, menos a amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. São representados por programas e licenças com uma vida útil aproximada de 5 anos. **Instrumentos financeiros:** ***(i) Reconhecimento e mensuração inicial:*** O contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. ***(ii) Classificação e mensuração subsequente:*** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; • os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • como os gerentes do negócio são remunerados – por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. • As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos Ativos da Companhia. • Os Ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. • Ativos financeiros – avaliação sobre os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e juros. Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; e • termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; e • o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. No entanto, veja a nota explicativa 30 para derivativos designados como instrumentos de hedge.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

A Companhia classificou os ativos financeiros nas categorias de ativos financeiros a VJR e a custo amortizado. *Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:* Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. ***(iii) Desreconhecimento:*** *Ativos financeiros:* A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. *Passivos financeiros:* A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. ***(iv) Compensação:*** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **Redução ao valor recuperável (Impairment):** ***(i) Ativos não financeiros:*** Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia (ou seja, estoques e ativos fiscais diferidos) são revistos em cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ativos em desenvolvimento (ativos de exploração e avaliação) que ainda não estejam disponíveis para uso, o valor recuperável é estimado todo ano, próximo à data de apresentação. A fim de testar o valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa de uso contínuo, que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou unidades geradoras de caixa (UGCs). O valor recuperável de um ativo ou de uma UGC é o maior dentre o seu valor em uso e o valor justo deduzido de despesas de venda. O valor em uso baseia-se nos fluxos de caixa futuros descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflita as avaliações de mercado atuais do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou de uma UGC exceda seu valor recuperável. Perdas de valor são calculadas como a diferença entre o valor contábil de um ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. Perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma provisão. Quando a Companhia considera que não há perspectivas realistas de recuperação do ativo, os valores relativos são baixados. Se o valor da perda por redução ao valor recuperável diminuir posteriormente e a diminuição puder ser relacionada com objetividade a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, então a perda por redução ao valor recuperável previamente reconhecida é revertida por meio do resultado. ***(ii) Ativos financeiros:*** As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (*forward-looking*). A CPC 48 e IFRS 9 exige uma provisão para perdas de crédito esperadas ao longo da vida para contas a receber se o risco de crédito desse instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. Uma entidade deve sempre medir a provisão de perdas a um montante igual às perdas de crédito esperadas ao longo da vida para: (a) Negocie recebíveis ou ativos contratuais que resultem de transações que estejam dentro do escopo da CPC 47 e IFRS 15 e que: (i) Não contenham um componente de financiamento significativo de acordo com a CPC 47 e IFRS 15 (ou quando a entidade aplicar o expediente prático de acordo com a CPC 47 e IFRS 15); ou, (ii) conter uma componente de financiamento significativa de acordo com a CPC 47 e IFRS 15, se a entidade optar por medir a provisão de perdas a um montante igual às perdas esperadas para perdas ao longo da vida. Essa política contabilística deve ser aplicada a todos esses créditos comerciais ou ativos contratuais, mas pode ser aplicada separadamente aos créditos comerciais e aos ativos contratuais. A NX pode escolher entre avaliar a provisão aplicando o modelo de perda de crédito esperada ao longo da vida ou o expediente prático. Para cálculo das perdas de créditos esperados com clientes, a Companhia utiliza as seguintes premissas: (a) Classificação de risco do cliente, conforme relatório de Agência de risco de crédito internacional; (b) Taxa de inadimplência do cliente por data de vencimento da dívida, conforme relatório de Agência de risco de crédito internacional; (c) Taxa de recuperação conforme relatório Agência de risco de crédito nacional. (d) A entidade utiliza os expedientes práticos ao mensurar perdas de crédito esperadas. A Companhia considera sua experiência de perda de crédito histórica para contas a receber de clientes para estimar as perdas de crédito esperadas para 12 meses ou as perdas de crédito esperadas no ativo financeiro conforme pertinente. Provisões: As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira. ***(i) Participação nos resultados:*** Reconhecido no balanço patrimonial pelo montante calculado da exigibilidade quando a Companhia gera certas metas predefinidas que são atingidas. ***(ii) Recuperação ambiental e desmobilização de ativos:*** Obrigação constituída a partir de laudo técnico preparado por um terceiro avaliador considerando o valor presente dos custos a serem incorridos para desmobilização da mina. A contrapartida dessa obrigação é um ativo imobilizado que vem sendo amortizado de acordo com a exaustão das reservas minerais existentes. ***(iii) Perdas com processos judiciais:*** Provisão reconhecida quando a Companhia tem uma obrigação presumida ou legal que possa ser estimada de modo confiável em decorrência de evento passado, e é provável que um dispêndio financeiro seja requerido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido e dos fluxos de caixa futuros esperados. Uma provisão para perdas com processos judiciais é registrada mediante a avaliação e quantificação de ações judiciais cuja perda seja considerada provável na opinião da Administração e de seus advogados. **Arrendamentos:** O objeto do contrato é a transmissão do direito de controlar o uso de ativo identificado por um período em troca de contraprestação. O arrendador é, portanto, o proprietário do bem, sendo que a posse e a utilização, durante a vigência do contrato, são do arrendatário. O contrato de arrendamento pode prever ou não a opção de compra do bem de propriedade do arrendador. Todo e qualquer contrato firmado entre a Companhia e o arrendador passa por uma avaliação considerando as Normas Brasileiras e internacionais de contabilidade (CPC 06 (R2) /IFRS 16). De acordo com essas normas, existem exceções as quais são denominados expedientes práticos, e de acordo com esses expedientes práticos, duas exceções são avaliadas pela Companhia. Todo o contrato que não tenha mais de 12 meses de duração sem perspectiva de ampliação de seu prazo, não é qualificado como um arrendamento, assim como contratos onde o valor unitário do bem arrendado pela NX, de valor inferior a 05 (cinco) mil dólares e/ou por um valor determinado pela administração da companhia, levando em consideração critérios de materialidade, quantidade de contratos etc., não são considerados arrendamentos. ***(i) Reconhecimento e mensuração inicial:*** No começo do prazo de arrendamento, a Companhia deve reconhecer a aquisição do bem como Ativo e as respectivas obrigações a serem pagas pelo direito de uso deste ativo como Passivo. Caso o arrendatário reconheça o bem pelo valor presente dos pagamentos mínimos, deverá calcular o valor a ser contabilizado como ativo, utilizando a taxa de juros explicita, ou implícita do arrendamento. Se essa taxa de juros não puder ser determinada, deverá ser utilizada a taxa de juros incremental de financiamento do arrendatário. O bem objeto de arrendamento (leasing) será depreciado de acordo com o prazo de vigência do contrato. Para o caso de contratos em que exista cláusula de possibilidade de aquisição do bem ao final do uso, o ativo deve ser totalmente depreciado durante o prazo de vigência do contrato ou da sua vida útil, o que for menor, e posteriormente adicionado ao Ativo imobilizado em definitivo. Na data de início, os pagamentos do arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem os seguintes pagamentos, para o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo do arrendamento, os quais não são efetuados na data de início: (a) pagamentos fixos, menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber; (b) pagamentos variáveis de arrendamento, que dependem de índice ou de taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou a taxa da data de início; (c) valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; (d) pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. Para reconhecimento do ativo de direito de uso deve ser levado em consideração os seguintes indicadores: (a) O valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento; (b) Quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos; (c) Quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário; e (d) A estimativa de custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, salvo se esses custos forem incorridos para produzir estoques. O arrendatário deve incorrer na obrigação por esses custos seja na data de início ou como consequência de ter usado o ativo subjacente durante um período. ***(ii) Remensuração de contrato:*** O arrendatário deve remensurar o passivo de arrendamento descontando os pagamentos de arrendamento revisados, utilizando a taxa de desconto revisada, se: (a) houver alteração no prazo do arrendamento. O arrendatário deve determinar os pagamentos de arrendamento revisados com base no prazo revisado; ou O arrendatário deve remensurar o passivo de arrendamento, descontando os pagamentos de arrendamento revisados, se: (a) houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual. O arrendatário deve determinar os pagamentos de arrendamento revisados para refletir a alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual; (b) houver alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou em taxa utilizada para determinar esses pagamentos, incluindo, por exemplo, uma alteração para refletir alterações nas taxas de mercado de aluguel após a revisão dos aluguéis de mercado. O arrendatário deve remensurar o passivo de arrendamento para refletir esses pagamentos de arrendamento revisados somente quando houver alteração nos fluxos de caixa (ou seja, quando o ajuste aos pagamentos de arrendamento entrar em vigor). O arrendatário deve determinar os pagamentos de arrendamento revisados para o restante do prazo do arrendamento com base nos pagamentos contratuais revisados. O arrendatário deve contabilizar a modificação do arrendamento como arrendamento separado se: (a) a modificação aumentar o alcance do arrendamento ao acrescentar o direito de utilizar um ou mais ativos subjacentes; e (b) a contraprestação pelo arrendamento aumentar em valor compatível com o preço individual para o aumento no alcance e quaisquer ajustes apropriados a esse preço individual para refletir as circunstâncias do contrato específico. ***(iii) Encerramento de contrato:*** O contrato de arrendamento de bens pode ser encerrado fora do período estabelecido previamente nos seguintes casos: (a) Por anulação ou acordo das duas partes; (b) Pela anulação de uma das partes, devido ao descumprimento da(s) responsabilidade(s) de uma das partes. **6 Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. • Classificação dos passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26/IAS 1); • Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 40/IFRS 7); • Passivo de de arrendamento em uma venda e leaseback (alterações ao CPC 06/IFRS 16); • Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21). **7 Caixa e equivalentes de Caixa**

	2023	2022
Saldos bancários (a)	128	516
Aplicações de curto prazo (b)	17.343	173.853
	17.471	**174.369**

(a) Refere-se à valores em moeda nacional, mantidos essencialmente em contas correntes. (b) Referem-se à valores em moeda nacional, mantidos essencialmente em contas de investimentos (aplicações financeiras) de curto prazo e renda fixa, remuneradas a taxas que variam entre 80% e 85% em 2023 e 2022 do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), cujo montante não está vinculado ao cumprimento de obrigações contratuais e pode ser levantado a qualquer momento do banco sem penalização, sendo registrada pelo valor original mais os rendimentos apurados até 31 de dezembro de 2023.

8 Contas a receber de clientes

	2023	2022
Coimpa Industrial Ltda	15.128	2.196
SA Locação de Máquinas e Equipamentos Ltda	1.848	-
	16.976	**2.196**

A NX concentra o seu contas a receber referente a venda do bullion em um único cliente, a Coimpa Industrial Ltda.. Em 31 de dezembro de 2023, além da Companhia possui 100% da última venda do bullion e os 5% do valor das 4 vendas anteriores em aberto no contas a receber, com vencimento em janeiro de 2024; ela possui também em aberto valores referentes a venda de equipamentos e peças para a empresa SA Locação, os quais não estavam sendo utilizados pela Companhia. Em 2022 havia apenas 5% das quatro últimas vendas em aberto com vencimento em janeiro de 2023.
A exposição da Companhia a riscos de crédito relacionados a transações e outros recebíveis encontra-se divulgada na Nota Explicativa 30. Nenhuma provisão para perdas de crédito esperadas foi constituída em 31 de dezembro de 2023 e 2022. Nesta questão a Companhia realizou análises específicas de risco para o cliente individualmente e análise de perda histórica, e concluiu que não há a necessidade de constituição de provisão. **9 Estoques**

	2023	2022
Produtos acabados	7.671	5.198
Produtos em elaboração	-	38
Insumos de produção	32.710	33.849
Importação em andamento	916	-
	41.297	**39.085**

A provisão para redução ao valor recuperável representa insumos de produção e/ou de baixa movimentação na base de apresentação destas demonstrações financeiras, conforme abaixo:

(-) Provisão para redução ao valor recuperável	2023	2022
Saldo inicial	**(2.408)**	**(2.140)**
Adições	(1.774)	(461)
Baixas	90	193
Saldo final	**(4.092)**	**(2.408)**

10 Impostos a recuperar

	2023	2022
PIS a recuperar	978	1.410
COFINS a recuperar	4.482	5.611
IRRF sobre aplicação financeira	431	966
ICMS a recuperar	2.722	1.032
IPI a recuperar	122	268
Outros	297	298
	9.032	**9.585**

a. Utilização dos créditos tributários: A Companhia realizou a análise de recuperação dos créditos tributários e classificou os créditos em curto prazo de acordo com a expectativa de realização, os quais serão compensados com impostos federais e estaduais. **11 Contrato de Conta Corrente:** A Companhia possui um contrato de conta corrente com a Mineração Caraíba S.A. e ERO Brasil Geologia, Companhias do grupo ERO. Em 2023 o saldo das transações a receber foram de R$ 333.480 e R$ 2.200 respectivamente.

Contrato de Conta Corrente	2023	2022
Mineração Caraíba S.A.	333.480	-
ERO Brasil Geologia	2.200	-
	335.680	**-**

NXGOLD

NX GOLD S.A.

CNPJ/MF: 18.501.410/0001-81

12 Imobilizado: a. Conciliação dos valores contábeis

	Terrenos	Edificações	Equipamentos	Jazidas	Recuperação ambiental e desmobilização	Projetos em andamento	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**2.309**	**56.511**	**48.266**	**194.517**	**12.887**	**52.978**	**1.989**	**369.457**
Custos	2.309	80.700	114.477	347.533	24.617	52.978	3.311	625.925
Depreciação acumulada	-	(24.189)	(66.211)	(153.016)	(11.730)	-	(1.322)	(256.468)
Adições	-	-	60.636	38.242	-	104.937	3.989	207.804
Baixas	-	(29)	(1.419)	-	(2.078)	(2.800)	-	(6.326)
Transferências	-	11.701	15.198	-	-	(24.084)	(4.692)	(1.877)
Depreciação	-	(3.596)	(27.504)	(34.138)	(2.578)	-	-	(67.816)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**2.309**	**64.587**	**95.177**	**198.621**	**8.231**	**131.031**	**1.286**	**501.242**
Custos	2.309	92.372	188.892	385.775	22.539	131.031	2.608	825.526
Depreciação acumulada	-	(27.785)	(93.715)	(187.154)	(14.308)	-	(1.322)	(324.284)
Adições (a)	-	-	47.119	57.070	-	60.736	1.477	166.402
Baixas	-	-	(559)	-	-	(3.372)	-	(3.931)
Transferências	-	6.515	33.907	85.436	1.604	(127.819)	(2.347)	(2.704)
Depreciação	-	(3.769)	(42.279)	(55.294)	(1.082)	-	-	(102.424)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**2.309**	**67.333**	**133.365**	**285.833**	**8.753**	**60.576**	**416**	**558.585**
Custos	2.309	98.887	269.359	528.281	24.143	60.576	1.738	985.293
Depreciação acumulada	-	(31.554)	(135.994)	(242.448)	(15.390)	-	(1.322)	(426.708)

(a) As adições se referem principalmente a projetos em andamento, com R$ 48 milhões investidos em explorações geológicas, R$ 12,5 milhões para reformas industriais e adequações de equipamentos pesados, e para projetos de ampliação e melhorias na infraestrutura da mina subterrânea.

Em relação às jazidas, registram-se transferências significativas referentes à incorporação de reservas no montante de R$ 85,4 milhões referentes ao desenvolvimento das minas Santo Antônio e Matinha. **Revisão da vida útil:** Em 2023, foi feita a revisão da vida útil dos principais grupos do ativo imobilizado da Companhia. Levando em consideração a relevância do ativo imobilizado em relação às demonstrações contábeis como um todo, a Companhia avaliou a vida útil-econômica desses ativos e concluiu que não existem ajustes ou mudanças relevantes a serem reconhecidos em 31 de dezembro de 2023. Abaixo, o quadro demonstra quais as vidas úteis adotadas pela Companhia:

	Anos (2022)	Anos (2023)
Edifícios	25	25
Instalações	10	10
Equipamentos	4-10	4-10
Propriedades minerais	Unidades de produção	Unidades de produção
Recuperação ambiental e desmobilização	6 anos	7 anos

(i) Contratos de arrendamento: O ativo imobilizado inclui ativos de direito de uso no valor de R$ 36,7 milhões em 2023 (R$ 40,1 milhões em 2022) relacionados a edificações e equipamentos arrendados.

	Edificações	Equipamentos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**220**	**11.832**	**12.052**
Adições a ativos de direito de uso	-	48.853	48.853
Despesa de depreciação do exercício	(93)	(20.035)	(20.128)
Desreconhecimento de ativos de direito de uso	(29)	(637)	(666)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**98**	**40.013**	**40.111**
Adições a ativos de direito de uso (b)	181	29.403	29.584
Despesa de depreciação do exercício	(88)	(32.707)	(32.795)
Desreconhecimento de ativos de direito de uso (a)	-	(103)	(103)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**191**	**36.606**	**36.797**

(a) O desreconhecimento dos ativos de direito de uso durante 2023 e 2022 se referem principalmente a rescisão de contratos, devido a mudanças nos procedimentos operacionais, resultando na inviabilização da continuidade do uso. **(b)** As adições em 2023, referem-se a contratação de 31 veículos leves para uso nas minas e superfície pelo valor de R$ 7,5 milhões, a 2 manipuladores telescópicos no valor de R$ 3,2 milhões, 4 geradores no valor de R$ 1,4 milhões, e 7 transformadores no valor total de R$ 1,3 milhões. Outras adições essenciais incluíram a contratação um Caminhão Comboio para o abastecimento dos equipamentos pelo valor de R$ 2 milhões, 5 carregadeiras destinadas ao suporte na área de carregamento no valor de R$ 7,7 milhões. Adicionalmente, foram contratados uma mini escavadeira (R$ 1,8 milhões), um caminhão para funções de fornecimento de funcionários até a mina (R$ 1,2 milhões), e um caminhão Mercedes dedicado à limpeza e coleta de resíduos sanitários, totalizando R$ 1,9 milhões. **13 Ativos intangíveis:** Os Ativos intangíveis referem-se, principalmente, a aquisição de software e direitos minerários. Quando os projetos se tornam viáveis, o valor correspondente é transferido para o ativo intangível como Propriedades Minerais.

	Programas e Licenças	Direitos Minerários	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**665**	**4.474**	**5.139**
Custos	1.025	4.474	5.499
Amortização acumulada	(360)	-	(360)
Adições	-	-	-
Transferências	11	1.868	1.879
Amortização	(157)	-	(157)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**519**	**6.342**	**6.861**
Custos	1.036	6.342	7.378
Amortização acumulada	(517)	-	(517)
Adições	-	-	-
Transferências	370	5.339	5.709
Amortização	(206)	-	(206)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**683**	**11.681**	**12.364**
Custos	1.407	11.681	13.088
Amortização acumulada	(724)	-	(724)

Em 17 de Novembro de 2022, a Companhia celebrou um Contrato de Opção de Compra de Direito Minerário no valor de R$ 1,9 milhões com a empresa AX Mineração de Metais Preciosos Ltda. (Cedente), no qual ela concordou em outorgar à NX Gold S.A. uma opção de compra da totalidade (100%) do seu direito minerário nº 866.676/2006 localizado no município de Nova Xavantina, no estado de Mato Grosso. Para que a NX Gold S.A. adquira 100% do direito minerário e da participação sobre ele, ela precisará executar um programa mínimo de sondagem de 5.000 metros até o dia 17 de Maio de 2024; em seguida, desde de que o programa mínimo de sondagem seja cumprido, ela deverá emitir uma estimativa de recursos minerais do Direito Minerário elaborada por pessoa qualificada independente e de acordo com as diretrizes CIM e NI 43-101, e entregar esta estimativa à Cedente, esta por sua vez deverá fornecer à NX Gold, sua aceitação ou sua rejeição, por escrito, pela cessionária da Operação de Direitos Minerais do Direito Minerário no prazo de 30 dias após o recebimento da mesma pela NX Gold S.A.. Em decorrência desse compromisso, no ano de 2023 a Companhia conduziu pesquisas nesta área as quais totalizaram R$ 5,3 milhões. **14 Fornecedores**

	2023	2022
Fornecedores	17.699	26.619
	17.699	**26.619**

Os valores de fornecedores representam valores a pagar pela aquisição de materiais, serviços e outros insumos necessários para as atividades principais e acessórias de mineração.

15 Passivo de arrendamento

	2023	2022
Saldo inicial	40.693	12.309
Novos contratos	29.583	48.853
Pagamentos	(35.167)	(20.397)
Juros (a)	3.740	1.782
Baixa ou encerramento	(212)	(1.854)
Saldo final	**38.637**	**40.693**
Circulante	28.133	22.872
Não circulante	10.504	17.821
Vencimento	**2023**	**2022**
1 - 12 meses	28.133	22.872
1 - 2 anos	7.312	16.811
2 - 5 anos	3.192	1.010
Total	**38.637**	**40.693**

(a) Para cálculo dos juros sobre arrendamento de novos contratos foi utilizada a taxa de 0,73% ao mês.

16 Transações que não afetam caixa

	2023	2022
Contrato de arrendamento (Nota 15)	38.637	40.693
Provisão para recuperação ambiental (Nota 21)	19.124	18.719
Total	**57.761**	**59.412**

17 Salários, encargos e contribuições sociais

	2023	2022
Provisão para férias	4.599	3.821
Encargos a recolher	4.113	2.847
Outros	8	304
	8.720	**6.972**

18 Obrigações tributárias

	2023	2022
ICMS	460	724
IRRF sobre o salário dos empregados	979	559
CFEM	748	837
Imposto de renda a pagar	4.100	122
Contribuição social a pagar	8.138	3.311
IRRF sobre terceiros	1.863	1.620
Outros	585	637
	16.873	**7.810**

19 Participação nos resultados: A Companhia mantém um plano de participação nos resultados, que é pago a gestores e funcionários mediante alcance de metas preestabelecidas que são definidas com base na aprovação do orçamento pelo conselho de administração, o qual é validado junto ao Sindicato. Também como forma de beneficiar o seu colaborador, a Companhia fez adiantamento desse benefício no ano corrente. O quadro a seguir demonstra a movimentação do benefício complementar nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	2023	2022
Saldos em 1º de janeiro	**6.010**	**4.198**
Constituição da provisão do ano	15.341	11.110
Valores pagos referentes ao ano anterior	(8.644)	(7.232)
Adiantamento de PLR no ano corrente	(3.212)	(2.066)
Saldos em 31 de dezembro	**9.495**	**6.010**
Circulante	7.993	4.128
Não circulante	1.502	1.882

20 Provisão para recuperação ambiental e desmobilização de ativos: A Companhia constitui provisão para recuperação ambiental e desmobilização de ativos com base em laudos de avaliação preparados por terceiros. O último estudo foi realizado em 2022. A cada três anos a Companhia realiza o estudo de fechamento de mina através de empresa especializada. Em 2023, a Companhia realizou pagamentos para atendimento do plano de fechamento de mina no montante de R$ 3,4 milhões.

	Taxa de desconto	Saldo em 01/01/2023	Aumento de Provisão	Atualização Monetária Taxa desconto	Despesa com recuperação ambiental	Saldo em 31/12/2023
Projetos	11,70%	18.719	1.603	2.191	(3.389)	19.124
		18.719	**1.603**	**2.191**	**(3.389)**	**19.124**

	Taxa de desconto	Saldo em 01/01/2022	Diminuição de Provisão	Atualização Monetária Taxa desconto	Despesa com recuperação ambiental	Saldo em 31/12/2022
Projetos	10,41%	21.371	(2.078)	2.226	(2.800)	18.719
		21.371	**(2.078)**	**2.226**	**(2.800)**	**18.719**

A provisão refere-se a custos relacionados ao fechamento da mina e recuperação, com a conclusão das atividades de mineração e desmobilização de ativos relacionados à mina. Quando a provisão é reconhecida, o custo correspondente é capitalizado como parte do imobilizado e é depreciado da mesma forma sobre o ativo relacionado e contabilizado na demonstração do resultado. O passivo não circulante é mensurado posteriormente com o uso de uma taxa de desconto livre de risco a longo prazo aplicável ao passivo e contabilizado na demonstração do resultado como despesas financeiras até que a Companhia efetue os pagamentos relacionados ao fechamento da mina e à desmobilização dos ativos de mineração. Os valores acumulados dessas obrigações não são deduzidos dos custos prováveis cobertos por seguros ou indenizações. **21 Provisão para perdas com processos judiciais: a. Riscos provisionados:** Com base em uma análise individual dos processos administrativos e judiciais contra a Companhia, são mantidas provisões no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2023, no montante de R$ 1,0 milhão (R$ 1,9 milhão em 2022), para riscos relacionados a processos de natureza trabalhistas.

Movimentação da provisão

	2023	2022
Em 1º de janeiro	1.949	2.399
Adições	291	805
Reversões	(1.199)	(1.255)
Saldo em 31 de dezembro	**1.041**	**1.949**

As provisões para perda foram constituídas para os processos em que a possibilidade de perda foi avaliada como provável de perda, com base na opinião dos assessores jurídicos externos da Companhia. As ações referem se substancialmente a reclamações relacionadas horas extras e indenizações. O entendimento da administração da Companhia é de que o desfecho desfavorável de suas ações, individualmente ou em conjunto, não teram impacto adverso significativo nas condições financeiras ou nos negócios da Companhia. **Riscos não provisionados:** Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, existem outros processos em andamento, para os quais, em consonância com as práticas contábeis, não foram constituídas provisões, já que a probabilidade de perda fora classificada como possível, conforme segue:

Natureza	**2023**	**2022**
Tributária	574	-
Cível	-	1.049
Trabalhista	528	175
	1.102	**1.224**

22 Patrimônio líquido: a. Capital social: Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o capital subscrito e integralizado era de R$ 171,1 milhões composto por 2.005.715.350 ações nominativas, sem valor nominal, conforme demonstrado abaixo:

	2023 Quantidade de ações ordinárias	%	2022 Quantidade de ações ordinárias	%
Ero Gold Corporation	1.956.913.440	97,57	1.956.913.440	97,57
Tugalla B.V.	19.091.750	0,95	19.091.750	0,95
Branford Participações	19.091.750	0,95	19.091.750	0,95
Outros	10.618.410	0,53	10.618.410	0,53
	2.005.715.350	**100**	**2.005.715.350**	**100**

Reservas de lucro: ***Reserva Legal:*** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. ***Incentivos fiscais:*** Em 09 de agosto de 2023 a Companhia obteve da SUDAM a prorrogação da redução de 75% na alíquota do imposto de renda relativo aos exercícios de 2023 a 2032, para a produção de ouro e prata. Esse incentivo fiscal é reconhecido em conta específica no resultado, e após o encerramento do exercício, o incentivo é destinado à constituição de reserva de incentivos fiscais, conforme previsto na legislação societária. Durante o exercício de 2023 o montante do incentivo fiscal foi de R$ 53,8 milhões (R$ 30,9 milhões em 2022), conforme demonstrado abaixo:

Exercícios	
Acumulado de anos anteriores	63.982
2021	34.964
2022	30.880
2023	53.767
	183.593

Reserva de expansão: É destinada à aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital para novos projetos relacionados a novas minas, conforme proposta no orçamento previamente aprovado pelo controlador.

Exercícios	
Acumulado de anos anteriores	89.432
2021	65.372
2022	(8.439)
2023	-
	146.365

Reserva de Lucros a distribuir: Com base na Lei 6.404/76 e de acordo com estatuto social da Companhia, foram registrado distribuição de dividendos mínimos e constituição das reservas legal e estatutária, atingindo o limite legal das reservas. Motivo pelo qual houve excedente de lucro para que ficou à disposição da assembleia geral. **Dividendos:** O Estatuto Social da Companhia prevê um dividendo mínimo obrigatório de 25% calculado sobre o lucro líquido anual ajustado de acordo com a Legislação Societária. Em 31 de dezembro de 2023 os dividendos foram calculados conforme segue:

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	260.133	160.030
(-) Incentivo IR red. 75%	(53.767)	(30.880)
Lucro base para dividendos e reservas	206.366	129.150
(-) Reserva legal (5%)	(9.516)	(8.001)
Base de cálculo para cálculo dos dividendos	196.850	121.149
Dividendos propostos/JCP (25%)	56.203	35.499
IR sobre JCP (15%)	(6.990)	(5.212)
Dividendos / JCP a pagar	49.213	30.287

No período encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi reconhecido valor R$ 49,2 milhões a título de dividendos a pagar pela Companhia. **23 Receita operacional líquida**

	2023	2022
Venda de ouro e prata	568.985	394.745
(-) Impostos sobre vendas	(7.745)	(5.373)
Total de receita	**561.240**	**389.372**

A variação da receita em 2023 ocorreu principalmente devido a quantidade de ouro vendida, cujo aumento foi de 37,5% em relação ao ano de 2022. Esse crescimento se deve tanto pelo aumento do teor que foi de 7,61 gramas por tonelada em 2022 e de 15,13 gramas por tonelada em 2023, quanto pelo aumento do preço que foi de R$ 9.396,02 por onça em 2022 e de R$ 9.404,22 por onça em 2023. As receitas estão sujeitas ao CFEM, pelas alíquotas vigentes na legislação específica para cada imposto e são registradas como redução da receita operacional bruta. Esses tributos são incluídos na receita operacional bruta e apresentados como uma dedução separada para fins de divulgação para conciliar a receita líquida reconhecida na demonstração do resultado. **24 Custo e despesas operacionais**

Custo das vendas	**2023**	**2022**
Materiais	(30.919)	(31.634)
Pessoal	(45.020)	(41.312)
Depreciação, amortização e exaustão	(100.597)	(64.634)
Serviços de terceiros	(41.179)	(45.017)
Outros custos	(11.169)	(11.366)
	(4.596)	-
	(233.480)	**(193.963)**
Despesas de vendas	**2023**	**2022**
Transporte	(4.161)	(2.895)
	(4.161)	**(2.895)**
Despesas gerais e administrativas	**2023**	**2022**
Materiais	(530)	(546)
Pessoal	(17.025)	(11.047)
Serviços de terceiros	(12.771)	(8.867)
Outras despesas	(3.151)	(3.216)
	(33.477)	**(23.677)**
	(271.118)	**(220.534)**
Total de custos e despesas operacionais	**2023**	**2022**
Materiais	(31.450)	(32.180)
Pessoal (a)	(62.045)	(52.359)
Depreciação e amortização (b)	(100.597)	(64.634)
Serviços de terceiros	(53.949)	(53.884)
Transporte	(4.161)	(2.895)
Outros custos e despesas (c)	(18.916)	(14.582)
	(271.118)	**(220.534)**

(a) Essa variação se deve-se ao aumento do quadro em 2023, pela aplicação do dissídio de 4%, aumento de 11% no vale alimentação e também pela implementação da previdência privada. (b) Essa variação é o resultado da combinação da adição de novas reservas, do aumento da produção e também dos investimentos realizados no desenvolvimento das minas. Todos esses fatores contribuíram para que o valor da exaustão fosse de R$ 33,9 milhões em 2022, para R$ 54,3 milhões em 2023. (c) Essa variação se refere a introdução em 2023 da TFRM (taxa minerária do estado do MT) a qual totalizou R$ 4,6 milhões.

25 Outras receitas e despesas

	2023	2022
Venda de sucata	479	55
Reversão de processos judiciais	1.198	1.255
Reversão de perdas de materiais	90	193
Recuperação de créditos tributários (b)	4.869	1.521
Outras receitas operacionais	9	1.755
Outras receitas	**6.645**	**4.779**
Provisão para perdas em processos judiciais (a)	(291)	(805)
Perda com processos judiciais	(1.055)	(462)
Perdas por alienação	(140)	(771)
Provisão por perda nos estoques	(1.774)	(461)
Despesa Tributária	(127)	(112)
Gastos relacionados com a COVID-19	-	(1.153)
Impostos de renda e contribuição social	(1.164)	-
ICMS sobre insumos	-	(1.234)
Outras despesas Operacionais	(711)	(838)
Outras despesas	**(5.262)**	**(5.836)**
Outras receitas e despesas	**1.383**	**(1.057)**

(a) A Companhia possui ações de natureza trabalhista, cujo risco de perda é provável conforme avaliação de nossos consultores jurídicos. (b) A recuperação de créditos tributários ocorreu da seguinte forma: 2022 - A Companhia procedeu com o levantamento de créditos de PIS e COFINS entre os anos de 2017 a 2021 referente a CFEM, o qual resultou no valor de R$ 1,5 milhões. 2023 - A Companhia contratou uma consultoria para levantamento de crédito de PIS e COFINS entre os anos de 2018 a 2022 referente aos insumos de produção, o qual resultou no valor de R$ 4.8 milhões. **26 Receitas e despesas financeiras**

	2023	2022
Rendimentos de investimentos financeiros	2.972	7.488
Variação cambial na importação e outros	-	7
Receita de *hedge* cambial (a)	-	1.193
Atualização monetária	296	-
Outras receitas	33	5
Total das receitas financeiras	**3.301**	**8.693**
Variação cambial sobre importação e outros itens	-	(4)
Variação monetária ARO	(2.191)	(2.226)
Comissão conta garantida	-	(1)
Despesas com juros sobre arrendamento	(3.740)	(1.782)
Juros parcelamento tributos	-	-
Juros obrigações tributárias/fiscais	(907)	(274)
Outras despesas	(135)	(42)
Total das despesas financeiras	**(6.973)**	**(4.329)**
Despesas financeiras líquidas	**(3.672)**	**4.364**

(a) Operações com instrumentos financeiros derivativos. A Companhia contou com instrumentos de hedge do tipo NDF para proteção contra oscilação do dólar para o primeiro trimestre de 2022. Essa proteção está atrelada às vendas em moeda estrangeira, de forma a neutralizar os impactos causados pela variação cambial, sem haver grandes desvios das projeções orçamentárias, dando maior segurança sobre o seu cumprimento. Durante o ano de 2022, houve liquidações de operações de hedge que totalizaram R$ 5,1 milhões. No entanto, é importante ressaltar que não foram conduzidas quaisquer operações de hedge ao longo do ano de 2023. Seguindo as normas contábeis de marcação dessas operações a mercado, por metodologia aplicável a valor justo, mensalmente as operações são corrigidas registrando variações de ganhos e de perdas conforme os índices de mercado (curva futura do USD e juros). Dado que o dólar sofreu grandes oscilações durante o primeiro trimestre do ano de 2022, tendo sua máxima em 5,7042 e mínima em 4,7378, a Companhia registrou uma receita líquida financeira de R$ 1,2 milhão na marcação dos valores das operações de hedge naquele ano. O resultado com instrumentos financeiros derivativos demonstra todas as operações dessa natureza realizadas durante o exercício, incluindo ajustes de marcação a mercado (MTM) de operações não liquidadas. **27 Transações com partes relacionadas:** A Companhia considera como partes relacionadas os acionistas, empresas relacionadas, diretores e administradores e suas famílias. **a. Transações e saldos:** Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia possuía saldos em aberto na data-base das demonstrações financeiras. Em 2022 havia saldo proveniente, basicamente, de transações com a empresa ligada Mineração Caraíba S.A., conforme segue:

	2023	2022
Ativo não circulante		
Mineração Caraíba S.A. (b)	333.480	-
ERO Brasil Geologia (b)	2.200	-
Total Ativo não circulante	**335.680**	**-**
Passivo circulante		
Mineração Caraíba S.A. (a)	-	197
ERO Gold Corporation (c)	94.346	46.331
Total Passivo circulante	**94.346**	**46.528**
Passivo não circulante		
ERO Brasil Participações (a)	625	-
Despesas Administrativas		
Mineração Caraíba S.A. (a)	-	(2.310)
ERO Brasil Participações (a)	(5.573)	-

(a) Refere-se ao saldo de serviço compartilhado à empresas do mesmo grupo econômico. (b) Refere-se ao saldo do contrato de Conta Corrente estabelecido entre as partes pertencentes ao mesmo grupo econômico, as quais compartilham interesses alinhados aos seus objetivos sociais próprios, e pretendem otimizar seus esforços e recursos financeiros para agir com maior rapidez, eficiência e, consequentemente, gerar economia de custos financeiros. (c) Refere-se ao saldo dos dividendos e juros sobre o capital próprio. **Remuneração dos administradores:** Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os Administradores receberam remuneração, a título de honorários, no montante de R$ 650 mil (zero em 2022) que foram registrados como despesas gerais e administrativas. Os Administradores são elegíveis a Participação nos lucros e bônus de curto prazo, além de bônus de longo prazo que é definido pelo Conselho de Administração anualmente.

	2023	2022
Remuneração	600	-
Bônus de curto prazo	50	-
Remuneração dos Administradores	**650**	**-**

Empresas relacionadas

Contas a receber com partes relacionadas

	2023	2022
Mineração Caraíba S.A.	333.480	-
ERO Brasil Geologia	2.200	-
	335.680	**-**

28 Imposto de renda e contribuição social: a. Despesa de imposto de renda: Composição da despesa de imposto de renda (IR) e contribuição social (CS) no exercício

	2023	2022
IR e CS Corrente	(30.257)	(12.463)
IR e CS Diferidos	2.557	349
	(27.700)	**(12.114)**

Conciliação da taxa efetiva

	2023	2022
Resultado antes de impostos	287.833	172.144
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto calculado pela alíquota fiscal combinada	**97.863**	**58.529**
Adições permanentes	**(730)**	**(381)**
Exclusões permanentes		
Incentivos Fiscais - LEX	53.767	32.806
Juros sobre capital próprio	15.745	11.740
Benefício P&D	1.744	-
Outros	2.195	1.901
	73.451	**46.447**
IR diferido constituído de anos anteriores	(2.558)	349
Despesa com imposto de renda e contribuição social	**(27.700)**	**(12.114)**
Alíquota efetiva	**10%**	**12%**

(i) Composição de imposto de renda e contribuição social diferidos

Os valores de compensação são os seguintes:

	2023	2022
Ativo de imposto diferido	23.628	14.476
Passivo de imposto diferido	(16.416)	(9.822)
Imposto diferido, líquido	**7.212**	**4.654**

Os saldos de ativos e passivos diferidos apresentam-se como segue: Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

	2023	2022
Ativo		
Depr. Bens arrendados	11.309	6.903
ARO Correção Monetária	1.893	1.559
Provisão bônus	1.832	964
Demais diferenças temporárias	8.594	5.050
	23.628	**14.476**
Passivo		
Pagamento arrendamento mercantil IRFS 16	(12.171)	(6.807)
Diferença temporária receita variação cambial competência	(2.655)	(2.655)
Depreciação - diferença taxa contábil e fiscal	(644)	(360)
Demais diferenças temporárias	(946)	-
	(16.416)	**(9.822)**
Imposto de renda e contribuição social diferido ativo, líquido (a)	**7.212**	**4.654**

(a) A expectativa da realização desse diferido constitui uma avaliação das perspectivas futuras da Companhia em relação à sua capacidade de gerar lucros tributáveis, dessa forma, entendemos que a expectativa de realização desse saldo será no próximo ano corrente.

(ii) Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos: A movimentação no resultado e patrimônio líquido dos impostos diferidos é a seguinte:

	2023	2022
Com efeitos no resultado		
Provisões e outras diferenças temporárias	2.557	349
Total dos efeitos no resultado	**2.557**	**349**

(iii) Movimentação do imposto de renda e contribuição social passivos

Saldos em 31 de dezembro de 2021	**(5.357)**
Adição IRPJ e CSLL	(44.314)
Benefício Lucro da exploração	30.880
Compensações	18.294
Pagamentos	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**(497)**
Adição IRPJ e CSLL	(84.025)
Benefício Lucro da exploração	53.767
Compensações	13.953
Pagamentos	4.564
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**(12.238)**

29 Lucro por ação: O cálculo do resultado básico/diluído por ação foi baseado no lucro líquido do exercício alocado aos acionistas ordinários, como segue:

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	260.133	160.030
Número de ações ordinárias (Nota Explicativa 22)	2.005.715.350	2.005.715.350
Lucro básico por ação (R$)	**0,130**	**0,080**

30 Instrumentos financeiros: Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros foram determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas para cada situação. Entretanto, algum julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas aqui apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes informações de mercado e/ou metodologias de avaliação poderá ter um efeito relevante no montante do valor de mercado. **a. Classificação dos instrumentos financeiros:** As transações financeiras existentes envolvem ativos e passivos usuais e pertinentes à sua atividade econômica, particularmente aplicações financeiras com vencimentos de curto prazo, empréstimos e financiamentos. Essas transações são apresentadas no balanço patrimonial, acrescidas das respectivas apropriações de receitas e despesas que, tendo em vista a natureza das transações e os seus períodos de vencimento, se aproximam dos valores justos, conforme segue:

	Medição	Valor contábil 2023	Valor contábil 2022	Valor justo 2023	Valor justo 2022
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	17.471	174.369	17.471	174.369
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	16.976	2.196	16.976	2.196
Total dos ativos financeiros		**34.447**	**176.565**	**34.447**	**176.565**
Passivos Financeiros					
Fornecedores	Custo amortizado	17.699	26.619	17.699	26.619
Dividendos e juros sobre capital próprio	Custo amortizado	97.164	48.137	97.164	48.137
Outras contas a pagar	Custo amortizado	2.605	197	2.605	197
Passivo de arrendamento	Custo amortizado	38.637	40.693	38.637	40.693
Total dos passivos financeiros		**156.105**	**115.646**	**156.105**	**115.646**

Valor contábil versus valor justo: Todas as operações envolvendo ativos e passivos de instrumentos financeiros, que não sejam instrumentos financeiros derivativos, a administração considera o valor justo como equivalente do valor contábil. Os valores justos dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos são determinados usando técnicas de avaliação. A Companhia utiliza seu próprio julgamento para escolher entre os diversos métodos. As premissas são baseadas nas condições de mercado (Nível II), no final do ano. **Gestão de riscos financeiros:** ***(i) Instrumentos financeiros:*** A Companhia está exposta aos seguintes riscos decorrentes de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; e • Risco de mercado. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não houve alteração na política de gestão de riscos financeiros. *Risco de crédito:* Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas de um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro decorrentes do descumprimento de suas obrigações contratuais. *Contas a receber de clientes:* A Companhia busca minimizar o risco de crédito de seus clientes com base em contratos de longo prazo com preços e prazos de pagamento preparados de comum acordo entre as partes. Ademais, a Companhia tem contatos com outros clientes em potencial que podem comprar sua produção. O mercado de ouro é um mercado de alta liquidez, e a Companhia tem muitas opções para vender sua produção. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui 100% da última venda e 5% das quatro vendas anteriores em aberto no contas a receber, com vencimento em janeiro de 2024. Atualmente, o prazo de recebimento de seu cliente, COIMPA Industrial Ltda., é como segue:

Prazo de Recebimento – COIMPA	
95%	Até 24 horas após recebimento do embarque na planta da COIMPA
5%	Dois dias após obtenção dos resultados das análises conforme previsto em contrato

Aplicações Financeiras: No que se refere às aplicações financeiras, a Companhia busca aplicar seu caixa na melhor combinação das melhores taxas e em instituições financeiras financeiramente sólidas, reconhecidas por suas classificações de crédito. *Caixa e equivalentes de caixa:* Eles são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem classificação entre BBB- e AAA, com base na classificação das principais agências de classificação. Os valores contábeis dos ativos financeiros abaixo representam a exposição máxima do crédito na data do balanço:

	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	17.741	174.369
Contas a receber de clientes	16.976	2.196
Total	**34.717**	**176.565**

Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco associado às dificuldades que a Companhia poderá encontrar para cumprir com as obrigações associadas aos seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações em seus vencimentos, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a operação normal da Companhia.

31 de dezembro de 2023	Saldo Contábil	Fluxos de caixa contratuais: Total de Fluxos de Caixa Contratuais (Esperados)	1-12 meses	Acima de 12 meses
Passivos financeiros				
Fornecedores	17.699	17.699	17.699	-
Passivo de arrendamento	38.637	41.548	30.240	11.308
Outras contas a pagar	2.605	2.605	2.605	-
	58.941	**61.852**	**50.544**	**11.308**

Riscos de mercado: Risco de mercado é o risco de que mudanças nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de commodities - afetem os lucros da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, otimizando o retorno. A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos para essa finalidade. Todas essas operações são conduzidas dentro das diretrizes estabelecidas pela Administração. *Risco de variação cambial:* Como parte de sua atividade a Companhia incorre em riscos cambiais relacionados à venda de seus produtos que são cotados em dólares norte-americanos, no entanto o seu faturamento é feito em moeda nacional. *Risco de taxa de juro:* A Companhia possui operações pré e pós-fixadas atreladas à variação do CDI sobre aplicações em compromissadas e CDB de liquidez imediata. A Administração entende que a queda na taxa CDI não apresenta impactos significativos no resultado da Companhia. A exposição da Companhia ao Risco CDI em 31 de dezembro de 2022 era equivalente a 23% de seu ativo total. Em 31 de dezembro de 2023, a exposição ao Risco CDI passou a 2%.

Análise de sensibilidade

Exposição à alta da taxa de juros 31 de dezembro de 2023	Cenário Provável	Em R$ mil: Cenário 10% Possível Variação	Cenário 20% Remoto Variação
Caixa e Equivalentes de caixa	17.342	78	85
Exposição líquida	**17.342**	**78**	**85**

Exposição à alta da taxa de juros 31 de dezembro de 2022	Cenário Provável	Em R$ mil: Cenário 10% Possível Variação	Cenário 20% Remoto Variação
Caixa e Equivalentes de caixa	173.853	749	1.497
Exposição líquida	**173.853**	**749**	**1.497**

(ii) Mensuração do valor justo: Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação, da seguinte forma: • **Nível 1**: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; • **Nível 2**: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que sejam observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivativos de preços); e • **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não se baseiem em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). ***(iii) Instrumentos financeiros derivativos:*** As operações de instrumentos financeiros derivativos têm como objetivo proteger-se contra as variações nos preços das commodities, moedas estrangeiras e taxas de juros. Todos os instrumentos financeiros derivativos foram designados como hedge econômico, ou seja, sem aplicação de hedge contábil. Em 31 de dezembro de 2023, não foram contratadas nenhuma operação de hedge. *Valorização de mercado de instrumentos financeiros derivativos.* A Companhia no passado manteve operações de NDF utilizadas como hedge de risco cambial vinculado ao dólar atrelado ao preço de venda. A metodologia de marcação a mercado envolve parâmetros totalmente verificáveis retirados dos mercados futuros da BM&F.

Renato Possancini	Wagner Pinheiro
Diretor Financeiro	Contador
CPF 174.973.178-90	CRC-RJ 111105/-O-5

Relatório dos auditores independentessobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores da NX Gold S.A. São Paulo - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da NX Gold S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da NX Gold S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas *internacionais de relatório financeiro (IFRS)* emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas *internacionais de relatório financeiro (IFRS)* emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. – Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informarções financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 12 de abril de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda. - CRC SP-014428/F-7

Pedro Barroso Silva Junior - Contador CRC CE-021967/O-5



CELEO REDES TRANSMISSÃO E RENOVÁVEIS S.A.

CNPJ nº 30.700.656/0001-88

Aviso: As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: https://publicidadelegal.monitormercantil.com.br/

Balanços patrimoniais (controladora e consolidado) Em 31 de dezembro (*em milhares de Reais*)

	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Caixa e equivalentes de caixa	8	34	54	957	1.599
Títulos e valores mobiliários	9 i	14.493	-	72.177	96.679
Contas a receber, concessionárias e permissionárias	10	-	-	20.232	24.500
Imposto de Renda e contribuição social a recuperar		18	16	7.339	1.595
Outros impostos e contribuições a recuperar		-	-	2.620	5.523
Dividendos	29 (d)	6.314	8.291	-	-
Ativo de contrato	11	-	-	105.740	104.158
Adiantamento para futuro aumento de capital	29 (a.2)	112.427	95.525	-	-
Outros ativos		1	3	9.708	6.707
Total do ativo circulante		**133.288**	**103.889**	**218.775**	**240.761**
Títulos e valores mobiliários	9 ii	-	-	34.363	31.232
Ativo de contrato	11	-	-	1.375.259	1.384.820
Total do realizável a longo prazo		**-**	**-**	**1.409.622**	**1.416.052**
Direito de uso	12 (a)	-	-	6.572	6.427
Investimento	13	547.917	647.887	-	-
Imobilizado	14	-	-	707.847	731.126
Total do imobilizado + intangível + investimento		**547.917**	**647.887**	**714.419**	**737.553**
Total do ativo não circulante		**547.917**	**647.887**	**2.124.041**	**2.153.605**
Total do ativo		**681.204**	**751.776**	**2.342.816**	**2.394.367**
Fornecedores	15	33	32	23.802	27.071
Financiamentos	16	-	-	44.349	44.842
Debêntures	17	-	-	2.916	2.419
Passivo de arrendamento	12 (b)	-	-	763	538
Impostos e contribuições a recolher		2	-	5.155	6.458
Pis e Cofins diferidos	18	-	-	9.326	9.187
Encargos setoriais		-	-	1.214	790
Dividendos	29 (e)	-	2.682	-	2.682
Contas a pagar		-	-	22.853	15.818
Adiantamento para futuro aumento de capital	29 (b)	508.559	508.559	508.559	508.559
Outros passivos		93	97	12.499	7.429
Total do passivo circulante		**508.687**	**511.370**	**631.439**	**625.793**
Financiamentos	16	-	-	1.094.045	1.095.074
Debêntures	17	-	-	129.220	125.049
Passivo de arrendamento	12 (b)	-	-	6.704	6.644
Pis e Cofins diferidos	18	-	-	126.752	127.707
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	-	-	162.162	153.717
ICMS a recolher		-	-	19.977	19.977
Total do passivo não circulante		**-**	**-**	**1.538.861**	**1.528.168**
Total dos passivos		**508.687**	**511.370**	**2.170.300**	**2.153.961**
Capital social	22 (a)	110.033	110.033	110.033	110.033
Reserva de lucros	22 (b)	62.483	130.373	62.483	130.373
Total do patrimônio líquido		**172.517**	**240.406**	**172.517**	**240.406**
Total do passivo e patrimônio líquido		**681.204**	**751.776**	**2.342.816**	**2.394.367**

Demonstrações do resultado (controladora e consolidado)
Exercícios findos em 31 de dezembro (*em milhares de Reais*)

	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receita operacional líquida	**23**	**-**	**-**	**162.930**	**207.523**
Pessoal		-	-	(8.639)	(5.603)
Material		-	-	(785)	(757)
Serviços de terceiros	26 (a)	-	-	(7.437)	(8.570)
Compra de energia	24	-	-	(1.166)	(3.826)
Tarifa de uso do sistema de transmissão	25	-	-	(13.552)	(13.169)
Depreciação		-	-	(26.376)	(26.317)
Seguros		-	-	(2.571)	(3.272)
Alienação de ativo imobilizado	14	-	-	-	(16.224)
Outros		-	-	(5.844)	(3.476)
Custos operacionais		**-**	**-**	**(66.370)**	**(81.214)**
Lucro bruto		**-**	**-**	**96.560**	**126.310**
Pessoal		-	-	(224)	(236)
Serviços de terceiros	26 (b)	(136)	(121)	(1.586)	(1.972)
Provisão para perdas esperadas de créditos		-	-	(705)	-
Arrendamentos - depreciação		-	-	-	(190)
Outros		-	-	(1.108)	(667)
Despesas operacionais		**(136)**	**(121)**	**(3.623)**	**(3.065)**
Resultado antes das (despesas) receitas financeiras		**(136)**	**(121)**	**92.937**	**123.245**
Receitas financeiras		20	13	17.787	15.450
Despesas financeiras		(13)	(5)	(99.215)	(117.036)
Resultado financeiro	**27**	**6**	**7**	**(81.428)**	**(101.586)**
Resultado de equivalência patrimonial	13	(440)	211	-	-
Resultado antes dos impostos		**(570)**	**97**	**11.509**	**21.658**
Imposto de renda e contribuição social correntes		-	-	(3.634)	(4.384)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-	(8.445)	(17.177)
Imposto de renda e contribuição social	**28**	**-**	**-**	**(12.079)**	**(21.561)**
(Prejuízo) lucro líquido do exercício		**(570)**	**97**	**(570)**	**97**

Demonstrações do resultado abrangente (controladora e consolidado)
Exercícios findos em 31 de dezembro (*em milhares de Reais*)

	Controladora e consolidado 2023	Controladora e consolidado 2022
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(570)	97
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	**(570)**	**97**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
(controladora e consolidado) Exercícios findos em 31 de dezembro (*em milhares de Reais*)

Controladora e Consolidado

	Nota	Capital Social	Reserva de lucros: Legal	Reserva de lucros: Lucros a realizar	Reserva de lucros: Retenção lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021		**110.033**	**8.450**	**1.467**	**120.382**	**-**	**240.332**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	97	97
Reserva legal	22 (b)	-	5	-	-	(5)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	22 (b)	-	-	-	-	(23)	(23)
Dividendos adicionais propostos	22 (b)	-	-	-	69	(69)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022		**110.033**	**8.455**	**1.467**	**120.451**	**-**	**240.406**
Pagamento de dividendos	22 (b)	-	-	(1.467)	(65.853)	-	(67.319)
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(570)	(570)
Absorsão do prejuízo	22 (b)	-	-	-	(570)	570	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023		**110.033**	**8.455**	**-**	**54.029**	**-**	**172.517**

Demonstrações dos fluxos de caixa (controladora e consolidado)
Exercícios findos em 31 de dezembro (*em milhares de Reais*)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
(Prejuízo) lucro líquido do exercício		(570)	97	(570)	97
Ajustes para:					
- Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-	8.445	17.178
- Imposto de renda e contribuição social correntes		-	-	3.634	4.384
- Provisão para perdas esperadas de créditos				705	-
- PIS e COFINS diferidos	18	-	-	(815)	2.654
- Ativo de contrato - remuneração	11	-	-	(142.923)	(135.154)
- Títulos e valores mobiliários - rendimento		(20)	-	(17.787)	(15.434)
- Juros, correção monetária e custo de trans. sobre financiamento e debêntures		-	-	97.192	108.027
- Efeito da revisão tarifária periódica		-	-	37.317	-
- Juros sobre arrendamento	12	-	-	753	716
- Depreciação		-	-	26.376	26.317
- Alienação de ativo imobilizado		-	-	-	16.224
- Resultado de equivalência patrimonial	13	440	(211)	-	-
- Depreciação - direito de uso		-	-	211	190
		(150)	**(114)**	**12.538**	**25.199**
Variações em:					
- Contas a receber, concessionárias e permissionárias		-	-	3.563	45.148
- Ativo de contrato	11	-	-	113.585	105.706
- Impostos e contribuições a recuperar		(2)	(3)	(2.841)	(8.662)
- Outros ativos		1	(1)	(3.001)	5.682
- Direito de uso		-	-	-	(457)
- Fornecedores		1	(16)	(3.269)	(137.635)
- Impostos e contribuições a recolher		-	-	(1.536)	2.926
- Encargos setoriais		-	-	424	351
- ICMS a recolher		-	-	-	25
- Contas a pagar		-	-	7.035	(401)
- Outros passivos		-	-	5.068	(3.457)
Caixa (gerado) utilizado nas atividades operacionais		**(150)**	**(133)**	**131.566**	**34.425**
Debêntures - pagamento de juros	17	-	-	(8.066)	(7.870)
Financiamento - pagamento de juros	16	-	-	(29.170)	(38.630)
Impostos pagos sobre a receita tributável		-	-	(3.400)	(4.766)
Caixa líquido (gerado) utilizado nas atividades operacionais		**(150)**	**(133)**	**90.930**	**(16.841)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Títulos e valores mobiliários - aplicações		(17.283)	-	(174.963)	(340.589)
Títulos e valores mobiliários - resgates		2.811	-	214.120	326.788
Alienação do imobilizado		-	-	-	2.232
Dividendos recebidos		101.504	34.102	-	-
Imobilizado	14	-	-	(3.097)	(20.943)
Caixa gerado (utilizado) atividades de investimento		**87.032**	**34.102**	**36.060**	**(32.512)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Financiamento - captação	16	-	-	-	56.247
Financiamento - pagamento de principal	16	-	-	(27.945)	(8.649)
Financiamento - custo de transação	16	-	-	(26.887)	-
Debêntures - pagamento de principal	17	-	-	(1.976)	(1.397)
Arrendamento - pagamento	12	-	-	(824)	(789)
Amortização custo de transação - financiamento	16	-	-	-	(5.673)
Debêntures - custo de transação	17	-	-	-	(955)
Dividendos pagos	29 (e)	(70.000)	(32.302)	(70.000)	(32.302)
Adiantamento para futuro aumento de capital - nas controladas	29 (a.1)	(16.902)	(1.700)	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital - pela controladora	29 (b)	-	50	-	50
Caixa (gerado) utilizado nas atividades de financiamento		**(86.902)**	**(33.952)**	**(127.631)**	**6.533**
Aumento (Redução) líquido em caixa e equivalentes		**(20)**	**17**	**(641)**	**(42.820)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	9	54	37	1.599	44.418
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		**34**	**54**	**957**	**1.599**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (*Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma*)

1 Contexto operacional: A Celeo Redes Transmissão e Renováveis S.A. ("Companhia"), sociedade anônima fechada, foi constituída em 7 de maio de 2018 e está estabelecida na cidade do Rio de Janeiro. A Companhia tem por objeto social a geração e comercialização de energia elétrica de origem solar, bem como a manutenção de redes de transmissão. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia é controlada pela Celeo Redes Brasil S.A. ("Celeo Redes"). **2 Base de preparação: Declaração de conformidade -** As demonstrações financeiras (controladora e consolidado) foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS). A emissão das demonstrações financeiras (controladora e consolidado) foi autorizada pela diretoria em 25 de abril de 2024. Detalhes sobre as políticas contábeis materiais do Grupo estão apresentadas na nota explicativa 6. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras (controladora e consolidado), e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão. **3 Políticas contábeis materiais:** A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicado ao contrário. A Companhia também adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Pratique Statement 2) a partir de 1º de janeiro de 2023. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecerem informações úteis sobre políticas contábeis específicas da entidade que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras. A administração revisou as políticas contábeis e atualizou as informações divulgadas como políticas contábeis materiais (em 31 de dezembro de 2022: "principais políticas contábeis") em determinados casos, de acordo com as alterações. **3.1 Base de consolidação - (a) Controladas -** A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtém o controle até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras da controladora, as informações financeiras das controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. **(b) Transações eliminadas na consolidação -** Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas, se aplicável, são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. **3.2 Instrumentos financeiros - (a) Reconhecimento e mensuração inicial -** O grupo de contas concessionárias e permissionárias e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **(b) Classificação e mensuração subsequente - i. Ativos financeiros -** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: (i) ao custo amortizado; (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; (iii) ao VJORA - instrumento patrimonial; ou (iv) ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, o Grupo pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. **ii. Ativos financeiros - avaliação do modelo de negócios -** O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos do Grupo. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **iii. Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros -** Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, o Grupo considera: (i) eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; (ii) termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; (iii) o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e (iv) os termos que limitam o acesso do Grupo a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. **iv. Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas -** iv.1 Ativos financeiros a VJR - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. iv.2 Ativos financeiros ao custo amortizado - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. iv.3 Instrumentos de dívida a VJORA - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado. iv.4 Instrumentos patrimoniais a VJORA - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado. **v. Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas** - Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **(c) Desreconhecimento - i. Ativos financeiros -** O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. O Grupo realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **ii. Passivos financeiros -** O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **(d) Compensação -** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **(e) Instrumentos financeiros derivativos -** O Grupo não operou qualquer tipo de instrumentos financeiros derivativos nos exercícios apresentados. **3.3 Imobilizado - (a) Reconhecimento e mensuração -** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos dos empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável ("impairment") acumuladas. **(b) Custos subsequentes -** Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. **(c) Depreciação -** A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. As vida úteis estimadas do ativo imobilizado são: (a) central fotovoltaica - 30 anos; e (b) Instalações - que é composto por (b.1) terreno - não são depreciados; (b.2) edificações - 30 anos; (b.3) veículos - 7 anos; e (b.4) móveis e utensílios - 16 anos. **3.4 Ativo de contrato -** Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Serra de Ibiapaba regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Serra de Ibiapaba. De acordo com o contrato de concessão, as controladas são responsáveis por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, as controladas possuem duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão. Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, as controladas mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada RAP, durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão. Até 31 de dezembro de 2017, a infraestrutura de transmissão era classificada como ativo financeiro sob o escopo do ICPC 01 (R1)/IFRIC 12 e mensurada ao custo amortizado. Eram contabilizadas receitas de construção e de operação, além da receita de remuneração da infraestrutura de concessão com base na Taxa Interna de Retorno ("TIR") de cada projeto, juntamente com a variação do IPCA. Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47/IFRS 15, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram as controladas nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um "Ativo de Contrato". As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma: i. Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, as controladas utilizaram um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa de desconto para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores. ii. Reconhecimento da receita de operação e manutenção, considerando uma margem sobre os custos incorridos para cumprimento das obrigações de performance de operação e manutenção previstas no contrato de concessão, mensalmente, após o término da fase de construção. iii. Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo de contrato reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica "Remuneração do ativo de contrato", utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto. A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada por meio dos dois fluxos de caixa descritos a seguir: i. Parte por meio de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico ("ONS") conforme contrato de concessão e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada. ii. Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. **3.5 Ajuste a valor presente de ativos e passivos** - Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e

continua...

...continuação

CELEO REDES TRANSMISSÃO E RENOVÁVEIS S.A.

CNPJ nº 30.700.656/0001-88

passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração do Grupo. **3.6 Imposto de renda e contribuição social** - O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com IRPJ e CSLL compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O Grupo determinou que, quando aplicável, os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e portanto são contabilizados de acordo com o CPC 32 – Tributos sobre o lucro. **(a) Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes** - A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **(b) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos** - Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios do Grupo. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **3.7 Provisões** - As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas por meio do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo. **3.8 Receitas e despesas financeiras** - A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao: (i) valor contábil bruto do ativo financeiro; ou (ii) ao custo amortizado do passivo financeiro. No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto. **3.9 Arrendamento** - A Companhia tem como base a norma IFRS 16 (CPC 06 – R2) aplica o modelo de contabilização de arrendamentos mercantil para todos os tipos de arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo (contrato de prazo igual ou inferior a 12 meses) e arrendamentos de ativo de baixo valor. A Companhia remensura seu passivo de arrendamento em razão de reavaliações ou modificações do arrendamento, para refletir pagamentos fixos na essência revisados. Tais ajustes são diretamente levados contra o ativo "direito de uso".

José Mauricio Scovino de Souza - Diretor
Marcus Hansen Balata - Diretor Financeiro
Bruno Marcell S. M. Melo - Contador CRC-RJ 111193/O-8

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas e Diretores da Celeo Redes Transmissão e Renováveis S.A - Rio de Janeiro - RJ - **Opinião -** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Celeo Redes Transmissão e Renováveis S.A ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Celeo Redes Transmissão e Renováveis S.A em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião -** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores -** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas -** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas -** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 25 de abril de 2024

KPMG
KPMG Auditores Independentes Ltda - CRC SP-014428/O-6 F-RJ
Milena dos Santos Rosa - Contadora CRC RJ-100983/O-7

Pronampe pode tornar-se política pública permanente

As pequenas empresas geram 27% do PIB do Brasil. Os pequenos negócios empregam 52% dos trabalhadores com carteira assinada no país, que compreendem 40% de toda a folha de salários paga. Baseado nesses dados, um projeto de lei (PL 6012/2023) está pronto para ser votado na terça-feira (30) na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Se passar, o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe) pode se tornar uma política pública permanente. Um dos autores do PL, senador Esperidião Amin (PP-SC), explica que os recursos para o Pronampe estão garantidos até 2025. A previsão é de retorno para o Tesouro dos recursos não utilizados, revertidos à poupança do ensino médio ou ao pagamento da dívida pública. O projeto na CAE assegura a continuidade do dinheiro no financiamento de pequenos negócios.

Segundo a Agência Senado, o Pronampe é um programa de governo federal destinado ao desenvolvimento das microempresas e empresas de pequeno porte, instituído pela Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, alterado pela Lei nº 14.161, De 2 de Junho de 2021 para permitir o uso do (Pronampe), de forma permanente, como política oficial de crédito, de modo a conferir tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e às pequenas empresas, com vistas a consolidar os pequenos negócios como agentes de sustentação, de transformação e de desenvolvimento da economia nacional.

O Programa é destinado às microempresas, empresas de Pequeno Porte, que trata a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. As operações de crédito podem ser utilizadas para investimentos e capital de giro isolado ou associado ao investimento. Essas empresas podem usar os recursos obtidos para realizar investimentos (adquirir máquinas e equipamentos, realizar reformas) e/ou para despesas operacionais (salário dos funcionários, pagamento de contas como água, luz, aluguel, compra de matérias primas, mercadorias, entre outras).

O prazo máximo de pagamento das operações contratadas no âmbito do Pronampe é de 48 meses. As instituições financeiras que aderirem ao programa podem requerer a garantia do Fundo Garantidor de Operação – FGO, regido pela lei 12.087 de 2009 e administrado pelo Banco do Brasil, em até 100% (cem por cento) do valor de cada operação garantida.

Seguro empresarial em casos de acidente de trabalho

Segundo dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), o Brasil ocupa uma posição indesejável no ranking global de acidentes de trabalho. O país é o terceiro com mais mortes relacionadas a acidentes de trabalho, ficando atrás apenas dos Estados Unidos e da China. Além disso, o Brasil está em sétimo lugar na lista de acidentes não fatais, o que também é motivo de preocupação. Neste domingo (28) é celebrado o Dia Mundial de Segurança e Saúde no Trabalho.

Para lidar com essa realidade, é crucial que as empresas, independentemente do seu porte, invistam em equipamentos de proteção individual e em segurança no local de trabalho, mas também em outra solução que oferece apoio em caso de acidentes: o seguro.

Emerson Nagata, superintendente de Negócios e Soluções de Produtos de Danos da Brasilseg, uma empresa BB Seguros, destaca a importância do seguro empresarial: "O seguro empresarial atua como uma proteção, proporcionando tranquilidade aos segurados e garantindo que a saúde financeira de seus negócios não seja comprometida em casos de imprevistos". Além disso, ele ressalta a importância dessa proteção para os funcionários, é uma segurança que receberão o apoio necessário, minimizando o impacto no ambiente de trabalho e contribuindo para o bem-estar de todos.

O seguro empresarial conta com uma cobertura chamada 'Responsabilidade Civil Empregador', que garante os danos corporais, despesas hospitalares e funerárias decorrentes de acidentes súbitos e inesperados a funcionários do segurado. A cobertura atua não apenas para casos ocorridos durante o serviço, mas também durante o percurso de ida e volta do trabalho, sem interrupção de trajeto.

Além desta cobertura, presente no Plano Empresarial Total, o Seguro Empresarial da BB Seguros também dispõe de uma série de assistências que variam desde reparos com eletricista, chaveiros e encanadores até cobertura provisória de telhados, portas, janelas ou divisórias. Para mais informações, acesse o site.

Novas regras para empresas de telemarketing

A partir do dia 1º de junho, as empresas de telemarketing terão que seguir novas regras definidas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) para combater o disparo massivo de chamadas telefônicas abusivas. O objetivo é reduzir o incômodo e os transtornos gerados aos consumidores de serviços de telefonia do país.

Segundo a Agência Brasil, um dos principais ajustes é em relação ao tempo de duração da ligação feita pelas empresas aos consumidores para que ela seja considerada uma chamada curta. Antes, eram consideradas chamadas curtas aquelas com até 3 segundos. Com as novas regras, são consideradas curtas as chamadas de até 6 segundos, com desligamento na origem ou no destino.

O conceito de chamadas curtas foi também ampliado para incluir, além das chamadas não completadas, normalmente desligadas pelo usuário antes mesmo de atender, as chamadas direcionadas à caixa postal.

Segundo as regras da Anatel, o limite de chamadas curtas que as empresas podem efetuar é de 85% do total de ligações realizadas, para a empresa que fizer mais de 100 mil ligações em um dia. As empresas que ultrapassarem os limites serão bloqueadas por 15 dias.

Segundo a Anatel, para contornar as regras estabelecidas anteriormente, as empresas de telesserviços deslocaram o tempo das chamadas curtas para algo entre 4 e 6 segundos. "O acompanhamento também observou um grande volume de chamadas infrutíferas, inoportunas ou sem diálogo que passaram a se estender para a caixa postal dos cidadãos", diz a agência.

Outra inovação divulgada pela agência nesta sexta-feira (26) é a possibilidade de determinação de bloqueio diretamente pela própria Anatel, caso identifique reincidência e prévia notificação. A Anatel também determinou o uso do código 0303 para ligações de cobranças, além de ligações de telemarketing. As prestadoras de serviço que descumprirem as medidas estão sujeitas a multa de até R$ 50 milhões.

Medidas

Em 2019, a Anatel lançou a plataforma Não Me Perturbe, para evitar o telemarketing abusivo. Outra iniciativa foi a obrigatoriedade do uso do prefixo 0303 pelas empresas de telemarketing, para permitir que o consumidor possa identificar o chamado.

Desde junho de 2022, foram bloqueados 909 usuários e assinados 143 termos de compromisso formal de boas práticas por empresas de telesserviços. Foram instaurados 24 processos administrativos, com valor total de R$ 28,2 milhões em multas aplicadas. A estimativa é que nesse período tenham sido evitadas cerca de 110 bilhões de ligações, o equivalente a 541 chamadas por habitante. Por meio do portal Qual Empresa Me Ligou, o usuário pode identificar o CNPJ e a Razão Social de números de telefone cujo titular seja pessoa jurídica.

Energy Platform - EnP Participações S.A.

CNPJ nº 34.562.523/0001-43

Balanço Patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2023 - Em R$ 1

	Nota	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Ativo					
Circulante					
Caixa e Equivalentes de Caixa	3	122.618	838.777	2.692.274	3.492.984
Contas a Receber de Clientes	4	68.950	69.116	82.824	69.116
Outros Créditos	5	0	0	707	637
Tributos Recuperáveis	6	93.641	117.611	606.312	581.570
Despesas Antecipadas	7	9.463	28.621	46.270	83.648
Total do Ativo Circulante		294.672	1.054.124	3.428.387	4.227.953
Não Circulante	8				
Realizável a Longo Prazo					
Créditos	8.1	313	313	139.114	93.866
Total do Realizável a Longo Prazo		313	313	139.114	93.866
Investimentos					
Participações em Outras Empresas	9	22.996.112	22.969.113	74.594.135	72.149.231
		22.996.112	22.969.113	74.594.135	72.149.231
Imobilizado	2.2.9	44.644	45.841	44.644	45.841
Depreciação Acumulada		-30.929	-23.230	-30.929	-23.230
Total do Imobilizado		13.715	22.611	13.715	22.611
Total do Ativo não Circulante		23.010.139	22.992.037	74.746.964	72.265.708
Total Do Ativo		**23.304.812**	**24.046.161**	**78.175.351**	**76.493.662**
Passivo					
Circulante					
Empréstimos e Financiamentos	10	0	0	2.013.419	4.285.714
Fornecedores	11	9.475	32.795	39.960	79.310
Salários e Encargos Sociais	12	3.168	151.506	170.651	177.502
Impostos e Contribuições Sociais	13	303	11.318	7.050	12.649
Outras Obrigações	14	0	0	50.000	0
Total do Passivo Circulante		12.946	195.619	2.281.081	4.555.176
Não Circulante	15				
Exigível A Longo Prazo					
Empréstimos E Financiamentos	15.1	0	0	27.373.976	20.714.286
Crédito de Pessoas Ligadas	15.2	0	0	-	2.175.123
Provisão de Impostos Diferidos	15.3	0	0	3.131.778	3.131.778
Total do Exigível a Longo Prazo		0	0	30.505.755	26.021.187
Patrimônio Líquido	16				
Capital Social					
Capital Nacional	16.1	12.810.400	12.810.400	12.810.400	12.810.400
Outros Resultados Abrangentes	16.2	19.853.875	19.853.875	19.853.875	19.853.875
Prejuízos Acumulados	16.3	-8.813.733	-5.585.888	-8.813.733	-5.585.888
Ajuste de Exercícios Anteriores	16.4	84	0	84	0
Resultado do Exercício	16.4	-558.760	-3.227.845	-558.760	-3.227.845
Atribuído aos Acionistas da Controladora		23.291.866	23.850.542	23.291.866	23.850.542
Atribuído aos Acionistas não Controladores		0	0	22.096.649	22.066.757
		0	0	45.388.515	45.917.298
Total do Passivo + Patrimônio Líquido		**23.304.812**	**24.046.161**	**78.175.351**	**76.493.662**

As notas explicativas são parte integrante dos demonstrações contábeis.

Demonstração do Resultado Abrangente (CPC 26 R1) em 31/12/2023 - Em R$ 1

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Lucro Líquido do Exercício	**-558.760**	**-3.227.845**	**-1.018.795**	**-4.336.608**
Parcela dos Acionistas da Controladora	-558.760	-3.227.845	-558.760	-3.227.845
Parcela dos não Controladores	0	0	-460.036	-1.108.763
Resultado Abrangente de Empresas Investidas Reconhecidos Pelo Mep	19.853.875	19.853.875	0	0
Outros Resultados Abrangentes Antes da Reclassificação	19.853.875	19.853.875	0	0
Outros Resultados Abrangentes	**19.853.875**	**19.853.875**	**0**	**0**
Parcela dos Acionistas da Controladora	19.853.875	19.853.875	0	0
Parcela dos não Controladores	0	0	0	0
Resultado Abrangente Total	**19.295.115**	**16.626.029**	**-1.018.795**	**-4.336.608**
Parcela dos Acionistas da Controladora	19.295.115	16.626.029	-558.760	-3.227.845
Parcela dos não Controladores	0	0	-460.036	-1.108.763

As notas explicativas são parte integrante dos demonstrações contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Exercício Findo em 31 de dezembro de 2023 - (Em R$ 1)

1. Contexto Operacional: A Energy Platform – EnP Participações S.A. foi constituída em 31 de julho de 2019 como sociedade por ações de capital fechado. A forma de tributação da empresa é lucro real anual. A empresa tem como objetivo: a) Participação no capital social de outras sociedades; b) Prestação de Serviços de Consultoria; ✓ **Efeitos da Pandemia do Coronavírus (COVID-19) -** A pandemia causada pelo coronavírus, Covid-19, tem exigido a adoção de medidas preventivas para diminuir o contágio e preservar a saúde e o bem-estar de todos. Para minimizar os riscos de disseminação da COVID-19 e impactos causados por ela, a empresa adotou o modelo de trabalho home office com sistema de revezamento, uso intensivo de álcool gel e máscaras por todos os colaboradores, bem como a manutenção de distanciamento social. A empresa entende que eventos econômicos consequentes da pandemia de COVID-19 possam gerar impactos relativos às estimativas contábeis e mensuração dos seus ativos e passivos. **2. Apresentação das Demonstrações Contábeis e Principais Práticas Contábeis: 2.1. Apresentação das demonstrações contábeis -** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por ações, incluindo as alterações promovidas pela Lei nº 11.637/07 e pela Lei nº 11.941/09, assim como as Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e mais especificamente, a Norma Brasileira de Contabilidade - NBC TG 1000(R1) aplicada a Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas. **2.2. Principais práticas contábeis adotadas - 2.2.1 Receitas e despesas -** As receitas e despesas foram contabilizadas segundo o princípio de competência de exercícios. **2.2.2. Caixa e Equivalentes de Caixa -** Incluem depósitos bancários, investimentos temporários de curto prazo de liquidez imediata, registrados pelos seus valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização conforme Nota Explicativa nº 3. **2.2.3. Contas a Receber de Clientes -** Estão apresentadas pelo valor original e demonstrados na Nota Explicativa nº 4. **2.2.4. Adiantamentos diversos -** Os valores registrados no grupo adiantamento foram antecipações a fornecedores registrados no seu valor original e serão baixados até o decorrer do ano subsequente, conforme Nota Explicativa nº 5. **2.2.5. Tributos a compensar e recuperar -** São créditos de tributos registrados a seu valor **original** na qual são conciliados periodicamente conforme Nota Explicativa nº 6. **2.2.6. Despesas Antecipadas -** Estão apresentados pelo valor original e demonstrados na Nota Explicativa nº 7. **2.2.7 Realizável a Longo Prazo -** Incluem créditos de longo prazo registrados ao custo histórico conforme nota explicativa nº 8.1. **2.2.8 Investimentos -** Incluem investimentos registrados ao custo histórico e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, conforme Nota Explicativa nº 9. **2.2.9. Imobilizado -** Registrado ao custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada que é calculada pela vida útil às taxas mencionadas e demonstradas a seguir: A empresa avaliou, conforme os itens 27.7 e 27.8 da NBC TG 1000, as fontes internas e externas mínimas de informação e não identificou fatores conjunturais que levassem a redução do valor recuperável dos ativos uma vez que a empresa foi estabelecida no ano anterior. Desta forma, não procedeu com a elaboração do teste de redução ao valor recuperável dos itens do ativo imobilizado, também por considerar o valor irrelevante em relação ao custo/benefício para a execução. **2.2.10. Passivos circulantes -** Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço conforme Notas Explicativas nº 10 a 14. **2.2.11. Passivos não circulantes -** Os valores registrados nesse grupo referem-se a empréstimos tomados mais os juros, os quais foram reconhecidos pelo valor original da transação, crédito de pessoas ligadas e provisão de impostos diferidos. Nota Explicativa nº 15.1 a 15.3. **2.2.12. Moeda Funcional -** A moeda funcional utilizada pela entidade é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis onde os valores são expressos em reais. **2.2.13. Eventos Subsequentes -** A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração da empresa. **2.2.14. Seguros -** A empresa não possui cobertura de seguros contratados.

3. Caixa e Equivalentes de Caixa:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Caixa	0	0	1.014	1.438
Aplicações de liquidez imediata	110.533	838.777	2.641.163	3.411.216
Bancos contas movimento	12.085	0	50.097	80.330
Bancos contas movimento – consórcios	0	0	0	0
Aplicações de liquidez imediata – consórcios	0	0	0	0
Totais	**122.618**	**838.777**	**2.692.274**	**3.492.984**

4. Contas a Receber de Clientes:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Método Potencial	68.950	68.950	68.950	68.950
Capixaba Energia	0	166	13.874	166
Totais	**68.950**	**69.116**	**82.824**	**69.116**

5. Adiantamentos Diversos:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Adiantamento benefícios dos funcionários	0	0	707	637
Total	**0**	**0**	**707**	**637**

6. Tributos Recuperáveis:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
IRPJ	8.309	0	8.309	0
CSLL	3.880	0	3.880	0
IRRF s/aplicação financeira	13.140	41.261	50.237	138.036
IRRF s/faturamento	2.400	7.625	14.073	11.487
ISS a recuperar	6.259	6.259	6.259	6.259
Crédito de Pis não cumulativo	0	0	2.316	3.980
Crédito de Cofins não cumulativo	0	0	3.340	13.110
PIS retido Lei 10.833/03	0	0	3.973	3.252
Cofins retido Lei 10.833/03	0	0	18.109	15.011
CSLL retido lei 10.833/03	1.600	5.107	9.382	7.721
IRPJ 2020	0	25.446	0	25.446
IRPJ 2021	0	27.773	59.626	87.448
CSLL 2021	4.060	4.140	9.608	9.688
IRPJ 2022	48.886	0	149.336	0
CSLL 2022	5.107	0	7.721	0
Impostos a recuperar nos consórcios	0	0	260.132	260.132
IOF a Recuperar	0	0	11	0
Totais	**93.641**	**117.611**	**606.312**	**581.570**

7. Despesas Antecipadas:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Viagens OTC Houston	5.760	5.760	5.760	5.760
Associação Brasileira de Petróleo e Gás	3.703	0	3.703	0
Aluguel	0	0	36.807	51.368
Porto Seguro	0	22.861	0	22.861
Maiorca Passagens	0	0	0	3.659
Totais	**9.463**	**28.621**	**46.270**	**83.648**

8. Ativo não Circulante: 8.1 Realizável a Longo Prazo – refere-se à caução de locação de três (03) salas comerciais, incluindo mobiliário.

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Regus	313	313	93.520	93.866
Mútuo	0	0	45.594	0
Totais	**313**	**313**	**139.114**	**83.648**

9. Investimentos:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Participações Societárias	2.839.950	2.374.850	63.186.253	61.666.252
Equivalência Patrimonial	20.156.162	20.594.263	1.671.038	1.045.769
Mais Valia Participação Societária	0	0	9.211.113	9.211.113
Sicoob	0	0	475.731	226.097
SG Brasil Mineração	0	0	50.000	0
Totais	**22.996.112**	**22.969.113**	**74.594.135**	**72.149.231**

Demonstração do Resultado - Exercícios findos em 31 /12/2023 - Em R$ 1

	Nota	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Receita Operacional Bruta		**160.000**	**510.965**	**938.184**	**772.397**
Receita de Serviços		160.000	510.965	938.184	772.397
Deduções		**-22.800**	**-72.813**	**-133.691**	**-110.067**
Iss		-8.000	-25.548	-46.909	-38.620
Pis S/ Faturamento		-2.640	-8.431	-15.480	-12.745
Cofins S/ Faturamento		-12.160	-38.833	-71.302	-58.702
Receita Operacional Líquida	**17**	**137.200**	**438.153**	**804.493**	**662.330**
Custos de Operação		**0**	**0**	**0**	**-89**
Custos dos Serviços		0	0	0	-89
Lucro Operacional Bruto		**137.200**	**438.153**	**804.493**	**662.242**
Despesas Operacionais	**18**	**-250.439**	**-2.674.931**	**-4.445.994**	**-4.782.032**
Pessoal		-41.664	-1.551.203	-1.616.750	-1.887.134
Serviços de Terceiros		-129.818	-1.031.515	-1.984.760	-2.027.388
Depreciações		-8.497	-8.696	-8.497	-8.696
Aluguéis		0	0	0	-529.059
Outras - despesas Diversas		-23.564	-21.563	-644.512	-200.847
Tributos, Contribuições e Subvenções		-46.497	-55.323	-182.398	-118.157
Marketing		-400	-6.632	-9.078	-6.632
Resultado nos Consórcios		0	0	0	-4.120
Outras Receitas/Despesas Operacionais	**19**	**-509.416**	**-1.177.106**	**6.669.630**	**3.506.180**
Resultados Negativos em Participações Societárias		-478.708	-1.177.106	-1.782.337	-1.385.324
Resultados Positivos em Participações Societárias		0	0	8.063.160	4.594.122
Perdas na Alienação de Ativo Imobilizado		-399	0	0	0
Ajuste de Equivalência Patrimonial		52	0	0	0
Perdas com Baixas de Investimentos		-30.361	0	0	0
Recuperação de Despesas - Períodos Anteriores		0	0	10.627	5.773
Recuperação de Despesas		0	0	120.000	60.000
Lucros e Dividendos		0	0	258.181	229.930
Outras Receitas		0	0	0	1.679
Resultado Antes do Resultado Financeiro e Tributos		**-622.655**	**-3.413.884**	**3.028.130**	**-613.611**
Resultado Financeiro	**20**	**63.896**	**186.039**	**-4.046.925**	**-3.722.997**
Despesas Financeiras		-1.927	-3.861	-4.348.255	-4.362.594
Receitas Financeiras		65.823	189.900	301.330	639.597
Resultado Antes Do Ir E Csll		**-558.760**	**-3.227.845**	**-1.018.795**	**-4.336.608**
Ir		0	0	0	0
Csll		0	0	0	0
Lucro Líquido do Exercício		**-558.760**	**-3.227.845**	**-1.018.795**	**-4.336.608**
Atribuível aos:					
Acionistas controladores da Companhia		-558.760	-3.227.845	-558.760	-3.227.845
Não controladores		0	0	-460.036	-1.108.763

As notas explicativas são parte integrante dos demonstrações contábeis.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Findos em 31/12/2023 - Em R$ 1

	Capital Social	Outros Resultados Abrangentes	Ajuste De Exercícios Anteriores	Lucros (Prejuizos) Acumulados	Total do Patrimônio Líquido Atribuível aos Acionistas da Controladora	Participação dos Acionistas não Controladores	Total do Patrimonio Liquido Consolidado
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	**12.810.400**	**16.753.596**	**0**	**-5.585.888**	**23.978.109**	**20.196.433**	**44.174.542**
Resultado Abrangente de Empresas Investidas Reconhecidos pelo MEP		3.100.278			3.100.278	-3.100.278	0
Lucro / (Prejuízo) Líquido do Exercício				-3.227.845	-3.227.845	-1.108.733	-4.336.578
Ajustes de Avaliação Patrimonial					0	6.079.335	6.079.335
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	**12.810.400**	**19.853.875**	**0**	**-8.813.733,29**	**23.850.542**	**22.066.757**	**45.917.299**
Aumento Capital	0				0	489.857	489.857
Ajuste de Exercícios Anteriores			83		83	71	153,94
Lucro / (Prejuízo) Líquido do Exercício				-558.760	-558.760	-460.036	-1.018.795
Saldo em 31 de Dezembro de 2023	**12.810.400**	**19.853.875**	**83**	**-9.372.493**	**23.291.866**	**22.096.649**	**45.388.515**

As notas explicativas são parte integrante dos demonstrações contábeis.

Demonstração do Fluxo de Caixa Exercícios Findos em 31/12/ 2023 - Em R$ 1 *Método Indireto*

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Das Atividades Operacionais				
(+) Resultado Líquido do Exercício	-558.760	-3.227.845	-1.018.795	-4.336.608
(+) Depreciação	7.699	8.696	7.699	8.696
(+) Ajuste de Exercício Anterior	84	0	247	0
(=) Resultado Líquido Ajustado	**-550.977**	**-3.219.149**	**-1.010.849**	**-4.327.912**
(Acréscimo)/Decréscimo Do Ativo Circulante + Rlp				
Impostos Recuperáveis	23.970	-23.967	-24.977	-146.718
Contas a Receber de Clientes	166	-166	-13.708	0
Despesas Antecipadas	19.157	-5.185	37.377	-12.746
Outros Créditos	0	92.895	-70	0
Adiantamento Diversos	0	0	-45.594	816.944
Clientes	0	0	0	-166
(=) Total (Acréscimo)/Decréscimo do Ativo Circulante + Rlp	**43.293**	**63.578**	**-46.972**	**657.314**
Acréscimo/(Decréscimo) do Passivo Circulante + Elp				
Fornecedores	-23.547	25.103	-39.350	24.952
Empréstimos e Financiamentos	0	0	4.387.396	-4.285.714
Obrigações Tributárias	0	0	0	4
Obrigações Trabalhistas/Previdenciárias	-159.353	4.129	-12.415	-43.836
Créditos Com Pessoas Ligadas	0	0	-2.175.123	2.175.123
Outras Obrigações	0	0	50.000	0
Provisões	227	235	0	235
Consórcios	0	0	0	-48.642
Impostos Diferidos	0	0	0	3.131.778
(=) Total Acréscimo/(Decréscimo) do Passivo Circulante + Elp	**-182.673**	**29.467**	**2.210.507**	**953.901**
Total das Atividades Operacionais	**-690.358**	**-3.126.105**	**1.152.686**	**-2.716.697**
Das Atividades de Investimentos				
Participação em Outras Empresas	-26.998	-1.938.143	-2.954.460	-38.484.030
Outros Resultados Abrangentes	0	3.100.278	0	3.100.278
Aquisição de Imobilizado	1.197	0	1.197	3.073.950
Aquisição de Intangível	0	0	0	19.963.541
Total das Atividades de Investimentos	**-25.801**	**1.162.136**	**-2.953.263**	**-12.346.260**
Das Atividades de Financiamentos				
Pagamento de Capital	0	0	999.867	0
Adiantamento Para Futuro Aumento De Capital	0	0	0	15.000
Reserva de Reavaliação Patrimonial	0	0	0	6.079.335
Total das Atividades de Financiamentos	**0**	**0**	**999.867**	**6.094.335**
(1+2+3) Aumento/Redução Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	**-716.159**	**-1.963.969**	**-800.709**	**-8.968.622**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Ano	**838.777**	**2.802.746**	**3.492.984**	**12.461.606**
Variação Ocorrida no Período	**-716.159**	**-1.963.969**	**-800.709**	**-8.968.622**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Ano	**122.618**	**838.777**	**2.692.274**	**3.492.984**

As notas explicativas são parte integrante dos demonstrações contábeis.

10. Empréstimos e Financiamentos Curto Prazo:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Empréstimos	0	0	2.013.419	4.285.714
Juros a pagar	0	0	2.560.826	3.569.162
Juros a transcorrer	0	0	-2.560.826	-3.569.162
Total	**0**	**0**	**2.013.419**	**4.285.714**

O valor dos juros é atualizado anualmente em acordo com a posição bancária. **11. FORNECEDORES DE BENS E SERVIÇOS:**

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Prestadores de serviços a pagar	9.475	32.795	39.960	79.310
Totais	**9.475**	**32.795**	**39.960**	**79.310**

12. Salários e Encargos Sociais: Registra o valor dos encargos sociais a pagar/recolher e da contribuição a sindicatos a recolher pelos empregados até 31 de dezembro de cada exercício:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Folha de pagamento	2.495	75.747	76.006	82.645
FGTS a pagar	0	0	960	698
Provisões de Férias e 13º salário	0	0	19.456	14.120
Previdência social a pagar/recolher	673	21.655	23.288	24.594
IRRF sobre folha + IRRF de terceiros	0	54.104	50.941	55.445
Totais	**3.168**	**151.506**	**170.651**	**177.502**

13. Impostos e Contribuições Sociais: Registra o valor dos tributos a recolher retidos na fonte e os tributos incidentes sobre o faturamento:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
IRRF PJ a recolher (1708)	60	583	1.047	899
COFINS/CSLL/PIS a recolher (5952)	185	1.807	3.245	2.803
ISS a pagar	0	4.000	2.500	4.000
IOF	0	0	200	0
Pis a recolher	15	863	15	870
Cofins a recolher	43	4.065	43	4.077
Totais	**303**	**11.318**	**7.050**	**12.649**

14. Outras Obrigações:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Valor referente a participação de na empresa SG Mineração.	0	0	50.000	0
Total	**0**	**0**	**50.000**	**0**

15. Passivo não Circulante: 15.1 Empréstimos e financiamentos a longo prazo -

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Empréstimos	0	0	27.373.976	20.714.286
Juros a pagar	0	0	15.008.960	8.782.340
Juros a transcorrer	0	0	15.008.960	-8.782.340
Total	**0**	**0**	**27.373.976**	**20.714.286**

O valor dos juros é atualizado anualmente em acordo com a posição bancária. **15.2 Crédito de pessoas ligadas -**

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Mútuo – Capixaba Energia	0	0	0	2.175.123
Total	0	0	0	2.175.123

15.3 Provisão de Impostos Diferidos:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
CSLL Diferido	0	0	829.000	829.000
IRPJ Diferido	0	0	2.302.778	2.302.778
Total	**0**	**0**	**3.131.778**	**3.131.778**

16. Patrimônio Líquido: 16.1. Capital Social - O capital social está totalmente integralizado e distribuído em um total de 200.000 ações ordinárias. **16.2. Outros Resultados Abrangentes -** Refere-se ao resultado abrangente da equivalência patrimonial na empresa EnP Ecossistemas Energéticos Holding S.A.. **16.3 Ajuste de Exercícios Anteriores -**

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Ajuste em Coligadas	84	0	247	0
Total	**84**	**0**	**247**	**0**

16.4 Resultado -

	2023	2022
Resultado do Exercício	-558.760	-3.227.845
Prejuízos Acumulados	-8.813.733	-5.585.888
Total	**-9.372.493**	**8.813.733**

continua

Continuação



Energy Platform - EnP Participações S.A.

CNPJ nº 34.562.523/0001-43

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Exercício Findo em 31 de dezembro de 2022 - (Em R$ 1) *(Continuação)*

17. Receita Operacional Líquida: Refere-se aos serviços de Consultoria prestados durante o ano deduzidos dos impostos sobre vendas. **18. Despesas Operacionais: 18.1 Despesas com Pessoal -** Referem-se aos gastos com folha de pagamento, pró-labore, encargos sociais e benefícios aos funcionários. **18.2 Serviços de Terceiros -** Referem-se aos gastos com prestadores de serviços de desenvolvimento de novos negócios, tecnologia e inovação, suporte técnico e comercial, jurídico, suporte administrativo financeiro e contabilidade, entre outros. **18.3 Depreciações -** Refere-se a despesa relacionada a redução do Ativo Imobilizado. **18.4 Aluguéis -** Refere-se a locação mensal de 03 salas comerciais mobiliadas. **18.5 Outras Despesas Diversas -** Referem-se principalmente a gastos com viagens, representações, material de uso e consumo e telefonia. **18.6 Tributos, Contribuições e Subvenções -** Refere-se a Pis e Cofins e taxas. **18.7 Marketing -** Refere-se a despesa com marketing. **18.8 Resultado nos Consórcios -** Refere-se ao resultado negativo dos blocos do Consórcio de Exploração. **19. Outras Receitas/Despesas Operacionais:** O resultado refere-se principalmente a equivalência patrimonial em participações societárias. **20. Resultado Financeiro:** Referem-se as despesas bancárias e receitas de aplicação financeira. **21. Instrumentos Financeiros – Gerenciamento de Riscos:** As transações financeiras existentes envolvem ativos e passivos usuais e pertinentes à atividade econômica da entidade, particularmente aplicações financeiras com vencimentos de curto prazo e contas a pagar. Estão todos registrados em contas patrimoniais e não apresentam valores de mercado diferentes dos reconhecidos nas demonstrações contábeis. **22. Continuidade Operacional:** É de interesse que a Empresa continue a conduzir o seu negócio em âmbito e em conformidade com as disposições de sua constituição. Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2023.

MARCIO FELIX CARVALHO BEZERRA - Diretor Presidente - RG: 30.874.817-7 DETRAN/RJ CPF 144.016.491-68 | ***TATIANA REIS DOS SANTOS*** - Contadora CRC 087574/O-4-RJ - CPF 073.775.067-76

Déficit orçamentário dos 27 UFs pode chegar a R$ 29,3 bilhões neste ano

Só quatro estados estão positivos

Estudo feito pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), a partir de dados publicados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), aponta que, das 27 unidades da federação, a previsão é de déficit orçamentário em 22 estados e no Distrito Federal, totalizando um saldo negativo de R$ 29,3 bilhões nas contas de 2024.

A Firjan sinaliza que, de acordo com a dotação orçamentária do ano, as despesas apresentarão alta de 7%, enquanto a previsão é de que as receitas cresçam apenas 3,2%. O Rio de Janeiro, com possibilidade de déficit de R$ 10,4 bilhões, é o que apresenta o pior resultado na análise, seguido de Minas Gerais (-R$ 4.212), Ceará (-R$ 3.975), Paraná (-R$ 3.531) e Rio Grande do Sul (-R$ 3.112). Quatro estados estão positivos: São Paulo (R$ 7,142), Amapá (R$ 1,036), Espírito Santo (R$ 141 milhões) e Mato Grosso (R$ 0).

"Esse é um quadro preocupante, pois afeta o crescimento sustentável do país e consequentemente o bem-estar da população e o ambiente de negócios. O Brasil precisa de estadistas que encarem o desafio de explicar para a população que é preciso cortar gastos, mas não em Saúde e Educação. A solução não pode ser um atalho, como aumento de impostos. Precisamos que o problema das contas públicas seja resolvido de forma estrutural, com medidas que possibilitem um planejamento eficaz. Dessa forma, os investimentos públicos não ficam penalizados", destaca o presidente da Firjan, Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira.

No estudo a Firjan ressalta que a alta rigidez orçamentária é um dos principais problemas que afetam a sustentabilidade das contas. De acordo com a análise, em 2023, ao menos quase 50% do orçamento das unidades da federação foi destinado ao pagamento de despesas com pessoal, que não podem ser ajustadas em períodos de menor previsão de receitas, ou juros e amortizações da dívida, também de caráter obrigatório. No caso do Rio Grande do Norte e do Rio Grande do Sul, esse percentual ultrapassou 70%. Com esse quadro de rigidez orçamentária, os investimentos são penalizados, como aconteceu em 2023. No Rio Grande do Norte, por exemplo, o investimento por habitante foi de R$ 171. No Rio Grande do Sul, de R$ 460.

A Firjan pontua que a reforma previdenciária não foi suficiente para garantir o equilíbrio orçamentário. Em 2022, o déficit previdenciário das unidades da federação foi de R$ 86,1 bilhões. Além disso, o potencial da reforma tributária só poderá ser observado no médio prazo. Nesse sentido, ressalta a importância de regras para os regimes próprios de previdência, de acordo com a realidade de cada unidade da federação; da reforma administrativa, com a inclusão dos estados, para que seja possível adaptação dos custos com pessoal à realidade econômica e social; da discussão de uma solução eficiente para o alto endividamento de alguns entes, como o Rio de Janeiro; além de regras de responsabilidade fiscal.

"Não podemos aceitar que o desequilíbrio orçamentário seja resolvido com aumento de impostos e pedido de socorro à União, como tem acontecido nos últimos anos", comenta o gerente de Estudos Econômicos da Firjan, Jonathas Goulart.

CVM alerta para atuação irregular de Smarttool Trading SC Limited

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) alerta ao mercado de capitais e ao público em geral sobre a atuação da empresa Smarttool Trading SC Limited. De acordo com a Superintendência de Relações com o Mercado e Intermediário (SMI), foram identificados indícios de que a empresa busca captar clientes residentes no Brasil para a realização de operações com valores mobiliários, por meio dos sites www.axiainvestments.com e www.axiainvestments.com/pt-br.

A empresa Smarttool Trading SC Limited não possui autorização da CVM para intermediar valores mobiliários ou captar recursos de investidores para aplicação em valores mobiliários.

A autarquia determinou à corretora a imediata suspensão de qualquer oferta pública de serviços de intermediação de valores mobiliários, de forma direta ou indireta, inclusive por meio de sites, aplicativos ou redes sociais, pelo fato de ela não integrar o sistema de distribuição previsto no art. 15 da Lei 6.385.

Caso a determinação da CVM não seja adotada, a empresa e pessoas que venham a ser identificadas como participantes dos atos irregulares estarão sujeitos à multa cominatória diária no valor de R$ 1.000,00.

A CVM alerta que caso seja investidor ou receba proposta de investimento por parte da empresa citada, entre em contato com a autarquia por meio do Serviço de Atendimento ao Cidadão (SAC), preferencialmente fornecendo detalhes da oferta e a identificação das pessoas envolvidas, a fim de que seja possível a pronta atuação da Autarquia no caso.

Sobre Stop Order da CVM A emissão de stop order (suspensão) é uma medida de natureza cautelar, com o objetivo de prevenir ou corrigir situações anormais de mercado detectadas pela Autarquia. Por isso, não deve se confundir com a penalização das pessoas indicadas. No caso de infrações, a penalização exige a conclusão de processo administrativo sancionador com decisão condenatória.

A!BODYTECH PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF nº 07.737.623/0001-90 - NIRE 33.3.0027725-1

Companhia Fechada

AVISO AOS ACIONISTAS: A A!Bodytech Participações S.A informa que os documentos relacionados no artigo 133 da Lei nº 6.404/76 referentes às demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31/12/2022 e 31/12/2023, encontram-se à disposição dos Acionistas, na sede social da Companhia, na Rua Guilhermina Guinle, nº 272, Parte, Botafogo, Rio de Janeiro, CEP 22.270-060. Rio de Janeiro, 24 de abril de 2024. Alexandre Accioly Rocha - Presidente do Conselho de Administração.

BEMOBI MOBILE TECH S.A.

Companhia Aberta - CNPJ nº 09.042.817/0001-05 - NIRE 33.3.003352-85

EDITAL DE CONVOCAÇÃO (Segunda Convocação)

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Tendo em vista não ter sido atingido o quórum de instalação previsto no Artigo 135 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada e em vigor ("LSA"), na Assembleia Geral Extraordinária convocada para o dia 26 de abril de 2024, às 14h, ficam convidados os Senhores acionistas da Bemobi Mobile Tech S.A. ("Companhia") a reunirem-se na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia ("AGE"), a ser realizada, em segunda convocação, no dia 07 de maio de 2024, às 16h00, exclusivamente no modo digital, por meio da plataforma eletrônica Zoom ("Plataforma Digital"), com *link* de acesso a ser encaminhado aos acionistas habilitados, para deliberar sobre as seguintes matérias constantes da ordem do dia: (i) alterar o art. 5º do Estatuto Social da Companhia para refletir (a) o cancelamento de 3.905.400 (três milhões, novecentas e cinco mil e quatrocentas) ações mantidas em tesouraria, sem redução do capital social, o qual passará a ser dividido em 87.003.692 (oitenta e sete milhões, três mil, seiscentas e noventa e duas) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, conforme aprovado pelo Conselho de Administração em 10 de agosto de 2023; e (b) consequentemente, a nova composição do capital social da Companhia; e (ii) consolidar o Estatuto Social da Companhia, com a realização da alteração do artigo 5º mencionado acima. Conforme o estabelecido no artigo 135 da LSA, a instalação da assembleia se dará, nesta segunda convocação, com a presença de qualquer número de acionistas. **Informações Gerais:** Os documentos e informações necessários para a participação e exercício do direito de voto na AGE encontram-se à disposição dos acionistas, na sede social da Companhia, e na página de relações de investidores da Companhia (ri.bemobi.com.br), bem como na página da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br), os documentos referidos no art. 135, §3º da LSA e na Resolução CVM 81, a Proposta da Administração, o Manual para Participação de Acionistas em Assembleia - Proposta da Administração e os demais documentos relacionados às matérias constantes na ordem do dia da AGE.

Rio de Janeiro, 26 de abril de 2024

Bemobi Mobile Tech S.A.

Lars Boilesen

Presidente do Conselho de Administração

SINDICATO DOS VIGILANTES E EMPREGADOS EM EMPRESAS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA, DE TRANSPORTE DE VALORES, DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO, DE CURSO DE FORMAÇÃO, VIGIAS, PORTEIROS, CONTROLADORES DE ACESSO EM EMPRESAS E INDÚSTRIAS E SIMILARES OU CONEXOS INTERMUNICIPAL DE BELFORD ROXO/RJ E QUEIMADOS/RJ, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 36.459.329/0001-62,

Rua João Fernandes Neto, 1.166, Sala 101 – Centro – Belford Roxo – RJ – Tel.: (21)3939-8671 (21) 99820-2016

"EDITAL DE CONVOCAÇÃO"

A Diretoria do Sindicato, neste ato representado pelo Presidente, Nos termos do Art.25,IV, do Estatuto, convoca toda categoria dos empregados em empresas de segurança e vigilância, de transporte de valores, de prevenção e combate a incêndio, de curso de formação, vigias, porteiros, controladores de acesso em empresas E indústrias e similares ou conexos intermunicipal de Belford Roxo/RJ e Queimados/RJ, para Assembleia Geral Ordinária a realizar-se no dia 02 de Maio de 2024,Quinta-feira, na Sede do Sindicato acima mencionado, às 10:00 horas em primeira convocação e às 10:30 horas em segunda e última convocação, com qualquer número de participantes, a fim de discutir e deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: a) Aprovação da Pauta de Negociação Coletiva (Data-Base março/2024),para os empregados de empresas de segurança e vigilância de monitoramento e sistemas eletrônicos de segurança privada e rastreamento de numerário e bens valores; b) Autorização para a Diretoria fazer Acordo e Instaurar Dissídio Coletivo; c) Autorização para a Diretoria estabelecer cláusulas Convencionais com Contribuições Sindicais e Assistenciais; D) Assuntos Gerais. Belford Roxo, RJ, 26 de Abril de 2024.

Fernando Jorge Ferraz – Presidente.



ASSOCIAÇÃO ALPHAVILLE BARRA DA TIJUCA

CNPJ/MF nº 13.598.210/0001-75

Edital de Convocação

Assembleia Geral Ordinária

Na qualidade de Presidente do Conselho Diretor da Associação Alphaville Barra da Tijuca, em observância ao Capítulo IV, Seção 'A', no artigo 15° do Estatuto Social, CONVOCO os Senhores Associados para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no salão social do clube, localizado na sede do Alphaville Barra da Tijuca, situada na Avenida Célia Ribeiro da Silva Mendes, S/N, Lote 2 do PAL 31.418 Via 4, PAA 8.997, Barra da Tijuca, no Município do Rio de Janeiro, em 14 de maio de 2024 (terça-feira), às 19h em primeira convocação e às 19h30min em segunda convocação, a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da ordem do dia: **Pauta: 1. Apresentação dos relatórios das demonstrações financeiras, incluindo parecer da auditoria externa referente ao exercício de 2023; 2. Encaminhamento para aprovação de contas do exercício do ano de 2023; 3. Assuntos Gerais.**

Rio de Janeiro, 26 de abril de 2024.

Marcelo da Costa Silva

Presidente do Conselho Diretor

Associação Alphaville Barra da Tijuca

XP CONTROLE PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ 09.163.677/0001-15

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Aos Acionistas e Administradores da XP Controle Participações S.A. - Rio de Janeiro - RJ: Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras, acompanhadas das notas explicativas, referidas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas segundo a Lei das Sociedades Anônimas e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **i. Perfil:** A XP Controle Participações é uma holding que controla a XDEX Intermediação Ltda., detendo 100% das ações da companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022. **ii. Desempenho financeiro:** No ano de 2023 a receita provém exclusivamente do resultado de instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado, representando uma significativa redução do lucro líquido quando comparado com 2022, quando a XP Controle Participações obteve grande parte de sua receita pela venda de participação na XP Inc. para a ITB Holding Brasil Participações Ltda. **Ativo total:** Os ativos totais individuais e consolidados alcançaram R$ 553 milhões ao final de dezembro de 2023 (R$ 1,2 bilhão ao final de dezembro de 2022), uma redução de 55% no período. **Passivo total:** Os passivos totais individuais e consolidados, excluindo o Patrimônio Líquido alcançaram R$ 472 milhões ao final de dezembro de 2023 (R$ 733 milhões ao final de dezembro de 2022), uma redução de 36% no período. **Patrimônio Líquido:** O Patrimônio Líquido totalizou R$ 80,5 milhões em dezembro de 2023 (R$ 493 milhões em dezembro de 2022). **iii. Gerenciamento de Risco:** A Administração tem a responsabilidade primária de estabelecer e supervisionar a estrutura de gerenciamento de risco. A Gestão de Riscos está estruturada de forma separada das áreas de negócios, reportando-se diretamente à alta administração, para garantir a isenção de conflito de interesses e a segregação de funções adequadas às boas práticas de governança corporativa e de mercado. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, estabelecer limites e controles de risco apropriados e monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de risco são revisados periodicamente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo. O Grupo, por meio de seus padrões e procedimentos de treinamento e gerenciamento, têm por objetivo desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os seus funcionários estejam cientes de seus deveres e obrigações. Esses processos de gerenciamento de risco também estão relacionados aos procedimentos de gerenciamento de continuidade operacional, principalmente no que tange à formulação de análises de impacto, aos planos de continuidade de negócios, aos planos de contingência, aos planos de backup e gerenciamento de crise. **Constante aprimoramento do ambiente de controles internos e Governança:** A Companhia opera em um ambiente de controles e de tecnologia complexos, com diferentes níveis de maturidade e sistemas em operação, além de grande volume de transações altamente dependentes do funcionamento apropriado de toda a cadeia, o que requer constantes investimentos em pessoas, tecnologia, infraestrutura e controles de segurança de acessos a sistemas e dados. Nesse contexto, a Companhia possui um planejamento estratégico definido e revisado periodicamente para aplicação de melhorias, visando um ambiente de controles internos e de tecnologia ainda mais robustos. **Políticas de Reinvestimento de Lucros e Distribuição de Dividendos:** De acordo com o Estatuto Social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% (vinte e cinco por cento) o lucro líquido ajustado, apurado em cada encerramento de exercício. Entretanto, se não houver oposição de qualquer acionista, a Assembleia Geral pode deliberar a distribuição de dividendos inferior ao mínimo obrigatório. O saldo do lucro líquido, verificado após as deduções legais e distribuições previstas no Estatuto Social, terá a destinação proposta pela Diretoria e deliberada pelos acionistas em Assembleia Geral, podendo ser integralmente destinado à Reserva de Lucros Estatutária, visando a manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das atividades da Companhia. Em 25 de maio de 2023 por meio de AGE, foi destinado o valor de distribuição de dividendos aos acionistas da Companhia no montante de R$ 370.000 (Nota 11.c).

Rio de Janeiro, 24 de abril de 2024

A Diretoria.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

BALANÇO PATRIMONIAL

Ativo		Controladora		Consolidado	
	Nota	2023	2022	2023	2022
Disponibilidades		65	70	65	70
Ativos financeiros		513.943	1.205.476	513.943	1.205.476
Valor justo por meio do resultado		501.526	1.203.360	501.526	1.203.360
Títulos e valores mobiliários	6	501.526	1.203.360	501.526	1.203.360
Avaliados ao custo amortizado		12.417	2.116	12.417	2.116
Outros ativos financeiros		12.417	2.116	12.417	2.116
Outros ativos		38.757	21.247	38.874	21.374
Impostos e contribuições a compensar		30.517	15.105	30.634	15.232
Despesas antecipadas		198	–	198	–
Outros ativos		8.042	6.142	8.042	6.142
Investimentos	7	127	127	–	–
Ativo fiscal diferido		–	–	10	–
Total do ativo		552.892	1.226.920	552.892	1.226.920

Passivo		Controladora		Consolidado	
	Nota	2023	2022	2023	2022
Passivos financeiros		473	1.860	473	1.860
Avaliados ao custo amortizado		473	1.860	473	1.860
Fornecedores		473	1.860	473	1.860
Outros passivos		471.921	731.928	471.921	731.928
Obrigações fiscais e previdenciárias	8	7.832	658	7.832	658
Outros passivos	10	464.089	731.270	464.089	731.270
Total do passivo		472.394	733.788	472.394	733.788
Patrimônio Líquido	11				
Capital social		4.266	4.266	4.266	4.266
Reserva de lucros e capital		76.232	531.956	76.232	531.956
(Ações em tesouraria)		–	(43.090)	–	(43.090)
Total do Patrimônio Líquido		80.498	493.132	80.498	493.132
Total do passivo e Patrimônio Líquido		552.892	1.226.920	552.892	1.226.920

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital Social	Ações em Tesouraria	Reserva de Capital	Reserva de Lucros: Reserva Legal	Reserva de Lucros: Reserva Estatutária	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	4.266	(43.090)	44.409	855	11.597	1.371	–	19.408
Reorganização societária (Nota 11)	–	–	(5.275)	–	–	(939)	–	(6.214)
Resultados abrangentes								
Lucro líquido	–	–	–	–	–	–	477.667	477.667
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–	–	(324)	–	(324)
Transações com acionistas - contribuições e distribuições								
Outorga de plano de incentivo baseado em ações	–	–	3.953	–	–	–	–	3.953
Variação na participação em controladas	–	–	–	–	–	(108)	–	(108)
Destinações ao lucro líquido do exercício								
Reservas	–	–	–	–	476.417	–	(476.417)	–
Dividendos e juros sobre capital próprio (Nota 11.c)	–	–	–	–	–	–	(1.250)	(1.250)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	4.266	(43.090)	43.087	855	488.014	–	–	493.132
Saldos em 31 de dezembro de 2022	4.266	(43.090)	43.087	855	488.014	–	–	493.132
Resultados abrangentes								
Lucro líquido	–	–	–	–	–	–	14.282	14.282
Transações com acionistas - contribuições e distribuições								
Cancelamento de ações em tesouraria (Nota 11 a.1)	–	43.090	470	–	(43.090)	–	–	(470)
Cancelamento de ações (Nota 11)	–	–	–	–	(57.386)	–	–	(57.386)
Destinações ao lucro líquido do exercício								
Reservas	–	–	–	–	14.282	–	(14.282)	–
Dividendos e juros sobre capital próprio (Nota 11.c)	–	–	–	–	(370.000)	–	–	(370.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	4.266	–	43.557	855	31.817	–	–	80.498

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO E DO RESULTADO ABRANGENTE

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2023	2022	2023	2022
Resultado de instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado		107.417	119.594	107.417	119.594
Receitas operacionais líquidas		107.417	119.594	107.417	119.594
Despesas com vendas		(20)	(20)	(20)	(23)
Despesas administrativas		(1.668)	(1.510)	(1.668)	(1.510)
Outras receitas/(despesas) operacionais	12	(79.011)	751.345	(79.011)	751.345
Resultado de participações em controladas e coligadas	7	–	24.924	–	24.927
Taxas e contribuições		(5.387)	–	(5.387)	–
Resultado antes da tributação sobre o lucro		21.331	894.333	21.331	894.333
Imposto de renda e contribuição social	9	(7.049)	(416.666)	(7.049)	(416.666)
Lucro líquido do exercício		14.282	477.667	14.282	477.667
Outros resultados abrangentes					
Variação no ajuste de conversão de investimento no exterior		–	44	–	44
Variação no ajuste do *hedge* de investimento no exterior		–	(85)	–	(85)
Ajuste ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		–	(2.105)	–	(2.105)
Resultado abrangente total do exercício		14.282	475.521	14.282	475.521
Lucro líquido por ação (em reais)					
Lucro básico por ação		1,1181	0,0325	1,1181	0,0325

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Atividades operacionais				
Resultado antes da tributação sobre o lucro	21.331	894.333	21.331	894.333
Ajustes ao Lucro Líquido				
Resultado de participação em controladas e coligadas	–	(24.924)	–	(24.927)
Variação dos ativos e passivos				
Instrumentos financeiros (ativos e passivos)	8.621	436.600	8.621	436.600
Despesas antecipadas	(198)	4	(198)	4
Outros ativos e outros ativos financeiros	(12.201)	(184)	(12.201)	(185)
Fornecedores	(1.387)	305	(1.387)	305
Obrigações fiscais e previdenciárias	(8.238)	(21.259)	(8.238)	(21.259)
Outros passivos e outros passivos financeiros	(324.097)	23.186	(324.097)	23.186
Caixa operacional				
Impostos pagos	(7.049)	(512.743)	(7.049)	(512.743)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(323.218)	795.318	(323.218)	795.314
Atividades de financiamento				
Distribuição de dividendos (Nota 11.c)	(370.000)	–	(370.000)	–
Recompra de ações (ações em tesouraria)				
Caixa líquido das atividades de financiamento	(370.000)	–	(370.000)	–
Atividades de investimento				
Variação da participação em investimentos (Nota 7)	–	350.250	–	350.224
Caixa líquido das atividades de investimento	–	350.250	–	350.224
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	(693.218)	1.145.568	(693.218)	1.145.538
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.194.809	49.241	1.194.809	49.271
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	501.591	1.194.809	501.591	1.194.809
Disponibilidades	65	70	65	70
Certificados de depósitos bancários	501.526	1.194.739	501.526	1.194.739

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Contexto operacional: A XP Controle Participações S.A. ("Companhia" ou "XP Controle") tem sua sede atualmente localizada na Av. Afrânio de Melo Franco, nº 290, sala 708, Leblon, CEP 22430-060, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro. Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 24 de abril de 2024. **2. Base de elaboração das demonstrações financeiras: (a) Base de preparação:** Na preparação destas Demonstrações Financeiras, a Companhia utilizou os critérios de reconhecimento, mensuração e apresentação estabelecidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) - incluindo interpretações relacionadas - e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"). As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos investimentos em instrumentos financeiros que foram mensurados pelo valor justo. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia. As informações que envolvem maior grau de julgamento ou complexidade, ou informações nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4. As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais ("R$") e todos os valores divulgados nas demonstrações financeiras e notas explicativas foram arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. O balanço patrimonial está apresentado em ordem de liquidez dos ativos e passivos. O momento de sua realização ou liquidação depende não apenas de sua liquidez, mas também dos julgamentos da administração sobre os movimentos esperados nos preços de mercado e outros aspectos relevantes. Certas reclassificações de períodos anteriores foram feitas para se adequar à apresentação do período atual. **(b) Novas normas e interpretações:** Certas novas normas contábeis, interpretações e alterações entraram em vigor para o período de relatório iniciado em 1º de janeiro de 2023. Os possíveis impactos são mensurados pelo Grupo e concluiu-se que não há impacto material nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. IFRS 17 - Contratos de Seguro: Exige que os passivos de seguro sejam mensurados a um valor de cumprimento atual e fornece uma abordagem de mensuração e apresentação mais uniforme para todos os contratos de seguro. O Grupo avaliou os impactos da aplicação desta norma e concluiu que a mesma não é material para as suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Emendas à IAS 1 - Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes: As alterações visam promover consistência na aplicação dos requisitos, ajudando as empresas a determinar se, na demonstração da posição financeira, dívidas e outros passivos com data de liquidação incerta devem ser classificados como circulante (vencido ou potencialmente devido a ser liquidado dentro de um ano) ou não circulante, sendo efetivo para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024. Emendas à IAS 1 - Passivos não circulantes com Covenants: A emenda esclarece como as condições que uma entidade deve cumprir dentro de doze meses após o período de relatório afetam a classificação dos passivos, sendo efetiva para períodos de relatório anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024. Emendas à IAS 12 - Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo do Pilar Dois: A emenda fornece uma exceção temporária de requisitos para a aplicação inicial relativos a ativos e passivos fiscais diferidos relacionados ao imposto de renda do Pilar Dois para demonstrações financeiras consolidadas intermediárias, mas é obrigatória para períodos de relatório anuais a partir de 1º de janeiro de 2023. O Grupo avaliou os impactos da aplicação destas alterações e concluiu que não há impactos nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **(c) Base de consolidação:** A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. **i) Subsidiárias:** Subsidiária é a entidade sobre a qual o Grupo tem controle. O Grupo controla uma entidade quando o Grupo é exposto ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de afetar esses retornos através de seu poder de dirigir as atividades da entidade. As subsidiárias são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. Ela é desconsolidada a partir da data em que o controle cessa. As transações entre companhias, saldos e ganhos não realizados entre empresas do grupo são eliminados. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de uma perda no valor recuperável do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas foram alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pelo Grupo. **ii) Coligadas:** A coligada é a empresa na qual o investidor tem uma influência significativa, mas não detém o controle. O investimento nessa empresa é inicialmente reconhecido pelo custo de aquisição e posteriormente contabilizado usando o método de equivalência patrimonial. Pelo método de equivalência patrimonial, o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e ajustado posteriormente para reconhecer na demonstração do resultado a participação do Grupo nos lucros ou prejuízos após a aquisição da investida, e a participação do Grupo na movimentação em outros resultados abrangentes da investida. Os dividendos recebidos ou a receber de associada são reconhecidos como uma redução no valor contábil do investimento. Os ganhos não realizados em transações entre o Grupo e suas coligadas são eliminados na medida da participação do Grupo nessas entidades. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidência de uma diminuição do valor contábil do ativo transferido. As políticas contábeis da empresa investida em participações acionárias foram alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo. Se sua participação na associada diminui, mas o Grupo mantém influência significativa, apenas o valor proporcional dos valores previamente reconhecidos em Outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado, quando apropriado. **3. Resumo das principais políticas contábeis:** Esta nota fornece uma descrição das principais políticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações financeiras. Essas políticas foram aplicadas de forma consistente a todos os períodos apresentados, exceto quando indicado de outra forma. **(a) Instrumentos financeiros ativos e passivos:** A companhia classifica, no reconhecimento inicial, seus ativos e passivos financeiros, como mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação dos ativos financeiros segundo o CPC 48/IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. ***Reconhecimento e mensuração:*** A companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. Os ativos financeiros são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Para fins de avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Os ativos financeiros ao VJR são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos, neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao VJR são apresentados na demonstração do resultado em "Receitas ou despesas financeiras" no exercício em que ocorrem. As variações cambiais de títulos monetários são reconhecidas no resultado. Havendo ativos financeiros avaliados ao VJORA, estes serão mensurados ao valor justo e as variações no valor justo, exceto as perdas por impairment, juros e diferenças cambiais sobre os instrumentos de dívida, são reconhecidas nos resultados abrangentes e acumuladas na reserva de valor justo. As variações no valor justo de títulos monetários classificados como VJORA, são reconhecidas no patrimônio líquido. Quando os títulos classificados como ao VJORA são vendidos ou sofrem perda (impairment), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio líquido, são incluídos na demonstração do resultado como "Receitas ou despesas financeiras". Os ativos financeiros ao custo amortizado são mensurados subsequentemente pelo método da taxa efetiva de juros ("EIR") e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou desvalorizado. A entidade reclassifica os ativos financeiros somente quando altera seu modelo de negócios para o gerenciamento desses ativos financeiros. Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, o Grupo estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade. ***Desreconhecimento:*** A Companhia *desreconhece* um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia não transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia *desreconhece* um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também *desreconhece* um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. ***Impairment de ativos financeiros:*** A entidade reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas ("ECLs") para todos os instrumentos de dívida não classificados em VJR. Os ECLs baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma aproximação de taxa de juros efetiva original. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias mantidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. Em cada data de balanço, a companhia avalia se os ativos financeiros estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. **Valor justo dos instrumentos financeiros:** O valor justo dos instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação. O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não há mercado ativo é determinado pelo uso de técnicas de mensuração. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (em base de mercado); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxos de caixa descontados ou outros modelos de mensuração, conforme Nota 14. **(b) Caixa e equivalentes de caixa:** O caixa não está sujeito a um risco significativo de mudança de valor e é mantido com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros fins. As transações são consideradas de curto prazo quando têm vencimentos em três meses ou menos a partir da data de aquisição. Para fins de demonstração dos fluxos de caixa, equivalentes de caixa referem-se a títulos garantidos adquiridos mediante contratos de revenda e certificados de depósito bancário mensurados ao valor justo por meio do resultado que são prontamente conversíveis em um montante conhecido e não estão sujeitos a risco significativo de mudança de valor. **(c) Investimentos:** Controladas são aquelas sociedades na qual a controladora, diretamente ou através de outras controladas, é titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores. Os investimentos nessas empresas são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição e avaliados subsequentemente pelo método de equivalência patrimonial após adequação às práticas contábeis do controlador. **(d) Impostos: i. Imposto de renda e contribuição social corrente:** As entidades do Grupo pagam imposto de renda (IRPJ) e contribuição social sobre o lucro (CSLL) pelo seguinte método: • Método do Lucro Real - onde o contribuinte calcula os referidos impostos com base no seu lucro tributável real, após computar todos os rendimentos, ganhos e despesas dedutíveis, incluindo as perdas operacionais líquidas dos exercícios anteriores. Os impostos calculados de acordo com o método do Lucro Real são devidos trimestral ou anualmente, dependendo da adoção da entidade através do primeiro documento de cobrança de cada ano civil. O método anual do Lucro Real exige que os contribuintes façam pagamentos antecipados mensais de IRPJ e CSLL durante o ano-calendário. As alíquotas de imposto aplicáveis ao Lucro Real e Lucro Presumido também são definidas de acordo com a atividade principal das entidades. • Imposto de Renda Federal (IRPJ) - alíquota de 15% calculada sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o valor da renda tributável que exceder R$ 20 por mês (ou R$ 240 por ano). • Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) - alíquota de 9% calculada sobre o rendimento tributável. **ii. Imposto de renda e contribuição social diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando o método do passivo sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. No entanto, os impostos diferidos não são contabilizados se surgirem do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios que, no momento da transação, não afete a contabilização nem o lucro ou prejuízo tributável. Os Impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais possam ser utilizados. De acordo com a legislação tributária brasileira, o prejuízo fiscal pode ser utilizado para compensar até 30% do lucro tributável do exercício e não expira. O imposto diferido é provisionado sobre as diferenças temporárias decorrentes de investimentos em controladas, exceto por um passivo fiscal diferido quando o momento da reversão da diferença temporária é controlado pelo Grupo e é provável que a diferença temporária não seja revertida no futuro previsível. Os impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos no balanço patrimonial quando há um direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral quando relacionados à mesma entidade legal e mesma jurisdição. Dessa forma, os ativos e passivos fiscais diferidos em diferentes entidades ou em diferentes países geralmente são apresentados separadamente, e não em uma base líquida. **(e) Contas a pagar:** As contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios. As contas a pagar são reconhecidas inicialmente ao valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva.

continua →★



XP CONTROLE PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ 09.163.677/0001-15

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(f) Benefícios a empregados: i) Planos de participação nos lucros e bônus: O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de bônus e participação nos resultados com base em uma fórmula que leva em consideração o lucro atribuível aos proprietários do Grupo após certos ajustes e distribuído com base no desempenho individual e coletivo, incluindo indicadores qualitativos e quantitativos. O Grupo reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando existe uma prática que criou uma obrigação construtiva. **(g) Capital social:** As ações ordinárias e preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução, líquida de impostos, dos recursos. **(h) Ações em Tesouraria:** Instrumentos próprios de capital próprio que são readquiridos (ações em tesouraria) são reconhecidos a custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou prejuízo é reconhecido em lucro ou perda na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos próprios de capital próprio do Grupo. A diferença entre o preço de venda e o preço médio das ações em tesouraria na é registrada como redução ou aumento das Reservas de Capital. O cancelamento das ações em tesouraria é registrado como uma redução das ações do Tesouro contra as Reservas de Capital, ao preço médio das ações em tesouraria na data de cancelamento. **i) Resultado líquido de instrumentos financeiros:** O resultado líquido de instrumentos financeiros consiste nos rendimentos auferidos em operações de principal, juros auferidos sobre o caixa do Grupo, juros auferidos sobre o caixa entregue em apoio à atividade de empréstimo de títulos e dividendos recebidos de títulos detidos, deduzido do custo dos juros sobre empréstimos e financiamentos. Inclui também os ganhos e perdas de variações no valor justo de instrumentos financeiros mensurados a valor justo. Esses ganhos e perdas estão fora do escopo do CPC 47, mas no escopo do CPC 48 - Instrumentos Financeiros. **4. Estimativa e julgamentos significativos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis descritas na Nota 2 requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas. Além disso, esta nota também explica onde houve ajustes este ano como resultado de erro e de mudanças nas estimativas anteriores. As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material nos futuros exercícios fiscais estão incluídas a seguir: **a) Estimativa do valor justo de certos ativos financeiros:** O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em um mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. O Grupo usa seu julgamento para selecionar uma variedade de métodos e fazer premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes no final de cada período de relatório. **b) Reconhecimento do ativo fiscal diferido por prejuízos fiscais a compensar:** Os impostos diferidos ativos são reconhecidos para todos os prejuízos fiscais não utilizados na medida em que lucro tributável suficiente provavelmente estará disponível para permitir o uso de tais perdas. É requerido o uso de julgamento significativo da administração para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. O Grupo concluiu que o ativo diferido será recuperável utilizando-se o lucro tributável futuro estimado com base nos planos de negócios e orçamentos aprovados para as controladas, onde um ativo fiscal diferido foi reconhecido. As perdas podem ser transportadas indefinidamente e não têm data de vencimento. **5. Consolidação: Subsidiárias:** Abaixo estão apresentadas as participações diretas da Companhia em suas subsidiárias para os fins destas demonstrações financeiras consolidadas:

	País de Incorporação	Atividade Principal	2023	2022
Controladas Diretas			**% de participação**	
XDEX Intermediação Ltda.	BR	Operações com criptomoedas (i)	100%	100%

(i) A empresa teve operações com ativos digitais como atividade-fim no passado. Entretanto, a empresa atualmente não está mais operacional.

6. Títulos e valores mobiliários:

	Controladora e Consolidado			
	2023		2022	
	Custo	Valor Justo	Custo	Valor Justo
Ativos financeiros				
Valor justo por meio do resultado	**501.503**	**501.526**	**1.069.719**	**1.203.360**
Certificados de Depósitos Bancários [(a)]	501.503	501.526	1.061.003	1.194.739
Títulos do Governo Brasileiro	–	–	8.716	8.621
Total ativos financeiros	**501.503**	**501.526**	**1.069.719**	**1.203.360**

[(a)] Em 31 de dezembro de 2023, Certificados de Depósitos bancários no valor de R$ 501.526 (R$ 1.194.739 em 31 de dezembro de 2022) estão sendo apresentados como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa. Abaixo apresentamos os títulos classificados por vencimento:

	Controladora e Consolidado	
	2023	2022
Circulante	**501.526**	**1.192.124**
Até 3 meses	501.526	1.183.503
De 3 a 12 meses	–	8.621
Não Circulante	–	**11.236**
Acima de 12 meses	–	11.236
Total	**501.526**	**1.203.360**

7. Investimentos: A seguir é apresentada a controlada do Grupo em 31 de dezembro de 2023. As empresas listadas abaixo têm capital social composto exclusivamente de ações ordinárias, que são detidas diretamente pelo Grupo. O país de constituição ou registro é também seu principal local de negócios, e a proporção de participação acionária é a mesma que a proporção de direitos de voto detidos. **(a) Informações da investida:**

	Controladora 2023		
Controlada	**Participação %**	**Patrimônio líquido**	**Lucro líquido /(prejuízo)**
XDEX Intermediação Ltda.	100,00%	127	–

	Controladora 2022		
Controlada	**Participação %**	**Patrimônio líquido**	**Lucro líquido /(prejuízo)**
XDEX Intermediação Ltda.	100,00%	127	(3)

(b) Movimentação investimento:

	Controladora						
Controlada e Coligada	**Saldo em 31/12/2022**	**Aquisição/baixa e/ou aumento de capital**	**Equivalência patrimonial**	**Outros resultados abrangentes**	**Ações em tesouraria**	**Plano baseado em ações**	**Saldo em 31/12/2023**
XDEX Intermediação Ltda.	127	–	–	–	–	–	127
Total	**127**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**127**

	Controladora						
Controlada e Coligada	**Saldo em 31/12/2021**	**Aquisição/baixa e/ou aumento de capital**	**Equivalência patrimonial**	**Outros resultados abrangentes**	**Ações em tesouraria**	**Plano baseado em ações**	**Saldo em 31/12/2022**
XP Inc	327.990	(350.224)	24.927	(1.371)	–	(1.322)	–
XDEX Intermediação Ltda.	156	(26)	(3)	–	–	–	127
Total	**328.146**	**(350.250)**	**24.924**	**(1.371)**	**–**	**(1.322)**	**127**

	Consolidado						
Coligada	**Saldo em 31/12/2021**	**Aquisição/baixa e/ou aumento de capital**	**Equivalência patrimonial**	**Outros resultados abrangentes**	**Ações em tesouraria**	**Plano baseado em ações**	**Saldo em 31/12/2022**
XP Inc (a)	327.990	(350.224)	24.927	(1.371)	–	(1.322)	–
Total	**327.990**	**(350.224)**	**24.927**	**(1.371)**	**–**	**(1.322)**	**–**

a) Em 29 de abril de 2022, a XP Controle fez a venda do percentual de participação remanescente na XP Inc para a ITB Holding Brasil Participações Ltda.

8. Obrigações fiscais e previdenciárias:

	2023	2022
IR e CSLL	7.379	3
PIS e COFINS	445	643
Outros (a)	8	12
Total	**7.832**	**658**
Circulante	7.832	658
Não circulante	–	–

(a) O montante de outros é referente a INSS, ISS e outros saldos.

9. Impostos e contribuições: (a) Conciliação do imposto de renda e da contribuição social:

	Controladora	
	2023	2022
Resultado antes dos impostos	21.331	894.333
JCP	–	(1.250)
Resultado antes dos impostos e JCP	21.331	893.083
Taxa de impostos no Brasil	34%	34%
Imposto utilizando a alíquota de imposto da controladora	**(7.253)**	**(303.648)**
Incentivos fiscais	296	12.729
Lucros no exterior	–	(10.412)
Outros	(93)	(115.335)
Total	**(7.049)**	**(416.666)**
Taxa de imposto efetiva	33%	46,65%
Corrente	7.049	(416.593)
Diferido	–	(73)
	7.049	**(416.666)**

	Consolidado	
	2023	2022
Resultado antes dos impostos	21.331	894.333
JCP	–	(1.250)
Resultado antes dos impostos e JCP	21.331	893.083
Taxa de imposto no Brasil	34%	34%
Imposto utilizando a alíquota de imposto da controladora	**(7.253)**	**(303.648)**
Incentivos fiscais	296	12.729
Lucros no exterior	–	(10.412)
Outros	(93)	(115.335)
Total	**(7.049)**	**(416.666)**
Taxa de imposto efetiva	33%	46,65%
Corrente	7.049	(416.593)
Diferido	–	(73)
	7.049	**(416.663)**

(b) Outros resultados abrangentes: Os valores de impostos (debitados)/creditados relacionados aos componentes de outros resultados abrangentes são:

	Antes dos Impostos	(Despesa)/ Crédito	Depois dos impostos
Variação no ajuste de conversão de investimento no exterior	–	–	–
Variação no ajuste do hedge de investimento no exterior	–	–	–
Ajuste ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	–	–	–
31 de dezembro de 2023	**–**	**–**	**–**
Variação no ajuste de conversão de investimento no exterior	44	–	44
Variação no ajuste do hedge de investimento no exterior	(112)	28	(84)
Ajuste ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(3.598)	1.492	(2.106)
31 de dezembro de 2022	**(3.666)**	**1.520**	**(2.146)**

10. Outros passivos: Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, corresponde substancialmente às obrigações por recompra de ações de acionistas minoritários da XP Controle, relacionados ao Programa de Partnership. **11. Patrimônio líquido: (a) Capital social:** Em 31 de dezembro de 2023, o capital social da XP Controle, está totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 4.266 dividido (R$ 4.266 em 31 de dezembro de 2022), sendo 12.772.921 ações ordinárias (14.683.730 em 31 de dezembro de 2022) e 419.529 ações preferenciais todas nominativas e sem valor nominal (419.529 ações preferenciais todas nominativas e sem valor nominal em 31 de dezembro de 2022). Em 29 de dezembro de 2023 foi deliberado em assembleia geral extraordinária, o cancelamento de 1.910.809 ações ordinárias, sem valor nominal, sem redução do valor do capital social. **(a1) Ações em tesouraria:** As ações recompradas são registradas no Patrimônio Líquido em Ações em Tesouraria pelo seu preço médio de aquisição. As ações que venham a ser vendidas posteriormente são registradas como uma redução das ações em tesouraria, mensuradas pelo preço médio das ações mantidas em tesouraria naquela data. Em 29 de dezembro de 2023 foi deliberado em assembleia geral extraordinária, o cancelamento de ações em tesouraria, sem redução do capital social, pelo montante de 419.529 ações preferenciais no valor de R$ 43.090 por meio de absorção das reservas estatutárias.

	Quantidade			
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Valor
Ações em Tesouraria em 31/12/2022	**–**	**419.529**	**419.529**	**43.090**
Cancelamento de ações	–	(419.529)	(419.529)	(43.090)
Ações em Tesouraria em 31/12/2023	**–**	**–**	**–**	**–**

	Quantidade			
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Valor
Ações em Tesouraria em 31/12/2021	**–**	**419.529**	**419.529**	**43.090**
Aquisição de ações	–	–	–	–
Venda de ações	–	–	–	–
Ações em Tesouraria em 31/12/2022	**–**	**419.529**	**419.529**	**43.090**

(b) Reservas de lucros: A reserva legal é constituída à alíquota de 5% do Lucro Líquido apurado no balanço individual da controladora XP Controle. A reserva estatutária para investimento e expansão é constituída pelo saldo remanescente do Lucro Líquido, após as destinações legais e tem por objetivo assegurar recursos para investimentos. **(c) Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio:** É assegurado dividendo mínimo obrigatório à razão de 25% do Lucro Líquido do exercício após as destinações específicas. O saldo do lucro líquido, verificado após as deduções legais e distribuições previstas no Estatuto Social, terá a destinação proposta pela Diretoria e deliberadas pelos acionistas em Assembleia Geral, podendo ser integralmente destinado à Reserva de Lucros Estatutária, visando a manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das atividades da Companhia conforme previsto no Art. 202 da lei nº 6.404/76 § 4º, § 5º e § 6º até atingir o limite de 95% (noventa e cinco por cento) do valor do capital social integralizado. Em AGE de 31 de dezembro de 2022 foi destinado o valor de distribuição de juros sobre capital próprio de R$ 1.250, montantes deduzidos da conta de lucros acumulados. O valor foi pago 10 dias após a AGE. Em AGE de 25 de maio de 2023 foi destinado o valor de distribuição de dividendos aos acionistas da Companhia no montante de R$ 370.000, deduzidos da conta de lucros acumulados. **(d) Ajuste de Avaliação Patrimonial:** Corresponde basicamente a variação na participação societária de empresas investidas e outros resultados abrangentes, que são contabilizados no Patrimônio Líquido enquanto não computados no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, pelas contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuídos a elementos do ativo e do passivo. **12. Outras receitas/(despesas) operacionais:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, corresponde substancialmente à atualização monetária de recompra de ações de acionistas minoritários da XP Controle, relacionados ao Programa de Partnership. Já no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, corresponde substancialmente ao ganho na alienação de participação societária (Nota 1.1). **13. Partes relacionadas:** Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não houve transações relevantes entre partes relacionadas. **14. Determinação do valor justo:** O Grupo avalia instrumentos financeiros, tais como investimentos financeiros e derivativos, pelo valor justo no final do período de cada demonstração financeira. Nível 1: O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados negociados em mercados ativos é seu preço de mercado, cotados no mercado. Os instrumentos financeiros incluídos como nível 1 consistem principalmente em instrumentos financeiros representantes da dívida pública do Brasil e instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (ou seja, bolsas de valores). Nível 2: O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado utilizando técnicas de avaliação, que basicamente fazem o uso de dados observáveis de mercado. Se todos os dados significativos exigidos para determinação do valor justo do ativo ou passivo financeiro forem observáveis direta ou indiretamente, o instrumento é incluído no nível 2. Os instrumentos financeiros classificados como nível 2 são compostos principalmente por instrumentos financeiros emitidos por entidades privadas e instrumentos financeiros negociados em mercado secundário. Nível 3: Se um ou mais insumos significativos não forem observáveis, o instrumento é incluído no nível 3. É o caso dos títulos representativos de patrimônio líquido não listados. Os valores justos foram avaliados para fins de mensuração com base nos métodos abaixo. **(a) Ativos financeiros (exceto derivativos):** O valor justo dos títulos e valores mobiliários é determinado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras. Se não houver cotação de mercado, o valor justo é estimado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros, descontado utilizando taxas observáveis e índices de mercado na data das demonstrações financeiras. **(b) Outros ativos e passivos financeiros:** O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontado utilizando taxas observáveis e taxas de mercado na data da apresentação das demonstrações financeiras. Os instrumentos financeiros não mensurados pelo valor justo (aplicações interfinanceiras de liquidez, negociação e intermediação de títulos e valores mobiliários, contas a receber e contas a pagar) não foram divulgados, pois possuem um valor contábil razoavelmente próximo de seu valor justo. Abaixo estão os ativos e passivos financeiros do Grupo por nível na hierarquia do valor justo. A avaliação do Grupo sobre a relevância de um determinado fator para a medição do valor justo requer julgamento e pode afetar a avaliação dos ativos e passivos do valor justo e sua colocação dentro dos níveis da hierarquia do valor justo:

	Controladora e consolidado 2023			
	Nível 1	Nível 2	Valor Justo	Valor contábil
Ativos financeiros				
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado				
Títulos e Valores Mobiliários	–	501.526	501.526	501.526
Avaliados ao custo amortizado				
Outros ativos financeiros	–	12.417	12.417	12.417
Passivos financeiros				
Avaliados ao custo amortizado	–	473	473	473
Fornecedores				

	Controladora e consolidado 2022			
	Nível 1	Nível 2	Valor Justo	Valor contábil
Ativos financeiros				
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado				
Títulos e Valores Mobiliários	8.621	1.194.739	1.203.360	1.203.360
Avaliados ao custo amortizado				
Outros ativos financeiros	–	2.116	2.116	2.116
Passivos financeiros				
Avaliados ao custo amortizado	–	1.860	1.860	1.860
Fornecedores				

15. Gerenciamento dos riscos financeiros e instrumentos financeiros: (a) Visão geral: O Grupo está exposto aos seguintes riscos: (i) Risco de crédito; (ii) Risco de liquidez; (iii) Risco de Mercado; • Risco de juros; • Risco de preço. (iv) Risco operacional. **(b) Estrutura de gestão de risco:** A administração tem a responsabilidade primária de estabelecer e supervisionar a estrutura de gerenciamento de risco. A Gestão de Riscos está estruturada de forma separada das áreas de negócios, reportando-se diretamente à alta administração, para garantir a isenção de conflito de interesses e a segregação de funções adequadas às boas práticas de governança corporativa e de mercado. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, estabelecer limites e controles de risco apropriados e monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de risco são revisados periodicamente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo. O Grupo, por meio de seus padrões e procedimentos de treinamento e gerenciamento, têm por objetivo desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os seus funcionários estejam cientes de seus deveres e obrigações. Esses processos de gerenciamento de risco também estão relacionados aos procedimentos de gerenciamento de continuidade operacional, principalmente no que tange à formulação de análises de impacto, aos planos de continuidade de negócios, aos planos de contingência, aos planos de backup e gerenciamento de crise. **(c) Risco de crédito:** O risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. O documento de Gestão de Riscos estabelece sua política de crédito com base na composição da carteira por título, por rating interno de emissor e ou emissão, na atividade econômica, na duration da carteira, nas variáveis macroeconômicas, entre outros. O departamento de Análise de Crédito também está ativamente envolvido nesse processo e é responsável por avaliar o risco de crédito de emissões e emissores com os quais mantém ou pretende manter relações de crédito, utilizando-se também de metodologia interna de atribuição de risco de crédito (rating) para classificar a probabilidade de perda das contrapartes. O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco de crédito é apresentado no quadro abaixo:

	Controladora e consolidado	
	2023	2022
Ativos financeiros		
Títulos e valores mobiliários	**501.526**	**1.203.360**
Títulos privados	501.526	1.194.739
Títulos públicos	–	8.621
Outros ativos financeiros	**12.417**	**2.116**
Total	**513.943**	**1.205.476**

(d) Risco de liquidez: O risco de liquidez é a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras. O gerenciamento de liquidez atua em linha com estratégia e o modelo de negócios do Grupo, sendo compatível com a natureza das operações, a complexidade dos seus produtos e a relevância de exposição a riscos. Essa política de gestão de liquidez estabelece ações a serem tomadas em casos de contingência de liquidez, e estas devem ser suficientes para gerar a ressignificação do caixa dentro dos limites mínimos exigidos. O grupo mantém um nível adequado de liquidez a todo o momento, trabalhando sempre com um limite mínimo de caixa. Isso é feito através de um gerenciamento compatível e consistente com sua capacidade de obtenção de recursos no mercado, com suas metas orçamentárias de evolução do volume de seus ativos e está baseado no gerenciamento dos fluxos de caixa, observando os limites mínimos de saldos dos caixas diários e projeções de necessidade de caixa, no gerenciamento dos estoques de ativos de alta liquidez e simulações de cenários adversos. A estrutura e gestão de riscos são de responsabilidade do departamento de Riscos, subordinado à Diretoria Executiva, evitando assim qualquer conflito de interesses com departamentos que necessitem de liquidez. **(d1) Vencimentos de passivos financeiros:** O vencimento de passivos financeiros é de até 1 mês, referente ao montante de R$ 305 de fornecedores. **(e) Risco de Mercado:** Risco de mercado é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutuem devido a alterações nos preços de mercado. O risco de mercado compreende principalmente três tipos de risco: variação cambial, taxas de juros e preços de ações. O objetivo do gerenciamento do risco de mercado é controlar a exposição a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, otimizando o retorno. O gerenciamento do risco de mercado das operações é realizado por meio de políticas, procedimentos de controle e identificação prévia de riscos em novos produtos e atividades, com o objetivo de manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pelo Grupo e atender à estratégia e limites definidos pelo Comitê de Risco. Com as regras formalizadas, o Departamento de Risco tem o objetivo de controlar, monitorar e garantir o cumprimento dos limites preestabelecidos, podendo intervir nos casos de descumprimento e relatar todos os eventos atípicos ao Comitê. A empresa utiliza sistema de terceiros para mensurar e controlar a exposição ao risco de mercado. Além do controle realizado pela ferramenta, o Grupo adota diretrizes para controlar o risco dos ativos que marcam as operações de Tesouraria. No caso de desenquadramento dos limites operacionais, o gestor da Tesouraria deverá tomar as medidas necessárias para o reenquadramento o mais rapidamente possível. **(e1) Risco de taxa de juros:** Decorre da possibilidade do Grupo incorrer em ganhos ou perdas decorrentes de flutuações nas taxas de juros de seus ativos e passivos financeiros. Abaixo apresentamos as taxas de risco que o Grupo está exposto: • Selic/DI; • IPCA; • PRE. **(e2) Risco de preço:** Risco de preço é o risco decorrente da alteração do preço da carteira dos fundos de investimento e das ações listadas em bolsa, mantidas na carteira do Grupo, que podem afetar os seus resultados. O risco de preço é controlado pela administração do Grupo, com base na diversificação de sua carteira e/ou pelo uso de contratos de derivativos, como opções ou futuros. **(f) Risco operacional:** O risco operacional se caracteriza pela possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, incluindo risco legal. Entre os eventos de risco operacional, incluem-se as seguintes categorias: fraudes internas; fraudes externas; demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho; práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços; danos a ativos físicos próprios ou em uso pela Companhia; situações que acarretem a interrupção das atividades da XP Controle; e falhas em sistemas, processos ou infraestrutura de tecnologia da informação. O principal objetivo da Companhia é garantir a identificação, classificação e monitoramento de situações que possam gerar perdas financeiras, danos à reputação das empresas, bem como qualquer autuação regulatória por ocorrência de um evento de risco operacional. A Companhia adota o modelo das 3 linhas de defesa, no qual a principal responsabilidade pelo desenvolvimento e implementação de controles para lidar com os riscos operacionais é atribuída à Administração dentro de cada unidade de negócios, buscando gerenciar principalmente: (i) Exigências de segregação de funções, incluindo a autorização independente de operações; (ii) Exigências para reconciliação e monitoramento de operações; (iii) Cumprimento dos requisitos legais e regulamentares; (iv) Documentação de controles e procedimentos; (v) Exigências de avaliação periódica dos riscos operacionais enfrentados e a adequação dos controles e procedimentos para o tratamento dos riscos identificados; (vi) Desenvolvimento de planos de contingência; (vii) Treinamento e desenvolvimento profissional; e (viii) Padrões éticos e comerciais.

DIRETORIA

Guilherme Dias Fernandes Benchimol
Diretor

Bernardo Amaral Botelho
Diretor

Fabrício Cunha de Almeida
Diretor

Jairo Luiz de Araújo Brito
Contador - CRC: RJ-110743/O-4

Rogério Bessa Júnior
Contador - CRC: SP-1SP298461-O6

continua



XP CONTROLE PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ 09.163.677/0001-15

★ continuação

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas - XP Controle Participações S.A. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais da XP Controle Participações S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas (“Consolidado”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de abril de 2024

pwc

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Tatiana Fernandes Kagohara Gueorguiev
Contadora
CRC 1SP245281/O-6

Destrava Aí e gestão de garantia de recebíveis de cartões

Por Jorge Priori

Conversamos sobre a Destrava Aí com Cesare Rollo Iacovone, fundador e CEO da fintech.

O que faz a Destrava Aí?

A Destrava Aí é uma infraestrutura de gestão de garantias que ajuda os financiadores a aumentarem a concessão de crédito e a sua recuperação via o uso eficiente de recebíveis. Hoje, a nossa solução opera no mercado de recebíveis de cartões, sendo que nós viabilizamos para os financiadores uma solução end-to-end para que ele consiga dar mais crédito com a garantia do recebível ou melhorar a recuperação de crédito usando os recebíveis de cartão como fonte de liquidez.

Por que uma empresa precisaria do trabalho da Destrava Aí?

Esse mercado é bastante complexo, sendo que as pessoas veem a parte simples, ou seja, quando se entra num estabelecimento comercial, se coloca o cartão de crédito, se põe a senha e se faz a compra. Ou quando se entra num site, se coloca os dados do cartão e se faz a compra. Essas operações duram segundos. Acontece que por trás delas existe toda uma complexidade, principalmente na liquidação, o que gera uma oportunidade financeira.

Nesse mercado, existem três participantes: a bandeira, como Visa, Master e Amex, que dá as regras do jogo e que oferece os padrões de tecnologia e segurança; os adquirentes, que são os responsáveis pelo relacionamento com o vendedor; e o banco emissor, que é responsável pelo relacionamento com o comprador.

No caso do adquirente, ele traz o serviço de permitir que o vendedor acesse cartões como meio de pagamento. Dez anos atrás, esse era um baita benefício, mas hoje, pelo menos nos grandes centros urbanos, os cartões de crédito e de débito são uma premissa, pois é preciso aceitá-los.

O ponto é que o empreendedor recebe de acordo com o fluxo de caixa, e não na hora em que ele vende. Ele vai receber os valores em 30, 60, 90 dias ou mais, só que este contas a receber tem muito valor para que uma financiadora tenha informações, entenda seus riscos e use esse fluxo futuro de dinheiro como uma garantia para um empréstimo.

Essa é uma operação que é muito comum nos grandes bancos, principalmente nos conglomerados que possuem financiadores e adquirentes dentro dos seus grupos, pois um adquirente é a porta de entrada para crédito, já que ele gera muita informação para quem quer dar crédito e sabe quanto está sendo girado de venda.

Dada a nova regra do Banco Central de que este contas a receber tem que estar digitalizado, nós acessamos no ambiente digital essas informações e avaliamos o risco deste contas a receber, já que nem toda venda de cartão acontece de forma igual e tem o mesmo risco. Por exemplo, uma venda online é mais arriscada que uma venda no mundo físico, principalmente por conta do chargeback. Em paralelo, nós ajudamos os financiadores a alocarem crédito dentro dessa carteira de contas a receber. Esse é o principal caso de uso.

Um caso correlato de uso é o da cobrança. Nós entramos nesse processo quando o financiador já perdeu a dívida e quer usar o contas a receber para recuperá-la.

Quais são os problemas que uma empresa que trabalha com crédito, mas não utiliza a solução de vocês, enfrenta?

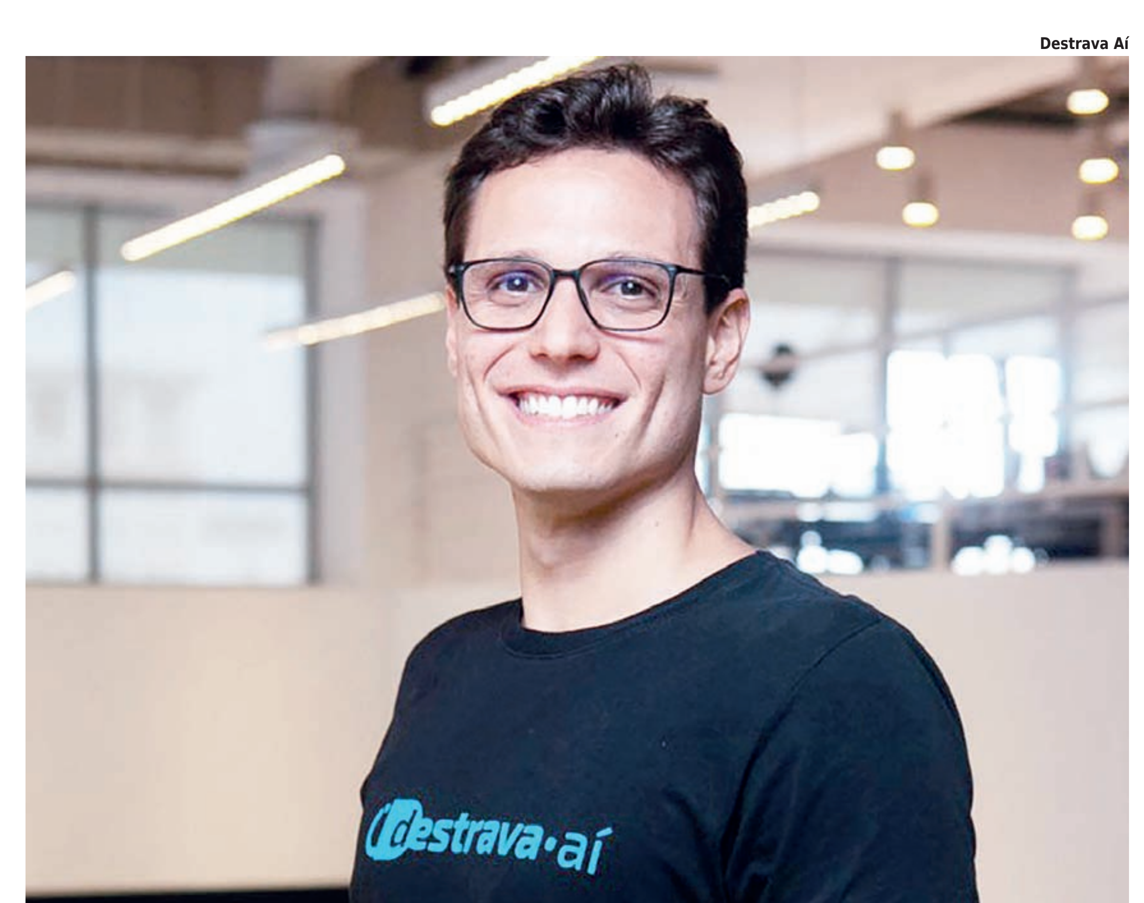
O principal problema é a baixa aprovação na concessão de crédito (crédito sem garantia). A alternativa à nossa solução é não tomar garantia ou tomar uma garantia ilíquida. Por exemplo, a cada dez empresas que uma financiadora avalia, ela dá crédito, em média, para uma. As melhores vão dar crédito para duas, talvez três.

Isso faz com que a maior parte das empresas que pedem crédito tomem “não” como resposta, só que muitas delas têm capacidade de pagamento da dívida, o que faz com que os financiadores sofram para fazer uma concessão orientada. Com uma garantia líquida, como um contas a receber de cartões, o financiador reduz o custo de aquisição, pois ele vai conseguir trabalhar com mais clientes. Isso porque é um desperdício enorme quando um financiador chama um monte de empresas para dar crédito, mas não consegue concedê-lo.

Esse é um caso superclaro de melhoria da aprovação com mais segurança e usando um recebível. Esse impacto é significativo. Nós vemos melhoria de dois dígitos na possibilidade de concessão de crédito quando o financiador tem uma garantia.

No caso de inadimplência, existem muitas empresas que não conseguem pagar porque estão sem liquidez, mas têm boa-fé e querem pagar suas dívidas. Uma renegociação com recebíveis de cartões viabiliza o cliente que tem liquidez para pagar. Por esse caminho, o financiador consegue recuperar um dinheiro que estava dando como perdido.

Destrava Aí



Cesare Rollo Iacovone

Ok, mas isso é só mais dinheiro para o financiador? Na prática, não, porque se uma financiadora consegue recuperar melhor seus créditos e tem uma menor inadimplência, ele vai conseguir, naturalmente, cobrar uma taxa de juros menor, pois o bom pagador paga pelo mal pagador. Quando isso acontece, ela consegue ter uma taxa de juros estruturalmente menor, o que gera um ciclo virtuoso de atração de melhores empresas, menos inadimplência e, portanto, mais negócios para se fazer.

Você trouxe essa ideia do exterior ou a desenvolveu do zero?

Tudo foi desenvolvido do zero. Nós trabalhamos com base na experiência dos sócios e nas demandas dos clientes, tanto que somos uma das poucas, talvez a única, solução em gestão de garantias, que é uma categoria de produto indispensável para os financiadores, mas que, ao mesmo tempo, é uma demanda pouco percebida por quem não está operando no mercado.

Outro ponto interessante é que antes a competição na ponta de crédito com recebíveis de cartão não chegava da forma como chega hoje. Isso porque os grupos econômicos dos adquirentes investiam nesse tipo de empresa para ter, justamente, a originação de crédito e a informação. Durante muito tempo, essas empresas conseguiram usar essa informação para fazer melhores concessões de crédito que os outros financiadores.

A grande novidade para os pequenos e médios empreendedores é que, agora, os recebíveis são deles, e não mais da adquirência. Essa é a grande mudança, só que ela implica novos processos, novas tecnologias e uma nova avaliação de risco pelo financiador que nunca operou esse tipo de garantia. É aí que nós entramos: trazer competição para esse recebível que, agora, é do pequeno e médio empreendedor.

Qual a diferença entre o recebível gerado num negócio físico (cartão presente, maquininhas) e num negócio online (cartão não presente, e-commerce)?

Com relação aos cartões presentes, se a tecnologia do chip da senha está presente, quem toma o risco na transação topa correr o risco do chargeback, neste caso, o banco emissor. Com relação aos cartões não presentes, quem corre o risco do chargeback é o lojista que vende ou o financiador que ficou como dono desse recebível. Como o chargeback é uma devolução pedida pelo comprador devido ao não cumprimento das condições de venda ou a uma fraude, se pode haver um desconto num recebível de venda online, o risco desse recebível é maior do que o risco do recebível de uma venda presencial.

Leia a entrevista completa em monitormercantil.com.br/destrava-ai-e-gestao-de-garantia-de-recebiveis-de-cartoes



XP CONTROLE 3 PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ 15.787.622/0001-89

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Aos Acionistas e Administradores da XP Controle 3 Participações S.A. Rio de Janeiro - RJ. Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras, acompanhadas das notas explicativas, referidas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas segundo a Lei das Sociedades Anônimas e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **i. Perfil:** A XP Controle 3 participa diretamente do capital da XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("XP CCTVM") e da XP Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("XP DTVM"), detendo 100% das ações das duas companhias nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022. A partir de 2023 a XP Controle 3 passou a participar diretamente do capital do Banco XP. **ii. Desempenho financeiro:** No ano de 2023 a XP CCTVM, o Banco XP e a XP DTVM continuaram com o seu crescimento expressivo. A XP CCTVM manteve a sua trajetória de expansão, apresentando forte crescimento em todos os seus indicadores operacionais, incluindo captação líquida de recursos, quantidade de clientes e ativos sob custódia. Evidenciando a crescente força de sua marca e sua ampla capacidade de distribuição de produtos, mantendo sempre o compromisso de ajudar os clientes a investirem de forma inteligente e segura. Para o Banco XP houve um crescimento de 45% dos ativos totais com relação ao ano de 2022, destacando o aumento em sua carteira de crédito. Este desempenho foi fruto constante de desenvolvimento da plataforma aberta de produtos, com uma ampla gama de oferta, aliado aos diferenciais de assessoria da XP CCTVM e o processo contínuo de consolidação da marca, com o maior conhecimento e preferência da XP CCTVM pelo público-alvo. **Ativo total:** Os ativos totais individuais da XP Controle 3 alcançaram R$ 10,8 bilhões ao final de dezembro de 2023, crescimento de 20% no período. **Passivo total:** Os passivos totais individuais da XP Controle 3, excluindo o Patrimônio líquido, alcançaram R$ 21 mil ao final de dezembro de 2023, redução de 24% no período. **Patrimônio Líquido:** O Patrimônio líquido totalizou R$ 10,8 bilhões em dezembro de 2022, crescimento de 20% no período. **iii. Gerenciamento de Risco:** A administração tem a responsabilidade primária de estabelecer e supervisionar a estrutura de gerenciamento de riscos. A Gestão de Riscos está estruturada de forma separada das áreas de negócios, reportando-se diretamente à alta administração, para garantir a isenção de conflito de interesses e a segregação de funções adequadas às boas práticas de governança corporativa e de mercado. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, estabelecer limites e controles de risco apropriados e monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de risco são revisados periodicamente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de seus padrões e procedimentos de treinamento e gerenciamento, tem por objetivo desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os seus funcionários estejam cientes de seus deveres e obrigações. Esses processos de gerenciamento de risco também estão relacionados aos procedimentos de gerenciamento de continuidade operacional, principalmente no que tange à formulação de análises de impacto, aos planos de continuidade de negócios, aos planos de contingência, aos planos de backup e de gerenciamento de crise. **Constante aprimoramento do ambiente de controles internos e Governança:** A Companhia opera em um ambiente de controles e de tecnologia complexos, com diferentes níveis de maturidade e sistemas em operação, além de grande volume de transações altamente dependentes do funcionamento apropriado de toda a cadeia, o que requer constantes investimentos em pessoas, tecnologia, infraestrutura e controles de segurança de acessos a sistemas e dados. Nesse contexto, a Companhia possui um planejamento estratégico definido e revisado periodicamente para aplicação de melhorias, visando um ambiente de controles internos e de tecnologia ainda mais robustos. **POLÍTICAS DE REINVESTIMENTO DE LUCROS E DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS:** De acordo com o Estatuto Social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o lucro líquido ajustado, apurado em cada encerramento de exercício. O saldo do lucro líquido, verificado após as deduções legais e distribuições previstas no Estatuto Social, terá a destinação proposta pela Diretoria e deliberada pelos acionistas em Assembleia Geral, podendo ser integralmente destinado à Reserva de Lucros Estatutária, visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das atividades da Companhia, até atingir o limite de 95% (noventa e cinco por cento) do valor do capital social integralizado. Em 31 de dezembro de 2023, consultado o acionista controlador, a Administração não irá propor à Assembleia de acionistas a distribuição de dividendos.

Rio de Janeiro, 24 de abril de 2024

A Diretoria

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022 *(Em milhares de reais, exceto quando indicado)*

BALANÇO PATRIMONIAL

Ativo	2023	2022
Circulante		
Disponibilidades	**15**	**70**
Ativos financeiros	**85**	**401**
Valor justo por meio do resultado	**85**	**401**
Instrumentos financeiros (Nota 5)	85	401
Outros ativos	**543**	**301**
Impostos e contribuições a compensar	27	20
Despesas antecipadas	172	–
Outros ativos	–	–
Ativo fiscal diferido	344	281
Realizável a longo prazo		
Investimentos (Nota 6)	**10.828.576**	**8.603.867**
Total do ativo	**10.829.219**	**8.604.639**

Passivo	2023	2022
Circulante		
Outros passivos	**21**	**26**
Fornecedores	8	16
Obrigações fiscais e previdenciárias	1	1
Outros passivos	12	9
Total do passivo	**21**	**26**
Patrimônio líquido (Nota 8)	**10.829.198**	**8.604.613**
Capital social	7.298.751	6.248.751
Reserva de capital	1.606.756	1.499.585
Reserva de lucros	1.514.364	1.117.791
Ajustes de avaliação patrimonial	409.327	(261.514)
Total do passivo e patrimônio líquido	**10.829.219**	**8.604.639**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital	Reserva de capital	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Reserva estatutária	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**3.748.751**	**1.101.086**	**69.581**	**1.268.890**	**(458.352)**	**–**	**5.729.956**
Resultados abrangentes do exercício							
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	–	(218.735)	(218.735)
Outros resultados abrangentes do exercício							
Ajuste ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - controlada	–	–	–	–	196.838	–	196.838
Transações com acionistas - contribuições e distribuições							
Aumento de capital (Nota 8)	2.500.000	–	–	–	–	–	2.500.000
Outorga de planos de pagamento baseado em ações - (decorrente da controlada - Nota 6(a))	–	398.499	–	(1.945)	–	–	396.554
Destinações ao lucro líquido do exercício							
Reservas	–	–	–	(218.735)	–	218.735	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**6.248.751**	**1.499.585**	**69.581**	**1.048.210**	**(261.514)**	**–**	**8.604.613**
Resultados abrangentes do exercício							
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	397.813	397.813
Outros resultados abrangentes do exercício							
Ajuste ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - controlada	–	–	–	–	670.841	–	670.841
Transações com acionistas - contribuições e distribuições							
Aumento de capital (Nota 8)	1.050.000	–	–	–	–	–	1.050.000
Outorga de planos de pagamento baseado em ações - (decorrente da controlada)	–	107.171	–	(1.240)	–	–	105.931
Destinações ao lucro líquido do exercício							
Reservas	–	–	19.891	377.922	–	(397.813)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**7.298.751**	**1.606.756**	**89.472**	**1.424.892**	**409.327**	**–**	**10.829.198**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO E DO RESULTADO ABRANGENTE

	2023	2022
Receita operacional líquida	27	97
Resultado operacional bruto	**27**	**97**
Despesas administrativas (Nota 10)	(216)	(180)
Despesas com vendas	–	(16)
Outras receitas/(despesas) operacionais	3	1
Resultado de participações em controladas (Nota 6)	397.936	(218.670)
Resultado antes da tributação sobre o lucro	**397.750**	**(218.768)**
Imposto de renda e contribuição social (Nota 7)	**63**	**33**
Lucro líquido/(Prejuízo) do exercício	**397.813**	**(218.735)**
Outros resultados abrangentes		
Ajuste ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	670.841	196.838
Resultado abrangente	**670.841**	**196.838**
Total do Resultado Abrangente	**1.068.654**	**(21.897)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício	397.813	(218.735)
Ajustes ao lucro líquido/(prejuízo)	(1.566.911)	218.637
Resultado com participação em controlada (Nota 6)	(397.936)	218.670
Despesa de imposto de renda e contribuição social (Nota 7)	(63)	(33)
Outorga de planos de pagamento baseado em ações	(1.168.912)	–
Variação dos ativos e passivos operacionais:	**118.727**	**1.494**
Instrumentos financeiros	118.911	1.537
Impostos e contribuições a compensar	(7)	(16)
Despesas antecipadas	(172)	–
Outros ativos	–	4
Ativo fiscal diferido	–	1
Fornecedores	(8)	(27)
Obrigações fiscais e previdenciárias	–	(1)
Outros passivos	3	(4)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**(1.050.371)**	**1.396**
Aumento de capital em controlada (Nota 6)	–	(2.501.500)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	**–**	**(2.501.500)**
Aumento de capital (Nota 8)	1.050.000	2.500.000
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	**1.050.000**	**2.500.000**
Aumento (redução) em caixa e equivalentes	**(371)**	**(104)**
Caixa e equivalentes no início do exercício	471	575
Caixa e equivalentes no final do exercício	100	471
Disponibilidades	15	70
Certificado de depósito bancário	85	401

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Contexto operacional: A XP Controle 3 Participações S.A. ("Companhia" ou "XP Controle 3") tem sua sede localizada na Avenida Ataulfo de Paiva, nº 153, sala 201, Leblon, CEP 22440-032, Rio de Janeiro - Brasil. A XP Controle 3 fornece a seus clientes pessoas físicas e jurídicas, no Brasil e no exterior, diversos produtos e serviços financeiros, por meio de sua empresa controlada XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("XP CCTVM"). A XP CCTVM é uma sociedade de capital fechado, que efetua operações no âmbito da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão por conta própria e de terceiros, além de administrar carteiras de clubes de investimentos. A XP Controle 3 é controladora da XP Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("XP DTVM"), uma sociedade de capital fechado, que ainda não possui operações com valores materiais. Além disso, a XP Controle 3 também é controladora do Banco XP que é uma sociedade de capital fechado, atuando em atividades bancárias em todas as modalidades autorizadas, que são operações ativas, passivas e acessórias inerentes às características de banco comercial, de investimento e câmbio. A XP Controle 3 é uma holding, controlada diretamente pela XP Investimentos S.A., que detém 100% de participação em seu capital total, e indiretamente controlada pela XP Inc., a qual possui como acionista controlador a XP Control. Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 24 de abril de 2024. **2. Base de elaboração das demonstrações financeiras: (a) Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"). Estas demonstrações financeiras utilizam o custo histórico como base de valor, exceto na valorização de determinados instrumentos financeiros, como ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado. A metodologia aplicada para mensuração do valor justo dos títulos e valores mobiliários é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, os dados divulgados pelas diversas associações de classe e as bolsas de valores, mercadorias e futuros, aplicáveis à data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira desses itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados. Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional e de apresentação da XP Controle 3, e todos os valores divulgados nas demonstrações financeiras e nas notas explicativas foram arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as políticas contábeis descritas na nota explicativa nº 3 pode exigir que a Administração faça o uso de julgamentos, estimativas e adote premissas que afetem a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Embora a liquidação das transações possa resultar em valores diferentes dos estimados, essas estimativas não possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no futuro. Em acordo com CPC 36/IFRS 10 - Demonstrações Consolidadas, a controladora é ela própria uma controlada (integral ou parcial) de outra entidade, a qual, em conjunto com os demais proprietários, incluindo aqueles sem direito a voto, foram consultados e não fizeram objeção quanto à não apresentação das demonstrações consolidadas pela controladora. Dessa forma, a XP Controle 3 não apresentou suas demonstrações financeiras consolidadas, pois a mesma é controlada da XP Investimentos S.A, a qual apresentou suas demonstrações consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, em 01 de abril de 2024 e cumpriu todos os requisitos do item 4(a) do referido CPC 36/IFRS 10. **(b) Novas normas e interpretações ainda não adotadas:** Certas novas normas contábeis, interpretações e alterações entraram em vigor para o período de relatório iniciado em 1º de janeiro de 2023. Os possíveis impactos são mensurados pelo Grupo e concluiu-se que não há impacto material nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. IFRS 17 - Contratos de Seguro: Exige que os passivos de seguro sejam mensurados a um valor descumprimento atual e fornece uma abordagem de mensuração e apresentação mais uniforme para todos os contratos de seguro. O Grupo avaliou os impactos da aplicação desta norma e concluiu que a mesma não é material para as suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Emendas à IAS 1 - Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes: As alterações visam promover consistência na aplicação dos requisitos, ajudando as empresas a determinar se, na demonstração da posição financeira, dívidas e outros passivos com data de liquidação incerta devem ser classificados como circulante (vencido ou potencialmente devido a ser liquidado dentro de um ano) ou não circulante, sendo efetivo para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024. Emendas à IAS 1 - Passivos não circulantes com Covenants: A emenda esclarece como as condições que uma entidade deve cumprir dentro de doze meses após o período de relatório afetam a classificação dos passivos, sendo efetiva para períodos de relatório anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024. Emendas à IAS 12 - Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo do Pilar Dois: A emenda fornece uma exceção temporária de requisitos para a aplicação inicial relativos a ativos e passivos fiscais diferidos relacionados ao imposto de renda do Pilar Dois para demonstrações financeiras consolidadas intermediárias, mas é obrigatória para períodos de relatório anuais a partir de 1º de janeiro de 2023. Não se espera que essas alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da XP Controle 3. **3. Resumo das políticas contábeis: (a) Caixa e equivalentes de caixa:** O caixa não está sujeito a um risco significativo de mudança de valor e é mantido com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros fins. As transações são consideradas de curto prazo quando têm vencimentos em três meses ou menos a partir da data de aquisição. Para fins de demonstração dos fluxos de caixa, equivalentes de caixa referem-se a certificados de depósito bancário mensurados ao valor justo por meio do resultado que são prontamente conversíveis em um montante conhecido e não estão sujeitos a risco significativo de mudança de valor. **(b) Instrumentos financeiros ativos e passivos:** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento de patrimônio de outra entidade. **1) Ativos financeiros: *Reconhecimento inicial e mensuração:*** No reconhecimento inicial, ativos financeiros são classificados como instrumentos mensurados ao custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") ou valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial é baseada: (i) no modelo de negócios da entidade para administrar os ativos financeiros e (ii) nas características dos fluxos de caixa contratuais dos instrumentos financeiros. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou VJORA, ele precisa dar origem a fluxos de caixa que são "Somente Pagamento de Principal e Juros" (o critério "SPPI") sobre o valor principal em aberto. O modelo de negócios da entidade para administrar ativos financeiros se refere à forma de gerenciar seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios considera se o objetivo da entidade é receber fluxos de caixa e manter os ativos financeiros, vender os ativos ou uma combinação de ambos. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo definido pela regulamentação ou prática de mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data de negociação, ou seja, a data em que a entidade se compromete a comprar ou vender o ativo. ***Classificação e mensuração subsequente:*** **i. Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado ("VJR"):** Os ativos financeiros a VJR incluem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a VJR, ou ativos financeiros obrigados a serem mensurados pelo valor justo. Ativos financeiros são classificados como a VJR se o teste de fluxo de caixa contratual falhar ou se o modelo de negócios da entidade for adquirido com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Os ativos financeiros podem ser designados a VJR no reconhecimento inicial se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil. Os ativos financeiros a VJR são registrados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. O ganho ou perda líquida reconhecido na demonstração do resultado inclui qualquer dividendo ou juros auferidos sobre o ativo financeiro. **ii. Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA"):** A entidade avalia os ativos financeiros a VJORA se ambas as condições a seguir forem atendidas: • O ativo financeiro é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de tanto manter a apropriação de fluxos de caixa contratuais quanto vender; • Os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que atendem aos critérios do SPPI. Para os ativos financeiros classificados como VJORA, a receita de juros, a variação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e, da mesma forma, para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As restantes alterações no valor justo são reconhecidas no resultado abrangente. No momento do desreconhecimento, a mudança cumulativa do valor justo reconhecida no resultado abrangente é reclassificada para o resultado. Após o reconhecimento inicial, a entidade pode optar por classificar irrevogavelmente os investimentos em ações como instrumentos patrimoniais designados ao VJORA, quando satisfizerem a definição de patrimônio nos termos do CPC 39 - "Instrumentos Financeiros: Apresentação" e não forem mantidos para negociação. A classificação é determinada com base em instrumento a instrumento. Os dividendos são reconhecidos como receita na demonstração do resultado quando o direito de pagamento é estabelecido, exceto quando a entidade se beneficia de uma recuperação de parte do custo do ativo financeiro, caso em que tais ganhos são registrados em resultado abrangente. Instrumentos de patrimônio designados a VJORA não estão sujeitos a avaliação de *impairment*. A Companhia não possui instrumentos de patrimônio que tenham sido irrevogavelmente classificados nesta categoria. **iii. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se ambas as condições a seguir forem atendidas: • O ativo financeiro é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de manter o ativo financeiro de forma a coletar fluxos de caixa contratuais; • Os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que atendem aos critérios do SPPI. Os ativos financeiros ao custo amortizado são mensurados subsequentemente pelo método da taxa efetiva de juros ("EIR") e estão sujeitos à redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou desvalorizado. A entidade reclassifica os ativos financeiros somente quando altera seu modelo de negócios para o gerenciamento desses ativos financeiros. ***Desreconhecimento:*** Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é basicamente baixado (isto é, retirado da demonstração financeira) quando: • Os direitos contratuais para receber fluxos de caixa do ativo expiraram; • A entidade transferiu os seus direitos contratuais para receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação contratual de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos de terceiros, por meio de um acordo de "repasse"; e (a) a entidade transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo; ou (b) a entidade não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando a entidade transfere os seus direitos contratuais para receber os fluxos de caixa de um ativo ou realiza um acordo de repasse, avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios patrimoniais. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a entidade continua a reconhecer o ativo transferido na medida de sua participação. Nesse caso, a entidade também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflete os direitos e obrigações que a entidade reteve. O envolvimento contínuo que toma a forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor contábil original do ativo e pelo valor máximo da contraprestação que a entidade poderia ser obrigada a pagar. Impairment de ativos financeiros: A entidade reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas ("ECLs") para todos os ativos financeiros não classificados em VJR. Os ECLs baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos e todos os fluxos de caixa que a entidade espera receber, descontados a uma aproximação da taxa de juros efetiva original. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias mantidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. As ECLs são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as ECLs são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (um ECL de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial ou aquelas já inadimplentes, uma provisão para perdas é requerida para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência. A entidade classifica os ativos em três estágios para mensurar a perda de crédito esperada, nos quais os ativos financeiros migram de um estágio para outro de acordo com as mudanças no risco de crédito. Estágio 1: Vencidos até 30 dias. Entende-se que um ativo financeiro nesta etapa não apresenta um aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial. A provisão para este ativo representa a perda esperada resultante de uma possível inadimplência nos próximos 12 meses. Estágio 2: mais de 30 dias em atraso. Se um aumento significativo do risco de crédito for identificado a partir do reconhecimento inicial, e nenhuma perda for realizada, o ativo financeiro se enquadra nesta etapa. Neste caso, o valor relacionado à provisão para perda esperada reflete a perda estimada do ativo financeiro pelo restante da vida útil do mesmo. Estágio 3: mais de 90 dias em atraso. A entidade considera um ativo financeiro em atraso quando os pagamentos contratuais estão vencidos há mais de 90 dias. Entretanto, em certos casos, a entidade também pode considerar um ativo financeiro em inadimplência quando informações internas ou externas indicarem que é improvável que a entidade receba os valores contratuais pendentes na sua totalidade antes de considerar quaisquer aumentos nos riscos de crédito detidos pela entidade. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais. Para contas a receber e outros ativos contratuais, a entidade aplica uma abordagem simplificada no cálculo das ECLs. Portanto, a entidade não acompanha as mudanças no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base nas ECLs durante a vida útil dos ativos em cada data de relatório. A entidade estabeleceu uma matriz de provisão que é baseada em sua perda histórica de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico. Para os ativos financeiros classificados como VJORA, a entidade aplica a simplificação para atuar com baixo risco de crédito. Em cada data de elaboração das Demonstrações Financeiras, a entidade avalia se o ativo é considerado com baixo risco de crédito usando todas as informações razoáveis e suportáveis que estão disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Ao fazer essa avaliação, a entidade reavalia a classificação de crédito interna do ativo financeiro. Além disso, a entidade considera que houve um aumento significativo no risco de crédito quando os pagamentos contratuais estão vencidos há mais de 30 dias. A entidade considera um ativo financeiro inadimplente quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 90 dias. No entanto, em certos casos, a entidade também pode considerar que um ativo financeiro está inadimplente quando informações internas ou externas indicam que é improvável que a entidade receba integralmente os valores pendentes do contrato antes de avaliar o risco de crédito do ativo mantido pela entidade. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais. **2) Passivo financeiro: *Reconhecimento inicial e mensuração:*** Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros mensurados a valor justo através do resultado ("VJR"), custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge*. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso do custo amortizado, são deduzidos eventuais custos de transação diretamente atribuíveis. ***Classificação e mensuração subsequente:*** **i. Passivos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado ("VJR"):** Os passivos financeiros classificados como VJR incluem passivos financeiros mantidos para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial como VJR. Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como a VJR quando adquiridos com fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela entidade que não são designados como instrumentos de *hedge* nas operações de *hedge* definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como a VJR a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes. Os ganhos ou perdas de passivos classificados como VJR são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial como VJR são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios estabelecidos no CPC 48 forem atendidos. **ii. Custo amortizado:** Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros e outros passivos financeiros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método de taxa efetiva ("EIR"). Os ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelos juros incorridos.
O custo amortizado é calculado considerando qualquer desconto ou prêmio na aquisição de taxas ou custos que são parte integrante da EIR. A amortização da EIR está incluída na demonstração do resultado. ***Desreconhecimento:*** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo montante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. **3) Valor justo dos instrumentos financeiros:** O valor justo dos instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação. O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não há mercado ativo é determinado pelo uso de técnicas de mensuração. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (em base de mercado), referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar, análise de fluxos de caixa descontados ou outros modelos de mensuração, conforme Nota 4. **4) Compensação de instrumentos financeiros:** Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado nos balanços patrimoniais se, e somente se, houver um direito legal atualmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e houver a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **(c) Investimentos:** Controladas são aquelas sociedades na qual a controladora, diretamente ou através de outras controladas, é titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores. Os investimentos nessas empresas são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição e avaliados subsequentemente pelo método de equivalência patrimonial após adequação às práticas contábeis do controlador. **(d) Imposto de renda e contribuição social:** A XP

continua →★



XP CONTROLE 3 PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ 15.787.622/0001-89

→★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Controle 3, apura o imposto de renda e a contribuição social com base no lucro real, regime em que o imposto de renda é apurado com base na alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R$ 240. A contribuição social é apurada com base na alíquota de 9% sobre o lucro tributável. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera que sejam aplicadas às diferenças temporárias quando elas sejam revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Os impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos no balanço patrimonial quando há um direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes - em geral, quando relacionados à mesma entidade legal e mesma jurisdição. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é calculado sobre prejuízo fiscal, base negativa de Contribuição Social e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão compensados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão baixados na medida em que sua realização não seja mais provável. **(e) Plano de incentivo baseado em ações:** O plano de incentivo baseado em ações foi aprovado pela reunião da diretoria da XP Inc. (controladora do Grupo XP) em 6 de dezembro de 2019. O Grupo lançou dois planos baseados em ações, a *Restricted Share Units* ("RSU") e a *Performance Share Units* ("PSU"). Os planos de incentivo baseado em ações foram elaborados para fornecer incentivos de longo prazo a determinados funcionários, diretores e outros provedores de serviços em troca de seus serviços. Para ambos os planos, a administração se compromete a conceder ações da XP Inc. aos participantes definidos. O custo do incentivo baseado em ações é mensurado pelo valor justo na data da outorga. O custo é registrado em conjunto com um correspondente aumento no patrimônio líquido durante o período em que o serviço é prestado ou na data da concessão, quando a concessão se refere a serviços passados. O valor total a ser registrado é determinado com base no valor justo das ações correspondente à respectiva tranche na data da outorga, a qual também considera o seguinte: • quaisquer condições de performance do mercado; • o impacto de quaisquer condições de aquisição que não sejam de performance de mercado (por exemplo, permanecer empregado na entidade por um tempo especificado) e; • o impacto de quaisquer condições que não sejam de aquisição de direitos (ou seja, a exigência de os participantes manterem ações por um período específico). A despesa total é reconhecida durante o período de aquisição, que é o período no qual todas as condições de aquisição especificadas devem ser satisfeitas. No final de cada período, a entidade revisa suas estimativas do número de ações que se espera que sejam adquiridas com base nas condições de aquisição que não são de mercado. A entidade reconhece o impacto da revisão das estimativas originais, se houver, no resultado, com um ajuste correspondente no patrimônio líquido. Quando as ações são adquiridas, a XP Inc. transfere o número correspondente de ações para o participante. As ações recebidas pelos participantes, líquidas de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis (incluindo impostos retidos na fonte) são creditados diretamente no patrimônio líquido. Os efeitos do plano de incentivo baseado em ações reconhecidos nessas demonstrações financeiras são provenientes da controlada XP CCTVM. **4. Determinação do valor justo:** A Companhia avalia instrumentos financeiros, tais como investimentos financeiros e derivativos, pelo valor justo no final do período de cada demonstração financeira. Nível 1: O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é o seu preço cotado nestes mercados. Os instrumentos financeiros incluídos como nível 1 consistem principalmente em instrumentos financeiros representantes da dívida pública do Brasil e instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (ou seja, bolsas de valores). Nível 2: O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado utilizando técnicas de avaliação, que basicamente fazem o uso de dados observáveis de mercado. Se todos os dados significativos exigidos para determinação do valor justo do ativo ou passivo financeiro forem observáveis direta ou indiretamente, o instrumento é incluído no nível 2. Os instrumentos financeiros classificados como nível 2 são compostos principalmente por instrumentos financeiros emitidos por entidades privadas e instrumentos financeiros negociados em mercado secundário. Nível 3: Se um ou mais insumos significativos não forem observáveis, o instrumento é incluído no nível 3. É o caso dos títulos representativos de patrimônio líquido não listados. Os valores justos foram avaliados para fins de mensuração com base nos métodos abaixo. **(a) Disponibilidades:** O valor justo de disponibilidades se aproxima substancialmente do seu valor contábil. Em 31 de dezembro de 2023 o valor justo de disponibilidades é de R$ 15 (R$ 70 em 31 de dezembro de 2022). **(b) Ativos financeiros:** O valor justo dos títulos e valores mobiliários reflete o seu valor contábil. Em 31 de dezembro de 2023 o valor justo de títulos e valores mobiliários é de R$ 85 (R$ 401 em 31 de dezembro de 2022).

5. Títulos e valores mobiliários:	**2023**	**2022**
Certificados de Depósitos Bancários (a)	85	401
Títulos do Governo Brasileiro	–	–
Total	**85**	**401**

(a) Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, Certificados de Depósitos Bancários estão sendo apresentados como equivalentes de caixa na demonstração dos fluxos de caixa. **6. Investimentos: a) Movimentação dos investimentos:**

Empresas	Saldo em 31/12/22	Aquisição/baixa e/ou aumento de capital	Equivalência patrimonial	Outros resultados abrangentes	Plano de pagamento baseado em ações	Saldo em 31/12/23
XP CCTVM	8.602.345	(2.159.692)	465.679	756.384	1.152.139	8.816.854
XP DTVM	1.522	–	(43)	–	–	1.479
Banco XP	–	2.159.692	(67.700)	(85.543)	3.793	2.010.243
Total	**8.603.867**	**–**	**397.936**	**670.841**	**1.155.932**	**10.828.576**
Empresas	**Saldo em 31/12/21**	**Aquisição/baixa e/ou aumento de capital**	**Equivalência patrimonial**	**Outros resultados abrangentes**	**Plano de pagamento baseado em ações**	**Saldo em 31/12/22**
XP CCTVM	5.727.645	2.500.000	(218.669)	196.838	396.554	8.602.345
XP DTVM	–	1.500	22	–	–	1.522
Total	**5.727.645**	**2.501.500**	**(218.647)**	**196.838**	**396.554**	**8.603.867**

Em 25 de agosto de 2023 foi deliberado em assembleia geral extraordinária, a redução de capital da XP CCTVM, em razão do mesmo ser considerado excessivo, nos termos artigo 173 da Lei nº 6.407/76, no valor total de R$ 2.159.692 sem o cancelamento de ações da companhia. A restituição de capital à única acionista da Companhia, XP Controle 3 Participações S.A., foi realizada em bens, mediante a entrega, a valor contábil com base em 31 de julho de 2023, das 1.270.799.069 ações de emissão do Banco XP S.A., correspondentes à 100% das ações de emissão da Instituição. A redução de capital foi aprovada pelo Banco Central do Brasil em 17 de outubro de 2023. Em 20 de julho de 2022 foi deliberado em assembleia geral extraordinária, o aumento de capital da XP CCTVM, mediante a emissão de 2.750.994.462 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de total de R$ 1.500.000. Em 03 de março de 2022 foi deliberado em assembleia geral extraordinária, o aumento de capital da XP CCTVM, mediante a emissão de 1.924.534.964 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de total de R$ 1.000.000. **b) Participação societária e informações financeiras das investidas:**

Controlada	% de participação	31/12/2023 Valor do Patrimônio Líquido	31/12/2023 Lucro líquido	31/12/2022 Valor do Patrimônio Líquido	31/12/2022 Lucro líquido
XP CCTVM	100%	8.729.737	465.679	8.602.345	(218.692)
XP DTVM	100%	1.522	(43)	1.522	23
Banco XP	100%	2.097.360	113.627	–	–

As informações financeiras das controladas consideram os ajustes de práticas contábeis em alinhamento às práticas contábeis adotadas pela controladora.

7. Imposto de renda e contribuição social:	**2023**	**2022**
Resultado antes dos impostos	**397.750**	**256.220**
Alíquota aplicável à XP Controle 3	34%	34%
Imposto utilizando a alíquota aplicável	**135.235**	**(87.115)**
Resultado de equivalência patrimonial	135.298	87.189
Imposto de renda e contribuição social	**(63)**	**74**
Corrente	–	–
Diferido	(63)	74

8. Patrimônio líquido: (a) Capital social e reserva de capital: Em 31 de dezembro de 2023, o capital social da XP Controle 3, totalmente subscrito e integralizado, era de R$ 7.298.751 (R$ 6.248.751 em 2022) dividido em 10.989.315 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal (9.788.739 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal em 2022). Em 03 de março de 2023 foi deliberado em assembleia geral extraordinária, o aumento de capital da XP Controle 3 Participações, mediante a emissão de 1.200.576 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de total de R$ 1.050.000. Em 31 de dezembro de 2022, o capital social da XP Controle 3, totalmente subscrito e integralizado, era de R$ 6.248.751 (R$ 3.748.751 em 2021) dividido em 9.788.739 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal (6.815.947 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal em 2021). Em 20 de julho de 2022 foi deliberado em assembleia geral extraordinária, o aumento de capital da XP Controle 3 Participações, mediante a emissão de 1.772.253 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de total de R$ 1.500.000. Em 03 de março de 2022 foi deliberado em assembleia geral extraordinária, o aumento de capital da XP Controle 3 Participações, mediante a emissão de 1.200.539 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de total de R$ 1.000.000. **(b) Reservas de lucros:** A reserva legal é constituída à alíquota de 5% do lucro líquido apurado no exercício. A reserva estatutária é constituída pelo saldo remanescente do lucro líquido apurado no balanço após as destinações legais. **(c) Distribuição de lucros:** De acordo com o estatuto social da Companhia é assegurado dividendo mínimo obrigatório à razão de 25% do lucro líquido do período após as destinações específicas. O saldo do lucro líquido, verificado após as deduções legais e distribuições previstas no Estatuto Social, terá a destinação proposta pela Diretoria e deliberadas pelos acionistas em Assembleia Geral, podendo ser integralmente destinado à Reserva de Lucros Estatutária, visando a manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das atividades da Companhia, conforme previsto no Art. 202 da lei nº 6.404/76 § 4º, § 5º e § 6º, até atingir o limite de 95% (noventa e cinco por cento) do valor do capital social integralizado. Em 31 de dezembro de 2023, consultado o acionista controlador, a Administração não irá propor à Assembleia de acionistas a distribuição de dividendos. **(d) Ajustes de avaliação patrimonial:** São classificadas como ajustes de avaliação patrimonial, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuídos a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação a valor justo. **9. Partes relacionadas:** As transações entre as partes relacionadas foram realizadas a valores e prazos e taxas médias usuais do mercado e em condições de comutatividade. **(a) Remuneração de pessoal-chave da Administração:** A remuneração do pessoal-chave da Administração inclui diretores estatutários executivos, membros do Conselho de Administração e Comitê de Auditoria.

Remuneração do pessoal-chave da Administração	**2023**	**2022**
Remuneração fixa	15	44

(b) Partes relacionadas:

		2023 Ativos (Passivo)	2023 Receitas (Despesas)	2022 Ativos (Passivo)	2022 Receitas (Despesas)
Títulos e valores mobiliários	Relacionada	–	–	401	–
Outros ativos	Relacionada	–	–	–	–
Contas a pagar	Controlada	(6)	–	(6)	–
Contas a pagar	Relacionada	(5)	–	(3)	–
Receita com instrumentos financeiros	Relacionada	–	–	–	50
Despesas com pessoal	Controlada	–	(69)	–	(86)

10. Despesas administrativas

	2023	**2022**
Despesas de pessoal	(111)	(139)
Despesas com serviços de terceiros e publicações	(105)	(41)
Total	**(216)**	**(180)**

11. Gerenciamento dos riscos financeiros e instrumentos financeiros: (a) Estrutura de gerenciamento de risco: A Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e pela supervisão da estrutura de gerenciamento de riscos da XP Controle 3. A Gestão de Riscos está estruturada de forma totalmente independente das áreas de negócio, reportando-se diretamente à alta administração, para garantir isenção de conflito de interesse e uma segregação de funções adequadas às boas práticas de governança corporativa e de mercado. As políticas de gerenciamento de riscos da XP Controle 3 são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e os sistemas de gerenciamento de riscos são revisados periodicamente para refletir as mudanças nas condições de mercado e nas atividades da XP Controle 3. A XP Controle 3, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento de riscos, tem por objetivo desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam os seus papéis e obrigações. Ao que se refere às controladas XP CCTVM e Banco XP, a estrutura organizacional está delineada de acordo com as recomendações propostas pelo Acordo da Basiléia, em que são formalizados os procedimentos, as políticas e a metodologia consistentes com a tolerância a risco e com a estratégia de negócio, e monitorados os diversos riscos inerentes às operações e/ou processos, incluindo os riscos de mercado, de liquidez, de crédito, legal e operacional. Tais processos de gerenciamento de risco estão, ainda, associados aos processos de gestão de continuidade de negócios, principalmente no que tange à formulação de análises de impacto, aos planos de continuidade, aos planos de recuperação de desastres, aos planos de backup, ao gerenciamento de crises, etc. **(b) Risco de crédito:** O risco de crédito está diretamente ligado à possibilidade de ocorrências de perdas associadas ao não cumprimento, pelo emissor, ou contraparte, de suas respectivas obrigações contratuais nos termos acordados, à desvalorização de contrato decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação, dentre outros. A definição de risco de crédito compreende, entre outros: • Risco da contraparte: É a possibilidade do não cumprimento de obrigações relativas à liquidação de operações com ativos financeiros, inclusive instrumentos financeiros derivativos. • Risco país: É a possibilidade de perdas relacionadas ao não cumprimento de obrigações financeiras por tomadores localizados fora do país, em virtude de ações realizadas pelo governo do país em que reside o mesmo. • A possibilidade de ocorrência de desembolsos para honrar avais, fianças, coobrigações, compromissos de crédito ou outras operações de natureza semelhante. • A possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações financeiras, nos termos pactuados, por parte intermediadora ou convenente de operações de crédito. O gerenciamento do risco de crédito é de responsabilidade da área de risco da Companhia, que visa garantir o cumprimento do determinado na política da Companhia e assegurar que os limites operacionais estabelecidos sejam executados. A Companhia estabelece sua política de crédito com base no cenário interno, como composição da carteira por título, por emissor, por rating, por atividade econômica e pelo *duration* da carteira. E no cenário externo como taxas de juros, de inflação, entre outros. A área de análise de crédito também participa ativamente neste processo, sendo responsável pela avaliação do risco de crédito, emissões e emissores com os quais as empresas da XP Controle 3 mantêm ou pretendem manter relações creditícias, ou intencionam recomendar posições de risco de crédito a clientes. Cabe à área de análise de crédito também a recomendação de limite das posições de risco de crédito dos clientes. As análises realizadas são apresentadas ao Comitê Consultivo de Crédito, que tem como atribuição determinar se os créditos avaliados são elegíveis como risco de contraparte ou outros para os diversos veículos das empresas da Companhia. Com relação aos créditos destinados à distribuição para a base de clientes da XP CCTVM e Banco XP, são determinados também os limites de crédito para cada emissor e emissão estruturada. A revisão dos créditos avaliados no Comitê Consultivo de Crédito é realizada periodicamente pela área de Análise de Crédito, de acordo com normas e metodologias internas. A área de risco é subordinada diretamente ao Diretor de Risco, sem qualquer vinculação com a área comercial. A área de análise de crédito também é subordinada ao Diretor de Risco, tendo a isenção necessária para a realização de suas atividades, uma vez que não participa da definição de estratégias de negócios e não realiza as operações de mercado de qualquer natureza. A Administração realiza análise da qualidade de crédito dos ativos que não estão vencidos nem reduzidos ao valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, tais ativos eram substancialmente representados por aplicações interfinanceiras cujas contrapartes são bancos brasileiros com baixo risco de crédito, que em sua grande maioria são negociados em bolsa (B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão) e que, portanto, possuem garantia da mesma. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito, e está demonstrado no quadro abaixo:

Posição ativa	**2023**	**2022**
Disponibilidades	15	70
Ativos financeiros		
Títulos privados	85	401
Total	**100**	**471**

(c) Risco de liquidez: É a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - "descasamentos" entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a capacidade de pagamento da Companhia, levando-se em consideração diferentes prazos de liquidação de direitos e obrigações. A Companhia possui política de gerenciamento de risco de liquidez, que visa garantir um nível mínimo de liquidez considerado adequado pela alta administração. Essa política prevê ações a serem tomadas em casos de contingência de liquidez, devendo estes ser suficientes para gerar o reenquadramento do caixa dentro dos limites requeridos de liquidez mínima. A estrutura e o gerenciamento de riscos são de responsabilidade da área de riscos, que está subordinada à Diretoria Executiva, evitando desta forma eventual conflito de interesse com áreas tomadoras de liquidez. O controle de Risco de Liquidez é baseado na projeção de caixa e ativos com risco de crédito. A projeção de caixa conta com os recursos livres depositados pelos clientes, enquanto as destinações dos recursos podem ser classificadas quanto a seus prazos de liquidação ou zeragem. Para o cenário estressado, são considerados atrasos nos ativos de crédito privado e quanto um eventual *stress* afetaria as condições de liquidez da Companhia. **(d) Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, preço de ações e taxas de juros, têm nos ganhos da XP Controle 3, ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A administração de risco de mercado das operações é efetuada por meio de políticas, procedimentos de controle e identificação prévia de riscos em novos produtos e atividades, visando manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Companhia e atender à estratégia de negócios e aos limites definidos pelo Comitê de Risco. Com as regras formalizadas, o Departamento de Risco tem o objetivo de controlar, acompanhar e assegurar o enquadramento dos limites preestabelecidos, podendo recusar-se, total ou parcialmente, a receber e/ou executar as operações solicitadas, mediante a imediata comunicação aos clientes, além de intervir em casos de desenquadramento e reportar ao Comitê todos os eventos atípicos. Além do controle efetuado pela ferramenta, a XP Controle 3 adota diretrizes para o controle do risco dos ativos que balizam as operações da Tesouraria para que as carteiras próprias das empresas participantes sejam compostas de ativos que tenham baixa volatilidade e, consequentemente, menor exposição ao risco. No caso de desenquadramento dos limites operacionais, o gestor da Tesouraria deve tomar medidas necessárias para o reenquadramento o mais rápido possível. **i. Risco de taxa de juros:** Decorre da possibilidade da XP Controle 3 sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Na data das demonstrações financeiras, os instrumentos financeiros com risco de taxa de juros da XP Controle 3 são:

Ativos financeiros	**2023**	**2022**
Selic/DI	85	401

(e) Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos, decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da XP Controle 3, e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da XP Controle 3. O objetivo da XP Controle 3 é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação das empresas, além de buscar eficiência de custos para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade. A principal responsabilidade para o desenvolvimento e a implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração dentro de cada unidade de negócio. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da XP Controle 3 para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas: (i) Exigências para segregação de funções, incluindo a autorização independente de operações; (ii) Exigências para reconciliação e monitoramento de operações; (iii) Cumprimento com exigências regulatórias e legais; (iv) Documentação de controles e procedimentos; (v) Exigências para avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados; (vi) Desenvolvimento de planos de contingência; (vii) Treinamento e desenvolvimento profissional; e (viii) Padrões éticos e comerciais. A controlada XP CCTVM e Banco XP, em cumprimento ao disposto no artigo 4º, § 2º da Resolução nº 3.380/06 do Conselho Monetário Nacional (CMN), de 27 de junho de 2006, possui um processo que engloba as políticas institucionais, de processos, de procedimentos e de sistemas e planos de contingência e continuidade dos negócios para ocorrência de eventos externos, além da formalização da estrutura única requerida pelo órgão regulador. **(f) Estrutura de gerenciamento de riscos:** Em atendimento à exigência do Banco Central do Brasil, por meio da Resolução 4.557/17 do Conselho Monetário Nacional ("CMN"), e aderência às melhores práticas do mercado, a controlada XP CCTVM e Banco XP adotou uma política de gestão integrada de riscos, que constitui um conjunto de princípios e diretrizes de gestão dos riscos, pelos quais visa disseminar e fortalecer a cultura do tratamento do risco entre os colaboradores, incluindo processos de identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos riscos, bem como estabelecer os respectivos papéis e responsabilidades em seus diversos níveis, compatível com os riscos incorridos de acordo com a natureza e complexidade dos produtos e serviços oferecidos aos clientes. A descrição da estrutura encontra-se disponível em nosso site.

DIRETORIA

Victor Andreu Mansur Farinassi	Leonardo Cardoso	Fabrício Cunha de Almeida
Diretor	Diretor	Diretor

CONTADOR

Jairo Luiz de Araújo Brito	Rogério Bessa Júnior
CRC: RJ-110743/O-4	*CRC: SP-1SP298461-O6*

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas XP Controle 3 Participações S.A. - **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da XP Controle 3 Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS") e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das coligadas para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria considerando essas investidas e, consequentemente, pela opinião de auditoria da Companhia. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de abril de 2024



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Tatiana Fernandes Kagohara Gueorguiev
Contadora - CRC 1SP245281/O-6



XP CONTROLE 4 PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ 25.176.854/0001-54



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Aos Acionistas e Administradores da **XP Controle 4 Participações S.A.** - Rio de Janeiro - RJ. Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras, acompanhadas das notas explicativas, referidas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas segundo a Lei das Sociedades Anônimas e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Desempenho:** A XP Controle 4 participa diretamente do capital da XP Vida e Previdência S.A., detendo 100% de suas ações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022. Com um patrimônio líquido de R$ 254,1 milhões (R$ 160,2 milhões em 31 de dezembro de 2022), a Companhia apresentou no exercício de 2023, lucro de R$ 93 milhões (R$ 74,3 milhões em 31 de dezembro de 2022). Em 31 de dezembro de 2023, a XP Vida e Previdência S.A., atingiu o montante de R$ 56,3 bilhões de ativos sob custódia (R$ 45,7 bilhões em 31 de dezembro de 2022), de modo que as receitas com rendas de contribuições e prêmios totalizaram R$ 3,3 bilhões (R$ 3,0 bilhões, em 31 de dezembro de 2022), sendo R$ 2,3 bilhões nos planos de VGBL (R$ 2,2 bilhões, em 31 de dezembro de 2022) e R$ 991,7 milhões nos planos de PGBL (R$ 761,3 milhões, em 31 de dezembro de 2022). **Gestão de Riscos:** A Gestão de Riscos está estruturada de forma totalmente independente das áreas de negócio, reportando-se diretamente à alta administração, para garantir isenção de conflito de interesses e uma segregação de funções adequada às boas práticas de governança corporativa e de mercado. O gerenciamento de riscos é exercido de modo integrado e independente, por meio da formalização de políticas, procedimentos e metodologias consistentes com a tolerância a risco e com a estratégia de negócio. São monitorados os diversos riscos inerentes às operações e/ou processos, incluindo os riscos de mercado, liquidez, crédito, operacional e de subscrição. Tais processos de gerenciamento de riscos estão, ainda, associados aos processos de gestão de continuidade dos negócios. **Políticas de Reinvestimento de Lucros e Distribuição de Dividendos:** De acordo com o estatuto social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o lucro líquido ajustado, apurado em cada encerramento de exercício. O saldo do lucro líquido, verificado após as deduções e distribuições previstas no Estatuto Social, terá a destinação proposta pela Diretoria e deliberadas pelos acionistas em Assembleia Geral, podendo ser integralmente destinado à Reserva de Lucros Estatutária, visando a manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das atividades da Companhia conforme previsto no Art. 202 da Lei nº 6.404/76 § 4º, § 5º e § 6º até atingir o limite de 95% (noventa e cinco por cento) do valor do capital social integralizado. Em 31 de dezembro de 2023, consultado o acionista controlador, a Administração não irá propor à Assembleia de acionistas a distribuição de dividendos.

Rio de Janeiro, 24 de abril de 2024

A Diretoria

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022 *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

BALANÇO PATRIMONIAL

	Nota	2023	2022
Ativo			
Disponibilidades		**28**	**81**
Ativos financeiros		**428**	**713**
Valor justo por meio do resultado		**428**	**713**
Títulos e valores mobiliários		428	713
Outros ativos		**206**	**8**
Despesas antecipadas		172	–
Impostos e contribuições a compensar		34	8
Ativo fiscal diferido		**352**	**313**
Investimentos	4	**253.123**	**159.151**
Total do ativo		**254.137**	**160.266**

	Nota	2023	2022
Passivo			
Passivos financeiros		**2**	**34**
Avaliados ao custo amortizado		**2**	**34**
Fornecedores		2	34
Outros passivos		**14**	**7**
Obrigações fiscais e previdenciárias		1	1
Outros passivos		13	6
Total do passivo		**16**	**41**
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	5	**254.121**	**160.225**
Capital social		46.180	46.180
Reservas de capital		2.909	2.643
Reservas de lucros		204.384	111.402
Ajuste de avaliação patrimonial		648	–
Total do passivo e Patrimônio líquido		**254.137**	**160.266**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO E DO RESULTADO ABRANGENTE

	Nota	2023	2022
Resultado com instrumentos financeiros		**68**	**92**
Resultado de operações de títulos e valores mobiliários		68	92
Custos operacionais		**–**	**(4)**
Outros custos		–	(4)
Despesas administrativas		**(184)**	**(212)**
Despesas de pessoal		(103)	(135)
Despesas tributárias		(15)	–
Outras despesas administrativas		(66)	(77)
Outras receitas/(despesas) operacionais		5	–
Resultado com participação em controlada	4	**93.059**	**74.345**
Resultado antes da tributação sobre o lucro		**92.943**	**74.221**
Impostos de renda e contribuição social		39	42
Lucro líquido do exercício		**92.982**	**74.263**
Ajuste ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		648	–
Resultado abrangente		**–**	**–**
Total do Resultado Abrangente		**94.278**	**74.263**
Lucro líquido por ação (em reais) atribuível aos controladores			
Lucro básico por ação		1,7820	1,4233

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucro: Reserva legal	Reservas de lucro: Reserva estatutária	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**46.180**	**1.634**	**1.856**	**35.283**	**–**	**–**	**84.953**
Outorga de planos baseado em ações (decorrente da controlada - Nota 4(a))	–	1.010	–	–	–	–	1.010
Lucro líquido	–	–	–	–	–	74.263	74.263
Destinação do lucro	–	–	3.713	70.550	–	(74.263)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**46.180**	**2.644**	**5.569**	**105.833**	**–**	**–**	**160.225**
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**46.180**	**2.644**	**5.569**	**105.833**	**–**	**–**	**160.225**
Outorga de planos baseado em ações (decorrente da controlada - Nota 4(a))	–	265	–	–	–	–	265
Variação na participação em controladas	–	–	–	–	648	–	648
Lucro líquido	–	–	–	–	–	92.982	92.982
Destinação do lucro	–	–	3.667	89.315	–	(92.982)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**46.180**	**2.909**	**9.236**	**195.148**	**648**	**–**	**254.121**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido	92.982	74.263
Ajustes ao lucro líquido		
Resultado com participação em controlada	(93.059)	(74.345)
Outorga de planos de pagamento baseado em ações	–	–
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(39)	(42)
Lucro líquido ajustado	**(115)**	**(124)**
Variação dos ativos e passivos operacionais	**(222)**	**900**
Títulos e valores mobiliários	–	911
Impostos e contribuições	(25)	(5)
Despesas antecipadas	(172)	–
Fornecedores	(32)	1
Outros passivos	7	(7)
Caixa líquido proveniente (utilizado) nas atividades operacionais	**(338)**	**776**
Redução/(aumento) de caixa e equivalentes de caixa	**(338)**	**776**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**794**	**18**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**456**	**794**
Disponibilidades	28	81
Certificados de depósitos bancários	428	713

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Contexto Operacional: A XP Controle 4 Participações S.A. ("Companhia" ou "XP Controle 4") tem sua sede localizada na Avenida Ataulfo de Paiva, nº 153, sala 201, Leblon, CEP 22440-032, Rio de Janeiro - Brasil. A XP Controle 4 fornece a seus clientes pessoas físicas e jurídicas, no Brasil e no exterior, produtos de seguros de pessoas e previdência complementar, por meio de sua empresa controlada XP Vida e Previdência S.A. A XP Controle 4 é uma holding, controlada diretamente pela XP Investimentos S.A., que detém 100% de participação em seu capital total e indiretamente controlada pela XP Inc., a qual possui como acionista controlador a XP Control LLC. A XP Controle 4 participa diretamente do capital da XP Vida e Previdência S.A., detendo 100% de suas ações. A XP Vida e Previdência é uma seguradora de capital fechado, que opera com seguros de vida, compreendendo todas as modalidades de seguros de pessoas, bem como a comercialização de planos de previdência complementar aberta em todo território nacional. Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 24 de abril de 2024. **2. Base de elaboração das demonstrações financeiras: (a) Base de preparação:** Na preparação destas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, a Companhia utilizou os critérios de reconhecimento, mensuração e apresentação estabelecidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) - incluindo interpretações relacionadas - e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"). As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos investimentos em instrumentos financeiros que foram mensurados pelo valor justo. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo. As informações que envolvem maior grau de julgamento ou complexidade, ou informações nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais ("R$") e todos os valores divulgados nas demonstrações financeiras e notas explicativas foram arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. O balanço patrimonial está apresentado em ordem de liquidez dos ativos e passivos. O momento de sua realização ou liquidação depende não apenas de sua liquidez, mas também dos julgamentos da administração sobre os movimentos esperados nos preços de mercado e outros aspectos relevantes. Certas reclassificações de períodos anteriores foram feitas para se adequar à apresentação do período atual. **(b) Novas normas e interpretações:** Certas novas normas contábeis, interpretações e alterações entraram em vigor para o período de relatório iniciado em 1º de janeiro de 2023. Os possíveis impactos são mensurados pelo Grupo e concluiu-se que não há impacto material nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. IFRS 17 - Contratos de Seguro: Exige que os passivos de seguro sejam mensurados a um valor de cumprimento atual e fornece uma abordagem de mensuração e apresentação mais uniforme para todos os contratos de seguro. O Grupo avaliou os impactos da aplicação desta norma e concluiu que a mesma não é material para as suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Emendas à IAS 1 - Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes: As alterações visam promover consistência na aplicação dos requisitos, ajudando as empresas a determinar se, na demonstração da posição financeira, dívidas e outros passivos com data de liquidação incerta devem ser classificados como circulante (vencido ou potencialmente devido a ser liquidado dentro de um ano) ou não circulante, sendo efetivo para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024. Emendas à IAS 1 - Passivos não circulantes com Covenants: A emenda esclarece como as condições que uma entidade deve cumprir dentro de doze meses após o período de relatório afetam a classificação dos passivos, sendo efetiva para períodos de relatório anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024. Emendas à IAS 12 - Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo do Pilar Dois: A emenda fornece uma exceção temporária de requisitos para a aplicação inicial relativos a ativos e passivos fiscais diferidos relacionados ao imposto de renda do Pilar Dois para demonstrações financeiras consolidadas da Matriz, mas é obrigatória para períodos de relatório anuais a partir de 1º de janeiro de 2023. O Grupo avaliou os impactos da aplicação destas alterações e concluiu que não há impactos nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **3. Resumo das políticas contábeis: (a) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem disponibilidades e quaisquer outras aplicações de curto prazo que possuam alta liquidez, que sejam prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que não estejam sujeitas a um risco significante de mudança de valor, bem como que sejam mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros propósitos. As operações são consideradas de curto prazo quando possuem vencimento em três meses ou menos, a contar da data da aquisição e/ou possuem liquidez imediata. **(b) Instrumentos financeiros ativos e passivos:** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento de patrimônio de outra entidade. **1) Ativos financeiros:** ***Reconhecimento inicial e mensuração:*** No reconhecimento inicial, ativos financeiros são classificados como instrumentos mensurados ao custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial é baseada: (i) no modelo de negócios da entidade para administrar os ativos financeiros e (ii) nas características dos fluxos de caixa contratuais dos instrumentos financeiros. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou VJORA, ele precisa dar origem a fluxos de caixa que são "Somente Pagamento de Principal e Juros" (o critério "SPPJ") sobre o valor principal em aberto. O modelo de negócios da entidade para administrar ativos financeiros se refere à forma de gerenciar seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios considera se o objetivo da entidade é receber fluxos de caixa e manter os ativos financeiros, vender os ativos ou uma combinação de ambos. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo definido pela regulamentação ou prática de mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data de negociação, ou seja, a data em que a entidade se compromete a comprar ou vender o ativo. ***Classificação e mensuração subsequente:*** **i. Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado ("VJR"):** Os ativos financeiros a VJR incluem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a VJR, ou ativos financeiros obrigados a serem mensurados pelo valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se o teste de fluxo de caixa contratual falhar ou se o modelo de negócios da entidade for adquirido com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Os ativos financeiros podem ser designados a VJR no reconhecimento inicial se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil. Os ativos financeiros na VJR são registrados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. O ganho ou perda líquida reconhecido na demonstração do resultado inclui qualquer dividendo ou juros auferidos sobre o ativo financeiro. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são títulos e valores mobiliários detidos e/ou recebidos a descoberto. **ii. Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA"):** A entidade avalia os ativos financeiros no VJORA se ambas as condições a seguir forem atendidas: • O ativo financeiro é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de tanto manter a apropriação de fluxos de caixa contratuais quanto vender; • Os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que atendem aos critérios do SPPJ. Para os ativos financeiros classificados como VJORA, a receita de juros, a variação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e, da mesma forma, para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As restantes alterações no justo valor são reconhecidas em resultado abrangente. No momento do desreconhecimento, a mudança cumulativa do valor justo reconhecida em resultado abrangente é reclassificada para o resultado. Após o reconhecimento inicial, a entidade pode optar por classificar irrevogavelmente os investimentos em ações como instrumentos patrimoniais designados pelo VJORA quando satisfizerem a definição de patrimônio nos termos do CPC 39 - "Instrumentos Financeiros: Apresentação" e não forem mantidos para negociação. A classificação é determinada com base em instrumento a instrumento. Os dividendos são reconhecidos como receita na demonstração do resultado quando o direito de pagamento é estabelecido, exceto quando a entidade se beneficia de uma recuperação de parte do custo do ativo financeiro, caso em que tais ganhos são registrados em resultado abrangente. Instrumentos de patrimônio designados no VJORA não estão sujeitos a avaliação de *impairment*. A Companhia não possui instrumentos de patrimônio que tenham sido irrevogavelmente designados nesta categoria. **iii. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se ambas as condições a seguir forem atendidas: • O ativo financeiro é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de manter o ativo financeiro de forma a coletar fluxos de caixa contratuais; • Os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que atendem aos critérios do SPPJ. Os ativos financeiros ao custo amortizado são mensurados subsequentemente pelo método da taxa efetiva de juros ("EIR") e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou desvalorizado. A entidade reclassifica os ativos financeiros somente quando altera seu modelo de negócios para o gerenciamento desses ativos financeiros. ***Desreconhecimento:*** Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é basicamente baixado (isto é, retirado da demonstração financeira) quando: • Os direitos contratuais para receber fluxos de caixa do ativo expiraram; • A entidade transferiu os seus direitos contratuais para receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação contratual de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos de terceiros, por meio de um acordo de "repasse"; e (a) a entidade transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo; ou (b) a entidade não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando a entidade transfere os seus direitos contratuais para receber fluxos de caixa de um ativo ou realiza um acordo de repasse, avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios patrimoniais. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a entidade continua a reconhecer o ativo transferido na medida de sua participação. Nesse caso, a entidade também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflete os direitos e obrigações que a entidade reteve. O envolvimento contínuo que toma a forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor contábil original do ativo e pelo valor máximo da contraprestação que a entidade poderia ser obrigada a pagar. ***Impairment de ativos financeiros:*** A entidade reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas ("ECLs") para todos os instrumentos de dívida não classificados em VJR. Os ECLs baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma aproximação de taxa de juros efetiva original. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias mantidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. As ECLs são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as ECLs são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (um ECL de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial ou aquelas já inadimplentes, uma provisão para perdas é requerida para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência. A entidade classifica os ativos em três estágios para mensurar a perda de crédito esperada, nos quais os ativos financeiros migram de um estágio para outro de acordo com as mudanças no risco de crédito. Estágio 1: Vencidos até 30 dias. Entende-se que um ativo financeiro nesta etapa não apresenta um aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial. A provisão para este ativo representa a perda esperada resultante de uma possível inadimplência nos próximos 12 meses. Estágio 2: mais de 30 dias em atraso. Se um aumento significativo do risco de crédito for identificado a partir do reconhecimento inicial, e nenhuma perda for realizada, o ativo financeiro se enquadra nesta etapa. Neste caso, o valor relacionado à provisão para perda esperada reflete a perda estimada do ativo financeiro pelo restante da vida útil do mesmo. Estágio 3: mais de 90 dias em atraso. A entidade considera um ativo financeiro em atraso quando os pagamentos contratuais estão vencidos há mais de 90 dias. Entretanto, em certos casos, a entidade também pode considerar um ativo financeiro em inadimplência quando informações internas ou externas indicarem que é improvável que a entidade receba os valores contratuais pendentes na sua totalidade antes de considerar quaisquer aumentos nos riscos de crédito detidos pela entidade. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais. Para contas a receber e outros ativos contratuais, a entidade aplica uma abordagem simplificada no cálculo das ECLs. Portanto, a entidade não acompanha as mudanças no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base nas ECLs durante a vida útil em cada data de relatório. A entidade estabeleceu uma matriz de provisão que é baseada em sua perda histórica de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico. Para os instrumentos de dívida classificados como VJORA, a entidade aplica a simplificação para atuar com baixo risco de crédito. Em cada data de elaboração das Demonstrações Financeiras, a entidade avalia se o instrumento de dívida é considerado com baixo risco de crédito usando todas as informações razoáveis e suportáveis que estão disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Ao fazer essa avaliação, a entidade reavalia a classificação de crédito interno do instrumento da dívida. Além disso, a entidade considera que houve um aumento significativo no risco de crédito quando os pagamentos contratuais estão vencidos há mais de 30 dias. A entidade considera um ativo financeiro inadimplente quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 90 dias. No entanto, em certos casos, a entidade também pode considerar que um ativo financeiro está inadimplente quando informações internas ou externas indicam que é improvável que a entidade receba integralmente os valores pendentes de contratos antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pela entidade. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais. **2) Passivo financeiro:** ***Reconhecimento inicial e mensuração:*** Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros mensurados a valor justo através do resultado ("VJR"), custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge*. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso do custo amortizado, são deduzidos dos custos da transação diretamente atribuíveis. ***Classificação e mensuração subsequente:*** **i. Passivos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado ("VJR"):** Os passivos financeiros classificados como VJR incluem passivos financeiros mantidos para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial como VJR. Os passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando adquiridos com fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela entidade que não são designados como instrumentos de *hedge* nas operações de *hedge* definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes. Os ganhos ou perdas de passivos classificados como VJR são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial como VJR são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios estabelecidos no CPC 48 forem atendidos. **ii. Custo amortizado:** Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros e outros passivos financeiros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método de taxa efetiva ("EIR"). Os ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelos juros incorridos. O custo amortizado é calculado considerando qualquer desconto ou prêmio na aquisição de taxas ou custos que são parte integrante da EIR. A amortização da EIR está incluída na demonstração do resultado. ***Desreconhecimento:*** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo montante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. **3) Valor justo dos instrumentos financeiros:** O valor justo dos instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação. O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não há mercado ativo é determinado pelo uso de técnicas de mensuração. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (em base de mercado); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxos de caixa descontados ou outros modelos de mensuração, conforme Nota 6. **4) Compensação de instrumentos financeiros:** Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado nos balanços patrimoniais se, e somente se, houver um direito legal atualmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e houver a intenção de liquidar em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **(c) Investimentos:** Controladas são aquelas sociedades na qual a controladora, diretamente ou através de outras controladas, é titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores. Os investimentos nessas empresas são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição e avaliados subsequentemente pelo método de equivalência patrimonial após adequação às práticas contábeis do controlador e são realizados ao consumo dos prejuízos acumulados. **(d) Imposto de renda e contribuição social:** A XP Controle 4, apura o imposto de renda e a contribuição social com base no lucro real em que o imposto de renda é apurado com base na alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R$ 240. A contribuição social é apurada com base na alíquota de 9% sobre o lucro tributável. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera que sejam aplicadas às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é calculado sobre prejuízo fiscal, base negativa de Contribuição Social e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão compensados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão baixados na medida em que sua realização não seja mais provável. **(e) Plano de incentivo baseado em ações:** O plano de incentivo baseado em ações foi aprovado pela reunião da diretoria da XP Inc. (controladora do Grupo XP) em 6 de dezembro de 2019. O Grupo lançou dois planos baseados em ações, a Restricted Share Units ("RSU") e a Performance Share Units ("PSU"). Os planos de incentivo baseado em ações foram elaborados para fornecer incentivos de longo prazo a determinados funcionários, diretores e outros provedores de serviços em troca de seus serviços. Para ambos os planos, a administração se compromete a conceder ações da XP Inc. aos participantes definidos. O custo do incentivo baseado em ações é mensurado pelo valor justo na data da outorga. O custo é registrado em conjunto com um correspondente aumento no patrimônio líquido durante o período em que o serviço é prestado ou na data da concessão, quando a concessão se refere a serviços passados. O valor total a ser registrado é determinado com base no valor justo das ações correspondente à respectiva tranche na data da outorga, a qual também considera o seguinte: • quaisquer condições de performance do mercado; • o impacto de quaisquer condições de aquisição que não sejam de performance de mercado (por exemplo, permanecer empregado na entidade por um tempo específico) e; • o impacto de quaisquer condições que não sejam de aquisição de direitos (ou seja, a exigência de os participantes manterem ações por um período específico). A despesa total é reconhecida durante o período de aquisição, que é o período no qual todas as condições de aquisição especificadas devem ser satisfeitas. No final de cada período, a entidade revisa suas estimativas do número de ações que se espera que sejam adquiridas com base nas condições de aquisição que não são de mercado. A entidade reconhece o impacto da revisão das estimativas originais, se houver, no resultado, com um ajuste correspondente no patrimônio líquido. Quando as ações são adquiridas, a XP Inc. transfere o número correspondente de ações para o participante. As ações recebidas pelos participantes, líquidas de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis (incluindo impostos retidos na fonte) são creditados diretamente no patrimônio líquido. Os efeitos do plano de incentivo baseado em ações reconhecidos nessas demonstrações financeiras são provenientes da controlada XP Vida e Previdência.

4. Investimentos: a) Movimentação dos investimentos:

Empresas	Saldo em 31/12/22	Ajuste de avaliação patrimonial	Equivalência patrimonial	Plano de pagamento baseado em ações	Saldo em 31/12/23
XP Vida e Previdência S.A.	159.151	648	93.059	265	253.123

Empresas	Saldo em 31/12/21	Aquisição/baixa e/ou aumento de capital	Equivalência patrimonial	Plano de pagamento baseado em ações	Saldo em 31/12/22
XP Vida e Previdência S.A.	83.796	–	74.345	1.010	159.151

b) Participação societária e informações financeiras das investidas

Controlada	% de participação	Valor do patrimônio líquido	2023 Lucro líquido
XP Vida e Previdência S.A.	100%	253.123	93.059

Controlada	% de participação	Valor do patrimônio líquido	2022 Lucro líquido
XP Vida e Previdência S.A.	100%	159.151	74.345

continua →★



XP CONTROLE 4 PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ 25.176.854/0001-54

→★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

5. Patrimônio Líquido: (a) Capital social e reserva de capital: Em 31 de dezembro de 2023, o capital social da XP Controle 4, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 46.180 (R$ 46.180 em 2022) dividido em 52.178.041 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal em 2023 (52.178.041 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal em 2022). **(b) Reservas de lucros:** A reserva legal é constituída à alíquota de 5% do lucro líquido apurado no balanço individual da controladora XP Controle 4 até o limite de 20% do capital social. A reserva estatutária é constituída pelo saldo remanescente do lucro líquido apurado no balanço após as destinações legais. **(c) Distribuição de lucros:** É assegurado dividendo mínimo obrigatório à razão de 25% do lucro líquido do período após as destinações específicas. O saldo do lucro líquido, verificado após as deduções legais e distribuições previstas no Estatuto Social, terá a destinação proposta pela Diretoria e deliberadas pelos acionistas em Assembleia Geral, podendo ser integralmente destinado à Reserva de Lucros Estatutária, visando a manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das atividades da Companhia conforme previsto no Art. 202 da lei nº 6.404/76 § 4º, § 5º e § 6º até atingir o limite de 95% (noventa e cinco por cento) do valor do capital social integralizado. Em 31 de dezembro de 2023, consultado o acionista controlador, a Administração não irá propor à Assembleia de acionistas a distribuição de dividendos. **6. Determinação do valor justo:** A Companhia avalia instrumentos financeiros, tais como investimentos financeiros e derivativos, pelo valor justo no final do período de cada demonstração financeira. Nível 1: O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é seu preço de mercado, cotados nestes mercados. Os instrumentos financeiros incluídos como nível 1 consistem principalmente em instrumentos financeiros representantes da dívida pública do Brasil e instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (ou seja, bolsas de valores). Nível 2: O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado utilizando técnicas de avaliação, que basicamente fazem o uso de dados observáveis de mercado. Se todos os dados significativos exigidos para determinação do valor justo do ativo ou passivo financeiro forem observáveis direta ou indiretamente, o instrumento é incluído no nível 2. Os instrumentos financeiros classificados como nível 2 são compostos principalmente por instrumentos financeiros emitidos por entidades privadas e instrumentos financeiros negociados em mercado secundário. Nível 3: Se um ou mais insumos significativos não forem observáveis, o instrumento é incluído no nível 3. É o caso dos títulos representativos de patrimônio líquido não listados. Os valores justos foram avaliados para fins de mensuração com base nos métodos abaixo. **(a) Disponibilidades:** O valor justo de disponibilidades se aproxima substancialmente do seu valor contábil. Em 31 de dezembro de 2023 o valor justo de disponibilidades é de R$ 28 (R$ 81 em 31 de dezembro de 2022). **(b) Ativos financeiros:** O valor justo dos títulos e valores mobiliários reflete o seu valor contábil. Em 31 de dezembro de 2023 o valor justo de títulos e valores mobiliários é de R$ 428 (R$ 713 em 31 de dezembro de 2022). **7. Partes relacionadas:** As transações entre as partes relacionadas foram realizadas a valores, prazos e taxas médias usuais do mercado e em condições de comutatividade. **(a) Remuneração de pessoal-chave da Administração:** A remuneração do pessoal-chave da Administração inclui diretores estatutários executivos, membros do Conselho de Administração e Comitê de Auditoria.

Remuneração do pessoal-chave da Administração	2023	2022
Remuneração fixa	44	44
Total	**44**	**44**

(b) Partes relacionadas:		2023	2022
Títulos e valores mobiliários	Relacionada	–	713
Outros passivos	Controladora	5	–
Outros ativos	Relacionada	5	8
Resultado de instrumentos financeiros	Relacionada	68	92
Despesas administrativas	Relacionada	(62)	(83)

8. Gerenciamento de risco: (a) Estrutura de gerenciamento de risco: A Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e pela supervisão da estrutura de gerenciamento de riscos da XP Controle 4. A Gestão de Riscos está estruturada de forma totalmente independente das áreas de negócio, reportando-se diretamente à alta administração, para garantir isenção de conflito de interesse e uma segregação de funções adequada às boas práticas de governança corporativa e de mercado. As políticas de gerenciamento de riscos da XP Controle 4 são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e os sistemas de gerenciamento de riscos são revisados periodicamente para refletir as mudanças nas condições de mercado e nas atividades da XP Controle 4. A XP Controle 4, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, tem por objetivo desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações. Tais processos de gerenciamento de risco estão, ainda, associados aos processos de gestão de continuidade de negócios, principalmente no que tange à formulação de análises de impacto, aos planos de continuidade, aos planos de recuperação de desastres, aos planos de backup, ao gerenciamento de crises etc. **(b) Risco de crédito:** O risco de crédito está diretamente ligado à possibilidade de ocorrências de perdas associadas ao não cumprimento, pelo emissor, ou contraparte, de suas respectivas obrigações contratuais nos termos acordados, à desvalorização de contrato decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, a redução de ganhos ou remuneração, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação, dentre outros. A definição de risco de crédito compreende, entre outros: • Risco da contraparte: É a possibilidade do não cumprimento de obrigações relativas à liquidação de operações com ativos financeiros, inclusive instrumentos financeiros derivativos. • Risco país: É a possibilidade de perdas relacionadas ao não cumprimento de obrigações financeiras por tomadores localizados fora do país, em virtude de ações realizadas pelo governo do país em que reside o mesmo. • A possibilidade de ocorrência de desembolsos para honrar avais, fianças, coobrigações, compromissos de crédito ou outras operações de natureza semelhante. • A possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações financeiras, nos termos pactuados, por parte intermediadora ou convenente de operações de crédito. O gerenciamento do risco de crédito é de responsabilidade da área de Risco da Companhia, que visa a garantir o cumprimento do determinado na política da Companhia e assegurar que os limites operacionais estabelecidos sejam executados. A Companhia estabelece sua política de crédito com base no cenário interno, como composição da carteira por título, por emissor, por *rating*, por atividade econômica e pelo *duration* da carteira, e com base no cenário externo como taxas de juros, de inflação, entre outros. A área de análise de crédito também participa ativamente neste processo, sendo responsável pela avaliação do risco de crédito, de emissões e emissores com os quais as empresas da XP Controle 4 mantém ou pretendem manter relações creditícias, ou intencionam recomendar posições de risco de crédito a clientes. Cabe à área de análise de crédito também a recomendação de limite das posições de risco de crédito dos clientes. As análises realizadas são apresentadas ao Comitê Consultivo de Crédito, que tem como atribuição determinar se os créditos avaliados são elegíveis como risco de contraparte. Com relação aos créditos destinados à distribuição para a base de clientes da Companhia, são determinados também os limites de crédito para cada emissor e emissão estruturada. A área de risco é subordinada diretamente ao Diretor de Risco, sem qualquer vinculação com a área comercial. A área de análise de crédito também é subordinada ao Diretor de Risco, tendo a isenção necessária para a realização de suas atividades, uma vez que não participa da definição de estratégias de negócios e não realiza as operações de mercado de qualquer natureza. A Administração realiza análise da qualidade de crédito dos ativos que não estão vencidos nem reduzidos ao valor recuperável. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito e está demonstrado no quadro abaixo:

Posição ativa	2023	2022
Disponibilidades	28	81
Ativos financeiros		
Títulos privados	428	713
Total	**456**	**794**

(c) Risco de liquidez: É a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - "descasamentos" entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a capacidade de pagamento da Companhia, levando-se em consideração diferentes prazos de liquidação de direitos e obrigações. A Companhia possui política de gerenciamento de risco de liquidez, que visa garantir um nível mínimo de liquidez considerado adequado pela alta administração. Essa política prevê ações a serem tomadas em casos de contingência de liquidez, devendo estes ser suficientes para gerar o reenquadramento do caixa dentro dos limites requeridos de liquidez mínima. A estrutura e o gerenciamento de riscos são de responsabilidade da área de riscos, que está subordinada à diretoria executiva, evitando desta forma eventual conflito de interesse com áreas tomadoras de liquidez. O controle de risco de liquidez é baseado na projeção de caixa e ativos com risco de crédito. A projeção de caixa conta com os recursos livres depositados pelos clientes, enquanto as destinações dos recursos podem ser classificadas quanto a seus prazos de liquidação ou zeragem. Os principais compromissos da Companhia estão relacionados aos planos PGBL/VGBL, os quais estão integralmente lastreados por aplicações em Fundos de Investimentos Especialmente Constituídos. Para o cenário estressado, são considerados atrasos nos ativos de crédito privado e quanto um eventual stress afetaria as condições de liquidez da Companhia. **(d) Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, preço de ações e taxas de juros, têm nos ganhos da XP Controle 4, ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A administração de risco de mercado das operações é efetuada por meio de políticas, procedimentos de controle e identificação prévia de riscos em novos produtos e atividades, visando a manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Companhia e atender à estratégia de negócios e aos limites definidos pelo Comitê de Risco. Com as regras formalizadas, o Departamento de Risco tem o objetivo de controlar, acompanhar e assegurar o enquadramento dos limites preestabelecidos, podendo recusar-se, total ou parcialmente, a receber e/ou executar as operações solicitadas, mediante a imediata comunicação aos clientes, além de intervir em casos de desenquadramento e reportar ao Comitê todos os eventos atípicos. Além do controle efetuado pela ferramenta, a XP Controle 4 adota diretrizes para o controle do risco dos ativos que balizam as operações da Tesouraria para que as carteiras próprias das empresas participantes sejam compostas de ativos que tenham baixa volatilidade e, consequentemente, menor exposição ao risco. No caso de desenquadramento dos limites operacionais, o gestor da Tesouraria deve tomar medidas necessárias para o reenquadramento o mais rápido possível. **i. Risco de taxa de juros:** Decorre da possibilidade da XP Controle 4 sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Na data das demonstrações financeiras, os instrumentos financeiros com risco de taxa de juros da XP Controle 4 são:

Ativos financeiros	2023	2022
Selic/DI	428	713

(e) Risco operacional: Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos, decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da XP Controle 4, e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da XP Controle 4. O objetivo da XP Controle 4 é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação das empresas, além de buscar eficiência de custos para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade. A principal responsabilidade para o desenvolvimento e a implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração dentro de cada unidade de negócio. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da XP Controle 4 para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas: (i) Exigências para segregação de funções, incluindo a autorização independente de operações; (ii) Exigências para reconciliação e monitoramento de operações; (iii) Cumprimento com exigências regulatórias e legais; (iv) Documentação de controles e procedimentos; (v) Exigências para avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados; (vi) Desenvolvimento de planos de contingência; (vii) Treinamento e desenvolvimento profissional; e (viii) Padrões éticos e comerciais. **(f) Risco de subscrição:** A Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações posteriores define risco de subscrição como a possibilidade de ocorrência de perdas que contrariem as expectativas da supervisionada, associadas, diretamente ou indiretamente, às bases técnicas utilizadas para cálculo de prêmios, contribuições, quotas e provisões técnicas.

DIRETORIA

Thiago Simões Maffra – Diretor
Victor Andreu Mansur Farinassi – Diretor
Fabrício Cunha de Almeida – Diretor

CONTADOR

Jairo Luiz de Araújo Brito – CRC: RJ-110743/O-4
Rogério Bessa Júnior – CRC: SP-1SP298461-O6

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas **XP Controle 4 Participações S.A. - Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da XP Controle 4 Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS") e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das coligadas para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria considerando essas investidas e, consequentemente, pela opinião de auditoria da Companhia. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de abril de 2024

pwc

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda. CRC 2SP000160/O-5

Tatiana Fernandes Kagohara Gueorguiev
Contadora - CRC 1SP245281/O-6

Dados apontam crescimento de 10% nas vendas do Dia das Mães

No período relacionado ao Dia das Mães de 2023, pequenos e médios lojistas obtiveram um crescimento de 15% nas vendas digitais e o tíquete médio foi em média R$ 257,85. Como referência, o faturamento do varejo eletrônico atingiu a marca de R$ 6,7 bilhões no período.

A expectativa de vendas para 2024 é de um crescimento de 10% em relação ao ano passado. De acordo com o levantamento, em relação a escolha, os produtos com maior demanda são do setor de moda, em especial vestuário e a expectativa é um aumento de 12% no tíquete médio.

É o que apontou levantamento do UOL Host sobre o Dia das Mães, que comparou os principais dados de vendas deste ano com o mesmo período de 2023.

Já os indicadores do índice Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel)-Stone de março apontam que houve aumento de movimento nos bares e restaurantes. No mês, foi registrado um crescimento de 5,2% em relação a fevereiro. Dentre os estados que apresentaram maior aumento mensal, destacam-se Pará (11,2%), Roraima (9,9%), Ceará (8,8%), Tocantins (8,8%) e Piauí (7,1%). Apenas o Estado do Rio de Janeiro apresentou queda (-0,5%).

O Instituto Propague, em parceria com o time de Economic Research da Stone, também analisa outros segmentos, o que permite uma comparação. Nacionalmente, o índice de varejo apresentou uma alta geral de 0,2%, puxado por tecidos, vestuários e calçados (3,0%) e hipermercados ou supermercados (2,7%). As maiores quedas foram em materiais de construção (-4,9%) e artigos farmacêuticos (-2,6%).

Nos bares e restaurantes, embora os números apontem maior movimentação quando comparados com o mês anterior, foi observada uma queda de -2,3% em relação ao ano de 2023. Movimento parecido ocorreu com o setor de varejo, que apresentou baixa de -2,5%. Dentre os cinco segmentos de varejo acompanhados pelo índice, todos registraram quedas anuais, com destaque para livros, jornais, revistas e papelaria, que apresentou uma queda de -13,2%.

Para José Eduardo Camargo, líder de Conteúdo da Abrasel, os resultados de março trazem boas expectativas para o período, que ainda deve ser impulsionado por datas comemorativas. "O início deste ano foi difícil para boa parte dos empreendedores. A última pesquisa da Abrasel, relativa ao resultado de fevereiro, mostrou que 31% dos bares e restaurantes operaram no vermelho. Mas, em março, o indicador em conjunto com a Stone aponta para uma melhora e, neste semestre, ainda contamos com a aproximação de duas datas excelentes para o setor, que são o Dia das Mães e o Dia dos Namorados", comenta.

EnP Ecossistemas Energéticos Holding S.A.

CNPJ nº 36.720.797/0001-49

Balanço Patrimonial Levantado em 31 de Dezembro de 2023 - Em R$ 1

ATIVO	Nota	31/12/2023	31/12/2022
CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	3	2.569.656	2.650.305
Duplicatas a Receber	4	13.874	0
Adiantamentos Diversos	5	707	637
Tributos Recuperáveis	6	512.671	463.724
Despesas Antecipadas	7	36.807	55.027
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		3.133.715	3.169.693
NÃO CIRCULANTE			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			
Outros Créditos	8	138.801	93.207
INVESTIMENTOS			
Participações Em Outras Empresas	9	74.594.135	72.149.231
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		74.732.936	72.242.439
TOTAL DO ATIVO		**77.866.651**	**75.412.131**

PASSIVO	NOTA	31/12/2023	31/12/2022
CIRCULANTE			
Empréstimos e Financiamentos	10	2.013.419	4.285.714
Fornecedores	11	30.485	46.516
Salários e Encargos Sociais	12	167.483	25.996
Impostos e Contribuições Sociais	13	6.748	1.296
Outras Obrigações	14	50.000	-
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		2.268.135	4.359.522
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e Financiamentos	10	27.373.976	20.714.286
Partes Relacionadas	15	0	2.175.123
Impostos Diferidos	9.a	3.131.778	3.131.778
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		30.505.755	26.021.187
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16		
CAPITAL SOCIAL			
Capital Nacional	16 (a)	38.329.867	37.330.000
Reservas de Lucros	16 (b)	1.622.087	3.884.635
Ajuste de Avaliação Patrimonial	9.a	6.079.335	6.079.335
Ajuste de Exercícios Anteriores		164	0
Resultado do Período		-938.692	-2.262.548
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		45.092.761	45.031.422
TOTAL DO PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**77.866.651**	**75.412.131**

Demonstração do Resultado
Levantado em 31 de Dezembro de 2023 - Em R$ 1

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**17**	**667.293**	**224.178**
CUSTOS DE OPERAÇÃO		**0**	**-89**
Custos dos Serviços		0	-89
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		**667.293**	**224.089**
DESPESAS OPERACIONAIS	**18**	**-4.195.555**	**-2.084.778**
Pessoal	**18.a**	-1.575.086	-335.931
Serviços De Terceiros	**18.b**	-1.854.942	-977.959
Marketing		-8.678	0
Aluguéis		-477.700	-542.858
Outras - Despesas Diversas		-143.249	-161.325
Tributos e Contribuições e Subvenções		-135.900	-62.584
Resultado nos Consórcios		0	-4.120
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	**19**	**6.700.390**	**3.506.180**
Resultados Negativos em Participações Societárias	**9.b**	-1.751.578	-1.385.324
Resultados Positivos em Participações Societárias	**9.b**	8.063.160	4.824.052
Ganho em Alienação de Ativo não Circulante		0	0
Outras Receitas		388.807	67.452
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E TRIBUTOS		**3.172.128**	**1.645.491**
RESULTADO FINANCEIRO	**20**	**-4.110.820**	**-3.908.039**
Despesas Financeiras	**20.a**	-4.346.328	-4.356.897
Receitas Financeiras	**20.b**	235.508	448.858
RESULTADO ANTES DO IR E CSLL		**-938.692**	**-2.262.548**
IR		0	0
CSLL		0	0
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**-938.692**	**-2.262.548**

Demonstração do Resultado Abrangente (Cpc 26 R1)
Levantado em 31 de Dezembro de 2023 - Em R$ 1

	31/12/2023	31/12/2022
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-938.692	-2.262.548
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL	**-938.692**	**-2.262.548**

Demonstração do Fluxo de Caixa Exercícios
Levantado em 31 de Dezembro de 2023 - Em R$ 1 - Método Indireto

	31/12/2023	31/12/2022
1 DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
(+) Resultado Líquido do Exercício	**-938.692**	**-2.262.548**
(+) Ajuste De Exercícios Anteriores	164	0
(=) PREJUÍZO LÍQUIDO AJUSTADO	-938.528	-2.262.548
(ACRÉSCIMO)/DECRÉSCIMO DO ATIVO CIRCULANTE + RLP		
Adiantamento Diversos	0	816.944
Impostos Recuperáveis	-48.947	-122.565
Duplicatas A Receber	-13.874	0
Outros Créditos	-45.664	-92.895
Despesas Antecipadas	18.220	-7.561
(=) TOTAL (ACRÉSCIMO)/DECRÉSCIMO DO ATIVO CIRCULANTE + RLP	**-90.265**	**593.923**
ACRÉSCIMO/(DECRÉSCIMO) DO PASSIVO CIRCULANTE + ELP		
Obrigações Trabalhistas/Previdenciárias/Tributarias	146.938	-47.964
Fornecedores	-16.031	-151
Empréstimos	4.387.396	-4.285.714
Consórcios	0	-48.642
Partes Relacionadas	-2.175.123	2.175.123
Impostos Diferidos	0	3.131.778
Outras Obrigações	50.000	0
(=) Total Acréscimo/(Decréscimo) do Passivo Circulante + ELP	**2.393.181**	**924.430**
TOTAL DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**1.364.388**	**-744.195**
2 DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
INVESTIMENTOS	-2.444.904	-35.368.782
Aquisição de Imobilizado	0	3.073.950
Intangível	0	19.963.541
TOTAL DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	**-2.444.904**	**-12.331.290**
3 DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Capital	999.867	0
Reserva de Reavaliação Patrimonial	0	6.079.335
TOTAL DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	**999.867**	**6.079.335**
(1+2+3) AUMENTO/REDUÇÃO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**-80.648**	**-6.996.149**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO	**2.650.305**	**9.646.455**
VARIAÇÃO OCORRIDA NO PERÍODO	**-80.648**	**-6.996.149**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO PERÍODO	**2.569.657**	**2.650.306**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 - EM R$ 1

	Nota	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		**37.330.000**	**194.232**	**3.690.404**	**0**	**0**	**41.214.636**
Prejuízo Líquido do Exercício		0	0	0	0	-2.262.548	-2.262.548
Mais-Valia dos Blocos Exploratórios ES-T-441 E ES-T-487	8.b (i)	0	0	0	6.079.335	0	6.079.335
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		**37.330.000**	**194.232**	**3.690.404**	**6.079.335**	**-2.262.548**	**45.031.422**
Integralização de Capital		999.867	0	0	0	0	999.867
Compensações de Prejuízos		0	0	-2.262.548	0	2.262.548	0
Prejuízo Líquido do Exercício		0	0	0	0	-938.692	-938.692
Ajuste dte Exercícios Anteriores		0	0	0	0	164	164
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		**38.329.867**	**194.232**	**1.427.856**	**6.079.335**	**-938.528**	**45.092.761**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Levantadas em 31/12/2023 (Em R$ 1). 1. Contexto Operacional: A ENP Ecossistemas Energéticos Holding S.A. foi constituída em 02/03/2020 como sociedade por ações de capital fechado. A forma de tributação da empresa é lucro real anual. A empresa tem como objetivo: (a) Participação no capital social de outras sociedades; (b) Atividades de apoio à extração de petróleo e gás natural; (c) Atividades de estudos geológicos; (d) Atividades de consultoria em gestão empresarial; (e) Serviços de engenharia. • **Efeitos da Pandemia do Coronavírus (COVID-19) -** A pandemia causada pelo coronavírus, Covid-19, tem exigido a adoção de medidas preventivas para diminuir o contágio e preservar a saúde e o bem-estar de todos. Para minimizar os riscos de disseminação da COVID-19 e impactos causados por ela, a empresa adotou o modelo de trabalho home office com sistema de revezamento, uso intensivo de álcool gel e máscaras por todos os colaboradores, bem como a manutenção de distanciamento social. A empresa entende que eventos econômicos consequentes da pandemia de COVID-19 possam gerar impactos relativos às estimativas contábeis e mensuração dos seus ativos e passivos. **2. Apresentação das Demonstrações Contábeis e Principais Práticas Contábeis: 2.1. Apresentação das demonstrações contábeis -** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por ações, incluindo as alterações promovidas pela Lei nº 11.637/07 e pela Lei nº 11.941/09, assim como as Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e mais especificamente, a Norma Brasileira de Contabilidade - NBC TG 1000(R1) aplicada a Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas. A emissão dessas demonstrações contábeis foi aprovada pela Administração da Empresa em 23/02/2024. **2.2. Principais práticas contábeis adotadas - (a) Receitas e despesas -** As receitas e despesas foram contabilizadas segundo o princípio de competência de exercícios. **(b) Caixa e equivalentes de caixa -** Incluem depósitos bancários, investimentos temporários de curto prazo de liquidez imediata, registrados pelos seus valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização conforme Nota 3. **(c) Duplicatas a receber -** Os valores registrados no grupo estão registrados no seu valor original, conforme Nota 4. **(d) Adiantamentos diversos -** Os valores registrados no grupo adiantamento foram antecipações a fornecedores registrados no seu valor original e serão baixados até o decorrer do ano subsequente, conforme Nota 5. **(e) Tributos a compensar e recuperar -** São créditos de tributos registrados a seu valor original na qual são conciliados periodicamente conforme Nota 6. **(f) Despesas Antecipadas -** Estão apresentados pelo valor original e demonstrados na Nota 7. **(g) Realizável a Longo Prazo -** Incluem créditos de longo prazo registrados ao custo histórico, conforme Nota 8. **(h) Investimentos -** Incluem investimentos registrados ao custo histórico e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, conforme Nota 9. **(i) Passivos circulantes -** Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço conforme Notas 10 a 14. **(j) Passivos não circulantes -** Os valores registrados nesse grupo referem-se a empréstimos tomados mais os juros, os quais foram reconhecidos pelo valor original da transação. **(k) Moeda Funcional -** A moeda funcional utilizada pela entidade é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis onde os valores são expressos em reais. **(l) Eventos Subsequentes -** Não tivemos até o momento da emissão desse relatório qualquer situação operacional ou patrimonial de forma relevante que possa afetar significativamente a empresa. **(n) Seguros -** A empresa não possui cobertura de seguros contratados. **3. Caixa e Equivalentes de Caixa:**

	Em 31/12/2023	Em 31/12/ 2022
Caixa	1.014	1.438
Bancos Contas Movimento	38.012	5.251
Aplicações de liquidez imediata	2.530.630	2.643.616
	2.569.656	**2.650.305**

As aplicações financeiras são feitas em renda fixa, mantidas com instituições financeiras de primeira linha, e podem ser resgatadas a qualquer tempo, de acordo com a necessidade de capital de giro da Sociedade.

4. Duplicatas a Receber:

	Em 31/12/2023	Em 31/12/ 2022
Clientes Nacionais	13.874	-
	13.874	**-**

5. Adiantamentos Diversos:

	Em 31/12/2023	Em 31/12/ 2022
Adiantamento benefícios dos funcionários	707	637
	707	**637**

6. Tributos Recuperáveis:

	Em 31/12/2023	Em 31/12/ 2022
IRRF sobre aplicação financeira	37.097	96.589
IRPJ estimativa 2021	59.626	59.626
CSLL estimativa 2021	5.548	5.548
IRRF sobre faturamento	11.673	3.862
IOF	11	-
Impostos a recuperar nos consórcios	260.132	260.132
PIS créditos	2.316	3.980
COFINS créditos	3.340	13.110
PIS retido – Lei nº 10.833	3.973	3.252
COFINS retido – Lei nº 10.833	18.109	15.011
CSLL retido – Lei nº 10.833	7.782	2.614
IRPJ 2022	100.450	-
CSLL 2022	2.614	-
	512.671	**463.724**

7. Despesas Antecipadas:

	Em 31/12/2023	Em 31/12/2022
Aluguel	36.807	55.027
	36.807	**55.027**

8 Realizável a Longo Prazo:

	Em 31/12/2023	Em 31/12/2022
Caução	93.207	93.207
Mútuo	45.594	-
	138.801	**93.207**

9. Investimentos:

	Percentual de Participação	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	Equivalência patrimonial registrada em 2023	Equivalência patrimonial registrada em 2022	Valor contábil do investimento 2023	Valor contábil do investimento 2022
Avaliados por equivalência patrimonial:							
Capixaba Energia	50,00%	148.318.516	16.126.320	8.063.160	4.594.122	68.472.780	66.096.098
EnP Paranã	50,00%	11.191.248	(3.503.155)	(1.751.414)	(1.385.324)	5.595.624	5.827.038
				6.311.746	**3.208.799**	**74.068.404**	**71.923.135**
Avaliados ao custo:							
Siccob – Leste Capixaba						**283.505**	**138.387**
Sicoob – Sul Serrano						**192.226**	**87.709**
SG Brasil Mineração						**50.000**	**-**
						74.594.135	**72.149.231**

(a) Movimentação dos investimentos em 2022

Investimentos	Saldo em 31/12/2021	Outros ajustes	Equivalência patrimonial	Aumento de Capital	Dividendos propostos recebidos	Saldo em 31/12/2022
Capixaba Energia	34.466.017	-	4.594.122	23.016.693	(5.191.849)	56.884.984
ENP Paranã	1.915.738	-	(1.385.324)	5.296.624	-	5.827.038
ENP Norte Capixaba	398.695	(398.695)	-	-	-	-
	36.780.450	**(398.695)**	**3.208.799**	**28.313.317**	**(5.191.849)**	**62.712.022**
Capixaba Energia(mais valia) (i)	-	9.211.113	-		-	9.211.113
Sicoob – Conexão	-	-	-	-	-	138.387
Sicoob – Sul Serrano	-	-	-	-	-	87.709
	36.780.450	**(398.695)**	**3.208.799**	**28.313.317**	**(5.191.849)**	**72.149.231**

(b) Movimentação dos investimentos em 2023

Investimentos	Saldo em 31/12/2022	Outros ajustes	Equivalência patrimonial	Aumento de Capital	Dividendos propostos recebidos	Saldo em 31/12/2023
Capixaba Energia	56.884.984	-	8.063.160	-	(5.686.478)	59.261.666
ENP Paranã	5.827.038	-	(1.751.414)	1.520.000	-	5.595.624
	62.712.022	**-**	**6.311.746**	**1.520.000**	**(5.686.478)**	**64.857.290**
Capixaba Energia (mais valia) (i)	9.211.113	-	-	-	-	9.211.113
Sicoob – Conexão	138.387	-	-	145.118	-	283.505
Sicoob – Sul Serrano	87.709	-	-	104.517	-	192.226
SG Brasil Mineração	-	-	-	-	-	50.000
	72.149.231	**-**	**6.311.746**	**1.769.635**	**(5.686.478)**	**74.594.134**

(i) Em 25/08/2022 a controlada Imetame Energia Lagoa Parda, atual Capixaba Energia, realizou trabalho especializado para apurar o valor de mercado dos blocos exploratórios ES -T-441 e ES-T-487. Com base neste trabalho foi apurado pela ENP Ecossistemas Energéticos Holding S.A. a mais valia que compõe o valor justo dos referidos blocos no valor de R$ 9.211.113, sendo reconhecidos os efeitos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos no montante de R$ 3.131.778, demonstrado com segue:

Descrição	ES -T-441	ES-T-487	Total
Valor justo total dos Blocos, conforme laudo de avaliação	15.449.906	49.005.707	64.455.613
Participação societária da ENP no Blocos - 50%	50%	50%	50%
Participação societária da ENP no Blocos - 50% - Valor justo	7.724.953	24.502.854	32.227.807
Valor contábil do direito de uso dos Blocos - Intangível (nota explicativa nº 10)	4.391.979	15.571.562	19.963.541
Valor contábil dos ativos oriundos do consórcio de exploração dos Blocos	1.731.381	1.321.771	3.053.152
Valor contábil dos ativos	6.123.360	16.893.333	23.016.693
Mais valia derivada da diferença entre o valor justo e o valor contábil	**1.601.593**	**7.609.521**	**9.211.114**
IRPJ + CSLL incidente sobre a mais valia - de 34%	**544.542**	**2.587.237**	**3.131.779**

10. Empréstimos e Financiamentos:

Banco	Natureza	Taxa de juros a.a.	Garantias	2023	2022
Sicoob Conexão	Financiamento de Bens e Serviços	4,36% + CDI	Fidejussória Pessoa Jurídica	14.693.698	12.500.000
Sicoob Sul Serrano	Financiamento de Bens e Serviços	4,36% + CDI	Fidejussória Pessoa Jurídica	14.693.698	12.500.000
				29.387.396	**25.000.000**
Circulante				2.013.420	4.285.714
Não Circulante				27.373.976	20.714.286
				29.387.396	**25.000.000**

Houve renegociação da dívida anterior e contraído novo empréstimo. No quadro a seguir, apresentamos o escalonamento dos vencimentos da parcela não circulante da dívida em 31 de dezembro:

Ano	Em 31/12/2023	Em 31/12/2022
2025	4.211.381	4.285.714
2026	4.211.381	4.285.714
2027	4.211.381	4.285.714
2028	4.211.381	3.571.430
2029	4.211.381	-
2030	4.211.381	-
2031	2.105.690	-
	27.373.976	**20.714.286**

11. Fornecedor:

	Em 31/12/2023	Em 31/12/2022
Prestadores de serviços a pagar	30.485	46.516
	30.485	**46.516**

12. Salários e Encargos Sociais: Registra o valor dos encargos a pagar e a recolher até 31 de dezembro de cada exercício.

	Em 31/12/2023	Em 31/12/2022
Salários e pró-labore	73.511	6.898
INSS a pagar	22.615	2.939
FGTS a pagar	960	697
IRRF	50.941	1.342
Provisões de férias	19.456	14.121
	167.483	**25.997**

13. Impostos e Contribuições Sociais: egistra o valor dos tributos a recolher retidos na fonte e os tributos incidentes sobre o faturamento.

	Em 31/12/2023	Em 31/12/ 2022
IRRF	988	316
PIS e COFINS a recolher	3.060	980
ISS	2.500	-
IOF	200	-
	6.748	**1.296**

14. Outras Obrigações:

	Em 31/12/2023	Em 31/12/2022
Valor referente a participação na empresa SG Brasil Mineração	50.000	-
	50.000	**-**

15. Partes Relacionadas:

	Em 31/12/2023	Em 31/12/2022
Contrato de mútuo	-	2.175.123
	-	**2.175.123**

Contrato de mútuo firmado com a Capixaba Energia Ltda., tendo em vista atender possíveis necessidades da empresa para operações ligadas a seu Objeto Social. O prazo para quitação do presente contrato de mútuo será em 01 de março de 2023. **16. Patrimônio Líquido:** (a) Capital Social - O capital social está totalmente integralizado e distribuído em um total de 46.724 ações ordinárias. (b) Reservas de Lucros - O valor da reserva de Lucros está distribuído em:

Reserva Legal	194.232
Outras Reservas de Lucros	1.427.855

Não houve a distribuição do dividendo mínimo obrigatório de acordo com o Parecer do Conselho de Administração. **17. Receita Operacional Líquida:** Refere-se aos serviços de Consultoria prestados durante o ano deduzidos dos impostos sobre vendas.

	Em 31/12/2023	Em 31/12/2022
Faturamento entre companhias do grupo	608.825	46.584
Faturamento entre companhias fora do grupo	58.468	96.110
Consórcio	-	81.484
	2,505 mm	224.178

18. Despesas Operacionais: (a) Despesas com Pessoal - Incluem-se os gastos com folha, impostos e benefícios.

	Em 31/12/2023	Em 31/12/2022
Pró-labore	1.401.964	33.451
Funcionários	173.122	302.480
	1.575.086	**335.931**

(b) Serviços de Terceiros - Referem-se aos gastos com prestadores de serviços.

	Em 31/12/2023	Em 31/12/2022
Auditoria	22.186	53.630
Desenvolvimento de negócios	300.000	265.000
Suporte técnico e comercial	410.081	240.300
Desenvolvimento projetos novos negócios	-	60.750
Avaliação de blocos exploratórios	20.480	3.840
Contabilidade	114.612	100.547
Serviços de Suporte (backoffice)	216.000	216.000
Despachantes	9.072	5.028
Informática	9.323	8.317
Gestão de consórcios	-	14.469
Jurídico	360.000	-
Suporte financeiro, administrativo e corporativo	385.000	-
Outros	8.188	10.078
	1.854.942	**977.959**

19. Outras Receitas/Despesas Operacionais: Refere-se ao resultado da equivalência patrimonial/lucro nas investidas e recuperação de despesas. **20. Resultado Financeiro:** Referem-se as despesas bancárias e receitas de aplicação financeira e amortização dos juros do financiamento. (a) Despesas Financeiras

	Em 31/12/2023	Em 31/12/2022
Despesas bancárias	43.039	2.876
Juros s/empréstimos	4.303.077	4.354.013
outros	212	8
	4.346.328	**4.356.897**

b) Receitas Financeiras

	Em 31 de dezembro de 2023	Em 31 de dezembro de 2022
Rendimento aplicação financeira	235.502	448.426
Receita financeira consórcios	-	15
outros	6	417
	235.508	448.858

21. Instrumentos Financeiros – Gerenciamento de Riscos: As transações financeiras existentes envolvem ativos e passivos usuais e pertinentes à atividade econômica da entidade, particularmente aplicações financeiras com vencimentos de curto prazo e contas a pagar. Estão todos registrados em contas patrimoniais e não apresentam valores de mercado diferentes dos reconhecidos nas demonstrações contábeis. **22. Continuidade Operacional:** É de interesse que a Empresa continue a conduzir o seu negócio em âmbito e em conformidade com as disposições de sua constituição.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2023.

MARCIO FELIX CARVALHO BEZERRA - Diretor Executivo
RG: 30.874.817-7 DETRAN/RJ - CPF 144.016.491-68

TATIANA REIS DOS SANTOS
Contadora - CRC 087574/O-4-RJ - CPF 073.775.067-76

Eneva Participações III S.A.

CNPJ: 48.676.896/0001-50

A nova redação do art. 289, I e II, da Lei nº 6.404/76 cria uma forma especial para a publicação das demonstrações financeiras resumidas em jornais impressos, possibilitando que a companhia publique de maneira desagregada os valores dos grupos de contas individualmente relevantes e de maneira agregada valores de grupos de conta individualmente pouco relevantes.
Para evitar quaisquer dúvidas dos leitores das demonstrações financeiras resumidas, destacamos os seguintes avisos:
1) Aviso: As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.
2) As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31/12/2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos:
a) https://ri.eneva.com.br/informacoes-financeiras/informacoes-sobre-controladas/
b) https://publicidadelegal.monitormercantil.com.br/
O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido pela KPMG Auditores Independentes Ltda. em 25/04/2024, sem modificações.

Demonstrações dos Resultados

Exercícios findos em 31/12/2023 e Período de 31/10/2022 (constituição) a 31/12/2022 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022 (Não auditado)	Consolidado 2023	Consolidado 2022 (Não auditado)
Receita operacional líquida		-	-	1.177.951	-
Custo operacional líquido		-	-	(878.270)	-
Lucro bruto		**-**	**-**	**299.681**	**-**
Despesas/receitas operacionais					
Gerais e administrativas		(993)	-	(25.155)	-
Outras despesas operacionais		-	-	(1.486)	-
Resultado de equivalência patrimonial	**9**	162.710	-	-	-
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos sobre o lucro		**161.717**	**-**	**273.040**	**-**
Resultado financeiro					
Receitas financeiras		90	-	40.008	-
Despesas financeiras		(20)	-	(115.860)	-
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		**161.787**	**-**	**197.188**	**-**
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro					
Corrente	**8**	-	-	(18.589)	-
Diferido	**8**	-	-	(16.812)	-
Lucro líquido do exercício		**161.787**	**-**	**161.787**	**-**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Balanço Patrimonial

Exercícios findos em 31/12/2023 e 31/12/2022 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022 (Não auditado)	Consolidado 2023	Consolidado 2022 (Não auditado)
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	**4**	2.452	1	159.897	1
Títulos e valores mobiliários	**5**	-	-	58.086	-
Contas a receber	**6**	-	-	342.295	-
Estoques	**7**	-	-	60.611	-
Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar		16	-	47.115	-
Outros		82.431	-	62.978	-
		84.899	**1**	**730.982**	**1**
Não circulante					
Outros impostos a recuperar		-	-	7.085	-
Outros		-	-	5.860	-
		-	**-**	**12.945**	**-**
Investimento	**9**	2.435.518	-	-	-
Imobilizado	**10**	-	-	4.603.800	-
Intangível		-	-	57.184	-
		2.435.518	**-**	**4.673.929**	**-**
Total do ativo		**2.520.417**	**1**	**5.404.911**	**1**
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	**11**	-	-	77.168	-
Fornecedores de projetos em construção	**12**	-	-	55.402	-
Empréstimos e financiamentos	**13**	-	-	107.294	-
Debêntures	**13**	-	-	300.835	-
Imposto de Renda e Contribuição Social a recolher		-	-	46.621	-
Contas a pagar - Setor elétrico		-	-	18.072	-
Pesquisa e desenvolvimento - setor elétrico		-	-	24.736	-
Provisão - custo de ressarcimento		-	-	18.119	-
Outras obrigações		26	-	282.966	-
		26	**-**	**931.213**	**-**
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	**13**	-	-	1.180.715	-
Debêntures	**13**	-	-	522.997	-
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	**8**	-	-	182.671	-
Outros		356	-	67.280	-
		356	**-**	**1.953.663**	**-**
Total do Passivo		**382**	**-**	**2.884.876**	**-**
Patrimônio líquido	**15**				
Capital social		1.863.719	1	1.863.719	1
Reserva de capital		551.423	-	551.423	-
Reserva legal		7.693	-	7.693	-
Reserva de incentivos fiscais		28.898	-	28.898	-
Dividendos propostos adicionais		66.892	-	66.892	-
Outros resultados abrangentes		1.410	-	1.410	-
Total do patrimônio líquido		**2.520.035**	**1**	**2.520.035**	**1**
Total do passivo e patrimônio líquido		**2.520.417**	**1**	**5.404.911**	**1**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31/12/2023 e Período de 31/10/2022 (constituição) a 31/12/2022 (Em milhares de reais)

	Controladora 2023	Controladora 2022 (Não auditado)	Consolidado 2023	Consolidado 2022 (Não auditado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais	**161.787**	-	**197.188**	-
Resultado antes dos tributos sobre o lucro				
Ajustes para reconciliar o lucro ao fluxo de caixa das atividades operacionais:	**(923)**	**-**	**364.445**	**-**
(Aumento) redução nos ativos/Aumento (redução) nos passivos operacionais:	**456**	**-**	**160.702**	**-**
Dividendos recebidos	59.000	-	**-**	-
Caixa e equivalentes de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**58.533**	**-**	**525.147**	**-**
Caixa e equivalentes de caixa líquido gerados pelas (consumidos nas) atividades de investimentos	**68.185**	**-**	**(89.011)**	**-**
Caixa e equivalentes de caixa líquidos consumido nas atividades de financiamentos	**(124.267)**	**1**	**(276.240)**	**1**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**2.451**	**1**	**159.896**	**1**
Demonstração da variação de caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	1	-	1	-
No fim do exercício	2.452	1	159.897	1
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**2.451**	**1**	**159.896**	**1**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

Exercícios findos em 31/12/2023 e Período de 31/10/2022 (constituição) a 31/12/2022 (Em milhares de reais)

	Controladora 2023	Controladora 2022 (Não auditado)	Consolidado 2023	Consolidado 2022 (Não auditado)
Lucro líquido do exercício	**161.787**	**-**	**161.787**	**-**
Outros resultados abrangentes				
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado				
Ganho com derivativos	1.410	-	1.410	-
Total do resultado abrangente do exercício	**163.197**	**-**	**163.197**	**-**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31/12/2023 e 31/12/2022 (Em milhares de reais)

	Capital social integralizado	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva de capital	Reserva de legal	Reserva lucro	Reserva de incentivo fiscal	Outros resultados abrangentes	Distribuição do lucro	Total do patrimônio líquido
Aporte de capital em 31/10/2022 (data da constituição)	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Saldo em 31/12/2022 (Não auditado)	**1**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**1**
Reorganização Societária	1.354.116	-	-	-	-	-	-	-	**1.354.116**
Custo de captação	(40.398)	-	-	-	-	-	-	-	**(40.398)**
Integralização de capital	500.000	-	-	-	-	-	-	-	**500.000**
Reserva de capital	-	-	500.000	-	-	-	-	-	**500.000**
Incentivo fiscal Sudene	-	-	-	-	-	28.898	-	(28.898)	**-**
Transações com acionistas:									
Contribuições de Capital dos Acionistas	-	-	51.423	-	-	-	-	-	**51.423**
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	50.000	-	-	-	-	-	-	**50.000**
Integralização de AFAC	50.000	(50.000)	-	-	-	-	-	-	**-**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	161.787	**161.787**
Constituição de reserva legal	-	-	-	7.693	-	-	-	(7.693)	**-**
Distribuição de dividendos intermediários	-	-	-	-	-	-	-	(58.304)	**(58.304)**
Dividendos propostos adicionais	-	-	-	-	66.982	-	-	(66.892)	**-**
Outros resultados abrangentes:									
Ganho com derivativos	-	-	-	-		-	1.410	-	**1.410**
Saldo em 31/12/2023	**1.863.719**	**-**	**551.423**	**7.693**	**66.892**	**28.898**	**1.410**	**-**	**2.520.035**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Contexto operacional: A Eneva Participações III S.A. ("Companhia" ou "Eneva III") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede no município do Rio de Janeiro. A Companhia tem por objetivo a participação em outras sociedades, prioritariamente em operação de exploração e produção (E&P) de gás natural, geração de energia e soluções em energia no Brasil. A Eneva S.A. é a controladora da Eneva Participações III S.A. Em 31/10/2022, através da Ata de Assembleia Geral de Constituição de Sociedade por Ações, sucedeu a constituição da Companhia. No dia 13/06/2023, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a aumento de capital da Eneva S.A. em sua controlada integral Eneva Participações III S.A. ("Eneva III") com a contribuição de acervo líquido composto por: (i) transferência da totalidade das ações da Parnaíba Geração e Comercialização S.A. (PGC) e Parnaíba II Geração de Energia S.A. ("Parnaíba II") detidas pela Eneva S.A. e (ii) transferência das Notas Comerciais Escriturais e juros correlatos, emitidas pela Eneva S.A., no valor total de R$ 1.016.067 e (iii) uma parcela em caixa de R$ R$ 68.185. Portanto, após a conclusão do aporte de capital, a Eneva III passou a ser a detentora da totalidade das ações da PGC e da Parnaíba II e a exercer o controle sobre essas empresas. Também nesta data, a Eneva III passou a ser devedora das notas de crédito emitidas em abril. Em 21/06/2023, foi celebrado acordo de investimento entre a Eneva S.A. e o Itaú Unibanco S.A. (minoritários), com a interveniência e anuência da Eneva III, através de aporte de R$ 1.000.000 (um bilhão de reais), e mediante a emissão de 239.294.014 ações preferenciais. Com a conclusão da operação, e nos termos do Acordo de Investimento, o Itaú Unibanco S.A. passou a ser o titular da totalidade das ações preferenciais de emissão da Eneva III, representativas de 15,02% do seu capital social total, e a Eneva S.A., por sua vez, se manteve titular da totalidade das ações ordinárias de emissão da Eneva III, as quais passaram a representar 84,98% do seu capital social total. O acordo ainda prevê o direito de recompra pela Eneva S.A. da totalidade das ações preferenciais que forem detidas pelo Itaú Unibanco S.A. O acionista minoritário não detém a opção de venda das ações, sendo a Eneva S.A. controladora do exercício deste direito. Foi aprovado em 07/11/2023, o aumento de capital social da Companhia, decorrentes de AFAC, detidos pela acionista Eneva S.A. no montante de R$ 50.000 (cinquenta milhões de reais), mediante a emissão de 11.964.700 novas ações ordinárias. Com essa nova emissão o Itaú Unibanco S.A. passa a deter 14,91% do capital social total da Eneva III, e a Eneva S.A. 85,09%. **Entidade controladas:** A Eneva III detém os seguintes investimentos:

Controladas	
Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A. ***(a)***	100%
Parnaíba II Geração de Energia S.A. ***(b)***	100%

(a) *Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A. (PGC): é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil, com sede na cidade de Santo Antônio dos Lopes, no Estado do Maranhão. Foi constituída com o objetivo de desenvolver, construir e operar projetos de unidades de geração térmica a partir do gás natural e a comercialização de gás natural, bem como a participação no capital de outras sociedades simples ou empresariais, que possuam objeto social semelhante ao da Companhia. Sagrou-se vitoriosa no leilão de energia nova A-6, em 31/08/2018, da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. O empreendimento que atende a demanda do referido leilão é a usina termelétrica UTE Parnaíba V, com capacidade instalada de 385 MW e será instalada no Complexo Termelétrico Parnaíba, no estado do Maranhão. A UTE Parnaíba V contratou 326,4 MW médios, assegurando uma receita fixa anual de R$ 272.377 (data-base: março/2018), pelo prazo de 25 anos, a partir/01/2024. Em 2020, incorporou a Parnaíba I Geração de Energia S.A., titular das outorgas dos empreendimentos (usinas) UTE Maranhão IV e UTE Maranhão V. Em 2022, foi aprovado o início da operação comercial da UTE Parnaíba V, com capacidade potência limitada em 365,32 MW. A aprovação do início da operação com potência limitada tem como principal objetivo habilitar a comercialização de energia pela usina de forma concomitante à realização de ajustes operacionais e pequenas atividades que permitirão ao ativo atingir sua potência máxima. A UTE Parnaíba V poderá comercializar energia no ambiente de contratação livre até o final de 2023. A partir/01/2024, a Usina iniciará o suprimento contratado no âmbito do Leilão de Energia Nova A-6 de 2018 da Aneel.* ***(b)*** *Parnaíba II Geração de Energia S.A. (Parnaíba II): é uma sociedade anônima de capital fechado e possui autorização para operação de usina termelétrica a gás natural, empreendimento reservoir-to-wire (R2W), instalada na cidade de Santo Antônio dos Lopes, localizada no Estado do Maranhão, tendo iniciado suas atividades através da UTE Maranhão III, com capacidade instalada de geração de 751 MW. Sagrou-se vitoriosa no Leilão de energia A-3, em 2011, garantindo a comercialização de 568 MW e contratou a venda de 450 MW médios por um período de 20 anos contados a partir/02/2014, o qual foi posteriormente alterado para 1º/07/2016. Em 2016, a UTE Maranhão III iniciou operação comercial, conforme autorização da ANEEL, marcando o início de sua remuneração segundo os termos do Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR) assegurado no leilão A-3 de 2011. Em 2019, incorporou o acervo líquido contábil das subsidiárias Parnaíba III Geração de Energia S.A. e Parnaíba IV Geração de Energia S.A., com seus respectivos empreendimentos: a UTE Nova Venécia e a UTE Parnaíba IV. Em 2021, a UTE Parnaíba IV firmou compromisso de venda de potência, pelo prazo de 15 anos, para entrega a partir de 1º/07/2026, assegurando receita fixa anual durante o período de suprimento de R$ 32.083 mil (data-base: julho de 2021), reajustada anualmente conforme a variação do IPCA. Este empreendimento possui uma capacidade instalada de 56 MW e, dado que foi o empreendimento marginal do leilão, vendeu uma capacidade de 39 MW. Em 2022 iniciaram as obras de construção do empreendimento Parnaíba VI, expansão da UTE MC2 Nova Venécia 2, com capacidade instalada adicional de 92,3 MW. Esse empreendimento foi vencedor do leilão A-6 de 2019 e contratou 70 MW, assegurando receita fixa anual de R$ 85.346 mil (data-base: abril de 2019), pelo prazo de 25 anos, a partir de 1º/01/2025.* **2. Apresentação das Demonstrações Financeiras: Base de preparação:** As demonstrações financeiras individuais da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e as demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* ("*IFRS*"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board ("IASB")*, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração em sua gestão. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 3 - "Estimativas e julgamentos contábeis críticos". As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por certos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 25/04/2024. **Declaração de relevância:** Aplicamos a Orientação Técnica OCPC 7 e a Deliberação CVM nº 727/2014, atendendo aos requerimentos mínimos e, ao mesmo tempo, divulgando somente informações relevantes, que auxiliem os leitores na tomada de decisões. Portanto, todas as informações relevantes usadas na gestão do negócio estão evidenciadas neste documento. **Continuidade operacional** Em 31/12/2023, a Administração avaliou a capacidade da Companhia e suas controladas em continuar operando normalmente e, apesar de apresentar capital circulante líquido negativo nas demonstrações financeiras consolidadas no montante de R$ 160.540, entende que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e, assim dar continuidade a seus negócios no futuro. A Companhia gerou em 2023 fluxo de caixa operacional positivo e lucro, adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. **Práticas contábeis:** As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem. **Mudanças nas práticas contábeis e divulgações:** ***(i)*** Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor: O IASB e CPC emitiram revisões às normas existentes aplicáveis a partir de 01/01/2023. Outras normas também entraram em vigor a partir de 01/01/2023, mas não identificamos impactos materiais às demonstrações financeiras da Companhia. ***(ii)*** Alterações em pronunciamentos contábeis a partir de 2024. Recentemente, algumas normas e interpretações contábeis foram emitidas e entraram em vigor a partir de 2024. A Companhia não adotou antecipadamente nenhuma norma e não espera que elas tenham impacto significativo nas demonstrações financeiras futuras da Companhia. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia e arredondada para milhares. **3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Estimativa	Nota Explicativa
Perda de crédito esperada	6
Recuperabilidade dos impostos diferidos	8
Vida útil ativo imobilizado	10
Teste de redução ao valor recuperável - Avaliação de *impairment*	10
Provisão para contingências	14

4. Caixa e equivalentes de caixa: Prática contábil: Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

		Controladora 2023	Controladora 2022 (Não auditado)	Consolidado 2023	Consolidado 2022 (Não auditado)
Caixa e bancos		-	1	42.996	1
Fundos de investimentos	***(a)***	1.756	-	68.554	-
CDBs	***(b)***	696	-	48.347	-
		2.452	**1**	**159.897**	**1**

(a) *Trata-se do fundo de investimentos em Cotas de FI Renda Fixa Crédito Privado Eneva administrado pelo Itaú Unibanco S.A. O saldo está composto por operações compromissadas, lastreadas por títulos públicos federais, registradas na CETIP ou SELIC, quando aplicável. Essas operações possuem garantia de recompra diária a uma taxa previamente estabelecida pelas instituições financeiras.* ***(b)*** *Representam valores investidos em CDBs e Compromissadas emitidos por instituições financeiras de primeira linha, todos vinculados a taxas pós-fixadas e com rentabilidade média no ano sobre o DI CETIP ("CDI") de 103,65%.* **5. Títulos e valores mobiliários: Prática contábil:** Referem-se às aplicações financeiras que não se caracterizam como caixa e equivalentes. A Companhia, historicamente, recupera seus investimentos em aplicações financeiras pelo recebimento de juros e principal, por isso são registrados inicialmente pelos valores de transação e, posteriormente, atualizados pelos juros transcorridos, com base na taxa de juros efetiva. As aplicações financeiras geram receitas, que são apresentadas no grupo do Resultado Financeiro.

		Consolidado 2023	Consolidado 2022 (Não auditado)
Fundo de investimento	***(a)***	44.293	-
Ações da controladora	***(b)***	13.793	-
		58.086	**-**

(a) *Os papéis dos fundos de investimento classificados como títulos e valores mobiliários possuem vencimentos que ocorrerão entre 2024 e 2027 com liquidez diária e são compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade, tais como títulos de renda fixa, títulos públicos, dentre outros, de acordo com a política de investimento da Companhia e suas controladas. Adicionalmente, os fundos de investimento são aplicações em cotas (FIC), administrados pelo Itaú Unibanco S.A., que alocam seus recursos em cotas de diversos fundos abertos com suscetibilidade de variação do valor. A Companhia e suas controladas não possuem gestão e controle direto sobre exposição, direitos, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento e capacidade de utilizar seu poder para afetar o valor dos retornos sobre esses investimentos, tampouco participação relevante (limite máximo de 10% do Patrimônio Líquido do fundo), conforme CPC 36 (R3) / IFRS 10 - Demonstrações Consolidadas.* ***(b)*** *Referem-se às operações de recompra das ações da controladora Eneva S.A. pela Parnaíba II para atendimento aos programas de incentivo a longo prazo dos executivos do grupo.* **6. Contas a receber: Prática contábil:** As contas a receber de clientes da Companhia correspondem aos valores faturados pela venda de energia elétrica no curso normal das suas atividades. Inicialmente, o reconhecimento é pelo valor justo e, subsequentemente, mensurado pelo custo amortizado, ajustado ao valor presente deduzido da perda de crédito esperada (PCE).

	Consolidado 2023	Consolidado 2022 (Não auditado)
Ambiente de contratação regulado (ACR)	342.295	-

Avaliação do risco de crédito: O mercado de energia é um ambiente altamente regulado, com mecanismos mitigatórios ao risco de inadimplência dos seus agentes. A segurança financeira do mercado está pautada no modelo de Câmara de compensação multilateral e centralizada. As operações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) são contabilizadas e liquidadas de forma multilateral, não havendo indicação de parte e contraparte. Esse modelo é benéfico para os agentes individualmente e para a estabilidade do mercado como um todo, minimizando a probabilidade de impactos negativos. Dessa forma, todos os agentes são garantidores das operações a serem liquidadas. O mercado de contratação livre de energia ainda conta com outras formas de mitigação do risco, como cláusulas contratuais, carta fiança, seguro garantia e outros. Além disso, a Companhia realiza uma análise individual por cliente a fim de avaliar se há algum cliente com risco de crédito, histórico e condições de venda. Após a análise, não foi identificado nenhum risco de perda de crédito esperada. **7. Estoque: Prática contábil:** Os estoques da Companhia são essencialmente materiais ou insumos a serem consumidos no processo de geração de energia. Eles são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques de insumos é o da média ponderada móvel.

		Consolidado 2023	Consolidado 2022 (Não auditado)
Materiais, suprimentos e outros	***(a)***	25.307	-
Peças eletrônicas e mecânicas	***(b)***	31.615	-
Lubrificante e químicos		3.689	-
		60.611	**-**

(a) *Saldo referente a materiais consumíveis necessários ao funcionamento das UTEs como válvulas, velas de ignição e rolamentos.* ***(b)*** *O saldo é composto por peças eletrônicas e mecânicas para utilização e reposição nas operações e manutenções realizadas nas usinas.*

8. Impostos diferidos: Prática contábil: Os encargos de IRPJ e CSL diferidos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço das investidas que geram lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações dos tributos sobre o lucro com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dê margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. Os tributos diferidos sobre o lucro são compensados quando há um direito legalmente exequível sobre a mesma entidade tributável. Os ativos fiscais diferidos decorrentes de perdas fiscais e diferenças temporárias não são reconhecidos quando não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais possam ser utilizados. As despesas de IRPJ e CSL do exercício são reconhecidas na demonstração do resultado, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. **Estimativas e julgamentos:** Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos - Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e aqueles adotados para fins de tributação, e sobre prejuízos fiscais na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão compensados. A projeção dos lucros tributáveis futuros está alinhada com o plano estratégico da Companhia e o período estimado de realização dos impostos diferidos é de 2 anos. As estimativas dos lucros tributáveis futuros estão fundamentadas em estudo técnico de viabilidade, levando em consideração as principais premissas de receitas estimadas, custos e despesas, crescimento econômico e CAPEX. **Composição dos tributos diferidos por natureza (ativos e passivos):**

	2023	2022 (Não auditado)
IRPJ/CSL diferidos sobre prejuízo fiscal/ base negativa	**18.011**	**-**
IRPJ/CSL diferidos sobre diferenças temporárias ativas:		
Provisões ativas	5.876	-
Gastos pré-operacionais – inclusive RTT	27.786	-
Direito de uso	206	-
Total ativo diferido *(a)*	**51.879**	-
IRPJ/CSL sobre diferenças temporárias passivas:		
Arrendamento a pagar	(196)	-
Depreciação acelerada	(184.808)	-
Juros capitalizados	(49.546)	-
Total passivo diferido	**(234.550)**	**-**
Diferido líquido	**(182.671)**	**-**

(a) *Montante constituído de ativo diferido baseado na estimativa de geração de lucros tributáveis futuros:*

Eneva Participações III S.A.

CNPJ: 48.676.896/0001-50

Expectativa de realização anual dos impostos diferidos*



Conforme exigido pela norma contábil CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, os ativos e passivos fiscais diferidos devem ser compensados para fins de apresentação, quando atendidas algumas exigências. Por isso, a Companhia realiza suas compensações de ativos e passivos diferidos por empresa e, assim, apresenta os ativos e passivos fiscais diferidos líquidos: **Movimentação dos tributos diferidos:**

	2023			**2022** (Não auditado)		
	IRPJ/CSL diferidos sobre prejuízo fiscal/ Base negativa	**IRPJ/CSL sobre Diferenças temporárias**	**Total**	**IRPJ/CSL diferidos sobre prejuízo fiscal/ Base negativa**	**IRPJ/CSL sobre Diferenças temporárias**	**Total**
Parnaíba II	18.011	(62.838)	(44.827)	-	-	-
PGC	-	(137.844)	(137.844)	-	-	-
Total passivo diferido líquido	-	-	**(182.671)**	-	-	--

Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado: Em 31/12/2023, os tributos calculados sobre o lucro líquido compreendem o IRPJ (alíquota de 15% e adicional de 10%) e a CSL (alíquota de 9%). A conciliação do valor calculado pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social é demonstrada a seguir:

	Controladora		**Consolidado**	
	2023	**2022** (Não auditado)	**2023**	**2022** (Não auditado)
Resultado do exercício antes do IRPJ/CSL	161.786	-	197.188	-
Alíquota nominal - %	34%	34%	34%	34%
IRPJ/CSL à alíquota nominal	**(55.007)**	**-**	**(67.044)**	**-**
Resultado de equivalência patrimonial	55.321	-	-	-
Outras diferenças permanentes	-	-	1.836	-
Tributos não constituídos	(314)		(314)	
Redução benefício SUDENE e PAT	-	-	30.121	-
IRPJ e CSL correntes e diferidos	**-**	**-**	**(35.401)**	**-**
Imposto de Renda e Contribuição Social correntes	-	-	(18.589)	-
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	-	-	(16.812)	-
Total	**-**	**-**	**(35.401)**	**-**
Alíquota efetiva	**-**	**-**	**17,95%**	**0%**

9. Investimento: Prática contábil: Controladas são todas as entidades das quais a Companhia detém o controle. A consolidação contábil é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de exercer o controle. Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras. As transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre partes relacionadas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela controladora. **Mutação do investimento**

	2022 (Não auditado)	**Transferência de participação***	**Integralização de Capital**	**Equivalência**	**Dividendos e JSCP**	**Hedge accounting**	**2023**
Investimentos							
Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A.	-	1.184.979	-	127.452	(81.386)	-	1.231.045
Parnaíba II Geração de Energia S.A.	-	1.177.850	50.000	35.258	(60.045)	1.410	1.204.473
Total de investimentos	**-**	**2.362.829**	**50.000**	**162.710**	**(141.431)**	**1.410**	**2.435.518**

******Transferência da participação societária dos investimentos da Eneva S.A. para a Companhia, conforme nota explicativa nº 1 - Contexto operacional.* A Companhia calcula sua participação nos lucros ou prejuízos das suas subsidiárias (PGC e Parnaíba II) após ajustar os dividendos conferidos às ações preferenciais, independentemente de tais dividendos terem sido declarados ou não, de acordo com o CPC 18 item 37. **10. Imobilizado: Prática contábil:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo, que podem incluir: • o custo de materiais e mão de obra direta; • quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração; e • custos de empréstimos obtidos para a construção de ativos qualificáveis. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado. **Custos subsequentes:** Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com esses gastos sejam auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. **Depreciação:** A depreciação é calculada com base no método linear ao longo das vidas úteis estimadas dos ativos.

10.1. Composição dos saldos:

	Consolidado 2023								
	Terrenos	**Edificações, obras civis e benfeitorias**	**Máquinas e equipamentos**	**Equipamento de informática**	**Veículos**	**Móveis e utensílios**	**Imobilizado em curso**	**Direito de uso**	**Total**
Faixa de depreciação	-	25 a 50 anos	5 a 40 anos	6 anos	7 anos	16 anos	-	1 a 28 anos	
Custo									
Saldo em 31/12/2022 (Não auditado)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reorganização Societária	7.689	1.883.643	2.192.539	5.432	974	6.478	1.394.683	(3.721)	5.487.717
Adições	-	-	-	-	-	-	257.388	5.101	262.489
Baixas	-	-	-	-	-	-	(817)	-	(817)
Transferências	-	100.207	122.024	-	-	20	(222.251)	-	-
Saldo em 31/12/2023	**7.689**	**1.983.850**	**2.314.563**	**5.432**	**974**	**6.498**	**1.429.003**	**1.380**	**5.749.389**
Depreciação									
Saldo em 31/12/2022 (Não auditado)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reorganização Societária	-	(409.899)	(647.400)	(3.512)	(974)	(3.073)	-	(611)	(1.065.469)
Adições	-	(35.260)	(43.871)	(340)	-	(219)	-	(430)	(80.120)
Saldo em 31/12/2023	**-**	**(445.159)**	**(691.271)**	**(3.852)**	**(974)**	**(3.292)**	**-**	**(1.041)**	**(1.145.589)**
Valor Contábil									
Saldo em 31/12/2022 (Não auditado)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2023	**7.689**	**1.538.691**	**1.623.292**	**1.580**	**-**	**3.206**	**1.429.003**	**339**	**4.603.800**

Avaliação de *impairment*: A Companhia realizou a avaliação quanto à existência de qualquer indicativo de perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) do seu ativo imobilizado, conforme estabelecido pelos normativos contábeis, e não foi identificado nenhum indicativo para esses ativos. **Ativos dados em garantia:** Conforme citado na nota explicativa nº 13 – "Empréstimos e financiamentos", os empréstimos obtidos estão garantidos através do fluxo de faturamento dos contratos de CCEARSs, bem como as UTE´s, juntamente com os direitos de operar as plantas. **11. Fornecedores: Prática contábil:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas no balanço conforme prazo de vencimento (circulante e não circulante). Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

		Consolidado	
		2023	**2022** (Não auditado)
Geração de energia		3.616	
Manutenção das usinas	*(a)*	52.290	-
Comercialização de energia	*(b)*	13.499	-
Outros		7.763	-
		77.168	**-**
Circulante		77.168	-

(a) Valores referentes às paradas programadas das usinas, que têm como objetivo a manutenção de máquinas e o aumento de sua vida útil. (b) O saldo é composto pela compra de energia elétrica no ambiente de contratação livre por meio de contratos bilaterais. **12. Fornecedores de projetos em construção: Prática contábil:** A Companhia renegociou os passivos oriundos de obrigações junto aos principais fornecedores dos projetos em construção. Essa renegociação teve como objetivo a extensão de prazo para liquidação dessas obrigações. A Companhia avalia se as alterações nos termos e condições do passivo original modificam substancialmente o fluxo de caixa exigido para a liquidação da obrigação ou não. Se o passivo original foi substancialmente modificado, a Companhia desreconhece o passivo original e reconhece um novo passivo, registrando o eventual ganho/perda gerado pelas alterações no resultado ou no imobilizado. Se o passivo original não foi substancialmente modificado, a Companhia mantém o passivo original reconhecido. Essa avaliação considera aspectos qualitativos e quantitativos, vinculados respectivamente a natureza e função dos passivos e o reflexo quantitativo na mudança dos fluxos de caixa da obrigação. Adicionalmente, para esses passivos em específico a Companhia realiza o registro contábil com base no valor presente das obrigações. O Ajuste a Valor Presente (AVP) é apurado levando em consideração as taxas de juros praticadas nas operações e a curva de juros DI x Pré na B3, referência para marcação a mercado de instrumentos financeiros e adotada como taxa de desconto para o prazo remanescente dos títulos em aberto.

	Consolidado	
	2023	**2022** (Não auditado)
Fornecedores de projetos em construção	59.411	-
Juros a incorrer de fornecedores – AVP	(4.009)	-
	55.402	**-**

13. Empréstimos, financiamentos e debêntures: Prática contábil: Os empréstimos, financiamentos e as debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os saldos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. A Administração da Companhia avaliou que a melhor divulgação dos juros pagos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures é por meio dos fluxos de caixa de financiamentos. **Depósitos vinculados a empréstimos, financiamentos e debêntures:** A Companhia avalia se os depósitos vinculados aos contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures atendem aos seguintes critérios: a) não estão condicionados a eventos futuros; e b) são legalmente executáveis, no curso normal dos negócios, no caso de inadimplência e no caso de insolvência ou falência. Dessa forma, o valor dos depósitos vinculados é apresentado junto aos empréstimos, financiamentos e debêntures a eles relacionados, assim como é apresentado dentro do fluxo de caixa de financiamentos na demonstração do fluxo de caixa.

						Consolidado 2023				**2022** (Não auditado)			
Empresa	**Credor**	**Moeda**	**Taxas de juros**	**Taxas efetivas**	**Vencimento**	**Custo de captação a apropriar**	**Principal**	**Juros**	**Total**	**Custo de captação a apropriar**	**Principal**	**Juros**	**Total**
Empréstimos e financiamentos													
PGC	BNB	R$	IPCA + 1,9388%	6,76%	15/07/2036	(5.833)	842.048	245.279	1.081.494	-	-	-	-
Parnaíba II	FDNE	R$	IPCA + 3,383%	4,37%	01/07/2041	(4.915)	246.553	13.117	254.755	-	-	-	-
						(10.748)	**1.088.601**	**258.396**	**1.336.249**	**-**	**-**	**-**	**-**
Depósitos vinculados						-	(48.240)	-	(48.240)	-	-	-	-
Saldo líquido de empréstimos e financiamentos						**(10.748)**	**1.040.361**	**258.396**	**1.288.009**	**-**	**-**	**-**	**-**
Circulante						(853)	20.503	87.644	107.294	-	-	-	-
Não circulante						(9.895)	1.019.858	170.752	1.180.715	-	-	-	-

						Consolidado 2023				**2022 (Não auditado)**			
Empresa	**Credor**	**Moeda**	**Taxas de juros**	**Taxas efetivas**	**Vencimento**	**Custo de captação a apropriar**	**Principal**	**Juros**	**Total**	**Custo de captação a apropriar**	**Principal**	**Juros**	**Total**
Debêntures													
PGC	1ª emissão - 1ª Série	R$	IPCA + 7,2227%	11,64%	15/11/2025	(1.154)	211.592	1.764	212.202	-	-	-	-
PGC	1ª emissão - 2ª Série	R$	CDI + 2,5%	12,72%	15/11/2025	(1.513)	188.993	3.128	190.608	-	-	-	-
Parnaíba II	3ª emissão - 2ª Série	R$	CDI + 1,01%	11,45%	02/10/2024	(127)	145.000	4.469	149.342	-	-	-	-
Parnaíba II	3ª emissão - 3ª Série	R$	CDI + 1,40%	11,22%	02/10/2026	(647)	360.000	11.582	370.935	-	-	-	-
						(3.441)	**905.585**	**20.943**	**923.087**	**-**	**-**	**-**	**-**
Depósitos vinculados						-	(99.255)	-	(99.255)	-	-	-	-
Saldo líquido de debêntures						**(3.441)**	**806.330**	**20.943**	**823.832**	**-**	**-**	**-**	**-**
Circulante						(2.294)	282.186	20.943	300.835	-	-	-	-
Não circulante						(1.147)	524.144	-	522.997	-	-	-	-

** Cálculo das taxas efetivas leva em consideração CDI médio acumulado do ano de 2023 de 13,05% e IPCA 4,68%.*

As instituições financeiras normalmente não requerem garantias para empréstimos e financiamentos. Entretanto, os empréstimos obtidos estão garantidos na estrutura equivalente à Project Finance, principalmente através dos ativos (máquinas e equipamentos), bem como pelo fluxo de faturamento dos contratos de CCEARs. Adicionalmente, os financiamentos também contam com o aval de sua Controladora. Abaixo, é demonstrada a movimentação dos empréstimos e debêntures (circulante e não circulante):

	Empréstimos e financiamentos		**Debêntures**	
	Controladora	**Consolidado**	**Controladora**	**Consolidado**
Saldo em 31/12/2022 (Não auditado)	**-**	**-**	**-**	**-**
(+) Reestruturação societária	1.025.474	2.170.084	-	1.072.845
(+) Novas captações	-	115.817	-	-
(+) Juros incorridos	-	13.369	-	70.059
(+) Variação monetária	-	16.624	-	2.470
(-) Pagamento de principal	(1.000.000)	(1.000.000)	-	(225.019)
(-) Pagamento de juros	(25.474)	(25.474)	-	(74.463)
(+) Custo de captação	-	452	-	1.689
(-) Depósitos vinculados	-	(2.863)	-	(23.749)
Saldo em 31/12/2023	**-**	**1.288.009**	**-**	**823.832**

As parcelas dos empréstimos, financiamentos e debêntures classificadas no passivo não circulante em 31/12/2023 têm o seguinte cronograma de pagamento:

	Empréstimos e financiamentos		**Debêntures**	
	Controladora	**Consolidado**	**Controladora**	**Consolidado**
Ano de vencimento				
2025	-	208.526	-	442.360
2026	-	54.428	-	179.892
2027	-	71.513	-	-
2028	-	64.580	-	-
2029 até último vencimento	-	829.908	-	-
	-	1.228.955	-	622.252
Depósitos vinculados	-	(48.240)	-	(99.255)
	-	**1.180.715**	**-**	**522.997**

Covenants financeiros e não financeiros: Os contratos de financiamentos e debêntures da Companhia possuem cláusulas com *covenants* não financeiros, usuais no mercado e resumidos a seguir, as quais são monitoradas regularmente pela Tesouraria e reportadas periodicamente à Administração, para garantir que o contrato seja cumprido: (i) Obrigação de apresentar aos credores demonstrações financeiras periodicamente; (ii) Direito dos credores de executar inspeções e visitas nas instalações; (iii) Obrigação de manter atualizadas as obrigações tributárias, previdenciárias e trabalhistas; (iv) Obrigação de manter em vigor contratos materialmente relevantes para as suas operações; (v) Respeitar a legislação ambiental e manter em vigor as licenças necessárias para as suas operações; (vi) Apresentação de relatório socioambiental a cada período. (vii) Envio a cada 6 meses de relatório de engenheiro independente tratando sobre riscos de engenharia, potencial de variação de orçamento, prazos de construção, adequação dos contratos de construção e eventuais aspectos regulatórios. (viii) Restrições contratuais quanto a operações com partes relacionadas e alienações de ativos fora do curso normal de negócios; (ix) Restrições quanto à mudança de controle, reestruturações societárias, exceto as ocorridas dentro do grupo econômico, e alteração material no objeto social e nos atos constitutivos dos devedores; e (x) Limites de endividamento e para a contratação de novas dívidas nas subsidiárias. Os contratos de financiamentos e emissões de debêntures contêm cláusulas específicas de covenants financeiros já em fase de medição, as quais se encontram atendidas.

Empresa	**Descrição dos *Covenants* Financeiros**	**Posição em 31/12/2023**	**Posição em 31/12/2022**
PGC	Dívida líquida de no máximo 3,5*[1] vezes o EBITDA Índice de cobertura do serviço da dívida igual ou maior de 1,2*[2]	Atendido	Atendido
Parnaíba II	Dívida líquida de no máximo 3 vezes o EBITDA	Atendido	Atendido

*[1] Conforme deliberado e aprovado na assembleia de debenturistas da primeira emissão de debêntures da PGC, o quociente da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA em 31/12/2022 poderia atingir até 4,0 (quatro inteiros). Em 31/12/2023, o quociente da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA poderia atingir até 3,5 (três vírgula cinco). Em 31/12/2024, o quociente da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA poderá atingir até 3,0 (três inteiros). *[2] Adicionalmente, foi deliberado e aprovado que o índice de cobertura do serviço da dívida ("ICSD") terá a sua apuração suspensa para os exercícios sociais encerrados em 31/12/2023 e em 31/12/2024.

14. Provisão para contingências: Prática contábil: A Companhia constitui uma provisão quando há obrigação presente, originada de eventos passados e que ensejará provável desembolso de caixa para seu encerramento. **Estimativas e julgamentos:** A Companhia realiza o julgamento sob o reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas, administrativos e regulatórios, por meio da análise da probabilidade de perda que inclui avaliação das evidências disponíveis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. O saldo consolidado da provisão para contingências no exercício findo em 2023 é apresentado abaixo:

	Consolidado					
	2022 (Não auditado)	**Reorganização societária**	**Adições**	**Reversões/ Baixas**	**Atualizações**	**2023**
Tributários	-	40	-	-	52	92
Total	**-**	**40**	**-**	**-**	**52**	**92**

Contingências com risco possível (não requerem constituição de provisão): Os processos judiciais e administrativos que não estão provisionados, por envolverem prognóstico de perda determinado como possível pela Companhia com auxílio de seus advogados e assessores jurídicos, são apresentados a seguir:

	Consolidado	
	2023	**2022** (Não auditado)
Ambientais	18.170	-
Trabalhistas	1.743	-
Cíveis ***(a)***	609.064	-
Tributários	33.869	-
Total	**662.846**	**-**

(a) Procedimentos Arbitrais da Companhia: Os valores envolvidos nas arbitragens refletidos no quadro acima são uma estimativa da soma dos pleitos atualizados contra a Controlada "PGC" nas arbitragens. Esse cálculo foi realizado de maneira independente pelos assistentes técnicos da Companhia para referência financeira e contábil dos pleitos apresentados pelas contrapartes até o momento, considerando que o rito da arbitragem permite ajustes nos pleitos apresentados no curso do procedimento. Já os pedidos descritos no parágrafo seguinte são aqueles indicados pelas próprias partes no termo de arbitragem, documento oficial que inaugura a disputa, no qual estão fixados os pontos controvertidos e valores envolvidos nos pleitos formulados, celebrado por todas as partes e pelo próprio Tribunal Arbitral. Os pedidos formulados foram inicialmente estimados em R$221.128, enquanto os pedidos reconvencionais apresentados foram estimados em R$250.000. **15. Patrimônio Líquido: 15.1. Capital social:** A Companhia foi constituída em 31/10/2022 com o capital social inicial de R$ 1.000, representado por 1.000 ações ordinárias e nominativas, sem valor nominal, emitidas pelo preço unitário de R$ 1 cada uma. Em 13/06/2023, foi aprovada em Assembleia Geral, a criação das ações preferenciais, de emissão da Companhia, nominativas, escriturais, e sem valor nominal. Em 21/06/2023, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, o aumento de capital da Companhia, no valor de R$ 1.000.000, mediante a emissão de 239.294.014 ações preferenciais, escriturais e sem valor nominal, por um preço de emissão correspondente a R$ 4,1789 por ação, sendo R$ 500.000 destinado à composição do capital social e R$ 500.000 para a reserva de capital. Nessa mesma data, foi assinada a carta de comissionamento entre a Eneva Participações III e o Itaú Unibanco S.A. no valor bruto de R$ 40.398. Foi aprovado em 07/11/2023, o aumento do capital social da Companhia, no valor de R$ 50.000 decorrentes de adiantamento para futuro aumento de capital, detidos pela acionista Eneva, realizado em 05/10/2023. Foram emitidas 11.964.700 novas ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal, por um preço de emissão correspondente a R$ 4,1789 por ação. Com essa nova emissão o Itaú Unibanco S.A. passa a deter 14,91% do capital social total da Eneva III, e a Eneva S.A. 85,09%. Em 31/12/2023, o capital social é de R$ 1.904.117, sem valor nominal, composto por ações ordinárias e preferenciais, onde 100% das ações preferenciais pertence ao Itaú Unibanco S.A e 100% das ações ordinárias pertence a Eneva S.A.

	Controladora 2023		**Controladora 2022** (Não auditado)	
Acionista	**Quantidade**	**%**	**Quantidade**	**%**
Itaú Unibanco S.A.	239.294.014	15%	-	-
Eneva S.A.	1.366.081.958	85%	999	99%
Eneva Participações S.A.	-	-	1	1%
Total	**1.605.375.972**	**100%**	**1.000**	**100%**

15.2. Reserva de capital: As reservas de capital da Companhia foram constituídas mediante aporte relativo à integralização das ações preferenciais da Companhia pelo Itaú Unibanco S.A., nos termos aprovados por Assembleia Geral Extraordinária. Em 31/12/2023 foram constituídos R$ 551.423, que corresponde a 29,59% do capital social. **15.3. Reserva legal:** De acordo com a Lei 6.404/76 art. 193, 5% do lucro líquido do exercício deve ser destinado para constituição da reserva legal, que não poderá exceder 20% do capital social e/ou 30% da reserva legal constituída mais a reserva de capital. Em 31/12/2023 foi constituído reserva no montante de R$ 7.693, correspondente a 0,41% do capital social. **15.4. Reserva de incentivo fiscal: SUDENE:** A reserva é constituída mediante destinação da parcela do resultado do exercício equivalente ao benefício fiscal concedido pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Esse benefício corresponde à redução de 75% do Imposto de Renda, no período de 10 anos. Para o período de 13/06/2023 a 31/12/2023, a Companhia constituiu os montantes de R$ 23.625 e R$ 5.273 de incentivo fiscal da Sudene referente as subsidiárias PGC e Parnaíba II, respectivamente. **15.5. Outros resultados abrangentes:** As mutações do patrimônio líquido que não representam receitas e despesas realizadas são denominadas "Outros Resultados Abrangentes" (ORA) e incluem alterações que poderão afetar o resultado de períodos futuros ou, em alguns casos, nem mesmo circularem pelo resultado. Em 31/12/2023, o saldo da conta de outros resultados abrangentes era de R$ 1.410, referente a ganhos incorridas em operações com derivativos. **15.6. Distribuição de dividendos:** Em 21/06/2023 foi assinado o acordo de acionistas determinando que a distribuição dos dividendos prioritários não cumulativos e/ou JCP conferidos às ações preferenciais seguirá os seguintes limites do lucro líquido distribuível: entre 2024 e 2027 (inclusive) = 60% e a partir de 2028 = 75%. Para os exercícios de 2024, foi estipulado um limite máximo de distribuição que será de R$ 200 milhões e R$ 250 milhões, respectivamente. O primeiro aditivo ao acordo de acionistas datado de 25/01/2024 altera o percentual de distribuição de dividendos aplicável até o exercício de 2027 para 62,50% e, a partir de 2028 seja 77,50%. A distribuição do resultado em 31/12/2023, está representada da seguinte forma:

	2023
Lucro líquido do exercício	**161.787**
Reserva legal	(7.693)
Reserva de incentivo fiscal	(28.898)
Base para cálculo de dividendos	**125.196**
Dividendos mínimos obrigatórios ***(a)***	(31.299)
Dividendos propostos adicionais ***(a)***	(93.897)

(a) *Em 22/12/2023 foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária a declaração e distribuição de dividendos intermediários, contra parcela da conta do lucro líquido apurado em balanço da Companhia referente ao período de junho a outubro de 2023, no valor de R$ 58.304, pagos na mesma data. Esse pagamento consumiu o valor apurado de dividendos mínimos obrigatórios e R$ 27.005 apurados de dividendos propostos adicionais, restando R$ 66.892 a ser pago até o final do exercício de 2024.*

Diretoria: Lino Lopes Cançado - Diretor Presidente
Marcelo Campos Habibe - Diretor
Contador: Bruno Campelo de Azevedo - CRC 106648/O-9

ASSOCIACAO ESCOLA ACQUARELLA MATER

CNPJ – 28.940.685/0001-75

A diretoria da **ASSOCIACAO ESCOLA ACQUARELLA MATER** apresenta a V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Empresa e respectivas Notas Explicativas, assim como o Relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, em cumprimento às disposições legais, estatutárias. Permaneceremos ao inteiro dispor de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que eventualmente possam ser necessários. São Paulo, 22 de Abril de 2024. **À Diretoria**

BALANÇO PATRIMONIAL

	2023	2022
Circulante	**1.307.224,65**	**1.441.563,42**
Caixa e Equivalentes de Caixa	**165.745,73**	**28.735,61**
Caixa	-	-
Banco C/Movimento – Recursos sem Restrição	11,00	11,00
Aplicações Financeiras – Recursos sem Restrição	165.734,73	28.724,61
Créditos a Receber	**1.141.478,92**	**1.412.827,81**
Mensalidades de Terceiros	432.843,85	800.737,55
Adiantamento a Fornecedores	1.252,46	10.992,41
Despesas Antecipadas(Consorcio)	495.226,86	495.226,86
Adiantamentos Diversos	210.155,75	105.870,99
Depositos Judiciais	2.000,00	-
Não Circulante	**313.846,61**	**82.239,07**
Realizável a Longo Prazo		
Imobilizado	**313.846,61**	**82.239,07**
Bens sem Restrição	364.400,31	100.987,13
(-) Depreciação Acumulada	(50.553,70)	(18.748,06)
TOTAL DO ATIVO	**1.621.071,26**	**1.523.802,49**

	2023	2022
Circulante	**2.313.307,43**	**1.641.254,09**
Fornecedores de Bens e Serviços	167.319,02	80.008,44
Salários e Ordenados a Pagar	129.494,74	120.840,49
Encargos Trabalhistas	852.492,38	973.185,21
Provisões Trabalhistas	211.848,13	130.040,79
Obrigações Tributárias	66.020,82	11.072,78
Outras Obrigações	165.312,95	73.500,00
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	720.819,39	252.606,38
Não Circulante	**83.202,66**	**72.339,95**
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	83.202,66	72.339,95
Patrimônio Social	(775.438,83)	(189.791,55)
Superávit ou Déficit Acumulado	(189.791,55)	(100.991,97)
Superávit ou Déficit do Exercicio	(585.647,28)	(88.799,58)
TOTAL DO PASSIVO	**1.621.071,26**	**1.523.802,49**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1.CONTEXTO OPERACIONAL - A ASSOCIAÇÃO ESCOLA ACQUARELA MATER é uma associação civil, entidade de fins ideais, de finalidade não econômica, nos moldes do que estabelece o Código Civil Brasileiro, em seus artigos 53 a 61. A Associação tem por finalidades sociais: a) o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo; b) a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade; c) o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores; d) o fortalecimento dos vínculos da família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social. **2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS -** Na elaboração das demonstrações financeiras de 2023, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007, naquilo que importa às questões contábeis vinculadas às organizações que integram o Terceiro Setor. Nesse sentido, tomou como base de referência as orientações advindas da NBC ITG 2002 – ENTIDADES SEM FINS DE LUCROS, aprovada pela Resolução CFC Nº 1.409/12, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades sem finalidade de lucro. **3.PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS - a) Apuração do superávit/déficit do exercício -** Apuração do superávit/déficit do exercício - As receitas operacionais decorrentes das mensalidades e as despesas operacionais são reconhecidas em regime de competência de exercícios. As despesas com bolsas de estudos e descontos concedidos a alunos, doações e contribuições e as receitas com subvenções e auxílios, são reconhecidas quando dos efetivos pagamentos ou recebimentos; os recursos da Entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, de conformidade com seu Estatuto Social, demonstrado pelas suas despesas e investimentos patrimoniais. A Entidade na medida do possível vem adotando medidas necessárias, como redução de custo para reverter sua situação financeira. **b) Ativos circulantes e passivos circulantes e a longo prazo -** Os ativos circulantes são demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos. Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos incorridos. **c) Patrimônio Social -** Composto pelos superávits e déficits obtidos ao longo do período de existência da entidade e não tem capital social. **4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA -** O Caixa e os Equivalentes de Caixa estão assim apresentadas:

	2023	2022
Bancos conta movimento	11,00	11,00
Aplicações financeiras	165.734,73	28.724,61
	165.745,73	28.735,61

5. MENSALIDADES A RECEBER - 1) Composta por créditos gerados no decorrer dos exercícios e não quitadas até 31/12/2023. Os valores estão assim demonstrados:

	2023	2022
Mensalidades a receber	432.843,85	800.737,55
Liquido a receber	**432.843,85**	**800.737,55**

6. PASSIVO CIRCULANTE - São compostos por valores de obrigações a fornecedores, cartão de crédito, trabalhistas, impostos, empréstimos/financiamentos, contribuições sociais e créditos antecipados por clientes que está assim demonstrado:

	2023	2022
Fornecedores	167.319,02	80.008,44
Obrigações trabalhistas	1.193.835,25	1.224.066,49
Obrigações fiscais	66.020,82	11.072,78
Empréstimos / Financiamentos	720.819,39	252.606,38
Outras Obrigações	165.312,95	73.500,00
	2.313.307,00	1.641.254,09

7.INSS COTA PATRONAL - De conformidade com a Lei nº 9.732 de 11 de dezembro de 1998, regulamentada pelo Decreto Lei nº 3.039 de 28 de abril de 1999, as pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, passaram a ser obrigadas a recolher mensalmente a cota patronal do INSS (Instituto Nacional de Seguro Social), calculada com base na isenção a ser usufruída, correspondente entre a relação existente do valor efetivo total das vagas cedidas, integral e gratuitamente e a receita bruta total apurada mensalmente. **8.IMUNIDADE USUFRUÍDA COM CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS EM 2023 E 2022. -** Para fim único e exclusivo de publicação informamos o seguinte: O benefício usufruído pela Entidade em função do gozo de sua imunidade constitucional, que corresponde à cota patronal do INSS, cujos montantes em 31 de dezembro de 2023 se encontra assim detalhado.

	2023	2022
INSS SAT	24.915,97	22.736,90
INSS PATRONAL	498.320,52	454.757,96
INSS TERCEIROS	112.122,08	102.320,53
	635.358,57	**579.815,39**

9.GRATUIDADES - Valores em Gratuidades concedidas, em atendimento a lei 12.868/2014 e decreto nº 8.242/2014.

	2023	2022
Total das receitas	6.133.199,07	5.757.993,22
Total das assistências sociais e educacionais	**(1.483.692,00)**	**(1.156.991,91)**
Educação		
Percentual de Aplicação	24%	20,09%

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis. Aos Associados da: ASSOCIACAO ESCOLA ACQUARELLA MATER - Opinião Examinamos as demonstrações Contábeis da Associação Escola Acquarella Mater, que compreendem o balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação Escola Acquarella Mater, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de contabilidade. **Base para Opinião** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Associação Escola Acquarella Mater, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase** - A Entidade apresentou um resumo onde atende os critérios das gratuidades de acordo com a lei 12.101/2009. No entanto não foram apresentados relatórios do sistema de informática. - Ativo Imobilizado – NBC-TG 27 – Não foram feitas Avaliações do Ativo imobilizado em cumprimento as normas e boas práticas Contábeis. **Outros Assuntos -** A Entidade deu entrada no pedido de alvará de filantropia em janeiro de 2021. E se beneficiou de imunidade no INSS Patronal em 2023 do valor de R$ 635.358,57. Em 2022 foi de R$ 579.815,39. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do Auditor** A administração da Associação Escola Acquarella Mater é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as Demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em nossa conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é ade ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente, com as demonstrações contábeis ou com nossos conhecimentos obtidos na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório de Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas pelo Brasil e no pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Associação Escola Acquarella Mater continuar operando, divulgado, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Associação Escola Acquarella Mater ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Associação Escola Acquarella Mater são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um ato nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada a suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstancias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação Escola Acquarella Mater; Avaliamos a adequação das politicas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras pode levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo (SP), 18 de Abril de 2024. Francisco J. Moraes Cirino CRC - 1SP 192.297/0-8 - Responsável Técnico

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL

	Patrimonio Social	Superávit/ Déficit AC	Total do Patrimônio
Saldos Finais em 31.12.2021	-	**(100.991,97)**	**(100.991,97)**
Movimentação do Período			
Superávit/Déficit do Período		(88.799,58)	(88.799,58)
Recursos de Superávit com Restrição			
Saldos Finais em 31.12.2022	-	**(189.791,55)**	**(189.791,55)**
Movimentação do Período			
Superávit/Déficit do Período		(585.647,28)	(585.647,28)
Recursos de Superávit com Restrição			
Saldos Finais em 31.12.2023	-	**(775.438,83)**	**(775.438,83)**

DVA - DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

	2023	2022
RECEITAS	**4.499.873,83**	**5.757.993,22**
Receitas Operacionais	6.133.199,07	5.757.993,22
Provisão p/ Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-
Outras Receitas e Outras Despesas	(1.633.325,24)	-
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	**1.767.850,75**	**1.647.433,52**
Materiais, Energia, serviços de terceiros e outros	1.767.850,75	1.647.433,52
Perda/Recuperação de Valores Ativos	-	-
Outros	-	-
VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	**2.732.023,08**	**4.110.559,70**
RETENÇÕES	**31.805,64**	**16.724,57**
Depreciação, Amortização e Exaustão	31.805,64	16.724,57
VALOR ADIC. LÍQ. PROD. PELA ENTIDADE (3-4)	**2.700.217,44**	**4.093.835,13**
VALOR ADICI. RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	**36.607,65**	**1.610,90**
Resultado da Equivalência Patrimonial	-	-
Receitas Financeiras	36.607,65	1.610,90
Outras Receitas	-	-
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (5+6)	**2.736.825,09**	**4.095.446,03**
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	**2.736.825,09**	**4.095.446,03**
Pessoal e Encargos	**2.986.757,23**	**2.986.660,56**
Despesas com Pessoal	2.986.757,23	2.986.660,56
Encargos Sociais	-	-
Remuneração de capitais de terceiros	**265.842,29**	**1.160.581,40**
Juros	-	-
Aluguéis	153.066,47	297.071,66
Outros	112.775,82	863.509,74
Impostos, taxas e contribuições	**69.872,85**	**37.003,65**
Impostos, taxas e contribuições	69.872,85	37.003,65
Remunetação do Capital Próprio	**-**	**-**
Juros e aluguéis	-	-
Juros sobre capital próprio e dividendos	-	-
Superavit/Déficit do Exercício	**(585.647,28)**	**(88.799,58)**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	2023	2022
RECEITAS	4.536.481,48	4.964.084,00
RECEITAS OPERACIONAIS		
Sem Restrição	**4.521.014,60**	**4.963.250,78**
Programa (Atividades) de Educação	(1.633.325,24)	-
Mernsalidade	7.914.034,93	7.211.548,46
(-) Gratuidades/Bolsas	(1.743.348,00)	(1.452.777,56)
Rendimentos Financeiros	(16.347,09)	-
Impostos Diretos ISS		(795.520,12)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	**(1.435.705,78)**	**(1.552.440,13)**
Com Programas (Atividades)		
Educação	**(1.435.705,78)**	**(1.552.440,13)**
Despesas c/ pessoal (docente)	(1.435.705,78)	(1.552.440,13)
(-) Gratuidades Concedidas	-	-
Outras Receitas Operacionais	-	-
RESULTADO BRUTO	**3.085.308,82**	**3.410.810,65**
DESPESAS OPERACIONAIS	**(3.675.226,11)**	**(3.432.453,83)**
Salários	(1.430.388,27)	(1.341.041,50)
Encargos Sociais	(120.663,18)	(93.178,93)
Serviços Prestados - PJ	(629.927,67)	(671.440,88)
Comunicação	(22.242,02)	(25.777,32)
Aluguéis	(153.066,47)	(297.071,66)
Manutenção	(185.399,30)	(226.289,48)
Alimentação	(176.375,29)	(300.597,34)
Materiais Didaticos	(546.107,72)	(325.128,70)
Depreciação e Amortização	(31.805,64)	(16.724,57)
Serviços Pedagocicos	(144.980,76)	-
Manutenção Predial	(185.399,30)	-
Outras Despesas	(48.870,49)	(135.203,45)
Resultado Financeiro	**(11.196,87)**	**(67.156,40)**
Receitas Financeiras	15.466,88	833,22
Despesas Financeiras	(26.663,75)	(67.989,62)
SUPERÁVIT/DÉFICIT DO PERÍODO	**(585.647,28)**	**(88.799,58)**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Descrição	2023	2022
SUPERÁVIT/DEFICIT LIQUIDO DO EXERCICIO	**(585.647,28)**	**(88.799,58)**
Outros Componentes do Resultado Abrangente		
. Variação do Valor Justo do Ativo Financeiro Disponível para Venda		
. Efeitos Tributários sobre Outros Componentes do Resultado Abrangente		
Total		
RESULTADO ABRANGENTE DO PERIODO	**(585.647,28)**	**(88.799,58)**

DFC - DEMONSTRATIVO DE FLUXO DE CAIXA

Método Indireto	2023	2022
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Superávit (Déficit) do Período	(585.647,28)	(88.799,58)
Ajustes por:		
(+) Depreciação	31.805,64	16.724,57
(+) Amortização	-	-
(+) PCLD	-	-
(-) Ganho na Venda de Bens do Imobilizado	-	-
Superávit (Déficit) Ajustado	**(553.841,64)**	**(72.075,01)**
Aumento (Diminuição) nos Ativos Circulantes	**271.348,89**	**(150.257,53)**
Mensalidades de Terceiros	367.893,70	(389.306,19)
Adiantamentos a Empregados	-	11.138,67
Adiantamentos a Fornecedores	(1.214,45)	90.695,50
Pagamento em Duplicidade	10.954,40	(9.144,96)
Consorcio	-	(46.361,51)
Crédito de Pessoas Ligadas	(104.284,76)	192.720,96
Depósito Judicial	(2.000,00)	-
Aumento (Diminuição) nos Passivos Circulantes	**112.027,38**	**371.007,23**
Fornecedores de bens e serviços	87.310,58	23.834,87
Obrigações com Empregados	54.948,04	142.407,53
Obrigações Tributárias	(30.231,24)	6.115,99
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	-	252.606,38
Adiantamento de Mensalidades	-	-
Parcelamento de Impostos	-	(10.112,64)
Outras Obrigações a Pagar	-	(43.844,90)
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	**(170.465,37)**	**148.674,69**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Outros Recebimentos por Investimentos Realizados	-	-
Aquisições de Bens e Direitos para o Ativo	(263.413,18)	(32.264,63)
Caixa Líquido Consumido pelas Ativ. de Investimento	**(263.413,18)**	**(32.264,63)**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento	-	-
Recebimentos de Empréstimos	570.888,67	-
Outros Recebimentos por Financiamentos	-	-
Pagamentos de Empréstimos	-	(335.882,07)
Pagamentos de Arrendamento Mercantil	-	-
Caixa Líquido Consumido pelas Ativ. de Financiamento	**570.888,67**	**(335.882,07)**
Aumento Líquido de Caixa e Equiv. de Caixa	**137.010,12**	**(219.472,01)**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	28.735,61	248.207,62
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	165.745,73	28.735,61
Saldo Final	**137.010,12**	**(219.472,01)**

DIRETORIA

Paulo Roberto de Medeiros Reis
PRESIDENTE
CPF: 274.119.208-19

Renata Soares Macedo - Contadora
CRC 1SP-299.611/O-0

Alerj aprova prorrogação de incentivos fiscais até 2026

A Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) aprovou, em discussão única, o Projeto de Lei 3.366/24, de autoria do Poder Executivo, que prorroga 60 incentivos fiscais que constam no Convênio ICMS 226/23 até 31 de dezembro de 2026.A proposta ainda internaliza o Convênio ICMS 133/23, que também prorroga até 2026 a concessão de crédito outorgado de ICMS para aplicação em investimentos de infraestrutura. A medida segue para o governador Cláudio Castro, que tem até 15 dias úteis para sancioná-la ou vetá-la.

A concessão do crédito outorgado de ICMS deverá ser destinada exclusivamente a aplicação em investimentos em infraestrutura no Estado do Rio. O crédito não poderá exceder, em cada ano, a 5% da parte estadual da arrecadação anual do ICMS relativa ao exercício imediatamente anterior.

"É de suma importância o fomento em investimento em infraestrutura no Estado do Rio de Janeiro, inserido em um contexto de estímulo à política tributária fluminense, que viabiliza o desenvolvimento econômico fluminense", afirmou o governador Cláudio Castro.

Entre os 60 incentivos que podem ser prorrogados constam benefícios para produção de veículos, medicamentos, produtos essenciais da cesta básica e para modernizações de zonas portuárias. Caso o projeto seja aprovado, todos esses incentivos serão prorrogados até o final de 2026. Além dos 59 regimes tributários diferenciados, o Convênio ICMS 226/23, também conta com outro incentivo fiscal, mas que poderá ser prorrogado até dezembro de 2024. O incentivo é referente a produtos médicos, como cateter, bolsa para drenagem e oxigenador.

"Além do viés econômico e dos serviços fundamentais, pontua-se oportunamente que o Estado de São Paulo se encontra em processo de internalização do Convênio nº 226/23. Deste modo, a internalização pelo Estado do Rio de Janeiro, garante a isonomia e competitividade com o ente limítrofe", explicou o governador.



Consignado: 48 empresas estão impedidas de atuar em nome de bancos

Foram 1.326 o total de medidas administrativas aplicadas a empresas correspondentes no país pela Autorregulação do Consignado por irregularidade na oferta do produto a consumidores. O levantamento das reclamações (fevereiro de 2024) foi feito pelos bancos em março e as medidas são aplicadas em abril, informou nesta sexta-feira a Federação Brasileira de Bancos (Febraban).

Participam da Autorregulação 62 instituições financeiras que representam cerca de 99% do volume total da carteira de crédito consignado no país. As regras se aplicam ao empréstimo e ao cartão consignado e visam a proteção dos direitos dos consumidores.

São 2 advertências e 1 suspensão temporária (10 dias). Quatro agentes de crédito também atingiram a pontuação máxima, de 20 pontos, e estão impedidos de atuar em nome dos bancos da Autorregulação do Consignado por 12 meses. Desde o início do monitoramento aos agentes, em julho de 2023, até fevereiro de 2024, 4 agentes atingiram 20 pontos, 5 profissionais atingiram 15 pontos, 25 agentes atingiram 10 pontos e 113 agentes, 5 pontos.

O acompanhamento e a aferição das ações irregulares são feitos por várias fontes de informação, que refletem as reclamações dos consumidores. As infrações às regras podem acarretar às instituições multas que variam de R$ 45 mil a R$ 1 milhão. Os valores arrecadados são destinados a projetos de educação financeira.

“Autorregulação do Crédito Consignado fortalece os princípios bancários de bom atendimento ao cliente e é uma importante iniciativa das entidades associativas do setor financeiro no aprimoramento das práticas de mercado. Por meio dela tornamos mais rígido o controle a irregularidades sobre essa modalidade de crédito, com mecanismos ágeis e efetivos de punição, promovendo transparência e concorrência saudável”, afirma Isaac Sidney, presidente da Febraban.

“A Autorregulação se destaca como um pilar significativo para a solidez do setor. Nossos critérios rigorosos, aplicados de forma regular, equânime e consistente, promovem um ambiente de transparência e respeito ao consumidor, fortalecendo, assim, a integridade do setor financeiro”, complementa a presidente da ABBC, Sílvia Scorsato.

Além da quantidade de reclamações procedentes registradas nos canais internos dos bancos ou recebidas pelos Procons, pelo Banco Central ou por intermédio da plataforma Consumidor.Gov.Br, são avaliados as ações judiciais e os indicadores de uma consultoria independente, que leva em conta questões de governança, política de relacionamento com o consumidor e gestão de dados.

O consumidor também pode verificar se o correspondente é certificado e está apto a oferecer crédito consignado em nome dos bancos. A consulta é realizada por meio do CPF do profissional na base de dados da Central de Registros de Certificados Profissionais. Mais informações sobre a Autorregulação do Consignado podem ser encontradas no portal da Febraban em Autorregulação (https://www.autorregulacaobancaria.com.br/pagina/43/23/pt-br/consignado-apresentacao).

ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL BRASILIA DE SÃO PAULO

CNPJ - 09.053.917/0001-29

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO Prezados Senhores, A diretoria da **Associação Educacional Brasília de São Paulo** apresenta a V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Empresa e respectivas Notas Explicativas, bem como o Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, em cumprimento às disposições legais, estatutárias. Permaneceremos ao inteiro dispor de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que eventualmente possam ser necessários. São Paulo, 22 de abril de 2024. **À Diretoria**

BALANÇO PATRIMONIAL

	2023	2022
Circulante	**4.519.185,46**	**4.151.681,72**
Caixa e Equivalentes de Caixa	**2.049.302,24**	**2.725.050,33**
Caixa	-	-
Banco C/Movimento – Recursos sem Restrição	455.054,65	197.773,31
Aplicações Financeiras – Recursos sem Restrição	1.594.247,59	2.527.277,02
Créditos a Receber	**2.469.883,22**	**1.426.631,39**
Mensalidades de Terceiros	2.314.667,33	1.315.908,09
Adiantamentos Diversos	46.550,10	2.057,51
Impostos a Compensar / Recuperar	108.665,79	108.665,79
Não Circulante	**977.309,04**	**1.080.353,04**
Realizável a Longo Prazo	**977.309,04**	**1.080.353,04**
Imobilizado	**977.309,04**	**1.080.353,04**
Bens sem Restrição	2.532.691,30	2.389.035,88
(-) Depreciação Acumulada	(1.555.382,26)	(1.308.682,84)
ATIVO	**5.496.494,50**	**5.232.034,76**

	2023	2022
Circulante	**4.992.898,21**	**3.105.664,05**
Fornecedores de bens e serviços	398.364,39	387.875,20
Obrigações com Empregados	2.967.546,98	1.770.411,48
Impostos Retidos s/ Serviços	5.704,12	5.958,70
Epréstimos Bancarios	**1.512.740,80**	**820.091,53**
Outras obrigações	-	5.419,99
Parcelamento de Impostos	108.541,92	115.907,15
Não Circulante	**1.243.169,26**	**2.225.041,79**
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	621.921,85	1.413.241,82
Parcelamentos de Tributos	621.247,41	811.799,97
Patrimônio Social	**(739.572,97)**	**(98.671,08)**
Superávit ou Déficit Acumulado	(98.671,08)	382.630,88
Superávit ou Déficit do Exercicio	(640.901,89)	(481.301,96)
PASSIVO	**5.496.494,50**	**5.232.034,76**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL

	Patrimonio Social	Superávit/ Déficit AC	Total do Patrimônio
Saldos em 31.12.2021	**-**	**382.630,88**	**382.630,88**
Movimentação do Período	-	-	-
Superávit/Déficit do Período	-	(481.301,96)	(481.301,96)
Ajuste de Exercicios Anteriores	-	-	-
Saldos em 31.12.2022	**-**	**(98.671,08)**	**(98.671,08)**
Movimentação do Período	-	-	-
Superávit/Déficit do Período	-	(640.901,89)	(640.901,89)
Ajuste de Exercicios Anteriores	-	-	-
Saldos em 31.12.2023	**-**	**(739.572,97)**	**(739.572,97)**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	2023	2022
RECEITAS	**24.441.613,68**	**22.103.272,59**
RECEITAS OPERACIONAIS		
Sem Restrição	32.106.914,96	29.300.759,67
Programa (Atividades) de Educação	-	-
Receitas de Serviços Prestados	24.227.075,12	21.951.116,80
Gratuidades/Bolsas	7.879.839,84	7.349.642,87
Rendimentos Financeiros	-	-
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	**(13.398.251,64)**	**(17.318.024,17)**
Com Programas (Atividades)	-	-
Educação	-	-
Despesas c/ pessoal (docente)	(5.518.411,80)	(9.968.381,30)
(-) Gratuidades Concedidas	(7.879.839,84)	(7.349.642,87)
Outras Receitas Operacionais	-	-
RESULTADO BRUTO	**18.708.663,32**	**11.982.735,50**
DESPESAS OPERACIONAIS	**(19.181.058,03)**	**(12.386.385,67)**
Salários	(5.422.468,66)	(1.278.909,51)
Encargos Sociais	(559.952,85)	-
Comunicação	(304.010,05)	(1.138.850,38)
Aluguéis	(2.890.893,45)	(2.582.361,28)
Manutenção	(852.178,49)	(1.213.949,45)
Alimentação	(2.583.841,64)	(2.021.399,32)
Materiais Didaticos	(1.570.994,14)	(1.426.980,55)
Serviços Prestados - PJ	(2.597.972,59)	(1.534.352,80)
Impostos e Taxas	(1.036.265,36)	(905.077,98)
Depreciação e Amortização	(246.699,42)	(284.504,40)
Cessão de Direitos	-	-
Outras Despesas	(1.115.781,38)	-
Resultado Financeiro	**(168.507,18)**	**(77.651,79)**
Receitas Financeiras	214.538,56	152.155,79
Despesas Financeiras	(383.045,74)	(229.807,58)
SUPERÁVIT/DÉFICIT DO PERÍODO	**(640.901,89)**	**(481.301,96)**

DFC - DEMONSTRATIVO DE FLUXO DE CAIXA

Método Indireto	2023	2022
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Superávit (Déficit) do Período	(640.901,89)	(448.467,74)
Ajustes por:		
(+) Depreciação	246.699,42	284.504,40
(+) PCLD		
Superávit (Déficit) Ajustado	**(394.202,47)**	**(163.963,34)**
Aumento (Diminuição) nos Ativos Circulantes	**(1.043.251,83)**	**(392.083,13)**
Mensalidades de Terceiros	(998.759,24)	(545.389,42)
Adiantamentos diversos	(45.741,50)	227.409,25
Seguros a apropriar	2.057,51	-
Tributos a Recuperar	-	(73.897,48)
Titulos e Creditos	-	-
Outros Valores a Receber	-	-
Despesas Antecipadas	(808,60)	(205,48)
Aumento (Diminuição) nos Passivos Circulantes	**905.361,63**	**1.913.307,60**
Fornecedores de bens e serviços	10.489,19	(426.807,78)
Obrigações com Empregados	1.197.135,50	(36.291,72)
Obrigações Tributárias	(254,58)	1.979,80
Outras Obrigações a Pagar	(5.419,99)	4.890,31
Adiantamento de Clientes	-	-
Parcelamentos de Impostos	(7.365,23)	(35.439,43)
Parcelamentos de Impostos L.P.	(190.552,56)	171.643,07
Emprestimos e Financiamentos a Pagar	(98.670,70)	2.233.333,35
Caixa Líq. Gerado pelas Ativ. Operacionais	**(532.092,67)**	**1.357.261,13**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento	-	-
Recursos Recebidos pela Venda de Bens	-	-
Outros Receb. por Investimentos Realizados	-	-
Aquisições de Bens e Direitos para o Ativo	(143.655,42)	(251.047,58)
Caixa Líq. Consumido pelas Ativ de Investimento	**(143.655,42)**	**(251.047,58)**
Pagamento de Emprestimos	-	-
Emprestimo e Financiamentos	-	2.233.333,35
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento	-	-
Caixa Líq. Consumido pelas Ativ. de Financ.	**-**	**-**
Aumento Líq. de Caixa e Equiv. de Caixa	**(675.748,09)**	**1.106.213,55**
Caixa e Equiv de Caixa no Início do Período	**2.725.050,33**	**1.669.931,68**
Caixa e Equiv. de Caixa no Fim do Período	**2.049.302,24**	**2.725.050,33**
AUMENTO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**(675.748,09)**	**1.055.118,65**

DVA - DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

	2023	2012
RECEITAS	**24.227.075,12**	**21.951.116,80**
Receitas Operacionais	24.227.075,12	21.951.116,80
Provisão p/ Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-
Outras Receitas e Outras Despesas	-	-
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	**8.504.798,14**	**7.335.532,50**
Materiais, Energia, serviços de terceiros e outros	8.504.798	7.335.533
Perda/Recuperação de Valores Ativos	-	-
Outros	-	-
VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	**15.722.276,98**	**14.615.584,30**
RETENÇÕES	**246.699,42**	**284.504,40**
Depreciação, Amortização e Exaustão	246.699,42	284.504,40
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	**15.475.577,56**	**14.331.079,90**
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	**214.538,56**	**152.155,79**
Resultado da Equivalência Patrimonial	-	-
Receitas Financeiras	214.538,56	152.155,79
Outras Receitas	-	-
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (5+6)	**15.690.116,12**	**14.483.235,69**
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	**15.690.116,12**	**14.483.235,69**
Pessoal e Encargos	11.867.514,27	11.221.785,10
Despesas com Pessoal	11.867.514,27	11.221.785,10
Encargos Sociais	-	-
Remuneração de capitais de terceiros	3.427.238,38	2.804.840,35
Juros	-	-
Aluguéis	2.890.893,45	2.582.361,28
Outros	536.344,93	222.479,07
Impostos, taxas e contribuições	1.036.265,36	905.077,98
Impostos, taxas e contribuições	1.036.265,36	905.077,98
Remunetação do Capital Próprio	-	-
Juros e aluguéis	-	-
Juros sobre capital próprio e dividendos	-	-
Superavit/Déficit do Exercício	**(640.901,89)**	**(448.467,74)**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1.CONTEXTO OPERACIONAL - A ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL BRASILIA, é uma associação civil, entidade de fins ideais, de finalidade não econômica, nos moldes do que estabelece o Código Civil Brasileiro, em seus artigos 53 a 61. A Associação tem por finalidades sociais: a) Organizar, manter e desenvolver a educação e a instrução, em todos os seus níveis e graus, nos termos dos princípios consignados na legislação respectiva; b) Contribuir para o desenvolvimento da cultura, da pesquisa científica, da tecnologia e do ensino no Brasil; c) Contribuir para o desenvolvimento da solidariedade humana, através do aperfeiçoamento do homem e da preservação da cultura brasileira, inspirada nos princípios, morais, cívicos e democráticos; d) Realizar ou participar de congressos, seminários, conferências, excursões e reuniões com finalidade educacionais, culturais e sociais. **2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS -** Na elaboração das demonstrações financeiras de 2023, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007, naquilo que importa às questões contábeis vinculadas às organizações que integram o Terceiro Setor. Nesse sentido, tomou como base de referência as orientações advindas da NBC ITG 2002 – ENTIDADES SEM FINS DE LUCROS, aprovada pela Resolução CFC Nº 1.409/12, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades sem finalidade de lucro. **3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS - a) Apuração do superávit/déficit do exercício -** Apuração do superávit/déficit do exercício - As receitas operacionais decorrentes das mensalidades e as despesas operacionais são reconhecidas em regime de competência de exercícios. As despesas com bolsas de estudos e descontos concedidos a alunos, doações e contribuições e as receitas com subvenções e auxílios, são reconhecidas quando dos efetivos pagamentos ou recebimentos; os recursos da Entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, de conformidade com seu Estatuto Social, demonstrado pelas suas despesas e investimentos patrimoniais. A Entidade na medida do possível vem adotando medidas necessárias, como redução de custo para reverter sua situação financeira. **b) Ativos circulantes e passivos circulantes e a longo prazo -** Os ativos circulantes são demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos.Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos incorridos. **c)Patrimônio Social** Composto pelos superávits e déficits obtidos ao longo do período de existência da entidade e não tem capital social. **d) Empréstimos** Empréstimos obtidos para manutenção do capital de giro, com incidência de taxas de juros de mercado, junto a Instituição financeira credora para pagamento em 36 parcelas do saldo devedor.**4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA -** O Caixa e os Equivalentes de Caixa estão assim apresentadas:

	2023	2022
Bancos conta movimento	455.054,65	197.773,31
Aplicações financeiras	1.594.247,59	2.527.277,02
	2.049.302,24	**2.725.050,33**

5. MENSALIDADES A RECEBER - Composta por créditos gerados no decorrer dos exercícios e não quitadas até 31/12/2023.
Os valores estão assim demonstrados:

	2023	2022
Mensalidades a receber	2.314.667,33	1.315.908,09
Líquido a receber	**2.314.667,33**	**1.315.908,09**

6.ADIANTAMENTOS - São compostos por valores adiantados a funcionários, fornecedores, empréstimos a terceiros, tributos e recuperar e estão assim demonstrados:

	2023	2022
Adiantamento a fornecedores	45.741,50	0,00
Despesas Antecipadas-Seguros	0,00	2.057,51
Tributos a Recuperar	108.665,79	108.665,79
	154.407,00	**110.723,30**

7.PASSIVO CIRCULANTE - São compostos por valores de obrigações a fornecedores, cartão de crédito, trabalhistas, impostos, empréstimos/financiamentos, contribuições sociais e creditos antecipados por clientes que está assim demonstrado:

	2023	2022
Fornecedores	398.364,39	387.875,20
Obrigações trabalhistas	2.967.546,98	1.770.411,48
Obrigações fiscais	5.704,12	5.958,70
Empréstimos e Financiamentos	1.512.740,80	820.091,53
Outras Contas a Pagas	0,00	5.419,99
Parcelamento	108.541,92	115.907,15
	4.992.898,21	**3.105.664,05**

8.PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO - São compostos por tributos trabalhistas e empréstimos bancários, que foram parcelados e que serão quitados até o final do exercício seguinte e estão assim demonstrados:

	2023	2022
Parcelamentos de Tributos	621.247,41	811.799,97
Emprestimos/Financiamento	621.921,85	1.413.241,82
	1.243.169,26	**2.225.041,79**

9.INSS COTA PATRONAL - De conformidade com a Lei nº 9.732 de 11 de dezembro de 1998, regulamentada pelo Decreto Lei nº 3.039 de 28 de abril de 1999, as pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, passaram a ser obrigadas a recolher mensalmente a cota patronal do INSS (Instituto Nacional de Seguro Social), calculada com base na isenção a ser usufruída, correspondente entre a relação existente do valor efetivo total das vagas cedidas, integral e gratuitamente e a receita bruta total apurada mensalmente. **10.IMUNIDADE USUFRUÍDA COM CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS EM 2023 E 2022.**Para fim único e exclusivo de publicação informamos o seguinte: O benefício usufruído pela Entidade em função do gozo de sua imunidade constitucional, que corresponde à cota patronal do INSS, cujos montantes em 31 de dezembro de 2023 se encontra assim detalhado.

	2023	2022
INSS SAT	102.961,77	88.877,84
INSS PATRONAL	2.059.235,22	1.777.556,70
INSS TERCEIROS	463.327,92	399.950,25
	2.625.524,91	**2.266.384,79**

11.GRATUIDADES - Valores em Gratuidades concedidas, em atendimento a lei 12.868/2014 e decreto nº 8.242/2014.

	2023	2022
Total das receitas	**24.227.075,12**	**21.951.116,80**
Total das assistências sociais e educacionais	**(5.219.028,36)**	**(4.416.849,05)**
Percentual de Aplicação	**21,54%**	**20,12%**

12. ***CERTIFICAÇÃO DE ENTIDADES BENEFICENTES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NA ÁREA DA EDUCAÇÃO - CEBAS -*** A Entidade obteve a renovação do Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área da Educação em 16/07/2020 e está em processo de renovação.

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis. Aos Associados da: Associação Educacional Brasília de São Paulo. Opinião Examinamos as demonstrações Contábeis da Associação Educacional Brasília de São Paulo, que compreendem o balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação Educacional Brasília de São Paulo, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as praticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de contabilidade. **Base para Opinião** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Associação Educacional Brasília de São Paulo, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase** A Associação não efetuou o teste de recuperabilidade de seu ativo imobilizado, conforme determina o item 17.14 da NBC TG 1001 – Seção de Ativo Imobilizado. Os efeitos de eventuais ajustes nas contas patrimoniais e de resultado não foram possíveis de serem mensurados. **Outros Assuntos** A Entidade possui Certificado de entidade Filantrópica deferido em 16/06/2020 com validade de três anos e se beneficiou do INSS patronal no montante de R$ 2.625.524,91 em 2022 foi de R$ 2.266.384,79. Sendo que esses valores foram lançados no balanço como contas de compensações. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do Auditor** A administração da Associação Educacional Brasília de São Paulo. é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em nossa conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é ade ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente, com as demonstrações contábeis ou com nossos conhecimentos obtidos na auditoria ou de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório de Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as praticas contábeis adotadas pelo Brasil e no pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Associação Educacional Brasília de São Paulo. continuar operando, divulgado, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Associação Educacional Brasília de São Paulo. ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Associação Educacional Brasília de São Paulo. são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um ato nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada a suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstancias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação Educacional Brasília de São Paulo. Avaliamos a adequação das politicas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras pode levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo (SP), 18 de abril de 2024. Francisco J. Moraes Cirino CRC - 1SP 192.297/0-8 - Responsável Técnico

DIRETORIA

Ayako Kuba Sakamoto
PRESIDENTE - CPF: 688.304.758-15

Renata Soares Macedo - Contadora
CRC 1SP-299.611/O-0

ELUAL PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF nº 05.119.676/0001-12

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: A diretoria da Elual Participações S.A., dando cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresenta as demonstrações contábeis acompanhadas das respectivas notas explicativas. Expressamos nossos agradecimentos aos acionistas, clientes, fornecedores, prestadores de serviços e equipe de colaboradores que, com empenho e dedicação, tornaram esses resultados possíveis.
São Bernardo do Campo, 26 de abril de 2024.
A diretoria.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de Reais)

ATIVO	31/12/2023	31/12/2022
Ativo circulante	**1.643**	**1.590**
Disponível	57	4
Dividendos a receber	1.586	1.586
Ativo não circulante	**83.088**	**95.532**
Investimentos	83.088	95.532
Total do ativo	**84.731**	**97.122**

PASSIVO	31/12/2023	31/12/2022
Passivo circulante	**9.119**	**9.119**
Dividendos a pagar	9.119	9.119
Passivo não circulante		
Patrimônio líquido	**75.612**	**88.003**
Capital social	61.660	61.590
Reservas	4.248	17.716
Reserva legal	4.248	6.970
Reserva de lucros	-	10.746
Resultado de operações com acionistas não controladores	9.704	8.687
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	10
Total do passivo	**84.731**	**97.122**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de lucros: Reserva legal	Reserva de lucros: Retenção de lucros	Resultado de operações com acionistas não controladores	Prejuízo acumulados	Adiantamento para futuro aumento de capital	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**61.572**	**6.970**	**39.210**	**1.777**	**-**	**18**	**109.547**
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	10	10
Aumento de capital	18	-	-	-	-	(18)	-
Aquisições e baixas de acionistas não controladores	-	-	-	6.910	-	-	6.910
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	(28.464)	-	(28.464)
Absorção de prejuízo	-	-	(28.464)	-	28.464	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**61.590**	**6.970**	**10.746**	**8.687**	**-**	**10**	**88.003**
Aumento de capital	70	-	-	-	-	(10)	60
Aquisições e baixas de acionistas não controladores	-	-	-	1.017	-	-	1.017
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	(13.468)	-	(13.468)
Absorção de prejuízo	-	(2.722)	(10.746)	-	13.468	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**61.660**	**4.248**	**-**	**9.704**	**-**	**-**	**75.612**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

1. Contexto operacional
A Elual Participações S.A. (“Companhia”) tem como objeto social a detenção de ativos em geral, sejam eles bens imóveis, móveis, semoventes ou participações em outras sociedades na qualidade de acionista ou quotista. A Companhia mantém participação direta em empresas controladas e coligadas, cujas atividades são descritas a seguir:

Controladas diretas	Aquisição/ reestruturação	Participação total % 31/12/2023	Participação total % 31/12/2022
Operadora de Planos de Saúde			
Santa Helena Assistência Médica S/A.	**Dez/18**	10,75%	12,34%
Assistência médico-hospitalar			
Hospital Santa Helena S/A.	**Out/16**	0,31%	4,77%

Hospital Santa Helena S.A: Tem por objeto social a prestação de serviços médico-hospitalares, exames de diagnósticos, terapias, análises clínicas, congêneres e atividades afins. **Santa Helena Assistência Médica S.A:** Tem por objeto social a execução de atividades de atenção ambulatorial, de atendimento hospitalar, de atendimento a urgências e emergências, de serviços de complementação diagnóstica e terapêutica.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis
As presentes demonstrações contábeis, que incluem todas as informações relevantes correspondentes às utilizadas na gestão, foram aprovadas pela Administração da Companhia em 26 de abril de 2024. Foi aprovada, por unanimidade dos acionistas, a alteração do exercício social, conforme facultado pelo parágrafo único do art. 175 da Lei das Sociedades por Ações. Em decorrência da deliberação adotada, o exercício social foi restabelecido e iniciar-se-á em 1º de janeiro e encerrar-se-á no dia 31 de dezembro de cada ano. As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, para pequenas e médias empresas, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (NBC TG 1000), nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76, alterada pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), quando referendadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (“ANS”), em conformidade com as práticas e políticas contábeis da controladora da Sociedade, Amil Assistência Médica Internacional S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de Reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Despesas operacionais	**(13.468)**	**(28.464)**
Resultado de equivalência patrimonial	(13.461)	(28.457)
Despesas administrativas	(7)	(7)
Prejuízo líquido	**(13.468)**	**(28.464)**
Prejuízo líquido por ação	**(1,46)**	**(3,08)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de Reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado líquido do exercício	**(13.468)**	**(28.464)**
Resultado abrangente do exercício	**(13.468)**	**(28.464)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de Reais)

Fluxo de caixa das atividades de investimentos	31/12/2023	31/12/2022
Resultado antes dos impostos e contribuições	(13.468)	(28.464)
Ajustes para reconciliar o resultado ao caixa e equivalentes de caixa gerados (aplicados) pelas atividades de investimento		
Resultado de equivalência patrimonial	13.461	28.457
	(7)	**(7)**
Variações nos ativos e passivos		
Integralização de capital social	70	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	(10)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**53**	**(7)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	10
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	**-**	**10**
Redução do caixa e equivalentes de caixa	53	3
Saldos do caixa e equivalentes de caixa		
No fim do exercício	57	4
No início do exercício	4	1
Redução do caixa e equivalentes de caixa	**53**	**3**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DIRETORIA

Erik Brunno Augusto

Maiana Stephanes

DIRETOR DE CONTROLADORIA E TRIBUTOS

Alfredo Teixeira Neto

CONTADORA

Maria Lúcia Guilherme de Brito

CRC nº1 RJ-088050/O-0 S-SP

ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL GIANGIACOMO

CNPJ: 07.104.361/0001-27

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO Prezados Senhores, A diretoria da ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL GIANGIACOMO, apresenta a V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Empresa e respectivas Notas Explicativas, assim como o Relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, em cumprimento às disposições legais, estatutárias. Permaneceremos ao inteiro dispor de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que eventualmente possam ser necessários. São Paulo, 22 de abril de 2024. **À Diretoria**

BALANÇO PATRIMONIAL

	2023	2022
Circulante	**1.705.707,35**	**1.435.546,84**
Caixa e Equivalentes de Caixa	**79.869,75**	**93.390,16**
Caixa	10.183,42	10.183,42
Banco C/Movimento – Recursos sem Restrição	20,00	20,00
Aplicações Financeiras – Recursos sem Restrição	69.666,33	83.186,74
Créditos a Receber	**1.625.837,60**	**1.342.156,68**
Mensalidades de Terceiros	1.327.644,08	1.034.819,48
Depósitos Judiciais	253.686,52	253.204,02
Adiantamentos	44.507,00	54.133,18
Outros Créditos	-	-
Não Circulante	**33.596,78**	**51.950,67**
Realizável a Longo Prazo	-	-
Investimentos	**8.304,16**	**8.304,16**
Investimentos Permanentes	8.304,16	8.304,16
Imobilizado	**25.292,62**	**43.646,51**
Máquinas e Equipamentos	252.810,67	252.810,67
(-) Depreciações	(227.518,05)	(209.164,16)
TOTAL DO ATIVO	**1.739.304,13**	**1.487.497,51**

	2023	2022
Circulante	**6.087.963,30**	**4.569.371,82**
Exigível a Curto Prazo	**6.087.963,30**	**4.569.371,82**
Fornecedores de bens e serviços	-	-
Obrigações Trabalhistas	755.687,35	704.116,49
Obrigações Tributarias	4.417,75	1.671,29
Outras Obrigações	5.080.321,59	3.819.947,77
Parcelamentos de Tributos	14.123,88	43.636,27
Adiantamentos de Clientes	233.412,73	-
Não Circulante		
Não Circulante	-	-
Exigível a Longo Prazo	-	-
Obrigações		
Patrimônio Social	**(4.348.659,17)**	**(3.081.874,31)**
Superávit ou Déficit Acumulado	(3.081.874,31)	(1.783.659,11)
Superávit ou Déficit do Exercicio	(1.266.784,86)	(1.298.215,20)
TOTAL DO PÁSSIVO	**1.739.304,13**	**1.487.497,51**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL

	Superávit/ Déficit AC	Total do Patrimônio
Saldos Finais em 31.12.2021	**(1.783.659,11)**	-
Movimentação do Período	-	-
Superávit/Déficit do Período	(1.298.215,20)	(1.298.215,20)
Recursos de Superávit com Restrição	-	
Transferência de Superavit de Recursos sem Restrição	-	-
Saldos Finais em 31.12.2022	**(3.081.874,31)**	**(3.081.874,31)**
Movimentação do Período	-	
Superávit/Déficit do Período	(1.266.784,86)	(1.266.784,86)
Recursos de Superávit com Restrição	-	-
Saldos Finais em 31.12.2023	**(4.348.659,17)**	**(4.348.659,17)**

DVA - DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

	2023	2022
RECEITAS	**11.429.630,24**	**11.462.815,92**
Receitas Operacionais	11.429.630,24	11.462.815,92
Provisão p/ Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-
Outras Receitas e Outras Despesas	-	-
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	**3.588.343,11**	**4.211.247,36**
Materiais, Energia, serviços de terceiros e outros	863.852,28	1.140.898,26
Perda/Recuperação de Valores Ativos	-	-
Outros	2.724.490,83	3.070.349,10
VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	**7.841.287,13**	**7.251.568,56**
RETENÇÕES	**18.353,89**	**18.464,04**
Depreciação, Amortização e Exaustão	18.353,89	18.464,04
VALOR ADICIONADO LÍQ. PROD. PELA ENTIDADE (3-4)	**7.822.933,24**	**7.233.104,52**
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	**9.431,66**	**5.069,09**
Resultado da Equivalência Patrimonial	-	-
Receitas Financeiras	4.960,16	5.069,09
Outras Receitas	4.471,50	-
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (5+6)	**7.832.364,90**	**7.238.173,61**
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	**7.832.364,90**	**7.238.173,61**
Pessoal e Encargos	**7.403.081,93**	**7.156.616,63**
Despesas com Pessoal	7.007.602,62	7.156.616,63
Encargos Sociais	395.479,31	-
Remuneração de capitais de terceiros	**1.395.023,65**	**1.070.036,35**
Juros/Multas/Tarifas	-	-
Aluguéis	1.395.023,65	1.070.036,35
Outros	-	-
Impostos, taxas e contribuições	**255.349,46**	**261.120,69**
Impostos, taxas e contribuições	255.349,46	261.120,69
Remunetação do Capital Próprio	**45.694,72**	**48.615,14**
Juros e aluguéis	-	-
Outros	45.694,72	48.615,14
Superavit/Déficit do Exercício	**(1.266.784,86)**	**(1.298.215,20)**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	2023	2022
RECEITAS	**11.439.061,90**	**10.326.986,75**
RECEITAS OPERACIONAIS	-	-
Sem Restrição	**15.843.587,70**	**15.309.469,22**
Programa (Atividades) de Educação	15.839.116,20	16.450.367,48
Mensalidades	11.429.630,24	11.462.815,92
Bolsas	4.409.485,96	4.987.551,56
(-) Gratuidades	(4.409.485,96)	(4.987.551,56)
Rendimentos Financeiros	-	-
Outras Receitas/Despesas Operacionails	4.471,50	(1.140.898,26)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	**(9.563.100,35)**	**(9.120.896,94)**
Com Programas (Atividades)	(9.563.100,35)	(9.120.896,94)
Educação Salarios	(5.153.614,39)	(4.133.345,38)
Gratuidades Concedidas	(4.409.485,96)	(4.987.551,56)
RESULTADO BRUTO	**6.280.487,35**	**6.188.572,28**
DESPESAS OPERACIONAIS	**(7.501.577,49)**	**(7.438.172,34)**
Salários	(2.051.628,08)	(2.638.289,37)
Encargos Sociais	(197.839,46)	(192.490,94)
Serviços Prestados - PJ	(492.112,99)	(597.353,36)
Comunicação	(115.376,22)	(94.996,64)
Aluguéis	(1.395.023,65)	(1.070.036,35)
Manutenção	(229.149,39)	(231.757,79)
Materiais Didaticos	(2.025.997,62)	(1.779.074,35)
Alimentação	(287.376,12)	(79.108,75)
Impostos e Taxas	(255.349,46)	(261.120,69)
Depreciação e Amortização	(18.353,89)	(18.464,04)
Outras Despesas	(433.370,61)	(475.480,06)
Resultado Financeiro	**(40.734,56)**	**(43.546,05)**
Receitas Financeiras	4.960,16	5.069,09
Despesas Financeiras	(45.694,72)	(48.615,14)
SUPERÁVIT/DÉFICIT DO PERÍODO	**(1.266.784,86)**	**(1.298.215,20)**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Descrição	2023	2022
RESULTADO LIQUIDO DO EXERCICIO	**(1.266.784,86)**	**(1.298.215,20)**
Outros Componentes do Resultado Abrangente		
. Variação do Valor Justo do Ativo Financ. Disponível para Venda		
. Efeitos Tributários sobre Outros Comp. do Resultado Abrangente		
Total		
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCICIO	**(1.266.784,86)**	**(1.298.215,20)**

DFC - DEMONSTRATIVO DE FLUXO DE CAIXA

Método Indireto	2023	2022
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Superávit (Déficit) do Período	(1.266.784,86)	(1.298.215,20)
Ajustes por:		
(+) Depreciação	18.353,89	18.464,04
(+) Amortização	-	-
(+) PCLD	-	-
(+) Ajustes Patrimonias	-	-
Superávit (Déficit) Ajustado	**(1.248.430,97)**	**(1.279.751,16)**
Aumento (Diminuição) nos Ativos Circulantes	**(283.680,92)**	**(110.340,29)**
Mensalidades de Terceiros	(292.824,60)	(111.680,23)
Adiantamentos a Fornecedores	-	-
Títulos e Créditos	(482,50)	1.339,94
Outros Creditos	9.626,18	-
Adiantamento a Empregados	-	-
Aumento (Diminuição) nos Passivos Circulantes	**1.518.591,48**	**1.359.735,21**
Fornecedores de bens e serviços	-	-
Obrigações com Empregados	51.570,86	167.835,13
Obrigações Tributárias	2.746,46	0,48
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	1.260.373,82	1.231.070,95
Recursos de Projetos em Execução	-	-
Recursos de Convênios em Execução	-	-
Subvenções e Assistências Governamentais	-	-
Outras Obrigações a Pagar	(29.512,39)	(39.171,35)
Receitas Antecipadas	233.412,73	-
Demais Contas	-	-
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	**(13.520,41)**	**(30.356,24)**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento	-	-
Aquisições de Bens e Direitos para o Ativo	-	9.395,00
Baixa de Bens e Direitos	-	-
Caixa Líquido Consumido pelas Atividades de Investimento	**(13.520,41)**	**(20.961,24)**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	**93.390,16**	**114.351,40**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	**79.869,75**	**93.390,16**
Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	**(13.520,41)**	**(20.961,24)**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1.CONTEXTO OPERACIONAL A ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL GIANGIÁCOMO, é uma associação civil, entidade de fins ideais, de finalidade não econômica, nos moldes do que estabelece o Código Civil Brasileiro, em seus artigos 53 a 61. A Associação tem por finalidades sociais: a) Organizar, manter e desenvolver a educação e a instrução, em todos os seus níveis e graus, nos termos dos princípios consignados na legislação respectiva; b) Contribuir para o desenvolvimento da cultura, da pesquisa científica, da tecnologia e do ensino no Brasil; c) Contribuir para o desenvolvimento da solidariedade humana, através do aperfeiçoamento do homem e da preservação da cultura brasileira, inspirada nos princípios, morais, cívicos e democráticos; d) Realizar ou participar de congressos, seminários, conferências, excursões e reuniões com finalidade educacionais, culturais e sociais. **2.APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS -** Na elaboração das demonstrações financeiras de 2023, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007, naquilo que importa às questões contábeis vinculadas às organizações que integram o Terceiro Setor. Nesse sentido, tomou como base de referência as orientações advindas da NBC ITG 2002 – ENTIDADES SEM FINS DE LUCROS, aprovada pela Resolução CFC Nº 1.409/12, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades sem finalidade de lucro. **3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS - a) Apuração do superávit/déficit do exercício -** Apuração do superávit/déficit do exercício - As receitas operacionais decorrentes das mensalidades e as despesas operacionais são reconhecidas em regime de competência de exercícios. As despesas com bolsas de estudos e descontos concedidos a alunos, doações e contribuições e as receitas com subvenções e auxílios, são reconhecidas quando dos efetivos pagamentos ou recebimentos; Os recursos da Entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, de conformidade com seu Estatuto Social, demonstrado pelas suas despesas e investimentos Patrimoniais. A Entidade na medida do possível vem adotando medidas necessárias, como redução de custo para reverter sua situação financeira. **b) Ativos circulantes e passivos circulantes e a longo prazo.** Os ativos circulantes são demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos. Os passivos circulantes e não circulante são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos incorridos. **c) Patrimônio Social**. Composto pelos superávits e déficits obtidos ao longo do período de existência da entidade e não tem capital social. **4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA** O Caixa e os Equivalentes de Caixa estão assim apresentados:

	2023	2022
Caixas	10.183,42	10.183,42
Bancos conta movimento	20,00	20,00
Aplicações financeiras	69.666,33	104.147,98
	79.869,75	93.390,16

5. MENSALIDADES A RECEBER 1)Composta por créditos gerados no decorrer dos exercícios e não quitadas até 31/12/2023.
Os valores estão assim demonstrados:

	2023	2022
Mensalidades a receber	1.327.644,08	1.034.819,48
Líquido a receber	**1.327.644,08**	**1.034.819,48**

6. PASSIVO CIRCULANTE - São compostos por valores de obrigações a fornecedores, trabalhistas, impostos, contribuições sociais e creditos antecipados por clientes que está assim demonstrado:

	2023	2022
Fornecedores	0,00	0,00
Obrigações fiscais	4.417,75	1.671,29
Obrigações trabalhistas	755.687,35	704.116,49
Outras Obrigações	5.080.321,59	3.819.947,77
Parcelamento de Impostos	14.123,88	43.636,27
	6.087.963,30	**4.569.371,82**

7.INSS COTA PATRONAL - De conformidade com a Lei nº 9.732 de 11 de dezembro de 1998, regulamentada pelo Decreto Lei nº 3.039 de 28 de abril de 1999, as pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, passaram a ser obrigadas a recolher mensalmente a cota patronal do INSS (Instituto Nacional de Seguro Social), calculada com base na isenção a ser usufruída, correspondente entre a relação existente do valor efetivo total das vagas cedidas, integral e gratuitamente e a receita bruta total apurada mensalmente. **8.IMUNIDADE USUFRUÍDA COM CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS EM 2023 E 2022. -** Para fim único e exclusivo de publicação informamos o seguinte: O benefício usufruído pela Entidade em função do gozo de sua imunidade constitucional, que corresponde à cota patronal do INSS, cujos montantes em 31 de dezembro de 2022 se encontra assim detalhado.

	2.023	2.022
INSS PATRONAL	1.310.096,00	1.148.270,52
INSS TERCEIROS	294.771,58	258.518,369
INSS SAT	65.504,80	57.448,57
	1.670.372,38	**1.464.237,45**

9.GRATUIDADES - Valores em Gratuidades concedidas, em atendimento as leis 12.101/2009 e 12.868/2013 e decreto nº 8.242/2014.

	2.023	2.022
Total das receitas	**11.429.630,24**	**11.462.815,92**
Bolsas de estudos a alunos	4.405.014,46	2.962.186,69
Total das assistências sociais e educacionais	**(4.405.014,46)**	**(2.962.186,69)**
Percentual de Aplicação	38,54%	25,84%

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES - Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis. Aos associados da Associação Educacional Giangiácomo. Opinião Com Ressalva - Examinamos as demonstrações Contábeis da Associação Educacional Giangiacomo, que compreendem o balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção "Base para opinião com ressalvas" as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação Educacional Giangiácomo. Em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Opinião com Ressalvas** A Empresa vem fazendo negociações financeiras, realizando e obtendo empréstimos de outras entidades o que desvia do seu objetivo social estabelecido. Vale ressaltar que tais transações estão ocorrendo sem a devida documentação de suporte. **Base para Opinião** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Associação Educacional Giangiácomo. De acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase** 1 - A Associação não efetuou o teste de recuperabilidade de seu ativo imobilizado, conforme determina o item 17.14 da NBC TG 1001 – Seção de Ativo Imobilizado. Os efeitos de eventuais ajustes nas contas patrimoniais e de resultado não foram possíveis de serem mensurados. 2 - Não foram apresentados alvarás de entidade filantrópica emitido pelos órgãos competentes. Apesar de a entidade ter feito um novo requerido em jan/2021. E até o momento se encontra em análise. No entanto a Administração optou pelo não recolhimento do INSS patronal no montante de R$ 1.670.372,38 em 2022 foi de R$ 1.464.237,45, fato que poderá prejudicar sua continuidade operacional, caso tenha que recolhe-los com multas e juros, sendo que esses valores foram lançados no balanço apenas como contas de compensações. 3 - A Entidade apresentou um resumo onde atende os critérios das gratuidades de acordo com a lei 12.101/2009. No entanto não foram apresentados relatório do sistema de informática que comprovem tais valores. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do Auditor** A administração da Associação Educacional Giangiácomo. é responsável por essas e outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em nossa conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente, com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório de Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as praticas contábeis adotadas pelo Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Associação Educacional Giangiácomo continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Associação Educacional Giangiácomo ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Associação Educacional Giangiácomo, são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um ato nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada a suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstancias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação Educacional Giangiácomo. • Avaliamos a adequação das politicas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação Educacional Giangiácomo. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras pode levar a Associação Educacional Giangiácomo a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo (SP), 22 de abril de 2024.**Francisco J. Moraes Cirino CRC - 1SP 192.297/0-8Responsável Técnico**

DIRETORIA

ANTONIO GIANGIACOMO
PRESIDENTE - CPF 002.446.788/04

Renata Soares Macedo - Contadora
CRC 1SP-299.611/O-0

Faturamento do varejo farma brasileiro cresceu 3% em março

O varejo farmacêutico do Brasil cresceu 3% em março de 2024, se comparado com o mesmo período de 2023. Levando em conta o mês anterior (fevereiro), março teve um crescimento de 11%. É o que diz o estudo "Shopper Report" da Bnex, que analisou 2,1 milhões de transações de vendas para essa edição.

Nesse mesmo comparativo, destaca-se a suave variação de 1,9% do preço médio, patamar abaixo do apresentado nos últimos meses, que era de aproximadamente 5%.

Outro fator interessante foi o aumento nos itens na cesta, que no geral teve um crescimento de 1,5%. Toda essa movimentação está associada à compra antecipada de medicamentos de uso contínuo, já que março é o mês que antecede o reajuste anual do teto para o aumento do preço dos medicamentos em 2024, que esse ano ficou em 4,5%.

Os clientes fidelizados aproveitam os benefícios para comprar mais com preços melhores. A maioria são mulheres de 30 a 49 anos. A participação das faixas acima de 60 anos mantém o patamar acima de 20%, participação significativa quando comparada à participação desse público na população brasileira.

O Índice de Fidelização e Engajamento do Varejo (Ifev) da Bnex representa, a partir da análise do tíquete médio, a diferença entre engajamento de compra de cliente fidelizado versus cliente não fidelizado no mês.

Como o reajuste de medicamentos é feito em 1º de abril, o Ifev do mês de março acaba sendo o melhor dos últimos 12 meses, uma vez que o consumidor compra medicamentos de uso contínuo antes do reajuste de preços.

O levantamento apontou que clientes fidelizados realizaram compras com um valor 74% maior do que as realizadas pelos clientes não fidelizados. O mês de abril, com chegada de frentes frias no país, ainda abre oportunidade para venda de medicamentos MIP-OTC para gripes, resfriados, febre e dor.

Embraer anuncia investimentos de R$ 2 bilhões

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva visitou nesta sexta-feira o hangar da fábrica da Embraer, em São José dos Campos, no interior de São Paulo, onde acompanhou a entrega de um jato comercial modelo 195-E2, produzido pela companhia, para a Azul Linhas Aéreas. A agenda também incluiu uma visita às instalações do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), principal centro de formação aeroespacial do país, na mesma cidade.

“Estamos investindo cerca de R$ 2 bilhões neste ano, e gerando mais de 900 empregos diretos em nossas fábricas no Brasil”, anunciou o presidente da empresa, Francisco Gomes Neto. A Embraer é a terceira maior fabricante de jatos comerciais do mundo, líder no segmento de aeronaves com até 130 lugares e jatos executivos. Tem cerca de 19 mil empregados, com presença em todos os continentes. Neto ainda destacou que a empresa contratou 1,5 mil novos funcionários em pouco mais de um ano, retomando a força de trabalho que tinha antes da pandemia de covid-19.

O presidente Lula destacou a trajetória bem-sucedida da Embraer. “Eu estou numa empresa que sempre foi motivo de orgulho para esse país”, afirmou. “É preciso sonhar grande. Se o Ozíres (Silva, fundador da Embraer) não tivesse pensando grande, a gente não tinha a Embraer. Sem o brigadeiro Montenegro [fundador do ITA], a gente não tinha o ITA. As coisas grandes são resultado de muita coragem, não é com covardia. Quero que vocês saibam que esse momento para mim é muito histórico”, acrescentou.

Segundo a Agência Brasil, criada pelo Estado brasileiro em 1969, a Embraer já fabricou e vendeu mais de 8 mil aviões, que transportam cerca de 145 milhões de passageiros por ano em todo o mundo. Apesar de privatizada desde 1994, o governo detém poder final em decisões estratégicas da companhia. Além de fabricar aviões comerciais e de uso privado, a empresa fabrica aeronaves militares, como cargueiro KC-390 e o Super Tucano, além de aviões agrícolas.

Aviação regional

Durante o evento, o CEO da companhia Azul Linhas Aéreas, John Rodgerson, anunciou a compra de 13 novos jatos da Embraer este ano, que vão se somar à frota de 60 aviões comerciais nacionais, especialmente para emprego na aviação regional, onde a companhia é líder. Ao todo, os investimentos somam R$ 3 bilhões.

“Quando a Azul foi fundada, em 2008, foram 50 milhões de passageiros transportados por todas as empresas no Brasil. Só este ano, a Azul vai transportar 35 milhões”, comparou o empresário. A companhia aérea é a principal cliente da Embraer na aviação brasileira, concentrando quase a totalidade das compras no setor.

Segundo a Azul, o E2 da Embraer tem capacidade para 136 passageiros, e é a maior e mais moderna aeronave fabricada no Brasil. “O equipamento é o modelo de corredor único mais eficiente atualmente no mercado, oferecendo uma economia de até 25% de emissões de CO_2. A Azul já opera atualmente 20 aeronaves do mesmo modelo.

Expansão

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, defendeu a necessidade de expandir o mercado nacional de fabricação de aviões para outras companhias aéreas. “Dos 100% da aviação dos EUA, 50% são com aviões da Boeing (empresa norte-americana). Na França, dos 100% da aviação, 41% são de aviões da Airbus (empresa francesa). E, no Brasil, dos 100% da aviação brasileira, apenas 12% são de aviões da Embraer”, afirmou. Segundo ele, em pouco mais de um ano, o Brasil aumentou em 15% o número de passageiros transportados e prevê que, nos próximos anos, o país possa chegar a 140 milhões de passageiros transportados por ano.

Ao comentar o potencial do setor, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, falou sobre os estímulos da reforma tributária para a aviação comercial regional. “A reforma tributária prevê um fortíssimo estímulo para a aviação regional. Temos um país continental e a gente precisa compreender que o Brasil precisa de mais serviços aéreos”, acrescentou.

ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL RADIAL IEB

CNPJ: 30.062.971/0001-27

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO Prezados Senhores, A diretoria da ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL RADIAL IEB apresenta a V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Empresa e respectivas Notas Explicativas, assim como o Relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, em cumprimento às disposições legais, estatutárias. Permaneceremos ao inteiro dispor de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que eventualmente possam ser necessários. São Paulo, 22 de Abril de 2024. **À Diretoria**

BALANÇO PATRIMONIAL

	2023	2022
Circulante	**1.514.742,52**	**2.115.588,07**
Caixa e Equivalentes de Caixa	**408.018,76**	**299.463,68**
Caixa	5.037,11	3.312,67
Banco C/Movimento – Recursos sem Restrição	402.981,65	296.151,01
Aplicações Financeiras – Recursos sem Restrição	-	-
Créditos a Receber	**1.106.723,76**	**1.816.124,39**
Mensalidades de Terceiros	538.426,75	949.051,51
Adinantamento a Funciorarios	-	32.605,92
Impostos a Recuperar	233,60	233,60
Empréstimo a Terceiros	568.063,41	834.233,36
Não Circulante	**55.316,19**	**67.807,47**
Realizável a Longo Prazo	-	-
Imobilizado	**55.316,19**	**67.807,47**
Bens sem Restrição	160.712,21	157.296,52
(-) Depreciação Acumulada	(105.396,02)	(89.489,05)
Intangível	-	-
TOTAL DO ATIVO	**1.570.058,71**	**2.183.395,54**

	2023	2022
Circulante	**1.610.397,04**	**1.669.574,18**
Fornecedores de bens e serviços	96.229,14	74.221,86
Salários e Ordenados a Pagar	122.374,20	127.393,03
Encargos Trabalhistas	451.771,67	509.651,49
Provisões Trabalhistas	107.500,61	127.770,12
Obrigações Tributárias	6.438,41	4.454,67
Adiantamento de Clientes	**826.083,01**	**826.083,01**
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	-	-
Não Circulante	-	-
Patrimônio Social	**(40.338,33)**	**513.821,36**
Superávit ou Déficit Acumulado	513.821,36	345.005,10
Superávit ou Déficit do Exercicio	(554.159,69)	168.816,26
TOTAL DO PASSIVO	**1.570.058,71**	**2.183.395,54**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Descrição	2023	2022
SUPERÁVIT/DEFICIT LIQUIDO DO EXERCICIO	**(554.159,69)**	**168.816,26**
Outros Componentes do Resultado Abrangente		
. Variação do Valor Justo do Ativo Financeiro Disponível para Venda		
. Efeitos Tributários sobre Outros Componentes do Resultado Abrangente		
Total		
RESULTADO ABRANGENTE DO PERIODO	**(554.159,69)**	**168.816,26**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL

	Patrimonio Social	Superávit/ Déficit AC	Total do Patrimônio
Saldos Finais em 31.12.2021	-	**345.005,10**	**345.005,10**
Movimentação do Período	-		
Superávit/Déficit do Período	-	168.816,26	168.816,26
Recursos de Superávit com Restrição	-		
Saldos Finais em 31.12.2022	-	**513.821,36**	**513.821,36**
Movimentação do Período	-		
Superávit/Déficit do Período	-	(554.159,69)	(554.159,69)
Recursos de Superávit com Restrição	-		
Saldos Finais em 31.12.2023	-	**(40.338,33)**	**(40.338,33)**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	2023	2022
RECEITAS	**8.303.834,77**	**7.516.559,35**
RECEITAS OPERACIONAIS		
Sem Restrição	**14.466.996,59**	**14.427.194,03**
Programa (Atividades) de Educação	-	-
Receitas de Serviços Prestados	8.303.429,93	7.516.294,38
(-) Gratuidades/Bolsas	6.163.161,82	6.910.634,68
Outras Receitas Operacionais	404,84	-
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	**(7.950.857,05)**	**(1.762.448,73)**
Com Programas (Atividades)	-	-
Educação	(7.950.857,05)	(8.673.083,41)
Despesas c/ pessoal (docente)	(1.787.695,23)	(1.762.448,73)
(-) Gratuidades Concedidas	(6.163.161,82)	(6.910.634,68)
Outras Receitas Operacionais	-	-
RESULTADO BRUTO	**6.516.139,54**	**5.754.110,62**
DESPESAS OPERACIONAIS	**(7.019.416,79)**	**(5.573.035,89)**
Salários	(956.705,11)	(1.029.773,85)
Encargos Sociais	(102.995,14)	(339.990,49)
Serviços Prestados - PJ	(1.380.329,93)	(709.128,86)
Serviços Prestados - PJ - Consultoria	(1.103.127,12)	(724.089,52)
Serviços Prestados - PJ - Gestão	(1.042.780,35)	(611.728,63)
Comunicação	(936.439,66)	(572.196,06)
Aluguéis	(891.531,88)	(792.476,16)
Manutenção	(12.049,93)	(11.313,93)
Materiais Didaticos	(163.052,23)	(456.259,67)
Projetos	(411.578,31)	(288.479,57)
Impostos e Taxas	(1.559,35)	(15.906,14)
Depreciação e Amortização	(15.906,97)	(20.986,02)
Outras Despesas	(1.360,81)	(706,99)
Resultado Financeiro	**(50.882,44)**	**(11.993,50)**
Receitas Financeiras	-	264,97
Despesas Financeiras	(50.882,44)	(12.258,47)
SUPERÁVIT/DÉFICIT DO PERÍODO	**(554.159,69)**	**168.816,26**

DFC - DEMONSTRATIVO DE FLUXO DE CAIXA

Método Indireto	2023	2022
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	-	
Superávit (Déficit) do Período	(554.159,69)	(554.159,69)
Ajustes por:	-	
(+) Depreciação	15.906,97	(1.857,18)
(+) Amortização	-	-
(+) PCLD	-	-
(-) Ganho na Venda de Bens do Imobilizado	-	-
Superávit (Déficit) Ajustado	**(538.252,72)**	**(556.016,87)**
Aumento (Diminuição) nos Ativos Circulantes	**709.400,63**	**(541.172,35)**
Mensalidades de Terceiros	410.624,76	(135.996,51)
Adiantamentos a Empregados	-	(892,73)
Adiantamentos a Fornecedores	32.605,92	(4.913,54)
Tributos a Recuperar		(233,60)
Crédito de Pessoas Ligadas	266.169,95	(399.135,97)
Impostos a Recuperar	-	-
Aumento (Diminuição) nos Passivos Circulantes	**(59.177,14)**	**226.049,51**
Fornecedores de bens e serviços	22.007,28	59.528,35
Obrigações com Empregados	(83.168,16)	162.807,86
Obrigações Tributárias	1.983,74	3.713,30
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	-	-
Adiantamento de Mensalidades	-	-
Crédito de Pessoas Ligadas	-	-
Outras Obrigações a Pagar	-	-
Caixa Líqu. Gerado pelas Atividades Operacionais	**111.970,77**	**(871.139,71)**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento	-	-
Outros Recebimentos por Investimentos Realizados	-	-
Aquisições de Bens e Direitos para o Ativo	(3.415,69)	22.855,02
Caixa Líquido Consumido pelas Ativ. de Investimento	**(3.415,69)**	**22.855,02**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento	-	-
Recebimentos de Empréstimos	-	-
Outros Recebimentos por Financiamentos	-	-
Pagamentos de Empréstimos	-	-
Pagamentos de Arrendamento Mercantil	-	-
Caixa Líquido Consumido pelas Ativ. de Financ.	-	-
Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	**108.555,08**	**(848.284,69)**
Caixa e Equiv. de Caixa no Início do Período	**299.463,68**	**646.683,45**
Caixa e Equiv. de Caixa no Fim do Período	**408.018,76**	**299.463,68**
Saldo Final	**108.555,08**	**(347.219,77)**

DVA - DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

	2023	2022
RECEITAS	**8.303.429,93**	**7.516.294,38**
Receitas Operacionais	8.303.429,93	7.516.294,38
Provisão p/ Créditos de Liquidação Duvidosa	-	
Outras Receitas e Outras Despesas	-	-
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	**5.049.357,53**	**3.373.196,52**
Materiais, Energia, serviços de terceiros e outros	5.049.357,53	3.373.196,52
Perda/Recuperação de Valores Ativos	-	-
Outros	-	-
VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	**3.254.072,40**	**4.143.097,86**
RETENÇÕES	**15.906,97**	**20.986,02**
Depreciação, Amortização e Exaustão	15.906,97	20.986,02
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	**3.238.165,43**	**4.122.111,84**
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSF.	**404,84**	**264,97**
Resultado da Equivalência Patrimonial	-	-
Receitas Financeiras	404,84	264,97
Outras Receitas	-	-
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (5+6)	**3.238.570,27**	**4.122.376,81**
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	**3.238.570,27**	**4.122.376,81**
Pessoal e Encargos	**2.847.395,48**	**3.132.213,07**
Despesas com Pessoal	2.847.395,48	3.132.213,07
Encargos Sociais	-	-
Remuneração de capitais de terceiros	**943.775,13**	**805.441,34**
Juros	-	-
Aluguéis	891.531,88	792.476,16
Outros	52.243,25	12.965,18
Impostos, taxas e contribuições	1.559,35	15.906,14
Impostos, taxas e contribuições	1.559,35	15.906,14
Remunetação do Capital Próprio	-	-
Juros e aluguéis	-	-
Juros sobre capital próprio e dividendos	-	-
Superavit/Déficit do Exercício	**(554.159,69)**	**168.816,26**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL - A ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL RADIAL IEB, é uma associação civil, entidade de fins ideais, de finalidade não econômica, nos moldes do que estabelece o Código Civil Brasileiro, em seus artigos 53 a 61. A Associação tem por finalidades sociais: a) Organizar, manter e desenvolver a educação e a instrução, em todos os seus níveis e graus, nos termos dos princípios consignados na legislação respectiva; b) Contribuir para o desenvolvimento da cultura, da pesquisa científica, da tecnologia e do ensino no Brasil; c) Contribuir para o desenvolvimento da solidariedade humana, através do aperfeiçoamento do homem e da preservação da cultura brasileira, inspirada nos princípios, morais, cívicos e democráticos; d) Realizar ou participar de congressos, seminários, conferências, excursões e reuniões com finalidade educacionais, culturais e sociais. **2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS -** Na elaboração das demonstrações financeiras de 2023, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007, naquilo que importa às questões contábeis vinculadas às organizações que integram o Terceiro Setor. Nesse sentido, tomou como base de referência as orientações advindas da NBC ITG 2002 – ENTIDADES SEM FINS DE LUCROS, aprovada pela Resolução CFC Nº 1.409/12, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades sem finalidade de lucro. **3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS - a) Apuração do superávit/déficit do exercício** Apuração do superávit/déficit do exercício - As receitas operacionais decorrentes das mensalidades e as despesas operacionais são reconhecidas em regime de competência de exercícios. As despesas com bolsas de estudos e descontos concedidos a alunos, doações e contribuições e as receitas com subvenções e auxílios, são reconhecidas quando dos efetivos pagamentos ou recebimentos; os recursos da Entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, de conformidade com seu Estatuto Social, demonstrado pelas suas despesas e investimentos Patrimoniais. A Entidade na medida do possível vem adotando medidas necessárias, como redução de custo para reverter sua situação financeira. **b) Ativos circulantes e passivos circulantes e a longo prazo.** Os ativos circulantes são demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos. Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos incorridos. **c) Patrimônio Social -** Composto pelos superávits e déficits obtidos ao longo do período de existência da entidade e não tem capital social. **4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA -** O Caixa e os Equivalentes de Caixa estão assim apresentadas:

	2023	2022
Caixa	5.037,11	3.312,67
Bancos conta movimento	402.981,65	296.151,01
	408.018,76	**299.463,68**

5. MENSALIDADES A RECEBER 1)Composta por créditos gerados no decorrer dos exercícios e não quitadas até 31/12/2023. Os valores estão assim demonstrados:

	2023	2022
Mensalidades a Receber	538.426,75	949.051,51
Líquido a Receber	**538.426,75**	**949.051,51**

6. ADIANTAMENTOS/TRIBUTOS A RECUPERAR - São compostos por valores adiantados a funcionários a título de férias, adiantamento a Autônomo e fornecedores. Tributos retidos a recuperar, que estão assim demonstrados:

	2023	2022
Adiantamento de Férias	-	26.739,06
Adiantamento a Autônomo	-	953,32
Adiantamento de Fornecedores	-	4.913,54
Tributos a Recuperar	233,60	233,6
	233,60	**32.839,52**

7.CONTA CORRENTE - São compostos por valores de adiantamentos a empresas a título de empréstimo que serão quitadas em 2023.

	2023	2022
Empréstimos	568.063,41	834.233,36
	568.063,41	**834.233,36**

8. PASSIVO CIRCULANTE - São compostos por valores de obrigações a fornecedores, cartão de crédito, trabalhistas, impostos, contribuições sociais e creditos antecipados por clientes que está assim demonstrado:

	2023	2022
Fornecedores	96.229,14	74.221,86
Obrigações trabalhistas	681.646,48	764.814,64
Obrigações fiscais	6.438,41	4.454,67
	784.314,03	**843.491,17**

8.INSS COTA PATRONAL - De conformidade com a Lei nº 9.732 de 11 de dezembro de 1998, regulamentada pelo Decreto Lei nº 3.039 de 28 de abril de 1999, as pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, passaram a ser obrigadas a recolher mensalmente a cota patronal do INSS (Instituto Nacional de Seguro Social), calculada com base na isenção a ser usufruída, correspondente entre a relação existente do valor efetivo total das vagas cedidas, integral e gratuitamente e a receita bruta total apurada mensalmente. **9.IMUNIDADE USUFRUÍDA COM CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS EM 2023. -** Para fim único e exclusivo de publicação informamos o seguinte: O benefício usufruído pela Entidade em função do gozo de sua imunidade constitucional, que corresponde à cota patronal do INSS, cujos montantes em 31 de dezembro de 2023 se encontra assim detalhado.

	2.023
INSS SAT	23.905,71
INSS PATRONAL	478.114,16
INSS TERCEIROS	107.575,69
	609.595,56

10. GRATUIDADES - Valores em Gratuidades concedidas, em atendimento a lei 12.868/2014 e decreto nº 8.242/2014.

	2023	2022
Total das receitas	8.303.429,93	7.516.294,38
Bolsas de estudos a alunos		
Total das assistências sociais e educacionais	**(2.199.625,18)**	**(2.043.306,00)**
Percentual de Aplicação	**26,49%**	**27,18%**

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis. Aos Associados da: ASSOCIACAO EDUCACIONAL RADIAL IEB Opinião Examinamos as demonstrações Contábeis da Associação Educacional Radial IEB, que compreendem o balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação Educacional Radial IEB, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de contabilidade. Base para Opinião Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Associação Educacional Radial IEB, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase** 1- A Empresa vem fazendo negociações financeiras, realizando e obtendo empréstimos de outras entidades o que desvia do seu objetivo social estabelecido. Vale ressaltar que tais transações estão ocorrendo sem a devida documentação de suporte 2 - A Associação não efetuou o teste de recuperabilidade de seu ativo imobilizado, conforme determina o item 17.14 da NBC TG 1001 – Seção de Ativo Imobilizado. Os efeitos de eventuais ajustes nas contas patrimoniais e de resultado não foram possíveis de serem mensurados. 3 - A Entidade deu entrada no pedido de alvará de filantropia em janeiro de 2021. E não se beneficiou das quotas patronais do INSS, no Ano de 2022, beneficiando se em 2023 do valor de R$ 609.595,56. 4 -A Entidade apresentou um resumo onde atende os critérios das gratuidades de acordo com a lei 12.101/2009. No entanto não foram apresentados relatório do sistema de informática que comprovem tais valores. Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do Auditor A administração da Associação Educacional Radial IEB é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as Demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em nossa conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é ade ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente, com as demonstrações contábeis ou com nossos conhecimentos obtidos na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório de Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas pelo Brasil e no pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Associação Educacional Radial IEB continuar operando, divulgado, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Associação Educacional Radial IEB ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Os responsáveis pela governança da Associação Educacional Radial IEB são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.** Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um ato nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada a suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstancias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação Educacional Radial IEB; Avaliamos a adequação das politicas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras pode levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo (SP), 22 de abril de 2024. **Francisco J. Moraes Cirino CRC - 1SP 192.297/0-8 - Responsável Técnico**

DIRETORIA

Mario Junqueira Gonçalves Gomide
PRESIDENTE - CPF: 041.992.798-06

Renata Soares Macedo - Contadora
CRC 1SP-299.611/O-0



ASSOCIAÇÃO A NATUREZA DO ENSINO

CNPJ – 11.413.825/0001-54

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO Prezados Senhores, A diretoria da Associação A Natureza do Ensino apresenta a V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Empresa e respectivas Notas Explicativas, assim como o Relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, em cumprimento às disposições legais, estatutárias. Permaneceremos ao inteiro dispor de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que eventualmente possam ser necessários. São Paulo, 23 de abril de 2024. **À Diretoria**

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	2023	2022
Circulante	**20.794.878,75**	**15.077.570,43**
Caixa e Equivalentes de Caixa	**11.205.674,24**	**6.856.037,42**
Caixa	-	-
Banco C/Movimento – Recursos sem Restrição	79.472,14	201,05
Banco C/Movimento – Recursos sem Restrição	11.126.202,10	6.855.836,37
Aplicações Financeiras – Recursos sem Restrição	-	-
Créditos a Receber	**9.589.204,51**	**8.221.533,01**
Mensalidades de Terceiros	43.534,63	339.277,12
Adiantamentos Diversos	15.578,90	76.188,01
Outros Créditos	317.862,05	-
Empréstimo a Terceiros	9.212.228,93	7.806.067,88
Não Circulante	**2.896.665,12**	**2.875.610,77**
Realizável a Longo Prazo	-	-
Imobilizado	**2.896.665,12**	**2.875.610,77**
Bens sem Restrição	4.539.046,07	4.070.064,68
Bens	-	-
(-) Depreciação Acumulada	(1.642.380,95)	(1.194.453,91)
Intangível	-	
TOTAL DO ATIVO	**23.691.543,87**	**17.953.181,20**

PASSIVO	2023	2022
Circulante	**9.153.532,40**	**10.143.101,81**
Fornecedores de bens e serviços	285.082,11	174.359,07
Obrigações com Empregados	1.469.537,09	1.223.952,32
Provisões	772.103,92	846.031,59
Outras Obrigações	1.447,62	1.016,06
Obrigações Tributárias	6.053,76	6.798,73
Emprestimos e Financiamentos	1.033.628,68	2.002.913,52
Alugueis a Pagar	67.376,00	60.857,21
Conta Correntes	3.838.349,83	2.408.768,94
Adiantamento de Clientes	1.679.953,39	3.418.404,37
Não Circulante	-	**0,00**
Emprestimos e Parcelamentos	-	0,00
Patrimônio Social	**14.538.011,47**	**7.810.079,39**
Superávit ou Déficit Acumulado	7.810.079,39	7.810.079,39
Superávit ou Déficit do Exercicio	6.727.932,08	-
TOTAL DO PASSIVO	**23.691.543,87**	**17.953.181,20**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Descrição	2023	2022
RESULTADO LIQUIDO DO EXERCICIO	**6.727.932,08**	**448.057,57**
Outros Componentes do Resultado Abrangente		
. Variação do Valor Justo do Ativo Financeiro Disponível para Venda		
. Efeitos Tributários sobre Outros Componentes do Resultado Abrangente		
Total		
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCICIO	**6.727.932,08**	**448.057,57**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL

	Patrimonio Social	Superávit/ Déficit AC	Total do Patrimônio
Saldos em 31.12.2021	-	**7.362.021,82**	**7.362.021,82**
Movimentação do Período			
Superávit/Déficit do Período		448.057,57	448.057,57
Ajuste ao Resultado			
Saldos em 31.12.2022	-	**7.810.079,39**	**7.810.079,39**
Movimentação do Período			
Superávit/Déficit do Período		6.727.932,08	6.727.932,08
Ajuste ao Resultado			
Saldos em 31.12.2023	-	**14.538.011,47**	**14.538.011,47**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	2023	2022
RECEITAS	**41.804.796,27**	**32.297.000,90**
RECEITAS OPERACIONAIS		
Sem Restrição	**49.138.656,27**	**37.769.293,81**
Programa (Atividades) de Educação	-	-
Receitas de Serviços Prestados	38.348.977,48	31.820.700,38
Gratuidades/Bolsas	7.333.860,00	5.471.082,00
Rendimentos Financeiros	851.783,14	465.733,10
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	**(14.998.556,06)**	**(13.867.358,42)**
Com Programas (Atividades)	-	-
Educação	-	-
Despesas c/ pessoal (docente)	**(10.268.731,71)**	**(8.408.054,75)**
(-) Gratuidades Concedidas	(7.333.860,00)	(5.471.082,00)
Outras Receitas Operacionais	2.604.035,65	11.778,33
RESULTADO BRUTO	**31.536.064,56**	**23.888.946,15**
DESPESAS OPERACIONAIS	**(24.808.132,48)**	**(23.440.888,58)**
Salários	(8.594.041,82)	(8.421.016,05)
Encargos Sociais	(656.331,50)	(424.824,43)
Serviços Prestados - PJ	(2.934.045,65)	(1.452.380,57)
Serviços Pedagogicos	(1.377.167,47)	(1.610.225,81)
Comunicação	(129.620,61)	(122.407,62)
Aluguéis	(4.948.659,54)	(4.604.441,20)
Manutenção	(1.787.882,44)	(2.239.171,13)
Materiais Didaticos	(1.880.104,02)	(1.710.699,44)
Cessão de Direitos	(680.000,00)	(1.000.863,89)
Impostos e Taxas	(963.624,47)	(898.107,66)
Depreciação e Amortização	(447.927,04)	(398.675,46)
Outras Despesas	(408.727,92)	(558.075,32)
Resultado Financeiro	**482.555,20**	**(69.431,02)**
Receitas Financeiras	851.783,14	464.522,19
Despesas Financeiras	(369.227,94)	(533.953,21)
SUPERÁVIT/DÉFICIT DO PERÍODO	**6.727.932,08**	**448.057,57**

DFC - DEMONSTRATIVO DE FLUXO DE CAIXA

Método Indireto	2023	2022
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Superávit (Déficit) do Período	6.727.932,08	448.057,57
Ajustes por:		
(+) Depreciação	447.927,04	331.896,90
(+) Estoque		
(+) PCLD		
(-) Ajuste de Exercicios Anteriores		
Superávit (Déficit) Ajustado	**7.175.859,12**	**779.954,47**
Aumento (Diminuição) nos Ativos Circulantes	**(1.367.671,50)**	**(478.171,62)**
Mensalidades	295.742,49	151.132,72
Adiantamentos a Fornecedores	60.609,11	(10.000,00)
Deposito Judicial	(317.862,05)	-
Adiantamento a Funcionarios		(66.188,01)
Tributos a Recuperar		2.985,91
Outros Valores a Receber	(1.406.161,05)	(556.102,24)
Aumento (Diminuição) nos Passivos Circulantes	**(989.569,41)**	**1.473.994,79**
Fornecedores de bens e serviços	110.723,04	(72.751,87)
Obrigações com Empregados	172.088,66	638.943,94
Obrigações Tributárias	(744,97	(49.337,01)
Cartão de Credito	-	1.016,06
Emprestimos com Terceiros	1.429.580,89	556.102,24
Matriculas Antecipadas	(1.738.450,98)	453.537,99
Emprestimos e Financiamento	(969.284,84)	
Outras Obrigações a Pagar	6.518,79	(53.516,56)
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	**4.818.618,21**	**1.775.777,64**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Recursos Recebidos pela Venda de Bens		
Outros Recebimentos por Investimentos Realizados	-	-
Aquisições de Bens e Direitos para o Ativo	(468.981,39)	(114.130,91)
Caixa Líquido Consumido pelas Atividades de Investimento	**(468.981,39)**	**(114.130,91)**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Recebimentos de Empréstimos		1.367.666,28
Outros Recebimentos por Financiamentos		
Pagamentos de Empréstimos		(1.489.493,68)
Pagamentos de Arrendamento Mercantil		
Caixa Líquido Consumido pelas Atividades de Financiamento	-	**(121.827,40)**
Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	**4.349.636,82**	**1.539.819,33**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	**6.856.037,42**	**5.316.218,09**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	**11.205.674,24**	**6.856.037,42**
AUMENTO(DIMINUIÇÃO) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**4.349.636,82**	**1.539.819,33**

DVA - DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

	2023	2022
RECEITAS	**40.954.762,90**	**31.832.478,71**
Receitas Operacionais	38.348.977,48	31.820.700,38
Provisão p/ Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-
Outras Receitas e Outras Despesas	2.605.785,42	11.778,33
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	**8.828.320,17**	**8.159.870,57**
Materiais, Energia, serviços de terceiros e outros	8.828.320,17	8.159.870,57
Perda/Recuperação de Valores Ativos	-	-
Outros	-	-
VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	**32.126.442,73**	**23.672.608,14**
RETENÇÕES	**447.927,04**	**398.675,46**
Depreciação, Amortização e Exaustão	447.927,04	398.675,46
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	-	-
PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	**31.678.515,69**	**23.273.932,68**
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	**850.033,37**	**464.522,19**
Resultado da Equivalência Patrimonial	-	-
Receitas Financeiras	850.033,37	464.522,19
Outras Receitas	-	-
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (5+6)	**32.528.549,06**	**23.738.454,87**
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	**32.528.549,06**	**23.738.454,87**
Pessoal e Encargos	**19.519.105,03**	**17.253.895,23**
Despesas com Pessoal	18.152.682,49	16.137.436,60
Encargos Sociais	1.366.422,54	1.116.458,63
Remuneração de capitais de terceiros	**5.317.887,48**	**5.138.394,41**
Juros	-	-
Aluguéis	4.948.659,54	4.604.441,20
Outros	369.227,94	533.953,21
Impostos, taxas e contribuições	963.624,47	898.107,66
Impostos, taxas e contribuições	963.624,47	898.107,66
Remuneração do Capital Próprio	-	-
Juros e aluguéis	-	-
Juros sobre capital próprio e dividendos	-	-
Superavit/Déficit do Exercício	**6.727.932,08**	**448.057,57**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1.CONTEXTO OPERACIONAL - A ASSOCIAÇÃO A NATUREZA DO ENSINO, é uma associação civil, entidade de fins ideais, de finalidade não econômica, nos moldes do que estabelece o Código Civil Brasileiro, em seus artigos 53 a 61. A Associação tem por finalidades sociais: a) Organizar, manter e desenvolver a educação e a instrução, em todos os seus níveis e graus, nos termos dos princípios consignados na legislação respectiva; b) Contribuir para o desenvolvimento da cultura, da pesquisa científica, da tecnologia e do ensino no Brasil; c) Contribuir para o desenvolvimento da solidariedade humana, através do aperfeiçoamento do homem e da preservação da cultura brasileira, inspirada nos princípios, morais, cívicos e democráticos; d) Realizar ou participar de congressos, seminários, conferências, excursões e reuniões com finalidade educacionais, culturais e sociais. **2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS -** Na elaboração das demonstrações financeiras de 2021, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007, naquilo que importa às questões contábeis vinculadas às organizações que integram o Terceiro Setor. Nesse sentido, tomou como base de referência as orientações advindas da NBC ITG 2002 – ENTIDADES SEM FINS DE LUCROS, aprovada pela Resolução CFC Nº 1.409/12, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades sem finalidade de lucro. **3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS - a) Apuração do superávit/déficit do exercício -** Apuração do superávit/déficit do exercício - As receitas operacionais decorrentes das mensalidades e as despesas operacionais são reconhecidas em regime de competência de exercícios. As despesas com bolsas de estudos e descontos concedidos a alunos, doações e contribuições e as receitas com subvenções e auxílios, são reconhecidas quando dos efetivos pagamentos ou recebimentos; os recursos da Entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, de conformidade com seu Estatuto Social, demonstrado pelas suas despesas e investimentos Patrimoniais. A Entidade na medida do possível vem adotando medidas necessárias, como redução de custo para reverter sua situação financeira. **b)Ativos circulantes e passivos circulantes e em longo prazo** Os ativos circulantes são demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos. Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos incorridos. **c) Patrimônio Social** Composto pelos superávits e déficits obtidos ao longo do período de existência da entidade e não tem capital social. **d) Empréstimos -** Empréstimos obtidos para manutenção do capital de giro, com incidência de taxas de juros de mercado, junto a Instituição financeira credora para pagamento em 36 parcelas do saldo devedor, e que no próximo exercício de 2024 serão quitadas. **4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA -** O Caixa e os Equivalentes de Caixa estão assim apresentadas:

	2023	2022
Bancos conta movimento	79.472,14	201,05
Aplicações financeiras	11.126.202,10	6.855.836,37
	11.205.674,24	**6.856.037,42**

5. MENSALIDADES A RECEBER - Composta por créditos gerados no decorrer dos exercícios e não quitadas até 31/12/2023. Os valores estão assim demonstrados:

	2023	2022
Mensalidades a receber	43.534,63	339.277,12
Líquido a receber	**43.534,63**	**339.277,12**

6.ADIANTAMENTOS - São compostos por valores adiantados a funcionários, fornecedores, Impostos a recuperar, Empréstimos a Terceiros e Despesas antecipadas e estão assim demonstrados:

	2023	2022
Despesas Antecipadas	15.578,90	76.188.01
	0,00	**10.0000,00**

7. PASSIVO CIRCULANTE - São compostos por valores de obrigações a fornecedores, cartão de crédito, trabalhistas, impostos, empréstimos/financiamentos, contribuições sociais e creditos antecipados por clientes que está assim demonstrado:

	2023	2022
Fornecedores	285.082,11	174.359,07
Obrigações trabalhistas	2.243.088.63	2.070.999,97
Obrigações fiscais	6.053,76	6.798,73
Empréstimos/Financiamentos	1.033.628,68	2.002.913,52
Contas a pagar	76.710,87	60.857,21
Conta Corrente entre Filiais	3.829.014,96	2.408.768,94
Adiantamento de Clientes	1.679.953,39	3.418.404,37
	9.153.532,40	**10.143.101,81**

8. INSS COTA PATRONAL - De conformidade com a Lei nº 9.732 de 11 de dezembro de 1998, regulamentada pelo Decreto Lei nº 3.039 de 28 de abril de 1999, as pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, passaram a ser obrigadas a recolher mensalmente a cota patronal do INSS (Instituto Nacional de Seguro Social), calculada com base na isenção a ser usufruída, correspondente entre a relação existente do valor efetivo total das vagas cedidas, integral e gratuitamente e a receita bruta total apurada mensalmente. **9.IMUNIDADE USUFRUÍDA COM CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS EM 2023 E 2022. -** Para fim único e exclusivo de publicação informamos o seguinte: O benefício usufruído pela Entidade em função do gozo de sua imunidade constitucional, que corresponde à cota patronal do INSS, cujos montantes em 31 de dezembro de 2023 se encontra assim detalhado.

	2023	2022
INSS SAT	161.995,59	135.457,59
INSS PATRONAL	3.239.913,88	2.709.152,01
INSS TERCEIROS	728.980,52	609.559,16
	4.130.889,99	**3.454.168,76**

10. GRATUIDADES - Valores em Gratuidades concedidas, em atendimento a lei 12.868/2014 e decreto nº 8.242/2014.

	2023	2022
Total das receitas	38.348.977,48	31.820.700,38
Bolsas de estudos a alunos		
Total das assistências sociais e educacionais	**(7.333.860,00)**	**(5.471.082,00)**
Percentual de Aplicação	**19,12%**	**17,19%**

11.CERTIFICAÇÃO DE ENTIDADES BENEFICENTES DE ASSISTENCIA SOCIAL - CEBAS - A entidade possui a Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social na Área de Educação – CEBAS sob o nº 23123.001.308/2011-42 deferido conforme Portaria 1005 de 22 de setembro de 2017 publicado no Diário Oficial da União e está em processo de renovação em analise junto ao CEBAS/MEC.

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis. Aos Associados da: Associação A Natureza do Ensino. Opinião Com Ressalva Examinamos as demonstrações Contábeis da **Associação A Natureza do Ensino.** Que compreendem o balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção "Base para opinião com ressalvas" as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação A Natureza do Ensino. Em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Opinião com Ressalvas** 1- Outros Créditos a Receber: A Associação possui em 31 de dezembro de 2023 na conta de Conta Corrente entre Empresas o saldo de R$ 5.383.213,97. Vale ressaltar que tais transações estão ocorrendo sem a devida documentação de suporte. **Ênfase** 1 - A Associação não efetuou o teste de recuperabilidade de seu ativo imobilizado, conforme determina o item 17.14 da NBC TG 1001 – Seção de Ativo Imobilizado. Os efeitos de eventuais ajustes nas contas patrimoniais e de resultado não foram possíveis de serem mensurados. 2 - Em 25/09/2017 foi deferido o pedido de alvará de entidade filantrópica com validade de três anos e a entidade se beneficiou do INSS patronal no montante de R$ 4.130.889,99 em 2022 foi de R$ 3.454.168,76, sendo que esses valores foram lançados no balanço como contas de compensações. 3 - A Entidade apresentou um resumo onde atende os critérios das gratuidades de acordo com a lei 12.101/2009. No entanto não foram apresentados relatório do sistema de informática que comprovem tais valores. Outros Assuntos A Auditoria do exercício de 2022 foi auditada por outros Auditores Independentes que apresentaram o relatório com as seguintes ressalvas: 1. Adiantamento de clientes, 2 -Empréstimos e financiamentos, 3. Imobilizado **Base para Opinião** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Associação a Natureza do Ensino de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do Auditor A administração da Associação A Natureza do Ensino. é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em nossa conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é ade ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente, com as demonstrações contábeis ou com nossos conhecimentos obtidos na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório de Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as praticas contábeis adotadas pelo Brasil e no pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Associação A Natureza do Ensino. continuar operando, divulgado, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Associação A Natureza do Ensino. ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Associação A Natureza do Ensino. são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um ato nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada a suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstancias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação A Natureza do Ensino. • Avaliamos a adequação das politicas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras pode levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pelo governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo (SP), 23 de Abril de 2024. **Francisco J. Moraes Cirino - CRC - 1SP 192.297/0-8 - Responsável Técnico**

DIRETORIA

Ciro Rodrigues de Figueiredo
PRESIDENTE - CPF: 060.513.598-34

Renata Soares Macedo - Contadora
CRC 1SP-299.611/O-0

Governo termina obra parada há quase 50 anos na BR-226

Nesta sexta-feira, o ministro dos Transportes, Renan Filho, participou da inauguração dos 100 quilômetros de pavimentação da BR–226/MA, no trecho que liga o povoado de Baú ao município de Timon, no Maranhão. Com um investimento de R$ 153,4 milhões por meio do Novo PAC, a obra é fundamental para o desenvolvimento local, pois é essa rodovia que conecta o estado do Maranhão com a capital do estado vizinho, Teresina-PI, maior cidade da região e que é separada de Timon apenas pelo Rio Parnaíba. Desde a criação da BR-226, é a primeira vez que o trecho do km 0 ao km 100 está asfaltado.

"Essa entrega é mais do que a conclusão de uma obra rodoviária; é o cumprimento de um compromisso histórico com o povo maranhense. Significa a realização de um sonho que se arrastava por quase cinco décadas. E no governo do presidente Lula, a gente realiza sonhos, porque ele ampliou a capacidade de investimento do país. Essa conclusão é uma grande realização para o Maranhão, Piauí e para o Brasil, uma demanda importantíssima para a integração nacional e que agora está pronta.", enfatizou o ministro Renan Filho.

Há mais de 15 anos morando e trabalhando na região, o comerciante Wagner César tem a própria vida atrelada à rodovia. Presente, passado e futuro. "A BR, ela acompanha uma história de vida, né? Começamos eu e meus filhos aqui com apenas um quarto de 5 por 5, e era só poeira. Essa hora do dia você não conseguia ver nada em casa, só poeira mesmo. A gente fazia sempre a reivindicação aqui em Timon, no povoado de Baú e na divisa lá com a Presidente Dutra, que são 100 quilômetros de estrada. Então hoje, aqui é outro mundo, pode se falar. Vai passar mais gente, os caminhoneiros estão vindo. Você já viu que aqui, só aqui do meu lado, eu acho que deve ter uns 50 empregos gerados. Eu tenho uns 8, o amigo ali deve ter uns 10, o mercadinho tem três, o rapaz do frango tem quatro. Só nesse pedaço de chão.", destacou.

Para oferecer uma pista preparada para atender às necessidades dos usuários e garantir segurança aos usuários, foram realizados os seguintes serviços na BR-226/MA: Terraplenagem, Construção da sub-base e base, Aplicação da capa asfáltica (CBUQ), Implantação de bueiros, Execução da drenagem, Instalação de meios-fios e sarjetas e Implementação de sinalização horizontal e vertical.

Fábrica de insulina é inaugurada em Minas

Biomm pretende atender à demanda do mercado interno

A empresa de biomedicamentos Biomm inaugurou, nesta sexta-feira, uma fábrica em Nova Lima (MG) para o desenvolvimento, produção e comercialização de insulina Glargina e outros biofármacos. A inauguração da fábrica da Biomm marca a retomada da produção de insulina no Brasil. Com o financiamento no valor total de R$ 100 milhões do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), parte repassado pelo BDMG (R$ 26,7 milhões).

O Brasil é um dos países com a maior incidência de diabetes no mundo, com 15,7 milhões de pacientes adultos, segundo o Atlas da Federação Internacional de Diabetes (IDF). No início deste mês, a Anvisa autorizou a Biomm a iniciar a produção da Glargina na fábrica, o que ampliará a oferta de alternativas terapêuticas para os pacientes diabéticos no país.

O diretor de Desenvolvimento Produtivo, Inovação e Comércio Exterior do BNDES, José Luis Gordon, explicou que uma das missões da Nova Indústria Brasil é ter um complexo industrial da saúde resiliente para reduzir as vulnerabilidades do SUS e ampliar o acesso à saúde: “Essa é a essência do Plano Mais Produção, que tem como objetivo final melhorar a vida dos brasileiros”, afirmou.

Com 12 mil metros quadrados de área construída, a unidade foi projetada para atender a rígidas normas de qualidade e terá capacidade para suprir a demanda nacional da insulina Glargina, favorecendo o acesso dos pacientes com diabetes ao tratamento.

Construída de forma faseada, a planta da Biomm deverá contemplar todas as etapas do processo produtivo da insulina, desde a confecção dos cristais de insulina (IFA), até as etapas finais, de formulação, envase e embalagem do medicamento. Com a conclusão desta primeira fase do projeto, segundo a empresa, a fábrica de Nova Lima já tem capacidade para produzir até 40 milhões de frascos e carpules (seringas) de biomedicamentos por ano, o correspondente a mais de 80% da demanda nacional. O BNDES apoia a Biomm também por meio de participação acionária da BNDESPar.

Transferência tecnológica

Desde 2014, a Biomm tem parceria com a empresa chinesa Gan&Lee Pharmaceutical Limited, fabricante de insulina Glargina, conhecida no Brasil pelo nome comercial “Glargilin”, medicamento indicado para o tratamento de Diabetes Mellitus tipo 1 e 2, que necessitam de insulina basal (longa duração) para o controle da hiperglicemia. A parceria prevê a transferência de tecnologia de todas as etapas de produção, inclusive as iniciais, de cristais (IFA) da insulina Glargina.

A diabetes tipo 1 é uma doença autoimune que representa entre 5% e 10% do total de diabéticos do Brasil. Ela é causada pela produção insuficiente ou má absorção de insulina, hormônio que regula a glicose no sangue e garante energia para o organismo, e precisa ser tratada com injeções diárias de insulina. O Brasil é o 5º país em incidência de diabetes no mundo, perdendo apenas para China, Índia, Estados Unidos e Paquistão.

A cerimônia de inauguração contou com a presença do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, das ministras Nísia Trindade (Saúde), Luciana Santos (Ciência, Tecnologia e Inovação), dos ministros Fernando Haddad (Fazenda), Alexandre Silveira (Minas e Energia) e Alexandre Padilha (Relações Institucionais), além do presidente do senado (Rodrigo Pacheco) e da primeira-dama (Janja Lula da Silva).

ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL LPA

CNPJ: 21.394.691/0001-25

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - Prezados Senhores, A diretoria da A**SSOCIAÇÃO EDUCACIONAL LPA** apresenta a V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Empresa e respectivas Notas Explicativas, assim como o Relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, em cumprimento às disposições legais, estatutárias. Permaneceremos ao inteiro dispor de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que eventualmente possam ser necessários. São Paulo, 22 de Abril de 2024. **À Diretoria**

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	2023	2022
Circulante	**3.004.796,62**	**2.990.471,25**
Caixa e Equivalentes de Caixa	123.539,55	232.774,21
Caixa	3.125,40	5.806,78
Banco C/Movimento - Recursos sem Restrição	804,76	606,25
Aplicações Financeiras - Recursos sem Restrição	119.609,39	226.361,18
Créditos a Receber	**2.881.257,07**	**2.757.697,04**
Mensalidades de Terceiros	641.228,63	819.722,97
Impostos a Recuperar	6.401,82	6.401,82
Adiantamentos	23,48	-
Empréstimo a Terceiros	2.233.603,14	1.931.572,25
Adinantamento a Funciorarios	-	-
Não Circulante	**1.129.170,23**	**169.267,98**
Realizável a Longo Prazo	**1.129.170,23**	**169.267,98**
Investimentos	930.641,31	-
Investimentos Permanentes	930.641,31	-
Imobilizado	**198.528,92**	**169.267,98**
Bens sem Restrição	**415.548,07**	**341.599,18**
(-) Depreciação Acumulada	(217.019,15)	(172.331,20)
TOTAL DO ATIVO	**4.133.966,85**	**3.159.739,23**

PASSIVO	2023	2022
Circulante	**4.694.888,15**	**3.936.290,44**
Fornecedores de bens e serviços	316.973,61	193.926,70
Salários e Ordenados a Pagar	226.011,68	224.304,20
Encargos Trabalhistas	97.017,42	80.151,23
Provisões Trabalhistas	218.586,81	195.113,69
Obrigações Tributárias	102.755,34	102.630,29
Outras Obrigações	-	-
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	1.014.163,99	725.715,92
Adiantamento de Clientes	482.876,16	482.876,16
Outros Emprestimos	2.236.503,14	1.931.572,25
Não Circulante	**-**	**-**
Patrimônio Social	**(560.921,30)**	**(776.551,21)**
Superávit ou Déficit Acumulado	(776.551,21)	(823.670,06)
Superávit ou Déficit do Exercicio	215.629,91	47.118,85
TOTAL DO PASSIVO	**4.133.966,85**	**3.159.739,23**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL

	Patrimonio Social	Superávit/ Déficit AC	Total do Patrimônio
Saldos Finais em 31.12.2021	**-**	**(925.678,60)**	**(925.678,60)**
Movimentação do Período			
Superávit/Déficit do Período		49.042,56	49.042,56
Recursos de Superávit com Restrição			
Saldos Finais em 31.12.2022	**-**	**(876.636,04)**	**(876.636,04)**
Movimentação do Período			
Superávit/Déficit do Período		215.629,91	215.629,91
Recursos de Superávit com Restrição			
Saldos Finais em 31.12.2023	**-**	**(661.006,13)**	**(661.006,13)**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	2023	2022
RECEITAS	**11.468.239,42**	**10.737.039,21**
RECEITAS OPERACIONAIS		
Sem Restrição	18.972.824,66	17.158.771,69
Programa (Atividades) de Educação	-	-
Receitas de Serviços Prestados	11.448.020,66	9.890.537,80
(-) Gratuidades/Bolsas	7.498.703,56	6.421.732,48
Receitas Financeira	7.598,10	-
Outras Receitas Operacionais	26.100,44	-
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	**(10.657.098,90)**	**(9.115.019,16)**
Com Programas (Atividades)		
Educação	(10.657.098,90)	(9.115.019,16)
Despesas c/ pessoal (docente)	(3.152.513,66)	(2.693.286,68)
(-) Gratuidades Concedidas	(7.498.703,56)	(6.421.732,48)
Outras Receitas Operacionais	(5.881,68)	-
RESULTADO BRUTO	**8.315.725,76**	**8.043.752,53**
DESPESAS OPERACIONAIS	**(8.031.770,01)**	**(7.818.804,93)**
Salários	(2.076.480,10)	(1.963.835,61)
Encargos Sociais	(154.474,13)	(172.097,67)
Serviços Prestados - PJ	(1.214.356,24)	(1.173.547,55)
Comunicação	(36.686,91)	(38.630,92)
Aluguéis	(1.720.352,81)	(1.690.354,03)
Manutenção	(302.732,88)	(527.890,85)
Materiais Didaticos	(902.606,02)	(862.208,74)
Alimentação	(637.545,93)	(245.813,15)
Cessão de Direitos	(456.000,00)	(456.000,00)
Impostos e Taxas	(334.163,98)	(333.768,38)
Depreciação e Amortização	(44.687,95)	(39.281,74)
Outras Despesas	(151.683,06)	(315.376,29)
Resultado Financeiro	**(60.727,74)**	**670.596,37**
Receitas Financeiras	7.598,10	846.501,41
Despesas Financeiras	(68.325,84)	(175.905,04)
SUPERÁVIT/DÉFICIT DO PERÍODO	**215.629,91**	**49.042,56**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Descrição	2023	2022
SUPERÁVIT/DEFICIT LIQUIDO DO EXERCICIO	**215.629,91**	**49.042,56**
Outros Componentes do Resultado Abrangente		
. Variação do Valor Justo do Ativo Financeiro Disponível para Venda		
. Efeitos Tributários sobre Outros Componentes do Resultado Abrangente		
Total		
RESULTADO ABRANGENTE DO PERIODO	**215.629,91**	**49.042,56**

DFC - DEMONSTRATIVO DE FLUXO DE CAIXA

Método Indireto	2023	2022
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	-	-
Superávit (Déficit) do Período	215.629,91	49.042,56
Ajustes por:	-	-
(+) Depreciação	44.687,95	39.281,74
(+) Amortização	-	-
(+) PCLD	-	-
(-) Ganho na Venda de Bens do Imobilizado	-	-
Superávit (Déficit) Ajustado	**260.317,86**	**88.324,30**
Aumento (Diminuição) nos Ativos Circulantes	**(1.054.201,34)**	**(753.435,47)**
Mensalidades de Terceiros	178.494,34	(488.680,55)
Adiantamento	(23,48)	-
Crédito de Pessoas Ligadas	(302.030,89)	(264.754,92)
Investimentos	(930.641,31)	-
Aumento (Diminuição) nos Passivos Circulantes	**758.597,71**	**929.010,41**
Fornecedores de bens e serviços	123.046,91	9.074,09
Obrigações com Empregados	42.046,79	19.178,37
Obrigações Tributárias	125,05	293,72
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	288.448,07	152.833,15
Adiantamento de Mensalidades	-	-
Crédito de Pessoas Ligadas	304.930,89	264.754,92
Parcelamento de Impostos	-	482.876,16
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	**(35.285,77)**	**263.899,24**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento	-	-
Outros Recebimentos por Investimentos Realizados	-	-
Aquisições de Bens e Direitos para o Ativo	(73.948,89)	(71.787,10)
Caixa Líquido Consumido pelas Atividades de Invest.	**(73.948,89)**	**(71.787,10)**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento	-	-
Recebimentos de Empréstimos	-	-
Outros Recebimentos por Financiamentos	-	-
Pagamentos de Empréstimos	-	-
Pagamentos de Arrendamento Mercantil	-	-
Caixa Líquido Consumido pelas Ativ. de Financiamento	**-**	**-**
Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	**(109.234,66)**	**192.112,14**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	**232.774,21**	**40.662,07**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	**123.539,55**	**232.774,21**
Saldo Final	**(109.234,66)**	**192.112,14**

DVA - DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

	2023	2022
RECEITAS	**11.460.676,98**	**10.576.122,41**
Receitas Operacionais	11.448.020,66	9.890.537,80
Provisão p/ Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-
Outras Receitas e Outras Despesas	12.656,32	685.584,61
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	**3.604.887,69**	**3.619.467,50**
Materiais, Energia, serviços de terceiros e outros	3.604.887,69	3.619.467,50
Perda/Recuperação de Valores Ativos	-	-
Outros	-	-
VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	**7.855.789,29**	**6.956.654,91**
RETENÇÕES	**44.687,95**	**39.281,74**
Depreciação, Amortização e Exaustão	44.687,95	39.281,74
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	**7.811.101,34**	**6.917.373,17**
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSF.	**7.562,44**	**160.916,80**
Resultado da Equivalência Patrimonial	-	-
Receitas Financeiras	7.562,44	160.916,80
Outras Receitas	-	-
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (5+6)	**7.818.663,78**	**7.078.289,97**
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	**7.818.663,78**	**7.078.289,97**
Pessoal e Encargos	5.413.033,64	4.829.219,96
Despesas com Pessoal	5.413.033,64	4.829.219,96
Encargos Sociais	-	-
Remuneração de capitais de terceiros	**1.855.836,25**	**1.866.259,07**
Juros	-	-
Aluguéis	1.720.352,81	1.690.354,03
Outros	135.483,44	175.905,04
Impostos, taxas e contribuições	**334.163,98**	**333.768,38**
Impostos, taxas e contribuições	334.163,98	333.768,38
Remunetação do Capital Próprio	**-**	**-**
Juros e aluguéis	-	-
Juros sobre capital próprio e dividendos	-	-
Superavit/Déficit do Exercício	**215.629,91**	**49.042,56**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL - A ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL LPA, é uma associação civil, entidade de fins ideais, de finalidade não econômica, nos moldes do que estabelece o Código Civil Brasileiro, em seus artigos 53 a 61. A Associação tem por finalidades sociais: a) o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo; b) a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade; c) o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores; d) o fortalecimento dos vínculos da família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social. 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS Na elaboração das demonstrações financeiras de 2023, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007, naquilo que importa às questões contábeis vinculadas às organizações que integram o Terceiro Setor. Nesse sentido, tomou como base de referência as orientações advindas da NBC ITG 2002 – ENTIDADES SEM FINS DE LUCROS, aprovada pela Resolução CFC Nº 1.409/12, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades sem finalidade de lucro. 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS - a) Apuração **do superávit/déficit do exercício -** Apuração do superávit/déficit do exercício - As receitas operacionais decorrentes das mensalidades e as despesas operacionais são reconhecidas em regime de competência de exercícios. As despesas com bolsas de estudos e descontos concedidos a alunos, doações e contribuições e as receitas com subvenções e auxílios, são reconhecidas quando dos efetivos pagamentos ou recebimentos; os recursos da Entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, de conformidade com seu Estatuto Social, demonstrado pelas suas despesas e investimentos Patrimoniais. A Entidade na medida do possível vem adotando medidas necessárias, como redução de custo para reverter sua situação financeira. b) Ativos circulantes e passivos circulantes e a longo prazo Os ativos circulantes são demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos. Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos incorridos. **c) Patrimônio Social -** Composto pelos superávits e déficits obtidos ao longo do período de existência da entidade e não tem capital social. 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA - O Caixa e os Equivalentes de Caixa estão assim apresentadas:

	2023	2022
Caixas	3.125,40	5.806,78
Bancos conta movimento	804,76	20,00
Aplicações financeiras	119.609,39	37.298,82
	123.539,55	**232.774,21**

5. MENSALIDADES A RECEBER - 1)Composta por créditos gerados no decorrer dos exercícios e não quitadas até 31/12/2023.
Os valores estão assim demonstrados:

	2023	2022
Mensalidades a receber	641.228,63	819.722,97
Líquido a receber	**641.228,63**	**819.722,97**

6. PASSIVO CIRCULANTE - São compostos por valores de obrigações a fornecedores, cartão de crédito, trabalhistas, impostos, empréstimos/financiamentos, contribuições sociais e creditos antecipados por clientes que está assim demonstrado:

	2023	2022
Fornecedores	316.973,61	193.926,70
Obrigações trabalhistas	541.615,91	499.569,12
Obrigações fiscais	102.755,34	102.630,29
Empréstimos e Financiamentos	1.014.163,99	725.715,92
Empréstimos c/ Terceiros	2.233.603,14	1.931.572,25
	4.209.111,99	**3.453.414,28**

7.INSS COTA PATRONAL - De conformidade com a Lei nº 9.732 de 11 de dezembro de 1998, regulamentada pelo Decreto Lei nº 3.039 de 28 de abril de 1999, as pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, passaram a ser obrigadas a recolher mensalmente a cota patronal do INSS (Instituto Nacional de Seguro Social), calculada com base na isenção a ser usufruída, correspondente entre a relação existente do valor efetivo total das vagas cedidas, integral e gratuitamente e a receita bruta total apurada mensalmente. 8.IMUNIDADE USUFRUÍDA COM CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS EM 2023 E 2022. - Para fim único e exclusivo de publicação informamos o seguinte: O benefício usufruído pela Entidade em função do gozo de sua imunidade constitucional, que corresponde à cota patronal do INSS, cujos montantes em 31 de dezembro de 2023 se encontra assim detalhado.

	2023	2022
INSS SAT	44.108,56	37.231,58
INSS PATRONAL	882.171,10	742.779,31
INSS TERCEIROS	198.488,48	167.542,18
	1.124.768,14	**947.553,07**

9.GRATUIDADES - Valores em Gratuidades concedidas, em atendimento a lei 12.868/2014 e decreto nº 8.242/2014.

	2023	2022
Total das receitas	**11.442.138,98**	**9.890.537,80**
Total das assistências sociais e educacionais	(2.417.042,85)	(2.256.448,52)
Percentual de Aplicação	21,12%	22,81%

10. CERTIFICAÇÃO DE ENTIDADES BENEFICENTES DE ASSISTENCIA SOCIAL - CEBAS - A entidade possui a Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social na Área de Educação – CEBAS sob o nº 23000.005402/2016-71 deferido conforme Portaria 131 de 20 de março de 2019 publicado no Diário Oficial da União e o processo de renovação encontra-se em analise junto ao MEC.

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis. Aos Associados da: Associação Educacional LPA Opinião Examinamos as demonstrações Contábeis da Associação Educacional LPA, que compreendem o balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção “Base para opinião com ressalvas” as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação Educacional LPA. Em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para Opinião** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Associação Educacional LPA, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase** 1 - A Associação não efetuou o teste de recuperabilidade de seu ativo imobilizado, conforme determina o item 17.14 da NBC TG 1001 – Seção de Ativo Imobilizado. Os efeitos de eventuais ajustes nas contas patrimoniais e de resultado não foram possíveis de serem mensurados. 2 - Foi apresentado certificação de entidades beneficentes de assistência social (CEBAS) emitida pelo órgão competente, publicado no Diário Oficial em 20/03/2019 com validade de três anos. A Entidade se beneficiou da imunidade constitucional, que corresponde à cota patronal do INSS no montante de R$ 1.124.768,14 em 2022 foi de R$ 947.553,07 Sendo que esses valores foram lançados no balanço apenas como contas de compensações. 3 - A Entidade apresentou um resumo onde atende os critérios das gratuidades de acordo com a lei 12.101/2009. No entanto não foram apresentados relatório do sistema de informática que comprovem tais valores. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do Auditor** A administração da Associação Educacional LPA é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as Demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em nossa conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é ade ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente, com as demonstrações contábeis ou com nossos conhecimentos obtidos na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório de Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas pelo Brasil e no pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Associação Educacional LPA continuar operando, divulgado, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Associação Educacional LPA ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Associação Educacional LPA são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um ato nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada a suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstancias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação Educacional LPA; Avaliamos a adequação das politicas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras pode levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo (SP), 22 de Abril de 2024. **Francisco J. Moraes Cirino CRC - 1SP 192.297/0-8 Responsável Técnico**

DIRETORIA

PAULO ROBERTO CESSO FILHO
PRESIDENTE - CPF: 320.860.248-00

Renata Soares Macedo - Contadora
CRC 1SP-299.611/O-0

Regras para Desenrola Pequenos Negócios

O Ministério da Fazenda publicou, nesta sexta-feira, uma portaria que define as regras regulamentadas no Desenrola Pequenos Negócios, permitindo a renegociação de dívidas de pequenos negócios e de microempreendedores individuais (MEI) lançado na última segunda-feira (22). Também define a participação dos bancos nas renegociações.

Entrarão nas renegociações dívidas vencidas há mais de 90 dias na data de lançamento do programa, na última segunda. Não haverá limites para o valor da dívida nem de tempo máximo de atraso. Segundo o Ministério da Fazenda, isso incentiva a concessão de descontos mais elevados para débitos mais antigos e de valores mais altos.

Segundo a Agência Brasil, a versão do Desenrola para as micro e pequenas empresas é um dos quatro eixos do Programa Acredita, que pretende ampliar o acesso ao crédito e estimular a economia. Apesar de a renegociação teoricamente ter entrado em vigor na terça-feira (23), dia da publicação da medida provisória, os negócios de menor porte ainda não podiam pedir o refinanciamento porque as regras não estavam regulamentadas.

A partir da publicação da portaria, as instituições financeiras podem fazer os últimos ajustes operacionais para começarem as renegociações das dívidas. A previsão é que as renegociações do Desenrola Pequenas Empresas comecem efetivamente na próxima semana.

Crédito tributário

O programa Desenrola Pequenos Negócios oferece incentivos tributários para que bancos e instituições financeiras renegociem dívidas de pequenas empresas. As instituições que aderirem ao programa terão direito a um crédito presumido de impostos. Não haverá custo para o governo neste ano porque a apuração do crédito presumido poderá ser realizada entre 2025 e 2029.

Por meio do crédito presumido, as instituições financeiras têm direito a abater de tributos futuros prejuízos em algum trimestre. A portaria também regulamentou o cálculo desses créditos.

Segundo o Ministério da Fazenda, o crédito tributário será calculado com base no menor valor entre o saldo contábil bruto das operações de crédito renegociadas e o saldo contábil dos créditos decorrentes de diferenças temporárias. As diferenças temporárias são despesas ou perdas contábeis que ainda não podem ser deduzidas do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), mas que podem ser aproveitadas como crédito tributário no futuro, o que é permitido pela legislação tributária.

A concessão de créditos tributários alavanca o capital dos bancos para a concessão de novos empréstimos. Esse incentivo não gera nenhum gasto para 2024, e nos próximos anos o custo mínimo estimado em renúncia fiscal é muito baixo, da ordem de R$ 18 milhões em 2025, apenas R$ 3 milhões em 2026, e sem nenhum custo para o governo em 2027.